



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

MALAS DE SONHOS E SAUDADES:
família e mobilidade entre cabo-verdianos na Itália

CLAUDIA FIORETTI BONGIANINO

BRASÍLIA

2012

MALAS DE SONHOS E SAUDADES:
família e mobilidade entre cabo-verdianos na Itália

CLAUDIA FIORETTI BONGIANINO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (DAn-UnB) como um dos requisitos para a obtenção do título de mestre.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Andréa de Souza Lobo

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Andréa de Souza Lobo (Presidente) – DAn / UnB

Prof. Dr. Wilson Trajano Filho - DAn / UnB

Prof^a. Dr^a. Marta Denise da Rosa Jardim – Departamento de Antropologia / Unicamp

SUPLENTE:

Prof^a. Dr^a. Soraya Fleischer – Dan/ UnB

À minha mãe

E às pessoas queridas que fazem parte da minha vida andarilha: àquelas que estão comigo desde sempre e que sempre estarão por perto; àquelas que se fazem presentes, embora estejam distantes; àquelas que já não estão comigo mas se mantêm importantes; àquelas que continuam chegando e vão ficando.

Saudade até que é bom
Melhor que caminhar vazio
A esperança é um dom
Que eu tenho em mim, eu tenho sim
(Caetano Veloso, 1982)

*The world is a dangerous place to be in
when one is not attached to a kin group.*
(Igor Kopytoff, 1971:132. “O mundo é
um lugar perigoso para se viver, quando
a pessoa não está ligada a um grupo de
parentesco”. *Livre tradução minha*)

AGRADECIMENTOS

Em meus últimos dias de trabalho de campo, enquanto participava da festa de uma das associações cabo-verdianas em Nápoles, agradei publicamente às pessoas ali presentes por terem me ajudado em minha pesquisa. Na ocasião, eu afirmei: “foi muito melhor do que eu esperava” - frase que em italiano expressa bem minha sensação e seria traduzida mais fielmente em português por “foi muito *mais bonito* do que eu esperava” [*é stato molto più bello di quello che mi aspettavo*]. Reitero aqui meus agradecimentos sinceros às pessoas que construíram comigo esta dissertação: Deolinda, Tchica, Mimina, Vanda, Cachy, Alby, Tinok, Lucy, Eva, Roby, Anna, Bioca, Maria, Luisa, Analisa, Antônio Rita, Diná, Titina, Albertina, Andreina, Abel, Alessandro, Egídio, Celeste, Kiara, Eschly, Edson, Dorys, Denise, Auxília, Lourdes, Kessy, Saimon, Keila, Susy, Fatima, Stefania, Ashley, Shane, Valentina, Betty, Jotty, Sharon, Sheila, Fernanda, Stefano, Aldina, Stanley, Joana, Julião, Hironcina, Nelson, Fau, Fan, Cri, Linda, Filó, Maria Luisa, Crisanta, Nhanha, Lilina, Joana, Olinda, Gina, Desiré, Leida, Isac, Roberto, Tchiduca, Wendy, Manu, Amelia, Elsa, Erik, Andreina, Catia, Antonia, Filomena, Galas, Lidia, Lisangela, Tina, Vera, Berny, Ondina, Graciela, Lidia, Chia e Eugenio.

Além dessas pessoas, sou especialmente grata pelo apoio do *Movimento Tra Noi* e de sua presidente, Simonetta Antonella, assim como das associações cabo-verdianas na Itália; agradeço, especialmente, à Associação União Cabo-Verdiana e à presidente, Marilena Rocha; à Associação Família e Amigos da Boa Vista e à presidente, Maria José Mendes; à Associação Tabanka Onlus, e à presidente Maria de Lourdes de Jesus; a Organização das Mulheres Cabo-verdianas na Itália, à presidente Angela Stencer e à ex-presidente Dulce Évora. Sou muito grata pela ajuda do *Istituto suore missionarie del sacro cuore di Gesù*, do *Pamodi* futebol club, dos Sindicatos CISL (*Confederazione Italiana Sindacati dei Lavoratori*) e UIL (*Unione Italiana dei Lavoratori*), assim como do Consulado de Cabo Verde em Nápoles (particularmente do Cônsul Onorário Dr. Giuseppe Ricciulli) e da Embaixada de Cabo Verde na Itália (em especial do Embaixador Dr. José Eduardo Barbosa, além da Dr^a. Lucialina Brito e da Dr^a Maria Silva Ramos). Agradeço também pela generosidade de da Dr^a. Marinella Denigris, do Sr. e da Sr^a. De Goysueta, assim como de Andrea Sciotti, Francesca Carrera, Mascia Marini, Luca Manunza e Tommaso Starace. Sou grata pelas informações e referências

bibliográficas fornecidas por Marzio Marzot e pelos professores João Vasconcelos, Marzia Grassi, Iolanda Évora, Sonia Neto Salomão, Simone Celani, Francesca Scrinzi, Silvano Peloso, Cristina Ercolessi, Alessandro Dal Lago, Salvatore Palidda, Antonello Petrillo, Filomena Tuccillo, Caterina Arcidiacono, Ted Swedenburg, JoAnn D'Alisera, Wilson Trajano Filho, Guilherme J. S. Sá, Juliana B. Dias. Cristina P. de Moura, Soraya R. Fleischer e Lia Z. Machado. Além disso, agradeço ao professor Luís R. Cardoso de Oliveira, assim como às professoras Annalisa Aruta e Marinella Pandolfi pelos contatos cruciais que me forneceram para a pesquisa.

Foi fundamental para o decorrer da pesquisa a ajuda que recebi da minha família e, particularmente, dos tios queridos que me hospedaram em suas casas durante o trabalho de campo. Em diversos momentos foram essenciais o carinho e apoio de Annamaria Fioretti e de Frederico Takeshi Rocha Kinoshita, assim como a amizade de Denise da Costa, Daniel Melo, Camila de Caux, Júlia Goyatá, Raquel Rodrigues, Brisa Catão, Luísa Girardi, Isabel Luscher, Luísa Reis, Amanda Horta, Juliana Campos, Pedro Pires, Fabiano Bechelany, Bruno Rocha, Gabriella Fiuza e Raquel Sodré, entre outras tantas pessoas queridas de Belo Horizonte. Sou grata pela formação antropológica que recebi dos professores da UFMG e também da UnB - instituição que me possibilitou vivenciar as belezas (e os desafios) de Brasília, abrindo-me as portas para o agradável convívio com os colegas de departamento e com as muitas pessoas especiais que conheci nesta cidade, como Juliana Nunes, Pedro MacDowell, Tiago de Aragão, Fabíola Cardoso, Chico Gollo, Renata Maciel, Daniela Lima, Sara Moraes, Eduardo Nunes, Rosana Castro, Renata Nogueira, Jose Arenas, Felipe Areda, Bernardo Pinto, Rodolfo Reis, Lucas Amaral, Rodrigo Rocha e Anderson Vieira.

Por fim, agradeço ao CNPq, ao DPP, ao DAN pelos financiamentos recebidos e aos membros do grupo de estudos em etnologia africana pelas oportunidades a mim oferecidas ao longo do mestrado. Em especial, sou profundamente grata à minha orientadora, Andréa de Souza Lobo, por sua impecável dedicação e, em especial, por ter me sugerido a possibilidade de realizar uma pesquisa junto com os cabo-verdianos na Itália – experiência que foi extremamente gratificante.

RESUMO

O presente trabalho aborda as maneiras como os cabo-verdianos na Itália atualizam e fortalecem suas relações familiares (em sentido amplo) através da circulação e da partilha. Os fluxos de pessoas, coisas e ideias são elementos centrais na formação social de Cabo Verde. Desde a década de 1960, a Itália se insere nesse contexto oferecendo, principalmente às mulheres cabo-verdianas, uma possibilidade de melhorar sua qualidade de vida individual e familiar; em termos nativos, oferece a possibilidade de alcançar seu sonho: *crescer* e ter uma *vida boa*. No entanto, sair do arquipélago africano implica em separar-se de sua terra e das pessoas que permanecem nela; tal ato gera saudade e potencializa as tensões entre proximidade e distância (espacial e temporal), as quais são inerentes ao valor que os cabo-verdianos atribuem à família e à mobilidade. Ancorada na etnografia que realizei na cidade italiana de Nápoles, exploro estas tensões focando no dilema, vivido pelas mães cabo-verdianas que trabalham na Itália, ao decidir se seus filhos irão viver no arquipélago africano ou na península europeia. Dialogando com os estudos desenvolvidos em etnologia africana sobre Cabo Verde e sobre parentesco cabo-verdiano, atento para as implicações dessa decisão sobre as relações de filiação, de paternidade e de maternidade; paralelamente, reflito acerca da relação entre materialidade, espacialidade e temporalidade no que tange ao Estado-Nação e à família. Assim, procuro mostrar como o espaço cabo-verdiano é constantemente (re)constituído através das relações mantidas, levadas e criadas em Cabo Verde, na Itália e em outros lugares - passando a englobar (inclusive territorialmente) aquela que denomino de *Itália cabo-verdiana*.

PALAVRAS CHAVE: Cabo Verde, Itália, organização familiar, migração

ABSTRACT

The present study explores the ways in which Cape Verdean men and women who live in Italy strengthen their family relations through circulation and sharing. Cape Verde's social formation is centered on constant flows of people, things and ideas. Since the 1960s, Italy is an important part of this context because it offers the possibility of improving their individual and family life quality, especially in the case of women; in native terms, it offers them the means to achieve their dream: to *grow up* and to have a *good life*. However, by leaving Cape Verde, they live apart from their land and their people; therefore, they experience a feeling of nostalgia (*saudade*) and they are compelled to deal with the tensions between closeness and distance (in time and space) that arise from the value Cape Verdean people put on mobility and family. Based on the field research I developed in the Italian city of Naples, I analyze these tensions by focusing on the dilemma that Cape Verdean mothers face when they have to choose whether their children will live in Italy or in Cape Verde. Following the theoretical discussion produced about Cape Verde and Cape Verdean kinship, I endeavour to draw attention to the consequences of this decision on filiation, motherhood and fatherhood. At the same time, I aim to describe the relations among materiality, spatiality and temporality regarding the Nation-State and the family. Thereby, I intend to show how Cape Verdean space is constantly (re)constructed through the emotional relations that are kept, carried and created (in Cape Verde, in Italy and elsewhere) and how this space physically encompasses the one that I call *Cape Verdean Italy*.

KEY WORDS: Cape Verde, Italy, family organization, migration.

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1 - Foto antiga de uma cabo-verdiana • Página 5
- Esquema 1: Localizações geográficas**
- Imagem 2 - Cabo Verde e da Itália • Página 60
- Imagem 3 – Mapa de Cabo Verde • Página 60
- Imagem 4 - Mapa da Itália. • Página 61
- Esquema 2: A cidade de Nápoles**
- Imagem 5 – Mapa da cidade de Nápoles • Página 144
- Imagem 6 – Mapa do centro de histórico • Página 144
- Registro Fotográfico 1: Circulando em Nápoles**
- Imagem 7 - Rua Roma (norte) • Página 145
- Imagem 8 - Rua Roma (vista norte) • Página 145
- Imagem 9 - Rua Roma (vista sul) • Página 145
- Imagem 10 – Praça da Cumana • Página 146
- Imagem 11 – Galleria Umberto I • Página 146
- Imagem 12 – Chiaia • Página 147
- Imagem 13 – Mergellina (I) • Página 147
- Imagem 14 – Mergellina(II) • Página 147
- Imagem 15 – Posillipo • Página 148
- Imagem 16 – Nápoles • Página 148
- Registro fotográfico 2: Circulando em Montesanto**
- Imagem 17 – Ruela que cruza com a Rua Roma • Página 149
- Imagem 18 – Ruela na região de Montesanto (I) • Página 149
- Imagem 19 – Ruela na região de Montesanto (II) • Página 150
- Imagem 20 – Vista externa de uma *stanza* (I) • Página 150
- Esquema 3: Stanza nos baixos da região de Montesanto**
- Imagem 21 – Vista externa da *stanza* • Página 151
- Imagem 22 – Esquema de uma *stanza* • Página 151
- Imagens 23 – Interior de uma *staza* (I) • Página 152
- Imagens 24 – Interior de uma *staza* (II) • Página 152
- Imagens 25 – Interior de uma *staza* (III) • Página 152
- Registro fotográfico 3: Festa na sede da Associação União Cabo-verdiana**
- Imagem 26 – A sede preparada para a festa • Página 153
- Imagem 27 – Decoração permanente da sede • Página 153
- Imagem 28 – Durante a festa • Página 153
- Registro fotográfico 4: Festa da AFABVI no centro comunitário cabo-verdiano**

Imagem 29 – Os convidados chegam aos poucos	• Página 154
Imagem 30 – Mesa de almoço	• Página 154
Imagem 31 – Convidados conversam, comem e bebem	• Página 154
Imagem 32 – Após o almoço	• Página 155
Imagem 33 – Fim da atividade principal	• Página 155
Imagem 34 – Mesa de lanche	• Página 155
Imagens 35 – Uma vez liberado o centro da sala (I)	• Página 156
Imagens 36 – Uma vez liberado o centro da sala (II)	• Página 156
Imagens 37 – Uma vez liberado o centro da sala (III)	• Página 156

Esquema 4: Ocupação do espaço nos centros comunitários cabo-verdianos em Roma e em Nápoles

Imagem 38 – Esquema da ocupação do espaço	• Página 157
Imagem 39 – Grupo de conversa no centro comunitário	• Página 157
Imagem 40 – Três amigos posam para foto	• Página 157

SUMÁRIO

Uma nota sobre tradução e fotografia	• Página 1
Apresentação: Algumas histórias cabo-verdianas	• Página 5
Introdução: Pessoas em circulação, mundos em movimento	• Página 11
Estrutura da Dissertação	• Página 21
Capítulo 1: História cabo-verdiana	
Introdução	• Página 26
1. Fluxos entre Cabo Verde e Itália	• Página 29
2. História dos fluxos cabo-verdianos e Italianos	• Página 31
3. A chamada e a importância da <i>rede de contato indicação e apoio</i>	• Página 34
4. A rede para além da chamada	• Página 37
5. Cabo-verdianos na Itália: permanências e mudanças	• Página 43
Conclusão	• Página 53
Esquema 1: Localizações geográficas	• Página 60
Capítulo 2: Família cabo-verdiana na Itália	
Introdução	• Página 62
1. Mães na Itália, filhos em Cabo Verde: coragem para não incomodar e garantir o bem estar	• Página 64
2. Filhos e mães na Itália: coragem para seguir e ver <i>crescer</i>	• Página 71
3. Fazer família entre Cabo Verde e Itália: filhos na rede de solidariedade feminina	• Página 76
4. Estar perto: manter a proximidade física e/ou à distância	• Página 83
4.1. Filiação: o risco de sentir-se abandonado	• Página 87
4.2. Maternidade: o risco de perder o lugar de mãe	• Página 89
4.3. Maternidade e filiação: amor e costume	• Página 97
Conclusão	• Página 100
Capítulo 3: Viver junto em Nápoles e em Cabo Verde	
Introdução	• Página 107
1. Uma nativa em campo?	• Página 110
2. Circulando pela <i>Nápoles cabo-verdiana</i>	• Página 114
3. Circulando em Montesanto	• Página 119
4. Circulando entre cabo-verdianos	• Página 127
5. A importância das associações cabo-verdianas	• Página 133
Conclusão	• Página 140
Esquema 2: A cidade de Nápoles (pg4)	• Página 144
Registro Fotográfico 1: Circulando em Nápoles	• Página 145
Registro fotográfico 2: Circulando em Montesanto	• Página 149
Esquema 2: <i>Stanza</i> nos baixos da região de Montesanto	• Página 151

Registro fotográfico 3: Festa na sede da associação	• Página 153
Registro fotográfico 4: Festa da AFABVI no centro comunitário	• Página 154
Esquema 4: Ocupação do espaço nos centros comunitários	• Página 157
Capítulo 4: Desafios para <i>crescer</i>	
Introdução	• Página 158
1. Sonhos e ilusões	• Página 160
2. Discriminação e acesso a direitos	• Página 167
3. Regime laboral e ilegalidade	• Página 175
4. Ascensão profissional e filhos	• Página 183
5. Superando preconceitos	• Página 189
Conclusão	• Página 197
Considerações finais	• Página 205
Referências Bibliográficas	• Página 215

Uma nota sobre tradução e fotografia

A presente dissertação é filtrada através de pelo menos quatro línguas e duas linguagens¹: de um lado, as imagens reportadas nas fotografias; de outro lado, as palavras (ouvidas, faladas, gravadas, transcritas, escritas e traduzidas). Assim, atravessam meu trabalho o português (da escritura e de muitas leituras bibliográficas), o inglês e o italiano (de grande parte da literatura antropológica que utilizo e cito), o crioulo cabo-verdiano (que a maioria dos meus interlocutores usa diariamente), o napolitano (que quase todos os habitantes de Nápoles utilizam cotidianamente e que se distingue do italiano por sintaxe e fonética), o *brasileiro*² (que é minha língua materna e meu instrumento de comunicação mais comum)³.

Eu tenho um conhecimento básico dessas línguas e linguagens. Minha família é italiana e fala comigo nesta língua (e em napolitano) desde a infância; fui alfabetizada em português e em italiano, portanto sou fluente nas duas línguas, assim como em inglês (que estudo há 15 anos). Não falo napolitano nem crioulo e, embora eu entenda melhor o primeiro do que o segundo, meu conhecimento de ambos é suficiente para me manter atenta às multiplicidades de significado que o bilinguismo traz para os conceitos chave que serão discutidos nos próximos capítulos (por exemplo, a sinonímia entre os termos *aguentar* em crioulo e *crescer*⁴ em italiano).

As noções que sei de crioulo, eu aprendi durante a pesquisa de campo, junto com meus interlocutores, os quais na maioria absoluta dos casos dominam o crioulo, o italiano, o napolitano e, frequentemente também o português (língua oficial de Cabo Verde, porém restrita geralmente às interações formais e/ou oficiais, como as escolas e as instituições

¹ Parafraseio aqui o texto inspirador de Jessaca B. Leinaweaver (2008: xi): “A note on translation. This work is filtered through three languages...” (Livre adaptação do original em inglês).

² Utilizo o *italico* para evidenciar as palavras e expressões em língua estrangeira, assim como as categorias analíticas centrais deste trabalho. Seus significados serão explicitados ao longo da dissertação.

³ *Brasileiro* é o termo adotado pelos cabo-verdianos que conheci em campo para se referir ao português do Brasil. Atentando para o uso que meus interlocutores fazem desse termo, parece-me que o *brasileiro* é considerado uma língua distinta do português de Portugal e análoga aos vários crioulos falados em Cabo Verde. Um fato ilustrativo disso é que muitas pessoas esperavam que eu fosse fluente em português de Portugal (e não sou), imaginando que esta variante da língua fosse ensinada nas escolas do Brasil, assim como é ensinada em Cabo Verde.

⁴ Em função da multiplicidade de sentidos que o verbo *crescer* tem em português, italiano e crioulo, opto por evidenciá-lo em *italico*. A sinonímia entre *aguentar* e *crescer* será detalhada no capítulo 3.

estatais). Algumas vezes, eles conheciam também o *brasileiro* (aprendido ao assistir às novelas e a outros programas da televisão brasileira, ou simplesmente convivendo com amigos do Brasil que vivem na Itália).

No decorrer do trabalho etnográfico, sempre estimei os cabo-verdianos que eu pouco a pouco conhecia a escolherem se preferiam conversar comigo em italiano ou em português e eles geralmente optavam pelo italiano. Deste modo minha interação em campo se processou em um idioma que não é a primeira língua nem dos cabo-verdianos nem minha; portanto, esta interação foi constantemente atravessada por processos de tradução. Como é sabido, o próprio fazer antropológico é frequentemente comparado com a tradução. Em ambos os casos, sentidos seriam transportados entre culturas, exigindo transformações e, conforme argumenta Beatriz Perrone Moisés (2004), “embora nem tudo que a antropologia traduz seja texto, quase tudo que ela produz o é” (:6). A autora continua:

aquilo que só é dizível numa língua muitas vezes parece corresponder a algo que só é pensável na cultura a que está ligada. Todo tradutor, como todo antropólogo em algum momento se vê diante de ideias que só parecem existir na língua em que foram pensadas (:6).

Apesar da antropologia e da tradução imporem desafios e limitações, acredito que estes são manejados e contornados através do próprio processo da relação com a alteridade, o qual implica sim em equívocos, mas estes não impedem os encontros. Apropriando-me das palavras de Perrone-Moisés, sustento que o produto do fazer antropológico e da tradução “não se situa *em* uma língua ou *em* uma cultura ou subcultura, mas no ponto de articulação entre elas e outras línguas e outras culturas” (:8, grifos originais).

Todas as traduções nesta dissertação foram realizadas por mim, seja aquelas feitas a partir de leituras em inglês e italiano, seja aquelas que derivam das conversas em italiano que eu mantive durante o campo (e que registrei no gravador ou no meu diário). Nos casos de citação de obras em língua estrangeira, eu incluo notas de rodapé com os textos em língua original. Uma vez que transcrevi e traduzi simultaneamente as entrevistas que realizei em campo, não disponho de uma transcrição dos diálogos originais em italiano (e por isso eles não foram incluídos em nota ou em anexo).

De maneira análoga às palavras (que foram filtradas por mim através da tradução), algumas das imagens que eu vivi em campo também passaram por um processo de filtragem através da fotografia. As relações entre esta e a antropologia são questões clássicas da disciplina (cf. RIBEIRO, 2005) e, no presente trabalho, a fotografia foi uma importante ferramenta metodológica - seja no decorrer da pesquisa etnográfica, seja durante a escrita da dissertação.

Enquanto estava em Nápoles, sempre levava uma pequena máquina fotográfica digital na bolsa e, quando caminhava sozinha pelo centro da cidade, fotografava os locais de residência, trabalho e encontro dos cabo-verdianos. Esta técnica era importante enquanto registro e dado etnográfico, assim como enquanto estratégia de memória e de imaginação. Ao longo do processo de escrita, retomei inúmeras vezes as fotografias para ajudar a reconstruir imagens mentais do que vivi em campo e também para tentar realizar o exercício de sentir e pensar como um cabo-verdiano na Itália.

Ao mesmo tempo, as fotos foram importantes para facilitar minha interação e a absorção do meu aprendizado em campo. Por exemplo, quando eu era convidada para alguma festa, evento ou reunião, levava a máquina fotográfica e, por meio dela, me aproximava das pessoas: perguntava se podia fotografá-las, lhes mostrava a foto, apresentava a mim e à minha pesquisa etc. Além disso, frequentemente conversávamos sobre as fotos, especialmente aquelas com pessoas; nessas ocasiões, eu aproveitava para confirmar seus vínculos de amizade e de parentesco, além de seus nomes (uma grande dificuldade que eu tinha em campo era memorizar os nomes de todas as pessoas que rapidamente conhecia).

Nas próximas páginas o leitor encontrará alguns registros fotográficos e esquemas realizados por mim a partir das fotografias que tirei em campo. Além delas, trago esquemas e algumas fotos cedidas por meus interlocutores (sempre que as imagens não forem de minha autoria, explico sua fonte na legenda). Meu uso da fotografia não se pretendeu sistemático tampouco embasou-se sobre um amplo conhecimento acerca de suas técnicas ou de suas aplicações no campo da antropologia visual. Apesar disso, “o instrumento era um produtor de imagens mas também de questões” (SAUTCHUCK, 2007:23). Com efeito, a fotografia foi um dos meios através dos quais se operou meu encontro com os cabo-verdianos na Itália. Fazendo minhas as palavras que o

pesquisador e amigo Pedro Pires (2011) utiliza para tratar da relação entre filme etnográfico e antropologia, acredito que na fotografia e na tradução, assim como no fazer antropológico, “é essencial o reconhecimento de que estamos lidando com um encontro específico entre pesquisador e o outro, e não em uma captura neutra da realidade” (:13).

Nesse sentido, as imagens e palavras que compõem esta dissertação são o resultado da minha etnografia e, ao mesmo tempo, ferramentas por meio das quais espero que leitor consiga vivenciar um encontro com a experiência dos cabo-verdianos na Itália. Como pontuei anteriormente, este encontro é inevitavelmente filtrado por minhas descrições, análises, traduções e fotografias.

Apresentação: Algumas histórias cabo-verdianas



Imagem 1 - Foto antiga de uma cabo-verdiana que conheci em campo, hoje com 55 anos. [Fonte: foto cedida pela interlocutora de pesquisa].

O ano é 1977. Uma jovem sai de sua ilha natal levando consigo alguns de seus bens, entre os quais algumas roupas e muitas fotografias, além dos documentos necessários para realizar uma viagem internacional. Mais de três décadas depois ela comenta com uma amiga na cidade italiana de Nápoles: “Vim apenas com uma pequena mala na mão, mas ela estava cheia de saudade e de sonhos por uma vida melhor”.

Rosa⁵ tinha 17 anos quando saiu de Boa Vista, em Cabo Verde. Ela foi chamada para trabalhar na Itália por sua prima, Sônia, que já estava em Nápoles há dois anos. Sendo a filha mais velha, Rosa precisava ajudar os pais a criar os três irmãos que ainda eram pequenos. Ela já tinha terminado os estudos e trabalhava, mas o salário não era bom; assim, ela optou por ir trabalhar na Itália, para poder *crescer* e alcançar seu ideal de *vida boa* (individual e familiar), por meio do projeto migratório.

Em 1977, Rosa foi contratada à distância por Pina, irmã da patroa de Sônia, que pagou pela passagem e pelos documentos de sua nova empregada doméstica *notte e giorno*: passaporte cabo-verdiano, visto de entrada, permissão de estadia e carteira de identidade italiana com o registro da nova residência de Rosa (o registro do endereço da casa em que ela iria viver e trabalhar).

No ano anterior, **Joana** havia seguido o mesmo caminho de Rosa e de tantas outras mulheres que, há alguns anos, começavam a sair das diversas ilhas de Cabo Verde para trabalhar *notte e giorno* em cidades italianas - Roma, Nápoles e Bolonha. Em Boa Vista, Joana morava junto com os pais e os onze irmãos. Até 1976 ela cuidou dos irmãos e contribuiu com as despesas da casa realizando trabalhos esporádicos; aos 18 anos ela foi para a Itália e, a partir de então, passou a ajudar a família à distância.

Há alguns quilômetros de lá, na ilha de São Vicente, **Antônia** também sonhava em trabalhar na Itália para melhorar a própria qualidade de vida individual e familiar. Aos 26 anos, ela procurou um senhor que fazia uma mediação entre os habitantes do arquipélago cabo-verdiano e as famílias italianas que procuravam alguém para trabalhar

⁵ Serão evidenciados em **negrito** os nomes dos personagens centrais das histórias cabo-verdianas, cuja trajetória de vida será retomada constantemente na dissertação. Para preservar a intimidade das pessoas com quem convivi em campo, todos os nomes são fictícios - com exceção de algumas pessoas cuja história de vida é de conhecimento público; nestes casos, reportarei os nomes reais e incluirei os sobrenomes.

notte e giorno na Itália. Então, em 1980 ela foi para Nápoles mantendo em Cabo Verde sua filha, Maria (de um ano de idade), sob os cuidados dos avós maternos.

Como Antônia, também **Ivone** foi para Nápoles em busca de uma vida melhor para si e para o filho (Chico). Esta morava em Boa Vista desde os 12 anos de idade, quando saiu de São Vicente e foi morar junto com o pai (João), após o falecimento da mãe dela em 1973. Assim, quando Ivone foi chamada para trabalhar *notte e giorno* na Itália (em 1982, aos 21 anos de idade) foram João e a companheira dele que criaram Chico (então com dois anos).

O pai de João e o avô paterno de **Joana** eram irmãos e, em decorrência deste fato, Ivone e Joana denominam-se primas. Apesar disso, as duas chegaram na península italiana levadas por redes de contato e de indicação diferentes e, em Nápoles, traçaram percursos de vida distintos.

Quando chegou na Itália, **Ivone** (hoje 50 anos) costumava passar os dias de folga junto com os amigos na Galleria Umberto I – ponto turístico e comercial importante do centro de Nápoles; lá ela conheceu um italiano, com quem teve sua segunda filha, **Chiara** (hoje, 24 anos), que Ivone criou consigo na Itália. O casal foi morar junto em 1986 e pouco depois, em 1990 ela trouxe seu primeiro filho, **Chico** (então com 11 anos, hoje 31), para morar consigo.

Entretanto, o relacionamento de Ivone com o companheiro italiano não deu certo e o casal se separou em 1993, quando ela começou a trabalhar como cabeleireira (profissão que já desempenhava em Cabo Verde), na casa que passou a alugar. Atualmente ela reside em sua *stanza*, situada em um bairro popular da região central de Nápoles, chamado Montesanto. Junto com Ivone, moram os filhos (Chico e Chiara) e as duas netas, **Alessia** (7 anos) e **Kessy** (5 anos) - filhas de Chiara com o companheiro cabo-verdiano que ela conheceu na Itália. Chiara sempre morou em sua cidade natal, onde conviveu (desde quando era criança) com italianos e com estrangeiros – entre os quais, inúmeros cabo-verdianos; muitos destes fazem parte do círculo mais íntimo de convívio de Chiara, como **Federica** (filha de Antônia). Chiara e Federica são amigas de infância e, atualmente, elas são madrinhas umas das filhas das outras – as quais, como as mães,

são cabo-verdianas naturais de Nápoles e aprenderam na cidade a falar napolitano, italiano e crioulo.

Foi na Itália que **Antônia** (hoje 57 anos) conheceu o pai de Federica (hoje, 24 anos). Ele é cabo-verdiano e foi levado por Antônia para Nápoles, onde o casal e a filha passaram a morar juntos, enquanto **Maria** (então com 8 anos, hoje 32) permaneceu em São Vicente. Atualmente, novos membros somaram à família: residem com Antônia, o marido e a filha, também o companheiro de Federica (um cabo-verdiano que esta conheceu em Nápoles, pouco depois dele ter sido trazido pela mãe para a cidade) e as duas filhas do casal - **Kelly** (5 anos) e **Susy** (2 anos).

Analogamente, **Joana** conheceu o pai de sua filha em Nápoles: **Benvindo**, cabo-verdiano natural da ilha de Boa Vista, era marinheiro e sempre passava as férias na Itália, visitando seus sete irmãos que trabalhavam *notte e giorno* na cidade (três homens e quatro mulheres). Joana e Benvindo se *casaram no papel*⁶ em 1986, pouco depois de **Júlia**, a única filha do casal, ter nascido em Nápoles. Quando Júlia completou 5 anos, Joana e Benvindo decidiram mandar a filha para Boa Vista (onde esta ficou sob os cuidados da avó materna), para que Júlia começasse os estudos lá e fosse alfabetizada em português. Joana e Benvindo tomaram essa decisão, pois planejavam voltar para Cabo Verde nos próximos anos; entretanto, mudaram de planos quando Benvindo passou a ter dificuldades no seu emprego, em função da diminuição da demanda por trabalhadores nos barcos. Uma vez que ele e Joana se consideravam ainda muito jovens para voltar para Cabo Verde sem um trabalho fixo, eles decidiram reunificar a família em Nápoles, usufruindo dos direitos garantidos pela recente legislação italiana sobre imigração⁷: Joana parou de trabalhar *notte e giorno*, alugou uma *stanza* para morar com

⁶ *Casar-se no papel* é a categoria usada na ilha da Boa Vista, em Cabo Verde, para denominar o laço matrimonial formal. Ele é importante para os cabo-verdianos na Itália, pois é exigido pela legislação italiana para que a reunificação familiar dos companheiros seja realizada. Como veremos no Capítulo 2, este laço é valorizado no contexto familiar cabo-verdiano, onde o *casamento no papel* geralmente ocorre após anos de relacionamento.

⁷ Ao longo da dissertação utilizo o termo ‘imigrante’ ou ‘imigração’, remetendo-me aos seus usos locais, uma vez que ambas as palavras são empregado frequentemente pela legislação italiana e por meus interlocutores de pesquisa. De modo geral, porém, utilizo o termo ‘migrante’ para me referir aos

Benvindo - que Joana levou para residir regularmente na Itália; ambos começaram a realizar trabalho doméstico *lungo ore* e trouxeram a filha, então com 10 anos, de volta para Nápoles - onde Júlia foi alfabetizada também em italiano.

Joana (hoje, 53 anos) vive na Itália há 35 anos e, no meio tempo, levou para Nápoles dois irmãos e três irmãs; um deles mudou-se para Paris e todos os outros trabalham em Nápoles no serviço doméstico. Apenas um dos onze irmãos de Joana mora em Boa Vista, perto dos pais, dos filhos e dos vários sobrinhos que foram criados pelos pais dele e de Joana. Entre o restante dos irmãos, metade está nos Estados Unidos e a outra metade na Itália; assim, a filha dela, Júlia (hoje, 29 anos) tem vários parentes na Itália: além dos cinco irmãos de seu pai, Benvindo, e dos quatro irmãos de sua mãe, Joana, residem em Nápoles inúmeros primos e também vários parentes de seu namorado - **Marco**, que é filho de Rosa.

Após chegar em Nápoles, em 1977, **Rosa** guardou dinheiro por quatro anos até conseguir passar as férias em Cabo Verde pela primeira vez. Finda as férias de três meses, ela voltou ao trabalho na Itália grávida de seu único filho, **Marco**, que nasceu em Nápoles. O pai dele também era da Boa Vista e trabalhava como marinheiro; ao saber da gravidez, ele propôs que Rosa e ele voltassem para o arquipélago e formassem uma família, junto com a criança que iria nascer. Todavia, Rosa não aceitou:

Fazia muito pouco tempo que eu tinha saído para trabalhar... meus irmãos ainda eram todos pequenos e eu precisava ajudar meus pais. Então eu disse ao pai do Marco que eu não iria, disse que continuaria na Itália. Meu *pai-de-filho*⁸ voltou sozinho para Cabo Verde e hoje está *casado no papel* com outra pessoa.

Rosa tinha então 22 anos e, inicialmente, tentou criar o filho consigo na Itália; entretanto, ela não conseguia dar atenção a Marco e manter o mesmo desempenho no trabalho, pois cuidava da casa e também dos dois filhos dos patrões, que eram tão pequenos quanto seu próprio filho. Assim, em 1984 ela optou por mandar seu filho para Cabo Verde, onde ele viveu junto com os pais dela e com Leida – irmã que Rosa

estrangeiros que vivem na Itália.

⁸ *Pai-de-filho* e *mãe-de-filho* são categorias utilizadas na língua crioula para se referir à pessoa com quem se teve um filho e se mantém, ou manteve, um relacionamento afetivo de conjugalidade antes do casamento formal. As características do parentesco cabo-verdiano serão exploradas adiante neste capítulo.

considera a mais responsável e que sempre a ajudou na realização do seu sonho: criar bem o filho e construir uma casa em Boa Vista.

Rosa (hoje, 51 anos) está *casada no papel* com um cabo-verdiano que ela conheceu na Itália; ambos mantêm uma boa relação apesar dele morar em Roma e ela em Nápoles. Rosa já está nesta cidade italiana há 34 anos e continua trabalhando *notte e giorno*. Nos últimos anos optou por alugar uma *stanza*, na qual passa seus dias de folga junto com os membros de sua família que residem em Nápoles: a irmã de Rosa (**Nilda**) e a filha mais nova dela; o irmão (**Lucas**), a companheira dele e o filho do casal; além da sobrinha deles (**Lilina**).

Em 1992 Rosa conseguiu um contrato para que a irmã fosse trabalhar *notte e giorno* em Nápoles; quando Nilda saiu de Boa Vista, ela já tinha uma filha, **Elsa** (então com 2 anos), e a manteve na ilha, sob os cuidados de seus pais e de Leida (assim como fez Maria com o filho, Marco, em 1984). Por sua vez, foi nos anos 2000 que Rosa levou o irmão e a sobrinha para Nápoles, onde Lucas trabalha no porto e Lilina trabalha *notte e giorno*. Assim como Nilda, Lilina já era mãe (de duas filhas, com 14 e 6 anos de idade) quando saiu de Boa Vista em 2010:

Sentimos muita saudade... Em Cabo Verde nós não temos um trabalho fixo que nos permita ganhar bem; podendo escolher, teríamos ficado em lá. [...] Mas estar fora é comum, é uma coisa antiga [...] Sair é o jeito dos cabo-verdianos.

Em 2008 Nilda teve sua segunda filha, que nasceu em Nápoles e, atualmente, mãe e filha moram juntas na casa onde Nilda trabalha *notte e giorno*. Periodicamente, Rosa, Nilda, Lucas e Lilina passam férias em Boa Vista, onde revêem os parentes e amigos que ficaram por lá, ou que também moram fora mas voltam sempre que podem para visitar a terra e as pessoas queridas. Por exemplo, Marco e Elsa, os filhos de Rosa e de Nilda (os quais têm, respectivamente, 29 e 23 anos), fazem faculdade em Portugal e reencontram as mães frequentemente no arquipélago cabo-verdiano e na península italiana. Desde a infância, Marco passa as férias com Rosa na Itália e sempre gostou de ir para Nápoles; inclusive, foi lá que ele conheceu sua namorada, Júlia – a filha de **Joana** e de Benvindo, que (como Marco) nasceu em Nápoles, tem pais da Boa Vista, vive na Europa e viaja periodicamente para Cabo Verde.

Introdução: Pessoas em circulação, mundos em movimento

Esta dissertação é uma etnografia sobre as formas como os cabo-verdianos que residem em Nápoles atualizam e fortalecem suas relações familiares através da circulação e da partilha. Durante o trabalho de campo, eu aprendi com **Rosa, Joana, Antônia e Ivone** e com outros interlocutores de pesquisa a atentar para esses procedimentos. Com base neles, elaborei a reflexão esboçada nas páginas que seguem e que pode ser assim resumida: ao atualizar e estender suas práticas de fazer família, os cabo-verdianos (re)constroem um espaço territorial e relacional que não se restringe às pessoas que residem próximas fisicamente; ao mesmo tempo, eles manejam as tensões decorrentes do ideal cabo-verdiano segundo o qual para *crescer* é preciso sair.

Eu realizei meu trabalho de campo durante os meses de fevereiro, março e abril de 2011, na cidade de Nápoles. As questões que então me moviam haviam sido formuladas a partir de um diálogo teórico com a literatura etnológica produzida sobre Cabo Verde. Por meio desse diálogo, eu havia sido informada que o fluxo entre o arquipélago africano e a Itália é majoritariamente feminino; as cabo-verdianas tendem a deixar os filhos e os companheiros nas ilhas, embora haja uma tendência crescente de reunificação familiar. Desde então, me encantava a possibilidade de focar minha etnografia nas relações familiares, afetivas e de amizade que essas pessoas mantêm em Cabo Verde e que constroem na península europeia.

Ao mesmo tempo, saltava aos olhos o fato de que minhas (então futuras) interlocutoras de pesquisa eram quase sempre vistas apenas como migrantes e que, portanto, o caminho mais imediato para qualquer pesquisador que desejasse analisar sua experiência era por meio das ferramentas desenvolvidas pelos estudos de migração e globalização. Tomando tal fato como pergunta e não como dado, ou seja, mais como inquietação do que como ponto de partida, eu formulei a pergunta que me guiou ao longo do trabalho de campo, a saber: em que sentido as cabo-verdianas que moram e trabalham longe de seus filhos, pais, irmãos e companheiros estão (ou não) fora de lugar no que tange ao parentesco e ao Estado-Nação (cabo-verdiano e italiano)?

À medida que eu conhecia as cabo-verdianas na Itália, mergulhava em suas vidas e construía uma relação de intimidade com muitas delas, fui ingenuamente surpreendida por suas histórias de vida: seus relatos traziam muito mais respostas do que aquelas que eu buscava, modificavam minhas perguntas, desconstruíam outras e acrescentavam várias, fazendo com que minhas questões se transformassem ao longo deste processo.

Nas histórias cabo-verdianas trazidas na Apresentação, forneci uma visão panorâmica da vida de alguns cabo-verdianos e trouxe alguns termos que serão explicados no decorrer dos capítulos. Utilizo essa estratégia narrativa para ambientar o leitor com a sensação de estranhamento que se tem em campo e também para tornar explícito o fato de que meus dados etnográficos não são meramente ilustrativos; com efeito, minha experiência de campo foi construindo a forma de pensar que culminou na presente dissertação.

Tenho consciência de que minha inserção em campo foi favorecida por três grandes portas de entrada: o fato de a minha orientadora ter morado em Cabo Verde e vivido um pouco da experiência dos meus interlocutores de pesquisa; o fato de que eu vinha do Brasil - país de língua e história colonial comum à do arquipélago – e de que mantenho relações (familiares, afetivas e de amizade) a distância; o fato da minha mãe ter uma história de vida semelhante às cabo-verdianas na Itália, pois saiu de seu país para trabalhar, mora longe de sua família e é uma mulher independente e mantenedora. Conforme será aprofundado no Capítulo 3 (onde será realizada uma reflexão metodológica que contribuirá para a análise dos dados reportados lá), minha família materna vive em Nápoles, cidade onde minha mãe e eu nascemos.

Certamente, os fatores mencionados acima também influenciaram negativamente; se por um lado, ser uma mulher de 25 anos que nasceu na Itália e sempre viveu no Brasil facilitou minha interação com as mulheres, por outro lado, dificultou um pouco minha aproximação aos jovens e aos homens cabo-verdianos. Uma vez que eu me hospedei na casa da minha família que reside na periferia de Nápoles, eu geralmente permanecia no centro da cidade (onde mora e trabalha a maioria dos cabo-verdianos) das 8h às 20h, pois meus interlocutores de pesquisa, meus familiares (e eu) consideravam perigoso que eu voltasse para casa sozinha à noite. Assim, minha circulação após as 20h era limitada aos dias em que eu dormia na casa dos meus amigos cabo-verdianos, quando eu os

acompanhava em sua programação noturna. Todavia, eu tive dificuldade para ir às festas nas discotecas, que eram frequentadas principalmente pelos jovens – grupo etário com o qual eu convivi menos, em comparação com o convívio cotidiano que eu mantive com os cabo-verdianos mais velhos (especialmente as mulheres).

Nesse contexto, a dinâmica que inicialmente caracterizou o meu trabalho de campo pode ser descrita como uma série de encontros marcados. Tentando conhecer cabo-verdianos e criar intimidade com eles, eu procurava ocasiões em que eu pudesse conhecer seus locais de trabalho, de residência e de encontro, participando o máximo possível de suas vidas. Por telefone, eu contactava os cabo-verdianos (cujos números me eram fornecidos por amigos) e me apresentava, explicando brevemente no que consistia minha pesquisa. Eles geralmente se mostravam solícitos e receptivos, agendando dias e horários para conversarmos pessoalmente. Ao mesmo tempo, eles criavam certa expectativa sobre mim, sobre minha pesquisa e sobre nosso encontro. Eles cediam-me parte de seu tempo, para me fornecer dados úteis na minha dissertação; portanto, eles esperavam que eu tivesse perguntas a lhes fazer, registrando suas respostas em nota ou gravação⁹. Assim, as entrevistas surgiram menos como ferramenta metodológica e mais como estratégia inicial de aproximação. Por meio delas, eu conseguia me encontrar com os cabo-verdianos, conversar longamente com eles, ser apresentada para outros parentes e amigos (pessoalmente ou através de seus números de telefone) etc.

Com o tempo, eu tive a sorte de conseguir me aproximar de alguns interlocutores de pesquisa, a quem chamo - com orgulho - de amigos. No final do meu campo, passei a prescindir das entrevistas formais para conseguir acessar a rotina dos cabo-verdianos na Itália e pude obter ricos dados etnográficos por meio da clássica observação participante. No entanto, faltou-me tempo para acompanhar e registrar - de maneira exaustiva - a vida e as rotinas cotidianas dos meus interlocutores. Além disso, na elaboração da dissertação, eu acabei me prendendo (talvez excessivamente) à análise do discurso nativo. Tal limitação se deveu essencialmente a três fatores: o curto tempo que permaneci em campo; a minha dificuldade em lidar com a riqueza dos dados obtidos

⁹ Ao longo dos três meses que passei em Nápoles, realizei 67 entrevistas. A maioria delas foi feita com mulheres (entrevistei apenas 15 homens), as quais provinham majoritariamente das ilhas de Boa Vista, São Vicente e São Nicolau. Faço notar que aproximadamente 20% dos meus interlocutores eram cabo-verdianos nascidos na Itália.

pelas entrevistas; o meu compromisso em fazer jus à enorme generosidade dos cabo-verdianos, reportando o maior número possível de histórias e de falas. Caso eu tivesse conferido menos peso à interpretação, eu provavelmente poderia ter explorado mais a fundo os dados que obtive pela observação e obtido importantes informações relativas à estrutura e à prática. No entanto, a ênfase posta aqui sobre a força discursiva permite explicitar o quanto esta dissertação é o resultado de uma produção intersubjetiva de conhecimento.

Ao conviver com os homens e as mulheres que conheci em campo, ao atentar para suas falas e, posteriormente, ao debruçar-me sobre os diários de campo e sobre as entrevistas registradas no gravados, percebi que a pergunta que eu havia formulado inicialmente não dava conta da complexidade do que eu estava aprendendo. De fato, minha questão pressupunha uma divisão rígida entre o universo do Estado-Nação e aquele do parentesco, ao mesmo tempo em que enfatizava uma tensão entre dentro e fora, as quais não correspondiam à minha experiência de campo.

Em particular, minha pergunta de pesquisa tomava como base a existência de uma especificidade feminina que, embora presente, não se expressava da forma como eu a havia formulado inicialmente. Com efeito, começou a não me parecer pertinente limitar minha pesquisa às cabo-verdianas na Itália, pois meus interlocutores de pesquisa incluíam cabo-verdianos em geral (e não apenas aqueles do sexo feminino). Apesar de haver uma maioria feminina, também viviam na Itália muitos homens e crianças cabo-verdianos, cuja presença não estava relacionada apenas à reunificação familiar.

Nesse sentido, iniciei também a questionar a possibilidade de circunscrever meu trabalho a cabo-verdianos que moram e trabalham longe de seus filhos, pais, irmãos e companheiros. Efetivamente, havia muitas mães, irmãs, primas e filhas adultas trabalhando na Itália, apesar das crianças realmente serem poucas, pois a maioria residia em Cabo Verde. Além disso, embora os homens fossem raros enquanto companheiros, eles estavam presentes enquanto pais e, sobretudo, enquanto irmãos, primos e filhos adultos. Portanto, o sofrimento inerente à distância física dos filhos atingia mulheres e homens; estes, porém, viviam na Itália perto de inúmeros parentes e amigos, cabo-verdianos, italianos e de outras nacionalidades.

Logo, não fazia mais sentido perguntar se as cabo-verdianas que moram e trabalham na Itália - longe de seus filhos, pais, irmãos e companheiros - estão fora de lugar no que tange ao parentesco e ao Estado-Nação (cabo-verdiano e italiano). Com base na minha etnografia e em uma leitura crítica dos estudos de Migração e Globalização, percebi que a pergunta sobre dentro ou fora de lugar é inócua. Antes é preciso perguntar-se sobre o que é lugar e, no meu contexto de análise, mais importante do que estar dentro ou fora, é a tensão entre proximidade e distância – sendo esta o fio condutor do presente trabalho, que explora as maneiras como tal tensão se manifesta no espaço e na família.

Eu comecei minha pesquisa refletindo sobre a seguinte questão: o que permite englobar a experiência cabo-verdiana na Itália dentro daquele que constitui o objeto de análise dos estudos de migração e globalização? Como tais estudos definem e abordam seu objeto? Existem formas alternativas de defini-lo e abordá-lo?

Conforme sintetizam autoras como Martes (1999) e Bálamo (2009)¹⁰, é possível identificar três gerações desses estudos. A primeira geração parte de uma abordagem utilitária e foca a atenção nos sujeitos que se deslocam, movidos por fatores de expulsão e de atração. Assim as causas, as motivações e as consequências do deslocamento são associadas apenas aos sujeitos: eles são englobados dentro das categorias dicotômicas de emigrante, em relação ao local de origem, e de imigrante, em relação ao local de destino; contudo, não são exploradas as causas estruturais que produzem a desigualdade entre os dois locais e ambos são abordados como polos apostos situados em um percurso linear.

A segunda geração considera as pessoas em movimento dentro do marco mais geral das estruturas econômicas de interdependência entre periferias e centros do capitalismo mundial. A migração é vista como um problema para o local de origem e de chegada, pois ela seria desestruturante para ambos: para o primeiro, porque a migração acarreta em perda de recursos humanos essenciais e em desintegração social e econômica; para o segundo, porque a população que se desloca resistiria a ser integrada.

¹⁰ Martes (1999) desenvolve pesquisa com trabalhadores brasileiros (ilegais) em Massachussets (Estados Unidos), enquanto Pilar (2009) foca sua análise no caso de pessoas que, viajando clandestinamente em navios de carga, saem da África e chegam na América do Sul.

Por sua vez, a terceira geração atenta para as práticas e os processos pelos quais seja os sujeitos que se deslocam, seja aqueles que não o fazem, constroem ambos campos ou espaços sociais que ligam os mundos e as instituições - entre as quais os Estados-Nações de origem e de chegada desses migrantes transnacionais (também chamados de transmigrantes ou, simplesmente, de transnacionais). Assim, a ênfase é posta nas experiências das pessoas em movimento e nas relações que se constroem no novo lugar, buscando compreender o fenômeno migratório da perspectiva dos seus protagonistas. Os movimentos não são pensados em termos de partida e destino, mas sim de fluxos que incluem pessoas, objetos, informações e ideias. Além disso, o crescente acesso aos meios de comunicação e de transporte é abordado a partir das mudanças que ele produz no cotidiano das pessoas. Dessa maneira, ganha relevância o aspecto inovador inerente à globalização e ao encolhimento das distâncias mundiais, que possibilitam circulações quase instantâneas de informação, capitais e bens, além de multiplicar a presença de pessoas e signos culturais, supostamente desterritorializados (*i.e.* deslocados e localizados simultaneamente em mais de um contexto social).

Embora haja diferenças teóricas importantes entre as três gerações dos estudos de migração e globalização, as categorias de análise que adotam parecem apresentar um pressuposto comum - a saber, o de não tratar as pessoas que se deslocam apenas em termos de migrante, mas sim de 'i/e-migrante' (à maneira das duas primeiras gerações dos estudos migratórios) ou de 'trans-migrantes' (à maneira da terceira geração).

O acréscimo dos prefixos 'i/e/trans' não parece gratuito, pois indica que os *migrantes* são pensados como pessoas que se deslocam especificamente entre Estados-Nações. Tal fato é particularmente evidente na distinção entre as categorias isoladas de imigrante e de emigrante, a qual funda os estudos de migração e globalização. Essa distinção não apenas separa dicotomicamente as sociedades receptoras e emissoras - que tendem a estar situadas no centro e na periferia do capitalismo global, respectivamente - mas, sobretudo separa em termos absolutos as duas sociedades.

Ainda que os teóricos da segunda e da terceira geração desses estudos tenham se dado conta dos limites de tal distinção, nenhum deles chega a romper com ela e o aspecto comum a todas as pessoas ditas agora 'trans-migrantes' parece continuar sendo o fato delas terem saído de um Estado-Nação e ido viver em outro, deslocando-se entre

sociedades, culturas e identidades - que estão, porém, separadas em termos absolutos. Nesse sentido, os 'i/e/trans-migrantes' realizam um movimento problemático - ao menos em termos teóricos - estando fadados a estar fora de lugar: enquanto emigrantes eles acarretam em desintegração social e econômica no local de partida; já enquanto imigrantes, eles acarretam em dificuldades de integração no local de chegada; em ambos os casos eles vivenciam um conflito de identidade e, na melhor das hipóteses, só podem ser definidas e localizadas nos termos de um mundo transnacional desprovido de territorialidade.

O argumento proposto pelas teorias da transnacionalidade, segundo o qual as culturas estão conectadas pelo fluxo de pessoas, coisas e informações, pressupõe que pensemos primeiro nas culturas como distintas umas das outras e, posteriormente, conectáveis pelo fluxo. Em suma, tais teorias tentam desconstruir a separação entre as categorias isoladas de imigrante e de emigrante por meio de uma série de categorias que gravitam em torno da ideia de hibridização (i.e. desestabilização das fronteiras, por meio dos fluxos e dos contrafluxos). Contudo, tamanha ânsia por reconjugar a oposição fundante entre imigrante e emigrante torna evidente a pressuposição *a priori* de uma separação entre lugar de origem e lugar de destino, ou seja, entre uma situação original na qual se está dentro de lugar (dentro das fronteiras) e outra na qual se está fora de lugar (em fluxo ou contrafluxo). O que parece estar em jogo aqui é a definição de uma unidade de referência, um lugar em relação a qual se está dentro ou fora. Tal unidade é geralmente equiparada ao Estado-Nação, mas pode corresponder também à sociedade, à identidade ou à cultura de que se está falando¹¹.

As categorias de análise dos estudos aqui citados (ou seja, 'i/e/trans-migrantes') podem ser criticadas com base nas mesmas razões pelas quais o conceito de cultura vem sendo questionado desde 1970¹². Como mostra Bashkow (2004), o debate em torno do conceito de cultura (e da noção correlata de fronteira cultural) gravita em torno da ideia

¹¹ Em *Conceptualizing simultaneity*, Levitt & Glick Schiller (2004) parecem concordar com minha argumentação. Elas criticam a Teoria Transnacional pelo fato dela estar ancorada em um nacionalismo metodológico, que tende a aceitar o Estado-Nação e suas fronteiras como dadas na análise social. As autoras argumentam que não há incompatibilidade entre a incorporação em um novo Estado e a manutenção de vínculos transnacionais duradouros. Com efeito, as pessoas podem se engajar simultaneamente em mais de um Estado-Nação; ele não delimita as fronteiras das relações sociais significativas. Tal ponto será retomado no capítulo 4.

¹² Para uma melhor compreensão deste debate acerca do conceito de cultura ver Abu-Lugod (1991) e Sahlins (1997).

de que ele estabelece inadequadamente ilhas delimitadas e estáveis de diferença cultural, enquanto o mundo é caracterizado por mutáveis fluxos culturais. Assim, o alvo principal da crítica tem sido a ficção de que as culturas são territorialmente localizadas e delimitadas por fronteiras. Reitera-se, contrariamente, que as fronteiras são construídas e, em certa medida, artificiais, não sendo possível tomar as culturas como entidades geográficas discretas, a-históricas, internamente homogêneas e coerentes. Esse longo impasse sobre as fronteiras culturais reflete o reconhecimento de que a noção compartilhada pelo senso comum, segundo a qual as fronteiras seriam estáveis, naturais e capazes de articular identidades é problemática. Para sair desse impasse teórico acerca das fronteiras culturais, Bashkow (2004) desenvolve uma re teorização seletiva da antropologia de Boas, fundamentando sua argumentação nos três princípios que ele identifica como basilares da teoria boasiana, a saber: (1) as fronteiras culturais são abertas, porosas e permeáveis; elas não são barreiras que bloqueiam o fluxo de pessoas, objetos ou ideias; (2) elas são plurais e interessadas, sendo traçadas em relação a contextos, objetivos e pontos de vista particulares; (3) há uma divergência entre as 'fronteiras culturais' traçadas pelos antropólogos e as fronteiras culturais traçadas pelas pessoas, divergências essas que criam zonas do estrangeiro.

A antropologia de Boas enfatiza a importância de discriminar pontos de vista classificatórios diferentes, desacoplando as fronteiras culturais das fronteiras geográficas; com efeito, a distinção entre as fronteiras culturais que as pessoas traçam para si mesmas e aquelas que os antropólogos traçam evidencia a presença de uma zona do estrangeiro, ou seja, de uma zona fronteira da cultura, onde as coisas que estão lá são vistas como estrangeiras, embora do ponto de vista do analista sejam consideradas como internas àquela cultura.

A antropologia de Boas traz um conceito permeável, perspectivamente relativo das fronteiras culturais, diferente do conceito da antropologia transnacional, que pressupõe fronteiras culturais análogas às aquelas do modelo do Estado-Nação moderno, cuja lógica binária de pertencimento corporado postula que um indivíduo esteja necessariamente ou dentro da fronteira – enquanto um cidadão ou um membro – ou fora dela. Em diálogo com tal antropologia, Bashkow (2004) argumenta que as fronteiras culturais são abertas e demarcam apenas espaços simbólicos nos quais é possível travar relacionamentos mutuamente compreensíveis. Pensar em fronteiras e em termos binários é importante e

inerente ao pensamento humano. O que é, porém, nocivo ao pensamento e à prática, é tomar como absoluta uma forma de traçar fronteiras por meio de oposições binárias - entre dentro e fora de lugar, por exemplo. Nesse sentido, não é possível partir do pressuposto *a priori* de que pessoas como os cabo-verdianos na Itália estão fora de lugar (no que tange ao Estado Nação e ao parentesco). Decorre disso que essas pessoas tampouco podem ser pensadas como desterritorializadas ou deslocadas, por estarem presentes simultaneamente em mais de um contexto social.

Ao trazer essa discussão sobre fora e dentro de lugar, minha intenção não é nem desconstruir a noção de fronteira, nem a oposição entre dentro e fora, mas apenas, desnaturalizá-las e mostrar que processos muito mais complexos e interessantes estão imbricados nelas. Efetivamente, as fronteiras que as pessoas traçam para si mesmas e aquelas que os analistas traçam não são necessariamente as mesmas e podem, pois, evidenciar uma zona de estrangeiro, onde as coisas que estão lá são vistas como estrangeiras, embora de outro ponto de vista elas possam ser consideradas como internas àquela cultura (àquela sociedade, àquela identidade).

Com efeito, o fato de estar fora de lugar não pode ser tomado *a priori* como aspecto comum a todos os migrantes, ou seja, a todas as pessoas que deslocam sua residência. Em outras palavras, o objeto de pesquisa específico dos estudos de migração e globalização não são pessoas fora de lugar (enquanto *i/e/trans*-migrantes), que estão necessariamente fora de seu Estado-Nação e, por isso, de sua cultura, sociedade, identidade etc. Diferentemente parece-me que o objeto desses estudos são simplesmente as pessoas, coisas e ideias em movimento, ou seja, as pessoas, coisas e ideias que mudam ao relacionar-se com outras (pessoas, coisas e ideias). Ao circular, não tanto pelas fronteiras territoriais enquanto tal, mas sim pelas fronteiras enquanto zonas do estrangeiro – isto é, zonas fronteiriças (do Estado Nação, da cultura, da sociedade, da identidade etc.) - as pessoas, coisas e ideias são vistas como estrangeiras, embora (de outro ponto de vista) elas sejam internas e correspondam exatamente aos espaços nos quais é possível travar relacionamentos mutuamente compreensíveis, ainda que permeados por equívocos, uma vez que lá as experiências e os significados são dinâmicos, estão em movimento.

Em diálogo com a argumentação desenvolvida acima, a pergunta central desta dissertação se altera e passa a corresponder às seguintes questões: em que sentido é possível conceber um lugar (territorializado, não apenas um espaço transnacional), que prescindia das fronteiras dos Estados-Nações e inclua os cabo-verdianos independentemente deles estarem fisicamente próximos ou distantes? Em que sentido é possível conceber um lugar que englobe os cabo-verdianos que residem em Cabo Verde e aqueles que residem na Itália? Qual a relação entre esse lugar e o Estado-Nação cabo-verdiano? Como esse lugar é construído? O que significa ser cabo-verdiano nesse lugar?

Uma das primeiras coisas que percebi em campo foi que ser cabo-verdiano na Itália não significa ter a cidadania do Estado-Nação cabo-verdiano, tampouco nascer lá; acima de tudo, ser cabo-verdiano significa ter parentes cabo-verdianos. Como será aprofundado ao longo dos capítulos, mesmo tendo nascido e vivido na Itália, os filhos e netos de cabo-verdianos são definidos como cabo-verdianos (por si próprios, por seus parentes, assim como pelas instituições cabo-verdianas e italianas); analogamente, a comunidade cabo-verdiana inclui os amigos e parentes dos cabo-verdianos (i.e. as pessoas que atualizam as práticas cabo-verdianas de fazer família), independentemente de sua nacionalidade, de sua residência e do fato de essas pessoas se conhecerem ou não pessoalmente.

Em tal contexto, o primeiro passo para começar a responder as questões formuladas acima foi trazer à cena outros atores, além do Estado-Nação e da família nuclear. Assim, incluo na análise da família, os parentes consanguíneos e também os afins, além dos vizinhos, dos compadres e dos amigos - ancorando minha argumentação sobre a bibliografia produzida acerca de parentesco cabo-verdiano (cf. FINAN & HENDERSERN 1988; CARREIRA, 1977; LOBO, 2007; MEINTEL, 1984, DIAS, 2000; DROTBOHM, 2009). Ao mesmo tempo, realizo um diálogo crítico com os estudos sobre família transnacional (cf. BRYCESON & VUORELA, 2002; CHAMBERLAIN, 2002; DROTBOHM, 2009; LEVITT, 2001; LEVITT & WATERS, 2002) e sobre comunidades de imigrantes (cf. BATALHA & CARLING, 2008; FIKES, 2009; FILHO, 2007; CARTER E AULETTE, 2009; GRASSI, 2006; APPADURAI *et al.*, 2009; FERREIRA, 2010, SEYFERTH, 2007, QUIJANO, 2007). Em particular, inspiro-me nos argumentos teóricos de Lobo (2007, 2010, 2010b, 2011 e 2012), com quem tive a oportunidade de dialogar por meio de leituras e também oralmente - através

de reuniões periódicas de orientação. Com efeito, a ênfase posta pela autora sobre os *signos de proximidade* e sobre a possibilidade de manter as relações à distância contribui amplamente para as conclusões a que chego no presente trabalho.

Paralelamente, me apoio sobre a proposta metodológica imbricada no uso da noção de *relatedness* (cf. CARSTEN, 2000) e lanço mão de um conceito amplo de família que me permita abarcar as práticas de fazer família (em Cabo Verde, na Itália e alhures) que são adotadas por meus interlocutores de pesquisa. Além disso, retomo uma discussão sobre espacialidade (cf. TRAJANO FILHO, 2010; DE GENOVA, 2005), materialidade (cf. HENARE *et al.*, 2007) e temporalidade (cf. KUNREUTHR, 2006; FELD, 1996), para formular um conceito de espaço-tempo cabo-verdiano que seja tanto físico quando relacional e que permita abordar a complexidade das tensões entre proximidade e distância que permeiam a experiência migratória. Uma vez que meu aprendizado teórico não foi descolado da experiência etnográfica, não dedico, nesta dissertação, um capítulo para a revisão bibliográfica, estando esta diluída ao longo de todo o trabalho.

Estrutura da Dissertação

No Capítulo 1, reflito sobre as características gerais do fluxo entre Cabo Verde e Itália, desde a década de 1960 até o presente, evidenciadas as continuidades e mudanças que se verificaram ao longo do tempo. Assim, apresento ao leitor quem são os cabo-verdianos na Itália, qual proximidade ou distância eles mantêm de seus amigos e parentes, quais razões os motivam a sair de Cabo Verde e quais fatores os levam especificamente para a Itália (no passado e no presente).

Tecendo um diálogo entre minha etnografia, a literatura etnológica produzida acerca do contexto cabo-verdiano e a bibliografia sobre migração na Itália, descrevo a forma como a história, a situação familiar, os valores de gênero e o mercado de trabalho influenciam a ida de cabo-verdianos para a península italiana. Além disso, analiso historicamente os condicionantes impostos pela legislação italiana sobre suas opções de trabalho e de moradia na Itália, mostrando a importância da rede de contatos, indicação e apoio. Com efeito, esta coloca em movimento o fluxo contínuo entre os dois países, oferecendo aos italianos trabalhadores de confiança e aos cabo-verdianos a

possibilidade de alcançar seu sonho de *crescer* e ter uma *vida boa* (individual e familiar).

Nesse capítulo, lanço mão das teorizações de Trajano Filho (2010) e de Henare *et al.* (2007), para abordar Cabo Verde enquanto a um espaço-tempo relacional, dotado de territorialidade física, que engloba as coisas, ideias e pessoas cabo-verdianas - independentemente delas estarem fisicamente próximas umas às outras ou não. Assim, evidencio que a ausência física não implica em quebra das relações, pois ela pode ser superada por meio dos *signos de proximidade*; apesar disso, a distância prolongada gera saudade e potencializa tensões.

Dando continuidade a esta argumentação, no Capítulo 2 exploro as formas como estas tensões se manifestam nas relações de filiação, de paternidade e, especialmente, de maternidade. Partindo do depoimento de mães, pais e filhos cabo-verdianos com quem eu conversei ao longo do trabalho de campo, mostro as tensões que permeiam suas vidas e as maneiras como eles lidam com elas. Assim, será aprofundada a importância dos *signos de proximidade* e, especialmente das tecnologias da imagem (como as fotografias).

Conforme o leitor perceberá, cabe às mulheres cabo-verdianas que trabalham na Itália decidir se o filho irá viver em Cabo Verde ou na península italiana, sendo tal escolha vivida como um dilema por essas mães. Ao longo do capítulo analisaremos, pois, o que é levado em conta ao fazer essa escolha, atentando para a maneira como a legislação e o mercado de trabalho italiano (entre outras variáveis) influenciam a possibilidade do filho morar, ou não, junto da mãe na Itália, atentando para as diferenças entre *crescer* o filho na infância e *seguir-lo* na adolescência. Além disso, buscaremos compreender que concepção de família permite que tal escolha seja um dilema e focaremos nas maneiras como a distância física afeta (ou não) a família cabo-verdiana.

Nesse contexto, será realizado um diálogo com a literatura sobre parentesco produzida acerca de Cabo Verde - em particular, com o trabalho de Lobo (2007) - e serão retomados os estudos desenvolvidos sobre família transnacional, com o intuito de refletir sobre as seguintes características da organização familiar cabo-verdiana: a centralidade feminina, a ênfase na mobilidade e a elasticidade da categoria 'parente'.

Paralelamente, inspirada por Carsten (2000), mas afastando-me ligeiramente da autora, sugiro que o significado cabo-verdiano de *relatedness* esteja centrado sobre as formas cotidianas de estar perto (ainda que mantendo uma proximidade à distância), as quais extrapolam a partilha de substâncias em situações de proximidade física.

Por sua vez, no Capítulo 3, convido o leitor a voltar o olhar para a maneira como os cabo-verdianos que eu conheci durante o trabalho de campo vivem em Nápoles. Após apresentar a cidade, discorro sobre minha inserção em campo e sobre os aspectos urbanísticos que influenciam a forma como os cabo-verdianos experienciam a cidade. Foco, em particular, nas práticas de convívio mantidas na região de Montesanto, atentando para a importância da porta-janela, dos pontos de encontro e das tecnologias da voz, especialmente os celulares. Ao mesmo tempo, remeto-me às breves incursões etnográficas que fiz em Roma para esboçar generalizações acerca do modo como os cabo-verdianos vivem na Itália; nesse sentido, analiso os centros comunitários cabo-verdianos e as associações cabo-verdianas. Por fim, comparo as associações existentes na Itália com outras espalhadas pelo mundo e mostro o papel desempenhado pelos *signos de proximidade especiais*.

Ao longo desse percurso, introduzo o leitor à *Nápoles cabo-verdiana e à Itália cabo-verdiana*, complementando minha argumentação com uma série de imagens trazidas ao final do capítulo. Por meio dessas imagens e palavras, procuro mostrar como os cabo-verdianos na Itália constroem relações com Cabo Verde e mantêm o estilo de vida ao qual estavam acostumados no arquipélago, mesmo vivendo em uma nova territorialidade física.

Com efeito, assim como em Cabo Verde, as práticas que fazem família em Nápoles continuam centradas nas relações de consanguinidade, de vizinhança, de compadrio e de amizade. Estas relações são constantemente criadas, levadas e mantidas por meio da circulação e da partilha que se verifica entre a Itália e Cabo Verde - assim como nessas duas territorialidades e em outras. Esse procedimento permite aos cabo-verdianos na Itália superar a distância física e relacional entre eles, os italianos e as pessoas de outras nacionalidades com as quais eles convivem em Nápoles. Todos passam a fazer parte da comunidade cabo-verdiana, a qual é formada por aqueles que participam das práticas de

relatedness cabo-verdianas – sejam eles cabo-verdianos ou não, residam eles Cabo Verde ou não.

No decorrer dos três primeiros capítulos, o leitor acompanhará, pois, as maneiras pelas quais - independentemente da migração - os *signos de proximidade* (inclusive os *signos de proximidade especiais*) atuam como contextualização material do afeto; através deles, substâncias são compartilhadas, informações são trocadas e pessoas são colocadas em circulação, reforçando as formas de *relatedness* cabo-verdianas. Dessa maneira, o espaço-tempo de Cabo Verde é constantemente (re)constituindo, permitindo que os cabo-verdianos na Itália vivam bem seja em Cabo Verde, seja na Itália, e continuem pertencendo ao espaço relacional cabo-verdiano que passa a incluir territorialmente a *Nápoles cabo-verdiana*.

Por fim, no Capítulo 4, volto a analisar as tensões que permeiam a experiência dos meus interlocutores de pesquisa. Nesse sentido, reflito sobre as dificuldades que eles enfrentam na Itália – isto é, o risco da solidão e o risco de perder a juventude, o respeito humano, a saúde e a liberdade; o primeiro desses riscos diz respeito à migração como um todo, enquanto os outros são específicos do contexto italiano e estão vinculados à discriminação que os cabo-verdianos sofrem ao serem reconhecidos e tratados como não italianos. Tal discriminação se expressa na legislação e no regime de trabalho da Itália, podendo comprometer sua mobilidade espacial (ou seja, a possibilidade de movimentar-se fisicamente) e sua mobilidade temporal (isto é, a possibilidade de *crescer* e de construir uma *vida boa*).

Ao longo do capítulo, chamo a atenção do leitor para o fato de que as citadas dificuldades estão associadas à posição (socioeconômica, nacional e racial) ocupada por meus interlocutores de pesquisa na estrutura social italiana. Uma vez que essa posição é o resultado de um processo histórico, ela mutável e pode ser subvertida; além disso, ela implica tanto em discriminações, quanto em valorizações. No mercado de trabalho doméstico, por exemplo, os cabo-verdianos tendem a ser mais valorizados do que os italianos e do que os estrangeiros de outras nacionalidades.

Ao mesmo tempo, porém, as citadas dificuldades podem transformar sonhos em ilusões, pois têm o potencial de comprometer o projeto migratório de meus interlocutores, o

futuro de seus filhos e sua capacidade de atualizar as formas de *relatedness* cabo-verdianas, (re)constituindo cotidianamente o espaço-tempo cabo-verdiano por meio das relações criadas, levadas e mantidas.

Em larga medida, as dificuldades são manejadas e contornadas pelos cabo-verdianos através do estabelecimento de vínculos; outra forma de lidar com essas dificuldades é por meio da cidadania italiana. Com base na diferenciação formulada por Levitt & Schiller (2004) entre *formas de ser* e *formas de pertencer*, recorro uma última vez às teorizações de Trajano Filho (2010) e de Henare *et al.* (2007), sustentando que a posse da cidadania italiana não estar relacionada às *formas de pertencer* de meus interlocutores de pesquisa - que continuam pertencendo ao espaço-tempo (territorial e relacional) cabo-verdiano; diferentemente, argumento que a posse de tal documento está fortemente vinculada às suas *formas de ser*, trazendo novamente à tona as tensões entre proximidade e distância, especialmente àquelas que se manifestam nas relações de filiação, paternidade e maternidade em contextos de migração.

Efetivamente, as dificuldades presentes na Itália se vinculam com o dilema, explorado no Capítulo 2, que é vivido pelas mães cabo-verdianas ao decidir se seus filhos irão viver em Cabo Verde ou na Itália: o grande risco é que o filho perca a possibilidade de concretizar seu sonho – e, por extensão, o sonho dos pais - de ter uma *vida boa* (individual e familiar) e de (fazer) *crescer*, não apenas a si mesmo, mas também às coisas, ideias e pessoas que (re)constituem continuamente o espaço-tempo (relacional e territorial) cabo-verdiano.

Assim, no decorrer das próximas páginas, conduzo o leitor através das histórias cabo-verdianas, mostrando como as malas, cheias de sonhos e saudades, carregadas por **Rosa, Antonia, Joana e Ivone**, possibilitam que nossas protagonistas não caminhem vazias. As lembranças que carregam dos amigos e da família as impulsiona a ir adiante e criar espaço no mundo, através do habilidoso dom que elas têm de cultivar vínculos e relações.

Capítulo 1: História cabo-verdiana na Itália

Introdução

A foto que abre a seção de Apresentação poderia bem ser a de **Rosa, Joana, Ivone** ou **Antônia** (ainda que não seja de nenhuma delas). Todas são jovens mulheres que saíram de Cabo Verde para realizar serviço doméstico *notte e giorno* na Itália, onde vivem há anos. Elas não são mais as mesmas pessoas que eram quando deixaram seu país de origem - ou quando a fotografia foi tirada. Hoje, a mesma fotografia poderia ser também das filhas dessas cabo-verdianas, as quais têm aproximadamente a mesma idade que suas mães tinham quando foram trabalhar na Itália – e quando a tal fotografia foi estampada nos documentos da minha interlocutora de pesquisa. O que essas mulheres têm em comum? No que consistem as diferenças entre elas? Como elas mudaram ao longo do tempo? No que elas se distinguem de suas filhas (e netas)? No se que assemelham?

Tecendo um diálogo entre a literatura antropológica e as histórias cabo-verdianas reportadas na seção de Apresentação, pretendo elucidar essas perguntas e trazer possíveis respostas para elas. Ao longo da dissertação trarei mais detalhes sobre essas histórias e incluirei narrativas de outros cabo-verdianos que eu conheci durante meu trabalho de campo, para propor ulteriores questões e explorar as tensões entre proximidade e distância (temporal e espacial) - que são inerentes ao valor que os cabo-verdianos atribuem à família e à mobilidade. Nesse sentido, começo refletindo sobre as características gerais do fluxo entre Cabo Verde e Itália desde a década de 1960 até o presente. Esse exercício será importante para evidenciar as continuidades e mudanças que se verificaram ao longo do tempo, assim como para entender quem são os cabo-verdianos na Itália, quais razões os motivam a sair de Cabo Verde, quais fatores os levam especificamente para a Itália (no passado e no presente).

Conforme ficará claro ao longo do capítulo, grande parte da bibliografia tende a enfatizar três aspectos para explicar o fato de que a migração entre Cabo Verde e Itália seja composta majoritariamente por mulheres: a pobreza do arquipélago, como fator de expulsão; a demanda por trabalho doméstico na península italiana, enquanto fator de

atração; o trabalho doméstico e o regime interno, como condicionantes da preponderância feminina e da impossibilidade (ou dificuldade) de reunificação familiar. Entretanto, essas explicações não são suficientes para dar conta de todas as nuances envolvidas no deslocamento entre os dois países. Em particular, duas perguntas fundamentais parecem permanecer nas entrelinhas - sendo incorporadas pelos analistas, mas não abordadas suficientemente: qual motivação leva os italianos a contratar especificamente mulheres cabo-verdianas (no passado e no presente)? No que consiste a peculiaridade feminina, cabo-verdiana e italiana do fluxo de Cabo Verde para a Itália?

Um olhar atento sobre as histórias de **Rosa, Joana, Ivone e Antônia** nos permitirá analisar aspectos que ajudam a elucidar a experiência dos cabo-verdianos na Itália. Todas essas mulheres saíram de Cabo Verde para trabalhar *notte e giorno* em Nápoles entre os anos 1970 e 1980. Enquanto **Antônia** partiu da ilha de São Vicente, as outras saíram de Boa Vista, e até hoje, a maior parte dos cabo-verdianos em Nápoles são oriundos dessas duas ilhas. **Rosa, Joana e Ivone** dispunham de parentes nessa cidade italiana, os quais as receberam em Nápoles após viabilizar contatos para que elas fossem chamadas para a Itália; por sua vez, **Antônia** chegou em Nápoles sem dispor previamente de uma rede de contato, indicação e apoio – caso raro entre os cabo-verdianos na Itália. Ela e **Ivone** já eram mães quando foram para a Itália e ambas mantiveram os filhos no arquipélago, sob os cuidados dos avós (maternos no caso de Antônia, paternos no caso de Ivone, cuja mãe era falecida); ambas criaram novas relações afetivas em Nápoles (Antônia com um cabo-verdiano, Ivone com um italiano); as duas foram mães pela segunda vez na Itália e criaram consigo as filhas, **Chiara e Federica**; estas, por sua vez, se autodenominam cabo-verdianas e também chamam assim suas filhas, as quais tiveram com companheiros cabo-verdianos que conheceram em Nápoles. Analogamente, **Joana** conheceu em Nápoles o cabo-verdiano com quem teve uma filha, Júlia - nascida em Nápoles. Atualmente o casal vive junto com Júlia, que inicialmente foi criada pelos pais na Itália, posteriormente foi mandada para Cabo Verde (onde ficou sob os cuidados dos avós maternos) e, por fim, foi trazida de volta para Nápoles. Já **Rosa** manteve durante anos um relacionamento afetivo à distância com o cabo-verdiano que ela conheceu em sua ilha natal e que se tornou pai de seu único filho, mantido por **Rosa** em Cabo Verde (sob os cuidados dos avós maternos). Ela não trouxe **Marco** para a Itália, assim como **Antônia**, não trouxe a primeira filha para morar

consigo; por outro lado, **Ivone** trouxe o primeiro filho para morar junto com ela depois do nascimento da segunda filha. Paralelamente, **Rosa, Antônia e Joana** levaram outros parentes para a Itália: a sobrinha de **Rosa** chegou à Nápoles graças à tia; os irmãos (de ambos os sexos) de Rosa e de **Joana** foram levados para a cidade italiana pelas irmãs; os pais das filhas de Antônia e de Joana permaneceram na Itália após terem se *casado no papel* com as companheiras.

Essas histórias são permeadas por idas e vindas, por relacionamentos criados na Itália, mantidos em Cabo Verde e levados para Nápoles, enfim por mulheres (e também por homens) que não saem simplesmente de seu país de origem e chegam a um destino. Essas pessoas continuam circulando a partir da migração e raramente deixam pessoas em Cabo Verde, pois mesmo à distância elas continuam ajudando os parentes e amigos que ficaram no arquipélago (viabilizando novas saídas e facilitando os retornos, periódicos e definitivos).

Perante esse amplo contexto, no presente capítulo, será descrita a forma como a história, a situação familiar, os valores de gênero e o mercado de trabalho, em Cabo Verde e na Itália, influenciam o fluxo entre os dois países; para tanto, o leitor será apresentado formalmente aos seguintes termos: chamada; trabalho *notte e giorno*; rede de contato, apoio e indicação; *stanza*; trabalho *lungo ore*; visto de entrada; permissão (e carteira) de estadia; residência; manter e levar. Na seção 1 será apresentada a história da migração cabo-verdiana para a Itália, conforme ela é narrada pela bibliografia. Na seção 2, serão trazidos breves resumos da história de Cabo Verde e da Itália, refletindo sobre o fato de que os fluxos de coisas, pessoas e ideias fizeram parte da formação social dos dois contextos – ainda que de maneira distinta. Posteriormente, nas seções 3 e 4, serão analisados os condicionantes impostos pela legislação italiana, ao longo do tempo, sobre as opções de trabalho e de moradia dos cabo-verdianos que residem na península, mostrando a importância da rede de contatos, indicação e apoio. Por fim, na seção 5, será possível começar a entender quem são os cabo-verdianos na Itália e qual proximidade ou distância eles mantêm de seus amigos e parentes. Faço notar que complemento minha narrativa com imagens reportadas no final do capítulo.

1. Fluxos entre Cabo Verde e Itália

De acordo com a bibliografia, cabo-verdianas que trabalhavam na Ilha do Sal como empregadas domésticas junto à equipe de bordo da Alitalia (companhia aérea italiana que na época fazia escala em Cabo Verde) começaram a ir com seus patrões para a Itália, onde elas eram empregadas junto às famílias dos mesmos. A partir de 1963 esse fluxo se torna contínuo, direcionado inicialmente para Roma e, nos anos sucessivos, também para outras cidades, como Nápoles, Palermo, Milão, Genova e Bolonha (cf. EVORA, 2003; DE ROSA, 2006; GRASSI, 2008; LOBO, 2007; MONTEIRO, 1997; RAMOS, 2008; SCIALDONE, 2006). [Ver Imagens 2 a 4].

Essa primeira fase da migração cabo-verdiana para a Itália foi favorecida pela ação de missionários capuchinhos que moravam na ilha de São Nicolau, em Cabo Verde, os quais agiam como mediadores para que jovens cabo-verdianas fossem para a Itália realizar trabalhos domésticos nas casas das famílias da alta burguesia urbana, onde passavam a morar. Por meio de contato com outros padres católicos em diferentes cidades italianas (mas, sobretudo em Roma), esses religiosos conseguiam emprego para que jovens mulheres saíssem de Cabo Verde munidas de documentos e de passagens pagas, de modo a ajudar os pais e irmãos que permaneciam no arquipélago:

Quando Padre Gesualdo, um desses missionários, voltava para Roma, ele era contactado pelas famílias das paróquias de Roma, que estavam em busca de pessoas de confiança capazes de realizar trabalhos domésticos. As jovens nas quais ele mais confiava eram aquelas que faziam parte do coral de sua igreja em São Nicolau, as quais foram uma a uma para a Itália, de modo que o coral inteiro acabou indo trabalhar na casa de famílias ricas italianas (SCIALDONE, 2006:5)¹³.

Rapidamente, o fluxo de Cabo Verde para a Itália desvinculou-se das organizações católicas (cabo-verdianas e italianas), mantendo-se autonomamente graças à rede de indicação, ajuda e apoio, por meio da qual as cabo-verdianas, uma vez estabelecidas na Itália, viabilizavam contatos para que outras pessoas migrassem. Dessa forma, na década de 1970 começaram a sair de Cabo Verde também mulheres de outras ilhas, como São Vicente e Boa Vista, cujo perfil nem sempre era igual ao das primeiras

¹³ Livre tradução do original em Italiano: “Uno di essi, Padre Gesualdo, quando rientrava in Italia, veniva contattato dalle famiglie dele parrocchie di Roma alla ricerca di una persona di fiducia capace di svolgere lavori domestici. Le ragazze di cui maggiormente si fidava erano quelle che facevano parte del coro dela Chiesa, le quali una ad una vennero nel Bel Paese. In questo modo l’intero coro di S. Nicolau si trasferì a lavorare presso le ricche famiglie italiane”.

migrantes: enquanto as primeiras eram jovens solteiras católicas praticantes, as segundas eram frequentemente mães que iam trabalhar na Itália de modo a ajudar, não apenas os pais e irmãos, mas também os filhos, que permaneciam no arquipélago.

A ida de cabo-verdianas para a Itália alcança o ponto alto em 1978 e diminui bruscamente a partir de 1981. Provavelmente, quer essa máxima, quer esse declínio, foram influenciados por duas mudanças importantes na legislação italiana. Em 1973 o contrato coletivo das trabalhadoras domésticas passa a regularizar as relações laborais entre tais trabalhadoras e seus patrões, oficializando os acordos que até então eram apenas verbais. Por outro lado, a partir da década de 1980 o governo italiano dificultou progressivamente a entrada de pessoas provenientes de países em via de desenvolvimento, como Cabo Verde. De todo modo, de acordo com os dados da Embaixada de Cabo Verde em Roma, a presença cabo-verdiana na Itália ainda é estatisticamente significativa e continua sendo majoritariamente feminina.

Historicamente, as mulheres cabo-verdianas migram sozinhas e tendem a deixar os filhos e companheiros em Cabo Verde. Ainda hoje, a maioria delas sai do arquipélago entre os 18 e os 30 anos, permanece na Itália em situação regular, aprende a falar italiano fluentemente e sua principal ocupação é o trabalho doméstico. Nos últimos anos tem havido uma redução no número de cabo-verdianos que retorna definitivamente para o arquipélago e verificam-se uma tendência crescente de reunificação familiar em torno da mulher migrante – sendo ela quem viabiliza a ida dos filhos, companheiros e demais parentes para a Itália.

É importante ressaltar que, normalmente, a ideia de reunificação familiar está associada à saída dos homens, os quais facilitam a ida da companheira, dos filhos e dos irmãos depois. No entanto, no caso desse fluxo cabo-verdiano para a Itália, o movimento que se verificou foi exatamente o contrário: as mulheres foram as primeiras a migrar e, posteriormente, levaram outros parentes e amigos (de ambos os sexos) para a Itália - por meio da rede de contato, indicação e apoio. Tal fato torna-se particularmente evidente ao voltar o olhar especificamente para Cabo Verde. Como veremos abaixo, a migração masculina era importante para o arquipélago desde meados do século XIX, mas só se verificou um aumento da migração feminina a partir de 1960, o qual não foi consequência de reunificação familiar, mas sim do desenvolvimento de um tipo de saída

de mulheres independente da relação com um homem já emigrado (cf. AKESSON, 2004:38; LOBO, 2007:49). Assim, homens e mulheres não necessariamente compartilham o mesmo projeto migratório. Diversas vezes eles saem rumo a países diferentes, para exercer profissões diferentes, levados por redes diferentes; mesmo quando ambos vão para a Itália, não necessariamente desempenham o mesmo trabalho e, em inúmeros casos não são levados um pelo outro, mas sim por seus irmãos (ou por seus pais, primos, amigos etc.).

2. História dos fluxos cabo-verdianos e italianos

Conforme aponta a literatura etnológica produzida acerca de contextos africanos, os fluxos de pessoas, coisas e informações presentes em Cabo Verde não se restringem ao mundo contemporâneo, tendo sido centrais ao longo da história do arquipélago e inserindo-se num âmbito maior do que a globalização (cf. AKESSON, 2004; ANDALL, 1998; CARLING, 2001 e 2004; CARLING & AKESSON, 2009; CARREIRA, 1983; CARTER & AULETTE, 2009; DIAS, 2000; DROTBOHM, 2009; FIKES, 2009; GRASSI & EVORA, 2007).

A migração é um componente substantivo da formação social de Cabo Verde, país no qual a população de residentes no exterior é maior do que o número dos cabo-verdianos que habitam o arquipélago. Num contexto como este, onde as transferências financeiras realizadas pelos migrantes representam parte significativa do PIB nacional (AKESSON, 2011), a migração de cabo-verdianos para a Itália apresenta uma característica peculiar: ela é majoritariamente feminina (cf. CARITAS, 2010; CARLING & BATALHA, 2008; EVORA, 2003; GRASSI, 2008; LOBO, 2007; TRAJANO FILHO, 2009).

Cabo Verde é formado por dez ilhas que diferem umas das outras, em termos de paisagem, clima, recursos naturais e cultura. Apenas a ilha de Santa Luzia não é habitada, devido a suas condições climáticas desfavoráveis ao assentamento humano. As outras nove são um pouco menos inóspitas e algumas chegam a ser férteis - como Santiago, Santo Antão e São Nicolau - embora outras não sejam muito favoráveis à agricultura, pois são ou arenosas - Maio, Boa Vista e Sal - ou rochosas - São Vicente e Fogo (cf. CARREIRA, 1984; LOBO, 2001). O arquipélago se encontra praticamente sozinho no meio do Oceano Atlântico, a 500 km da costa do Senegal (África).

Geograficamente ele pode ser aproximável ao continente Africano ou à Europa, enquanto um dos quatro arquipélagos atlânticos da chamada Macaronésia - da qual fazem parte também os Açores, as Canárias e Madeira, incluindo as Ilhas Selvagens. Em termos sociais e culturais, Cabo Verde pode ainda ser associada ao complexo do Caribe, devido às semelhanças entre ambos os contextos, no que tange à sua insularidade, sua constituição pelo tráfico de escravos, sua estrutura familiar caracterizada pela centralidade feminina, sua recorrente pobreza e migração etc. (cf. LOBO, 2007)¹⁴. [Ver Imagens 2 e 3].

Os argumentos mais frequentemente acionados para explicar a migração cabo-verdiana são aqueles econômicos e os fluxos que caracterizam o arquipélago são geralmente justificados “como consequência lógica da seca persistente” (MEINTEM, 1984:93). Com efeito, desde o século XIX, a exportação mais importante de Cabo Verde tem sido a força de trabalho humana; tal característica seria decorrente das dificuldades climáticas e dos métodos arcaicos aplicados à agricultura e à pesca, mas também da insuficiência de terras, da alta natalidade e do desejo de adquirir produtos estrangeiros. Essa longa história de exportação de mão-de-obra faria com que a própria migração se transforme na causa de novas saídas, pois ela é “a forma principal pela qual indivíduos e famílias esperam poder melhorar as suas condições econômicas” (*id. Ibid.*:115). Segundo Alberto Sobrero (1998), o movimento para fora do arquipélago sempre foi uma característica que os cabo-verdianos referem como uma necessidade.

Historicamente, a sociedade de Cabo Verde emergiu a partir de um encontro entre portugueses e africanos, engatando um processo de crioulização, que deu origem a uma sociedade extremamente heterogênea, marcada por um intenso e constante fluxo de pessoas, bens e valores (cf. TRAJANO FILHO, 2009; VASCONCELOS, 2004). As ilhas estiveram desabitadas até a chegada dos portugueses, que trouxeram consigo escravos provenientes de diversas sociedades da África Ocidental - Wolof, Diola, Manjaco, Fula etc. Nem a minoria de europeus, nem a maioria de africanos (escravizados) tinham condições políticas para impor-se sobre a outra e reproduzir

¹⁴ Ao mesmo tempo em que Lobo (2007) evidencia que as sociedades cabo-verdianas e caribenhas se aproximam, ela frisa que há também importantes diferenças. Remetendo-se à argumentação de Trajano Filho (2003) a citada autora evidencia que a formação social cabo-verdiana está ligada às sociedades da África Ocidental, tendo tido uma estrutura de reprodução comum aos grupos que viviam às margens dos rios da Guiné e tendo compartilhado atributos sociais da cultura política das sociedades africanas.

integralmente seu modo de vida original, culminando em contínuas negociações sociais, culturais e linguísticas entre as duas partes. Efetivamente, os anos de convívio e colonização portuguesa (entre 1460 a 1975) deixaram marcas no país, de um lado, no passado escravagista, de outro, na língua e na música. O português é a língua oficial, mas a língua franca é o crioulo - cuja sintaxe é africana e o vocabulário, português - sendo falados vários crioulos nas diferentes ilhas. Língua, música e terra (com sua pobreza em recursos, mas riqueza em belezas) são os principais elementos definidores da identidade cabo-verdiana, que é, porém, difícil de ser definida, inclusive porque a população nacional encontra-se dispersa nos três continentes que circulam o arquipélago - a saber, África, Europa, América do Norte e Américas (cf. CARLING & BATALHA, 2008)¹⁵. [Ver Imagem 2]

Com o passar do tempo, diversos fluxos somaram-se a essas primeiras circulações, que originaram a conformação social atual do arquipélago. No século XVI, de Cabo Verde partiam os escravos em direção aos Estados Unidos, às Índias Ocidentais e ao Brasil. No final de 1800, com a industrialização dos Estados Unidos, a maior parte das migrações cabo-verdianas passou a caracterizar-se por homens que saíam do arquipélago para trabalhar na América do Norte. A partir de 1920, há um grande fluxo migratório para São Tomé e Príncipe, associado (na memória popular local) a uma migração comparável à escravidão. Nesse período, homens cabo-verdianos foram também para a Argentina, para o Senegal, para Guiné e para Angola. Após a Segunda Guerra Mundial, verifica-se uma nova onda de migração masculina, dessa vez para a Europa (em especial para Portugal, Espanha, França, Holanda e Itália), onde eles trabalhavam sobretudo como marinheiros. Por fim, a partir da década de 1960, ganha força o fluxo especificamente de mulheres - no mesmo período em que o fechamento das fronteiras e o incremento da tecnologia nos navios reduz as possibilidades dos

¹⁵ A independência do país foi obtida após uma longa guerrilha iniciada em 1961. Efetivamente, em 1956, o intelectual Amílcar Cabral fundou o Partido Africano para Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), de orientação marxista, e lutou pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Obtidas ambas as independências em 1975, os dois países foram governados pelo PAIGC, até quando um golpe militar derrubou o governo na Guiné-Bissau, em 1980, levando a ala cabo-verdiana do PAIGC a romper relações com tal país e fundar o PAICV (Partido Africano para Independência de Cabo Verde), em 1981. Nos anos posteriores o partido cabo-verdiano renunciou às ideias marxistas e, em 1990, aboliu o sistema de partido único que estava em vigor desde a independência. Desde então, o PAICV e o MpD (Movimento para Democracia) se alternaram no poder em Cabo Verde, embora existam também partidos menores. A religião mais difundida é o catolicismo e a economia nacional baseia-se na extração de sal, na pesca, na agricultura, no turismo e nas remessas enviadas pela população residente no exterior (cf. LOPES, 2008).

homens migrarem (cf. AKESSON, 2004; CARREIRA, 1977 e 1983; FILHO, 1981; LOBO, 2007; MONTEIRO, 1997 e 2001; SILVA, 1995).

Assim como no caso de Cabo Verde, os fluxos de pessoas, coisas e ideias são uma constante ao longo da história italiana. Até o século XIX, porções do território que atualmente compõe o Estado italiano estiveram sob a dominação espanhola, francesa e alemã; além disso, diversas cidades litorâneas (como Veneza, Gênova, Roma e Nápoles) exploraram, durante séculos, o comércio em seus portos, instaurando relações de trocas com as demais potências da Europa, Oriente Médio e África – inclusive com Cabo Verde (cf. CAPPELLINI, 1991). [Ver Imagens 2 e 4]

Desde a formação do Estado Nacional italiano, em 1861, um número significativo de migrantes deixou a península europeia rumo à América do Norte e à América Latina, à Austrália e a países da Europa (cf. SORI, 1979). Contudo, é apenas a partir dos anos 1960 e principalmente dos anos 1990 que a Itália passa a receber um número significativo de imigrantes (cf. BALDI, 1999). O milagre econômico que se verificou na Itália após a Segunda Guerra Mundial (e tocou todos os setores da economia, com exceção da agricultura) fez com que a oferta de empregos nas cidades italianas fosse maior que o número de trabalhadores presentes. Tal fato acarretou na saída das mulheres para o mercado de trabalho e também em um êxodo rural, mas nenhum dos dois fenômenos foi suficiente para esgotar a oferta de empregos, instaurando uma demanda por trabalhadores estrangeiros (cf. CEDERNA, 1980). É nesse contexto que se insere a chegada de cabo-verdianos na Itália.

3. A chamada e a importância da rede de contato, indicação e apoio

De acordo com as informações que eu obtive em campo, desde os anos 1960 existia na Itália a possibilidade de contratar um futuro trabalhador (doméstico ou outro) por chamada - seja acionando a própria rede de contato, seja acionando um procedimento menos comum, denominado de chamada numérica. Neste caso, uma vez que o empregador italiano não conhece diretamente o estrangeiro que deseja contratar – e tampouco dispõe de uma pessoa que faça a mediação entre ele e o estrangeiro (papel que no caso dos cabo-verdianos era desempenhado pelos padres, na década de 1960, e pelos próprios cabo-verdianos já residentes na Itália, a partir dos anos 1970). Assim, ele

contrata um ou mais trabalhadores inscritos em listas de estrangeiros que desejam trabalhar na Itália, as quais são mantidas pelos órgãos diplomáticos e consulares italianos no exterior.

Assim, cada cabo-verdiano era contratado individualmente para trabalhar na Itália; todavia, na maioria dos casos, alguns parentes e amigos já residiam na cidade em que ele passava a morar. Dessa forma, os cabo-verdianos continuam perto de conterrâneos, de amigos e também de parentes, os quais compunham as redes que viabilizavam a saída de Cabo Verde e forneciam ajuda e apoio, quer na chegada à Itália, quer na permanência no país. Por esse motivo, os cabo-verdianos na Itália provêm das mesmas ilhas - sobretudo de São Vicente, Boa Vista, São Nicolau, Santo Antão e Sal. Atentando para algumas narrativas é possível compreender melhor essa situação. **Joana** conta como funcionava o deslocamento entre a Itália e Cabo Verde na década de 1970:

Eu já estou na Itália há 35 anos e, no meio tempo, chamei muita gente para trabalhar em Nápoles! Naquela época existia a chamada, você vinha para a Itália por motivo de trabalho, estava preso ao patrão [...]. As primeiras estrangeiras a chegar para realizar trabalhos domésticos foram mulheres da Somália e de Cabo Verde, mas éramos poucas e muitas senhoras italianas precisavam de trabalhadoras, era muito mais fácil [achar emprego aqui]. Diversas vezes elas vinham me pedir uma estrangeira, pois as trabalhadoras domésticas italianas não aceitavam trabalhar *notte e giorno*. Elas cuidavam das casas e das crianças apenas durante o dia, enquanto os patrões trabalhavam, não à noite, quando os patrões saíam ou recebiam visitas para jantar. Assim, sempre que as senhoras me pediam para indicar alguém, eu perguntava a algum parente ou amigo em Cabo Verde se queria ir para a Itália. Em caso afirmativo, eu enviava pelo correio o contrato para trabalhar na casa de uma senhora. Por meio desse documento, a pessoa obtinha o visto e depois ela recebia por correio a passagem aérea, além dos documentos necessários para a viagem. Assim, ela entrava [regularmente] na Itália, já sabendo onde iria trabalhar. [...] Pouco tempo depois da chegada em Nápoles, os patrões levavam a trabalhadora para emitir os documentos italianos na *Questura*, e depositavam lá a passagem de volta para Cabo Verde. Se a pessoa fosse mandada embora, ela deveria voltar para Cabo Verde com aquela passagem e só poderia permanecer na Itália caso o empregador original escrevesse uma carta autorizando a pessoa que ele havia contratado a trabalhar em outra casa. Desde aquela época até hoje, os italianos contratam especificamente pessoas cabo-verdianas através de redes de indicações e de amizades, não por alguma outra razão particular.

A maioria das cabo-verdianas chegou em Nápoles a partir da década de 1970 - como **Rosa, Joana, Ivone e Antônia**. Ao descrever esse processo, **Joana** diz que era frequentemente procurada por uma 'senhora' italiana. Esse termo é aquele comumente empregado para se referir (metonimicamente) aos empregadores italianos, sendo indicativo da forma como tendem a ser estabelecidas as relações de trabalho doméstico nesse contexto, marcado pelo binômio patroa-empregada. Com efeito, na década de 1960 a Itália vivia um *boom* econômico que favoreceu a entrada das mulheres italianas

no mercado de trabalho. Uma vez que essa emancipação feminina não foi acompanhada por uma mudança nas relações de gênero, o homem italiano não passou a dividir com a mulher as obrigações de cuidar da casa e da família; gerou-se, pois, uma sobrecarga sobre a mulher italiana (que passa a cumprir uma dupla jornada) e uma demanda por mão-de-obra doméstica assalariada, para substituir as tradicionais donas-de-casa italianas (cf. ANDALL, 2000).

Ivone descreve suas impressões acerca do trabalho *notte e giorno* na Itália: “As italianas, não aceitam trabalhar *notte e giorno*; trabalham só até às 17h e vão embora; por isso as mulheres italianas contratam estrangeiros para trabalhar em suas casas; nossos dias e horários de folga são só domingo e quinta-feira à tarde”. Suas palavras reiteram os aspectos evidenciados por **Joana**, a respeito das razões que motivam os italianos a contratar cabo-verdianos; não se trata de alguma qualidade cabo-verdiana, mas sim de uma especificidade das migrantes (internas italianas e estrangeiras): elas aceitam trabalhar *notte e giorno*.

No Capítulo 4 serão exploradas as razões pelas quais os cabo-verdianos se diferenciam no mercado de trabalho doméstico. Por ora, basta evidenciar que o mecanismo que levava (e ainda leva) as famílias italianas especificamente às trabalhadoras cabo-verdianas era o mesmo que levava (e continua levando) as cabo-verdianas até a Itália: nas palavras de **Joana**, ‘as redes de indicações e de amizades’ de que dispunham (e dispõem). Um empregador conta como foi a chegada dos primeiros cabo-verdianos em Nápoles:

No início havia três famílias aqui em Nápoles que *chamavam* cabo-verdianas; as primeiras que chegaram indicavam amigas e parentes ; posteriormente, essas mulheres trouxeram os maridos, os irmãos, as sobrinhas e os netos; além disso, muitas delas tiveram os filhos aqui na cidade e, assim, formaram-se núcleos familiares cabo-verdianos em Nápoles.

Portanto, ainda que em menor número, homens também eram contratados para trabalhar *notte e giorno*, desempenhando funções de jardineiro, motorista ou mordomo - conforme demonstra o caso dos irmãos de **Joana**, que foram *chamados* para a Itália. Um deles conversa comigo sobre o motivo de ir especificamente para Nápoles – a saber, a rede de contato, indicação e apoio:

Todos nós que saímos de Cabo Verde, homens ou mulheres, temos o mesmo objetivo, trabalhar. Assim, o destino pode ser Nápoles, Milão Roma, ou qualquer outro lugar na Suíça ou na França. Só que você tem mais possibilidade de ir para um lugar onde tem alguém que pode te manter ou fazer seu documento. Não foi minha escolha ir especificamente para Nápoles, mas nessa cidade eu podia contar com apoio dos meus irmãos, **Joana** e Jonas, que já estavam aqui.

A fala de outra interlocutora de pesquisa (que é originária da ilha de São Nicolau, em Cabo Verde e trabalha como empregada doméstica em Roma há 33 anos) ajuda a elucidar as características do mercado de trabalho masculino na Itália:

Para os empregadores italianos não fazia diferença ser homem ou mulher, o importante era fazer o trabalho. Mas os homens cabo-verdianos eram agricultores ou pescadores e, em Cabo Verde, houve sempre uma tipologia diferente de trabalho para os homens e para as mulheres; limpar a casa, lavar louça, lavar roupa eram trabalhos femininos. Assim, fazer trabalho doméstico era muito depreciativo para um homem cabo-verdiano. Entre nós há aquele pudor que o homem pendure calcinhas, por exemplo! Esse é um trabalho mais adequado para mulheres.

4. A rede para além da chamada

Retomando mais uma vez a citação de **Joana**, reportada acima, é possível perceber que a contratação *notte e giorno* por chamada implicava no fato de que a estadia do estrangeiro na península italiana estivesse vinculada ao primeiro empregador, inclusive porque uma passagem de volta ficava junto à *Questura* (que corresponde aproximadamente à Polícia Civil brasileira), a ser usada caso o empregado se demitisse ou fosse demitido. Nessa eventualidade, a única possibilidade do estrangeiro permanecer no país era encontrar outro trabalho doméstico e contar com a disponibilidade do primeiro empregador em escrever uma carta formalizando a mudança de emprego. Além disso, a permanência das cabo-verdianas na Itália estava atrelada a trabalho doméstico e, caso elas exercessem outra profissão, não seriam autorizadas a renovar seus documentos e teriam que retornar para Cabo Verde ou permanecer irregularmente na Itália (sendo privadas de seu direito de ir e vir, impossibilitadas de passar férias em Cabo Verde).

De acordo com a legislação dos anos 1970, cabia aos empregadores italianos arcar com os custos da viagem e emitir todos os documentos necessários para que o estrangeiro que pretendiam contratar entrasse e permanecesse regularmente na Itália (inclusive responsabilizando-se por suas despesas de moradia e alimentação). Assim eles providenciavam o passaporte cabo-verdiano, o visto de entrada na Itália e o registro da

residência [*residenza*] do trabalhador no domicílio do empregador. Tal registro é necessário não apenas para os migrantes estrangeiros, mais também para os migrantes internos italianos e para qualquer pessoa que mude de residência permanente (mesmo dentro da própria cidade), sendo ainda hoje confirmado pela visita surpresa de um policial. No caso dos estrangeiros, é esse registro que possibilita a obtenção dos documentos italianos: a Carteira de Identidade italiana, o código fiscal [*codice fiscale*] (aproximável ao CPF brasileiro) e a permissão de estadia (que opera, nesse caso, como um visto de trabalho). Uma das irmãs de **Benvindo** (marido de **Joana**) - que também chegou em Nápoles por chamada na década de 1970 - fornece mais detalhes dessa situação:

Naquela época [...] era muito difícil achar alguém disposto a alugar *stanze* para estrangeiros e a única opção era morar na casa dos patrões. Até os anos 1990 não havia nenhuma legislação que garantisse os direitos dos migrantes e muitas de nós cabo-verdianas éramos ameaçadas pelos patrões; eles diziam que nos mandariam de volta para Cabo verde caso não fizéssemos o que queriam. Inclusive, muitas mulheres eram mandadas de volta para Cabo Verde quando denunciavam seus patrões na *Questura* [por alguma violência, por não pagar o salário ou por não emitir os documento nem arcar com os encargos sociais].

A rigidez legislativa que pesava sobre os trabalhadores estrangeiros não era compensada por uma igual rigidez no que tange ao respeito dos seus direitos. Até 1973 não havia contratos para regulamentar as relações entre os patrões e os empregados no âmbito do trabalho doméstico. Tal serviço não era nem reconhecido como trabalho pelo mundo operário, por isso não era incluído nas campanhas sindicais.

Essa situação tem se modificado lentamente por meio de um processo de conscientização realizado de maneira conjunta pelos movimentos sociais e sindicais italianos - entre os quais o *Movimento Tra Noi* (traduzindo, *Movimento Entre Nós*). Trata-se de uma associação de fiéis laicos, reconhecida pela diocese de Roma, que opera como ente moral, sem fins lucrativos. Ao ser entrevistada por mim em Roma, Simonetta Antonella (presidente italiana do *Tra Noi*) narra:

Quando o *Tra Noi* nasceu, as empregadas não tinham nem voz, nem direitos, nem nada. Ninguém falava em pagar contribuição para aposentadoria, não havia leis, não havia contrato, não existiam horários de trabalho. [...] Fizemos um trabalho junto com as trabalhadoras para que a categoria fosse reconhecida. [...] A partir daí as domésticas foram legalizadas e as imigrantes em situação irregular [como as primeiras migrantes da década de 1960 que chegaram sem contrato] puderam regularizar sua situação através

de *sanatoria*¹⁶.

Em 1986 foi elaborada a primeira legislação italiana sobre imigração, regulamentando os deveres e também os direitos dos imigrantes (lei n. 943 de 30/12/86). Tal legislação foi modificada em 1990, quando foi estabelecido o direito à reunificação familiar (lei n.39 de 28/02/1990)¹⁷. Recentemente, a legislação italiana sobre imigração foi modificada pela lei Bossi-Fini (lei n.189 de 30/07/2002), que desfavorece os estrangeiros, restringindo os direitos atribuídos na lei anterior: dificultou-se a entrada e permanência regular de estrangeiros, facilitou-se sua expulsão e reduziram-se as possibilidades de reunificação familiar.

Conforme argumenta Cimmino (2002) tal fato parece indicar que, na Itália, é mais forte a exigência de regulamentar os fluxos migratórios do que a de garantir os direitos dos estrangeiros. São considerados imigrantes regulares todos os cidadãos estrangeiros que entram e permanecem no território do Estado italiano em conformidade com as condições legais (munidos de passaporte válido e, depois de entrar regularmente no território, munidos de permissão de estadia ou de carteira de estadia). O estrangeiro que permanece regularmente no território do Estado italiano usufrui dos direitos civis atribuídos ao cidadão italiano e pode participar da vida pública local. Por outro lado, existem três casos em que as pessoas podem ser consideradas imigrantes irregulares: no caso delas não se dirigem à *Questura* requisitando a permissão de estadia dentro do prazo previsto pela lei (ou seja, oito dias úteis), após ter chegado na Itália com visto de entrada regular; no caso de não pedirem a renovação do documento, após ter entrado regularmente e permanecido na Itália com permissão de estadia regular; no caso de ter o pedido negado (pela falta dos requisitos mínimos), após ter pedido a renovação da permissão de estadia. Por fim, são considerados clandestinos todos os estrangeiros que entraram na Itália sem passar pelos controles de migração.

Não há registros estatísticos ou bibliográficos sobre a existência de cabo-verdianos clandestinos na Itália. A maioria absoluta deles entra na Itália regularmente, mas parece ter aumentado o número de cabo-verdianos que acabam permanecendo na Itália em

¹⁶ A *sanatoria* é uma possibilidade de regularização facilitada dos imigrantes, aberta periodicamente pelo governo italiano.

¹⁷ Antes disso a reunificação familiar não era regulamentada, tampouco garantida por lei; no entanto, ela não era proibida e havia uma convenção europeia de 1975 que estabelecia o direito à reunificação familiar (cf. TOGNETTI BORDOGNA, 2004:235).

situação irregular (Ramos, 2008). Tal cenário é o mesmo que eu encontrei durante minha incursão etnográfica, com a diferença que os cabo-verdianos irregulares tendem a referir à própria situação em termos de ‘clandestinidade’ ou ‘ilegalidade’¹⁸. Em campo, eu tive oportunidade de conversar com 114 pessoas que se autodenominam cabo-verdianas - a maioria absoluta delas, 101 pessoas, residia em Nápoles, onde eu foquei minha etnografia. Entre os 76 cabo-verdianos que eu entrevistei em ambas as cidades, apenas 6 estavam em situação irregular (0,8%).

Assim como a maioria dos estrangeiros¹⁹, todo cabo-verdiano que deseje entrar regularmente na Itália deve requerer um visto de entrada [*visto di ingresso*], emitido pelos órgãos consulares presentes no seu país de residência. Posteriormente, é necessário declarar os motivos e a duração de sua viagem (trabalho, turismo, reunificação familiar etc.), além de demonstrar que se dispõe de residência (ou hospedagem) na Itália, assim como de recursos financeiros suficientes para arcar com os custos da estadia na península italiana e da viagem (de ida e de volta). O visto é válido por 30 dias (ou por 120, no caso de visto de entrada por motivo de trabalho, i.e. quando a contratação se dá por chamada), mas ele pode ser negado sem justificativa pelas autoridades consulares (por motivo de segurança). Ao chegar na fronteira italiana, a entrada do estrangeiro também pode ser proibida (mesmo que ele tenha o visto), caso ele não demonstre dispor da residência e dos recursos financeiros exigidos, ou caso ele tenha sido anteriormente expulso da Itália (por exemplo, por ter permanecido irregularmente no país).

Uma vez na Itália, todo estrangeiro deve dirigir-se à *Questura* (até 8 dias úteis após sua chegada) e requerer a permissão de estadia [*permesso di soggiorno*]. Ela é necessária

¹⁸ Tal fato é ilustrativo do processo de criminalização pelo qual passam os imigrantes na Europa (Dal Lago, 2009).

¹⁹ Acordos específicos da União Europeia sancionam quais países não estão sujeitos à obrigatoriedade de visto para trânsito ou breve estadia em todos os países membros (entre os quais, a Itália). Contudo, esses acordos não se aplicam às estadias de longa duração (superiores a 90 dias) e nesses casos, inclusive cidadãos de Países contemplados por esses acordos (como os brasileiros) devem obter um visto. Atualmente não há obrigatoriedade de visto para trânsito ou breve estadia para os seguintes Países: Andorra, Argentina, Austrália, Brasil, Brunei, Canadá, Chile, Coréia do Sul, Costa Rica, Croácia, El Salvador, Japão, Guatemala, Honduras, Hong Kong, Israel, Malásia, Macau, México, Mônaco, Nicarágua, Nova Zelândia, Panamá, Paraguai, Singapura, Estados Unidos, Uruguai, Venezuela. Informações disponíveis nos seguintes sites: <http://www.inps.it/portale/default.aspx?sID=%3B0%3B6969%3B6974%3B6982%3B6983%3B&lastMenu=6983&iMenu=1&p4=2>; http://img.poliziadistato.it/docs/esenti_visto_ingresso.pdf (Acessados em 01/03/2012).

para permanecer regularmente na Itália durante um período determinado, sendo exigida para obter a carteira de identidade [*carta di identità*] e o código fiscal; sem esses documentos não é possível receber assistência médica (exceto em casos de emergência), abrir conta no banco e assinar contrato. A permissão de estadia deve ser solicitada até 8 dias após a chegada na Itália e, dependendo do motivo da estadia no país, tem validade de 3 meses (turismo), de 1 ano (trabalho subordinado por tempo determinado) ou de 2 anos (trabalho subordinado por tempo indeterminado, trabalho autônomo e reunificação familiar). Além disso, a permissão deve ser renovada antes que sua validade expire (de 30 a 90 dias antes, variando esta prazo de acordo com a motivação da estadia). Ao solicitar ou renovar a permissão de estadia exige-se novamente que o estrangeiro demonstre que dispõe de recursos financeiros e de residência na Itália. Caso o pedido da permissão de estadia seja negado, o estrangeiro tem 15 dias úteis para deixar o país ou receberá um documento de expulsão administrativa.

No caso da permissão de estadia por motivos de trabalho (subordinado por tempo determinado ou indeterminado), o estrangeiro já deve ter acordado com seu empregador um contrato de permanência [*contratto di soggiorno*] prevendo uma remuneração e carga horária de trabalho de ao menos 20 horas semanais e, no máximo, 10 horas de trabalho diário. Cabe ao empregador garantir a disponibilidade de uma residência para o estrangeiro e empenhar-se em pagar as despesas necessárias para o retorno do trabalhador ao seu país de proveniência. No que tange à permissão de estadia por motivos de trabalho autônomo, o estrangeiro tem a obrigação de demonstrar a disponibilidade de uma residência, de uma renda anual mínima de 8.263,31 Euros, dos recursos necessários para o empreendimento (comprovados por meio de um Atestado da Câmara de Comércio), além de licença comercial e de inscrição na ordem profissional.

Por sua vez, a permissão de estadia por reunificação familiar permite trabalhar na Itália (de maneira autônoma ou subordinada); contudo ela só pode ser concedida aos seguintes parentes de cidadãos italianos ou de estrangeiros regularmente residentes na península italiana: os cônjuges, os filhos menores de idade, os filhos maiores de idade dependentes (por problemas de saúde etc.), os pais que não tenham outros filhos no país de residência ou que tenham mais de 65 anos e sejam dependentes dos filhos regularmente presentes na Itália (por motivos de saúde etc.). Quando se trata de filhos menores de 14 anos de idade, os pais que fazem o pedido de reunificação familiar

devem apresentar também a aprovação do proprietário da residência onde o menor irá morar.

Ao permanecer e trabalhar regularmente, de três em três meses o empregador deverá pagar a contribuição ao INPS (Istituto Nacional da Previdência Social) – proporcional ao salário e às horas trabalhadas no trimestre. Este pagamento permite que o trabalhador (independentemente de ser estrangeiro ou italiano) tenha acesso a uma série de benefícios, entre os quais o seguro desemprego, a licença maternidade, o auxílio-doença e a aposentadoria (por tempo de contribuição, idade, invalidez etc.).

O estrangeiro que permanecer regularmente na península italiana durante seis anos seguidos pode requerer a carteira de estadia [*carta di soggiorno*]. Para obtê-la, ele deve apresentar o contrato de trabalho ou a licença comercial e demonstrar a disponibilidade de uma renda anual mínima de 4.557,41 Euros (ou de 8.857,70 no caso de estrangeiro com filho ou outro dependente, ou ainda de 13. 286,55 no caso de mais de quatro dependentes). Vale ressaltar que também têm direito à carteira de estadia os cônjuges estrangeiros de cidadãos italianos e os filhos menores de idade de pais estrangeiros que residem regularmente no país.

De acordo com a lei nº 91 de 05/02/1992 (e suas sucessivas modificações), após 10 anos de residência regular na Itália, o estrangeiro pode entrar com o pedido de obtenção da cidadania italiana e o Estado italiano pode concedê-la. Contudo, não existe nenhuma obrigação automática por parte do Estado em concedê-la após verificar a existência dos requisitos exigidos; existe apenas uma obrigação de avaliar a oportunidade de conceder a cidadania ou não, de acordo com o interesse da comunidade italiana. O mesmo vale para aquele que o Estado italiano define como “estrangeiro nascido na Itália” (art 4, c.2). Este pode pedir a cidadania italiana e o Estado pode concedê-la, mas apenas se ele residiu na Itália regularmente e sem interrupções até alcançar a maioridade (ou seja, até completar 18 anos) e apenas se ele declara que deseja obter a cidadania italiana dentro do período de um ano após alcançar essa idade.

Por fim, é importante explicitar que a lei Bossi-Fini garante o direito dos estrangeiros à contribuição previdenciária e à habitação. O primeiro desses direitos estabelece que, após atingir os 65 anos de idade, o trabalhador estrangeiro poderá usufruir dos direitos

previdenciários acumulados na Itália que retornar ao próprio país. Por sua vez, o segundo desses direitos sanciona que o estrangeiro regularmente residente na Itália que dispuser de carteira de estadia ou de permissão de estadia com validade bienal pode concorrer à atribuição de moradias populares em paridade de condições com os cidadãos italianos. Além disso, está prevista uma ação civil contra qualquer ato de discriminação por motivos raciais, étnicos ou religiosos.

Em decorrências das mudanças legislativas vinculadas à implementação da legislação italiana sobre imigração no final dos anos 1980, hoje em dia os estrangeiros conseguem obter e renovar seus documentos italianos desempenhando outras funções que não o trabalho doméstico. Além disso, existe a opção de alugar uma *stanza* e trabalhar *lungo ore*, seja em casas de família, seja realizando serviços de limpeza (em escritórios, restaurantes ou órgãos públicos, por exemplo), seja desempenhando outras profissões - como a de cabeleireiro, auxiliar administrativo e enfermeiro. Por fim, duas ulteriores mudanças na legislação italiana tornaram possível entrar regularmente na Itália sem um contrato de trabalho prévio, quer por meio de um visto de turismo, quer por meio de Reunificação familiar (cujo direito passou a ser garantido pelo Estado italiano a partir de 1990). Foi assim, por exemplo, que **Rosa** levou para Nápoles seu irmão, Lucas, e sua sobrinha, Lilina. Paralelamente, reduziu-se o número de pessoas que entram na Itália através da chamada e a maioria das contratações *notte e giorno* passou a ser feita pessoalmente na Itália. Ainda sim, continua sendo a rede de contatos que coloca em movimento o fluxo entre Cabo Verde e a Itália, viabilizando as entradas por reunificação familiar e por visto de turismo; por fim, também no que tange ao trabalho doméstico, continua sendo a rede de indicações que medeia as contratações entre patrões italianos e empregados cabo-verdianos.

5. Cabo-verdianos na Itália: permanências e mudanças

Nos últimos anos, vem crescendo o número de cabo-verdianos que, mesmo exercendo trabalho doméstico, opta por trabalhar *lungo ore* e alugar uma *stanza* para morar. Na maioria das vezes, eles dividem o aluguel com a irmã (ou os irmãos, como **Rosa**), mas a *stanza* pode ser compartilhada também com o companheiro e os filhos (como no caso de **Joana, Ivone e Antônia**). Muitas mulheres continuam trabalhando *notte e giorno* (como **Rosa**) e escolhem entre alugar ou não uma *stanza*. Com efeito, se por um lado

obtém-se mais liberdade alugando uma *stanza* e mais ainda trabalhando *lungo ore*, os gastos aumentam e podem inviabilizar os ganhos da migração²⁰.

Até hoje, os dias e horários de folga dos trabalhadores *notte e giorno* são quinta-feira à tarde (normalmente das 17h-21h) e domingo (em geral das 9h-21h). Uma vez que muitos cabo-verdianos e também migrantes de outros países continuam trabalhando de acordo com esse arranjo laboral, mesmo aqueles que exercem outras profissões tentam alocar sua folga para esses mesmos dias e horários. Assim, quinta-feira e domingo são os principais dias de encontro dos cabo-verdianos na Itália, enquanto quinta-feira à tarde é o horário de atendimento ao público da maioria dos órgãos italianos voltados para os migrantes (e, direta ou indiretamente, para os cabo-verdianos) - como os sindicatos e os órgãos consulares.

O principal emprego disponível para os estrangeiros na Itália continua sendo o trabalho doméstico, mas torna-se progressivamente menos comum o arranjo laboral do tipo *notte e giorno*. Uma primeira razão é a diminuição da oferta de estrangeiras dispostas a aceitar esse arranjo, pois querem ser mais livres e preferem trabalhar *lungo ore*. Uma segunda razão é que, desde a crise de 2008, diminuiu a demanda italiana por trabalhadores *notte e giorno*, pois quando eles são contratados regularmente, são mais caros do que os trabalhadores *lungo ore*. Em Nápoles, estes ganham aproximadamente 900,00 euros por mês, enquanto as pessoas que trabalham *notte e giorno* geralmente recebem cerca de 700,00 euros de salário mensal; apesar do salário *notte e giorno* ser mais baixo, cabe aos patrões arcar com os custos de transporte, moradia e alimentação. Em ambos os casos, de acordo com a legislação, os patrões pagam também os encargos sociais do *INPS* (ou seja, a contribuição para a aposentadoria dos empregados), os quais são mais pesados no caso de contratos *notte e giorno* (correspondendo aproximadamente a 350,00 euros, pagos a cada três meses). Os cabo-verdianos tendem a trabalhar exclusivamente em situação regular, uma vez que, como foi visto acima, estar com os impostos em dia e com um contrato de trabalho válido permite que eles

²⁰ Como será aprofundado no Capítulo 3, em Nápoles, os cabo-verdianos que realizam serviço doméstico (*lungo ore* ou *notte e giorno*) moram e trabalham no centro de cidade, mas enquanto trabalham em apartamentos enormes localizados em bairro tradicionais de elite (como *Chiaia*, *Mergellina* e *Posillipo*), moram em *stanze* semelhantes a *kitinetes*, alugados em bairros populares antigos (*Quartieri Spagnoli*, *Montesanto*, *Sanità*, *Ferrovia*), onde os alugueis giram entorno dos 400,00 euros mensais (cerca da metade do salário mensal).

mantenham seus documentos italianos válidos, garantindo seus direitos de acesso à segurança, saúde e previdência social, assim como seu direito de ir e vir.

Outros empregos tradicionalmente exercidos por estrangeiros (e por extensão pelos cabo-verdianos) - como os demais serviços de limpeza ou as profissões como cozinheiro, caixa de supermercado, motorista e operador de máquinas na indústria - oferecem menores possibilidades de regularização, pois o salário é mais baixo. Tal característica faz com que os homens cabo-verdianos tenham mais dificuldade em se inserir no mercado de trabalho italiano e, conseqüentemente, para se regularizar, pois geralmente eles não estão dispostos a realizar trabalhos domésticos.

Ao pesquisar as mulheres cabo-verdianas que migraram para Roma desde 1960 até 1990, Iolanda Évora (2003) chama a atenção para o fato de que, embora a primeira experiência de trabalho das cabo-verdianas seja sempre como empregada doméstica, em alguns casos elas conseguem ascensão profissional - a qual é descrita por suas interlocutoras de pesquisa como sendo fruto de um grande esforço. Em Roma, conheci algumas mulheres cabo-verdianas que chegaram na Itália trabalhadoras domésticas *notte e giorno* e que alcançaram a ascensão social descrita por Évora (2003). Algumas delas obtiveram a cidadania italiana, são concursadas e trabalham em órgãos públicos; outros abriram agências de viagem e de transporte, onde trabalham; outras ainda cursaram a faculdade e trabalham na profissão em que se formaram. Conversando com elas, a maioria vinculou sua experiência de sucesso ao *Movimento Tra Noi* (apresentado na seção anterior), que historicamente fornece gratuitamente diversos cursos às trabalhadoras domésticas e desde os anos 1970 organiza um centro comunitário cabo-verdiano. A presidente do *Tra Noi*, Simonetta Antonella oferece mais detalhes:

Em 1968-69 nós do *Tra Noi* tínhamos um centro festivo para trabalhadoras domésticas, próximo à Igreja que frequentávamos. Nosso padre propôs que fizessem algo especificamente para as domésticas que eram imigrantes e se reuniam já autonomamente nos degraus da igreja e nas praças. Assim nós procuramos um espaço onde elas pudessem se encontrar e as freiras de Santa Francesca Cabrini em Via Sicilia 215, ofereceram hospitalidade. Desde 1972-73 a comunidade cabo-verdiana adotou o local como ponto de referência e passou a encontrar-se lá, sempre às quintas-feiras e aos domingos, a partir das 17h. Lá oferecíamos cursos de alfabetização, possibilitando que muitas cabo-verdianas continuassem a estudar, concluíssem o primeiro e o segundo grau, chegando até mesmo a formarem-se na faculdade, ou a fazer cursos técnicos de enfermeiras, por exemplo.

Évora (2003) evidencia um aumento no número de homens e de crianças (filhas de cabo-verdianos) residentes na Itália. Geralmente esse aumento é explicado atentando para a maior entrada de homens e crianças cabo-verdianas a partir dos anos 1990, possibilitada pela Reunificação familiar e pelo visto de turismo (cf. DE ROSA, 2006; SCIALDONE, 2006). Contudo, tais fatores não são os únicos determinantes desse aumento, tampouco são suficientes para explicar a multiplicidade de situações em que a população cabo-verdiana na Itália se encontra atualmente. Com efeito, as mudanças na legislação italiana e o fator temporal alteraram o perfil dos cabo-verdianos residentes na Itália. Ao mesmo tempo, porém, não mudou a forma de categorizá-los dentro das estatísticas oficiais não mudou; dessa maneira, os dados quantitativos italianos e cabo-verdianos não espelham tão fielmente as características atuais dessa população, fazendo com que seja difícil saber quem são efetivamente os cabo-verdianos na Itália.

Todos os números indicam uma presença consistente cabo-verdiana na Itália, sobretudo feminina, concentrada nas cidades de Roma e Nápoles. Nota-se, porém, uma enorme discrepância entre as estatísticas italianas e cabo-verdianas: enquanto a primeira reporta um número total de 4.629, a segunda reporta 10.243. No caso de Nápoles, verifica-se uma divergência inclusive entre as fontes estatísticas italianas: de acordo com uma, os cabo-verdianos regularmente residentes na cidade são 572; segundo outra, são 920; por fim, de acordo com o consulado são aproximadamente 3.000.

O último dossiê estatístico italiano revela a presença de 4.629 cabo-verdianos regularmente residentes na Itália por motivos de trabalho, de estudo ou pessoais (cf. CARITAS, 2010). A maioria deles está em Roma (1.627, i.e., 35%) e em Nápoles (572, i.e., 12%), cidades que são seguidas por Palermo, Milão, Gênova e Bolonha (com cerca de 200 cabo-verdianos cada) havendo, por fim, outras cidades cuja presença cabo-verdiana é menor (cf. COMUNI ITALIANI, 2009)²¹. Contudo, segundo os dados que obtive junto à Polícia Civil de Nápoles, em abril/2011 os cabo-verdianos em Nápoles

²¹ Dados disponíveis em: <http://www.comuni-italiani.it/statistiche/stranieri/cv.html> (Acessado em 01/03/2012). De acordo com as estatísticas oficiais de 2010, os cabo-verdianos são 0,1% do número total de cidadãos estrangeiros regularmente presentes na península italiana. Estes são 3.891.295 (7,4% da população residente na Itália), dos quais 366.360 moram em Roma (cidade italiana que hospeda o maior número de migrantes) e 61.169 em Nápoles. Embora 51,3% dos cidadãos estrangeiros no país sejam do sexo masculino, no caso dos migrantes cabo-verdianos, 73% é do sexo feminino (cf. CARITAS, 2010 e 2010b).

portadores de documentos italianos válidos na cidade era 920²². Na mesma data, o número de cabo-verdianos inscritos na Embaixada de Roma era 10.243 e no Consulado de Nápoles, cerca de 3.000.

Em seu estudo sobre os cabo-verdianos em Portugal, Gomes (1999) salienta uma análoga “incongruência entre os dados estatísticos fornecidos na origem e no destino das populações migrantes, ou seja, os valores de migrantes contabilizados no país de origem estão sobrerrepresentados face àqueles divulgados no país de acolhimento” (: 52). Com base no diferencial entre as estatísticas dos dois países, o número de cabo-verdianos que residiria irregularmente em Portugal seria quase o dobro daqueles que estão em situação regular. Grassi (2006) cita o trabalho de Gomes (1999) argumentando que a defasagem ressaltada por ele é grande demais para poder ser explicada somente pelo fenômeno da entrada irregular de cidadãos (os quais constariam apenas nos registros cabo-verdianos, não nos italianos). Alternativamente, ela sugere que a diferença entre os dados se deva a questões relacionadas às múltiplas situações em que a população cabo-verdiana se encontra e com as dificuldades que as fontes estatísticas oficiais se deparam ao tentar captar com o devido rigor a população cabo-verdiana em Portugal. Efetivamente, o universo de referência que constitui essa população engloba pessoas com perfis muito diferentes, a saber: portugueses de nacionalidade cabo-verdiana; portugueses nascidos em Portugal de pais e avós cabo-verdianos (classificados como segunda e terceira geração); cabo-verdianos com outras nacionalidades (designados de outros PALOP) etc. No caso italiano parece acontecer o mesmo que em Portugal e cada fonte estatística parece englobar apenas uma parte do universo de referência que constitui a população cabo-verdiana na Itália.

Conforme evidencia o relatório de Maria Silva Ramos (2008) - cabo-verdiana nascida em Roma que trabalha na Embaixada de Cabo Verde - a divergência entre os dados italianos e cabo-verdianos tem aumentado ao longo dos anos. Em 1993, o número de cabo-verdianos presentes na Itália era aproximadamente o mesmo segundo os órgãos italianos e aqueles cabo-verdianos (5.490, no primeiro caso, 5.912, no segundo). Por outro lado, em 2002, os dados oficiais italianos começaram a apresentar números bem

²² Dados disponibilizados pela *Questura* de Nápoles após pedido oficial formulado por mim em abril de 2011.

mais baixos quando comparados àqueles fornecidos pelos órgãos consulares (respectivamente 3.368 *versus* 8.057).

Em campo, eu tive a oportunidade de conversar com Maria Silva Ramos sobre a existência de tamanha discrepância entre os dados estatísticos italianos e cabo-verdianos. Segundo ela, isso seria decorrente do fato dos órgãos italianos incluírem apenas as pessoas que detêm cidadania cabo-verdiana e estão regularmente presentes na Itália. Segundo ela, inicialmente, os dados fornecidos por esses órgãos correspondiam aproximadamente ao número de cabo-verdianos efetivamente residentes em território italiano. Todavia, com o passar do tempo, o perfil dos cabo-verdianos na Itália mudou e passou a não ser espelhado fielmente pelas estatísticas oficiais. De fato, muitos cabo-verdianos obtiveram cidadania italiana, sendo incluídos em algumas estatísticas, mas não em outras. Além disso, quando os cabo-verdianos (ou seus patrões) deixam de pagar seus impostos e/ou renovar seus documentos, eles acabam permanecendo irregularmente na Itália e não sendo incluídos nas estatísticas dos órgãos italianos. Depois do anos '90, com a possibilidade de exercer outras profissões que não o trabalho doméstico e de entrar na Itália sem contrato de trabalho prévio, aumentou o número de pessoas que se encontram nessa situação - pois diversas vezes seus documentos vencem antes que eles encontrem um trabalho que lhes permita renová-los.

Nesse sentido, os dados consulares são aqueles que, atualmente, são mais fiéis quanto à efetiva presença cabo-verdiana na Itália, ainda que tais órgãos também apresentem dados incompletos. Com efeito, não há uma contabilidade das pessoas que deixaram a Itália, nem daquelas que faleceram; além disso, consta nos dados consulares apenas os cabo-verdianos que vão até a Embaixada ou aos consulados para se registrar e, na prática, apenas os cabo-verdianos que têm interesse e condições de obter e/ou renovar o passaporte cabo-verdiano o fazem.

Também Celeste Ramos - cabo-verdiana responsável pelo setor de imigração do sindicato UIL (*Unione Italiana dei Lavoratori*, traduzindo *União Italiana dos Trabalhadores*) em Nápoles - ao ser entrevistada por mim, chamou a atenção para a dificuldade que os órgãos italianos e cabo-verdianos enfrentam em captar a diversidade da população cabo-verdiana na Itália. Falando sobre as pessoas que acabam não se registrando nos órgão consulares ela argumenta que, os casos raros em que isso não

ocorre correspondem, geralmente, a cabo-verdianas que não dispõem de meios suficientes para arcar com os custos da viagem para Cabo Verde²³. Conforme Celeste Ramos, porém, isso não significa que essas pessoas percam o vínculo com Cabo Verde; geralmente elas perdem apenas o interesse pelo passaporte cabo-verdiano e, por isso, deixam de se registrar nos órgãos consulares (saindo das estatísticas oficiais). Todavia, por não terem condições de ir periodicamente a Cabo Verde nas férias, os laços (de amizade, parentesco e conjugalidade) que essas pessoas tinham no arquipélago acabam se afrouxando e até mesmo se perdendo.

Durante meu trabalho de campo, eu só tive acesso por meio de boatos a situações como aquela descrita por Celeste Ramos, na qual ocorre esse rompimento dos laços. Todos os 111 cabo-verdianas com quem eu conversei (101 em Nápoles e 11 em Roma) têm algum parente cabo-verdiano em Nápoles e mantêm contato com seus parentes e amigos que estão longe – residam eles em outras cidades na Itália, ou em Cabo Verde, ou ainda em outros países, como Estados Unidos e Portugal. Tal contato é mantido por meio da circulação de informações, da partilha de bens e da distribuição de pessoas: através de conversas (por celular, internet, telefone, carta), através de envio de pacotes (por correio e navio), através de encomendas mandadas nas malas das pessoas que vão ao arquipélago e, por fim, através do contato face-a-face durante as visitas periódicas que os cabo-verdianos na Itália fazem a Cabo Verde nas férias.

Embora o fato de estar longe dos parentes e amigos (que vivem em Cabo Verde e em outros lugares) gere muito sofrimento, a distância espacial e temporal não necessariamente diminui a proximidade das relações de parentesco e os vínculos afetivos nem sempre se rompem. Nesse sentido, vale a pena retomar as palavras de, Robson, um dos irmãos levados por **Joana** para Nápoles através de chamada:

²³ Como mostram Lobo (2010) e Dias (2010), os custos da viagem não se reduzem ao preço da passagem. De fato, espera-se que as cabo-verdianas na Itália ajudem os familiares que ficaram em Cabo Verde por meio de remessas periódicas em *dinheiro* e envio de *encomendas* (roupas, sapatos, utensílios domésticos) e a demanda por esses bens é maior quando as mulheres vão passar férias em Cabo Verde. A esse respeito, uma cabo-verdiana que eu conheci em Nápoles afirma: *Para ir para Cabo Verde você precisa de dinheiro. [...] Da última vez que eu fui, eu fiquei mal porque eu não tinha dinheiro para ajudar todos os parentes que estavam em uma situação pior do que a minha; eu fiquei mal, não aproveitei as férias. [...] Acho que se eu não ganhar na loteria não vou conseguir voltar mais para Cabo Verde! É o meu jeito de pensar, pode ser errado, mas eu sou assim; se eu vou te visitar e não tenho algo para te dar eu fico mal, principalmente sabendo que você está passando por mais dificuldades do que eu. Minha avó e meu pai dizem que [...] eu não devo pensar em levar presentes para Cabo verde, caso contrário eu nunca mais conseguirei voltar para lá. E realmente, depois da última vez que eu fui, eu ainda não consegui voltar. Eu tenho um monte de parente, não posso dar presentes apenas para um e não dar para o outro; como faço?*

Eu sai para construir uma vida melhor para mim e para minha família. Meus irmãos e eu, que vivemos na Itália, temos aquele compromisso de mandar sempre dinheiro para os nossos pais que estão em casa. Nós sempre telefonamos para nossos pais, mantemos esse relacionamento, temos esse compromisso. Ao chegar na Itália, temos sempre em mente que precisamos ajudar e, por isso, mandamos dinheiro todo mês, ou a cada dois meses, para que as pessoas em Cabo Verde fiquem bem. Sempre que podemos, vamos passar férias lá, de dois em dois anos, e ficamos alguns meses juntos. Mas existem pessoas que estão aqui em Nápoles há 20 anos e nunca voltaram para Cabo Verde. Eles dizem que é por falta de trabalho, mas não dá para ficar vinte anos sem trabalhar. Eles quebram o vínculo, eles ficam deslumbrados [*si montano la testa*].

Ao refletir sobre o fluxo de mulheres cabo-verdianas para a Itália, da perspectiva das pessoas que ficam na ilha da Boa Vista, Lobo (2007) reforça os aspectos evidenciados pela fala do irmão de **Joana**. A autora mostra que a migração gera um conjunto de expectativas compartilhadas, as quais, porém, “não são somente impostas à emigrante pelos que ficam, enquanto ela mesma toma para si a responsabilidade de contribuir econômica e afetivamente para a melhoria da qualidade de vida dos pais, filhos e demais familiares” (: 143-144). De fato, é a possibilidade de uma vida melhor para si e para a família que motiva a sair do arquipélago - e, no caso, a ida para a Itália - em busca de estabilidade econômica e social para si e para a família, a qual pode ser resumida pela idéia de *vida boa* (:39). Assim, o projeto migratório entre Cabo Verde e Itália tem um caráter tanto individual quanto coletivo e gera um conjunto de obrigações familiares (sociais e econômicas) compartilhadas por quem fica e também por quem sai.

Conforme teoriza Lobo (2007), espera-se que, quando a mulher migrante estiver estabelecida na Itália e com emprego fixo, ela ajude os familiares que ficaram em Cabo Verde por meio de trocas de vários tipos: mandando e recebendo encomendas (roupas, sapatos, utensílios domésticos), enviando remessas em dinheiro e viabilizando a ida de outras mulheres para a Itália. Além disso, ela deve manter contato periodicamente por telefone e outras tecnologias de comunicação, assim como visitar periodicamente o arquipélago no período de férias. Nesse contexto, dar e receber, depender mutuamente um do outro, trocar reciprocamente valores materiais e imateriais (como remessas, encomendas, conhecimento e sentimento) enfim todos esses atos de solidariedade preenchem, por meio de *signos de proximidade*, um espaço presente no domínio do parentesco cabo-verdiano, que não se esgota no sangue, nem na troca de fluidos (Id. Ibid.: 15 e 134)²⁴. A fala de Robson indica que essas expectativas não são diferentes no

²⁴ Inspirada na noção de *relatedness*, desenvolvida por Carsten (2000) - que concebe as relações de parentesco como construídas pela prática cotidiana de viver junto - Lobo (2007) lança mão da noção de

caso do homem migrante e que deixar de manter estes compromissos e esses *signos de proximidade* é mal visto socialmente, podendo acarretar na quebra do vínculo social. Por essa razão prefiro utilizar o termo manter (ao invés de deixar) para falar da forma como os cabo-verdianos na Itália se relacionam com as pessoas queridas que ficaram no arquipélago.

Robson continua sua argumentação, relacionando mais uma vez sua decisão de migrar ao projeto de construir uma vida melhor para si e para sua família:

Se você ficar em Cabo Verde, não consegue construir nada. A única opção que nós temos é sair do país para achar um emprego, ganhar algo a mais e ajudar em casa. Em Cabo Verde até encontramos emprego, mas não ganhamos bem. O salário em Cabo Verde para trabalhar com limpeza em hotel é 200 euros, enquanto em Nápoles você pode ganhar até 800 euros trabalhando *notte e giorno* na casa de alguém. Cabo Verde é um país pequeno, se todos ficarmos lá, é impossível que haja trabalho para todos.

Da mesma forma que o irmão de **Joana**, outros interlocutores de pesquisa falam da opção por sair de Cabo Verde como a única forma de melhorar a própria qualidade de vida individual e familiar, atingindo assim o ideal de *vida boa*. Conforme identifica Lobo (2007), em Cabo Verde, a justificativa econômica da migração assume uma expressão peculiar e ganha importantes conotações morais, pois o denominador comum às diversas razões para emigrar é a ideia de que “para *crescer* é preciso sair” (:116, grifos meus). Ainda hoje, pessoas desejam sair do arquipélago apesar de dispor de um trabalho e inclusive pessoas provenientes das classes mais abastadas ambicionam migrar (:256). Embora Robson fale da saída de Cabo Verde enquanto única opção (e nesse sentido, enquanto uma coerção), ele não afirma isso em absoluto: ele diz que essa é a única opção para conseguir construir alguma coisa, ou em outras palavras, essa é a única opção para *crescer*. Ele explica:

Em Cabo Verde, quando eu sai, apenas quem estudava conseguia um emprego digno ganhando bem. Minha família era pobre e eu não pude estudar... Eu não estudei porque não tive possibilidade e não porque eu não tinha cabeça para estudar. Por isso, para mim é muito importante que minha filha estude; ela é muito boa na escola! Estudar é importante para conseguir um bom emprego. Todo trabalho é trabalho, com todo respeito. Mas eu gostaria de fazer um trabalho mais digno. Quando você não estuda é obrigado a fazer qualquer tipo de trabalho. Se você estuda você tem escolha. Eu

proximidade de duas maneiras: para pensar as relações genealógicas enquanto forma primária de estabelecer conexões através de uma primeira troca de fluidos; para explorar as maneiras de criar proximidade à distância por meio das trocas (materiais, cognitivas e emocionais) que se instauram entre as pessoas que migram e aquelas que permanecem no arquipélago.

trabalho como mordomo, mas essa não era minha vontade. [...] Se eu tivesse estudado eu podia ter imaginado uma vida diferente para mim. Hoje penso apenas em continuar trabalhando em Nápoles até minha filha terminar a faculdade e, enquanto isso, eu penso em fazer outro investimento. Além da casa que já construí, penso em comprar um apartamento em Cabo Verde e alugá-lo, para ter uma renda fixa. Então, quando eu me sentir realizado eu volto para Boa Vista.

Como foi apontado acima, é a falta de um emprego fixo que motiva a saída de Cabo Verde e adia o retorno tão almejado. Tal falta, porém, está relacionada não a uma razão puramente econômica, inerente à pobreza do arquipélago, mas também à falta de educação e, de modo geral, à falta de recursos que possibilitem *crescer* e alcançar o ideal de *vida boa* (individual e familiar). A maioria dos cabo-verdianos (que, como **Joana** e seus irmãos, chegaram na Itália por chamada) não teve oportunidade de estudar por vários motivos: suas famílias eram numerosas e de origens humildes; não dispunham de condições econômicas para manter o filho estudando (sobretudo porque na maioria das ilhas isso implicava em manda-lo para São Vicente, concluir sua educação); os filhos mais velhos precisavam ajudar com a renda familiar e com os cuidados dos irmãos mais novos. Assim, a ênfase que o irmão de **Joana** coloca na educação que ele não teve e que ele luta para que a filha tenha, indica que a educação é vista como um instrumento privilegiado de acesso a uma hierarquia econômica, social e cultural superior. Ainda que a educação seja apenas um caminho possível para alcançar essa almejada ascensão social, ela é naturalizada como uma maneira imediata para superar a falta de emprego fixo em Cabo Verde.

Além disso, a narrativa de Robson apresenta aquele que é o objetivo da maioria dos cabo-verdianos na Itália: permanecer no exterior tempo suficiente para construir uma casa em Cabo Verde, de modo a instaurar ali um negócio. Como faz notar Lobo (2007), o plano das mulheres cabo-verdianas é retornar, idealmente, após a obtenção da aposentadoria, para usufruir dos direitos acumulados durante os anos de trabalho no exterior e, se possível, deixando um parente ou amigo trabalhando na Itália em seu lugar. Embora o plano do irmão de **Joana** seja diferente daquele que a autora apresenta como ideal para as mulheres da Boa Vista, a última frase do meu interlocutor de pesquisa levanta a possibilidade de que o objetivo específico de voltar com a aposentadoria (e após ter viabilizado contatos para que outros tenham um emprego fixo na Itália), seja apenas uma das muitas possibilidades de obtenção de um ideal mais geral: voltar ao sentir-se realizado. No caso do irmão de **Joana**, tal realização será

alcançada quando a filha terminar os estudos e ele retornar a Boa Vista - morando na casa que construiu, dispondo da renda fixa oriunda do aluguel do imóvel que pretende comprar, tendo sempre mantido o compromisso de ajudar a família enquanto esteve na Itália e tendo viabilizado a ida de três de suas irmãs para a Itália.

Por fim, uma última afirmação de Robson merece atenção especial. Ao dizer que “Cabo Verde é um país pequeno, se todos ficarmos lá, é impossível que haja trabalho para todos”, sua fala ajuda a compreender frases que eu ouvi diversas vezes em campo, como, “não saímos de Cabo Verde por escolha, mas sim por necessidade”; “podendo escolher, teríamos ficado lá”; ou ainda as palavras reportadas na seção de Apresentação: “sair é o jeito dos cabo-verdianos”; “estar fora é comum, é uma coisa antiga”. Todas estas citações levam a crer que, apesar de ser fonte de sofrimento e de saudade, a migração não é vista como um problema pelos cabo-verdianos, tampouco como uma decorrência dos tempos modernos e da globalização.

Conclusão

No presente capítulo, busquei mostrar ao leitor que a ida para a Itália pode ser explicada pelo fato de que o ideal cabo-verdiano, segundo o qual “para *crescer* é preciso sair”, encontra na península italiana uma possibilidade de concretização: por meio da rede de contato, indicação e apoio entre cabo-verdianos e italianos, os primeiros conseguem entrar e permanecer regularmente trabalhando na Itália, enquanto os segundos encontram trabalhadores domésticos *notte e giorno* de confiança, cujo trabalho foi recomendado por algum parente, amigo ou conhecido.

Por sua vez, a preponderância feminina explica-se em função dos valores de gênero presentes em Cabo Verde e também daqueles presentes na Itália, que vinculam o trabalho doméstico às mulheres. Em ambos os contextos, os homens não estão dispostos a realizar esse tipo de trabalho, porém na Itália não há nenhum preconceito ou empecilho quanto à contratação de outros homens como trabalhadores domésticos. Assim, a maior parte dos trabalhadores que compõem esta categoria laboral na península italiana são mulheres, mas alguns homens também fazem parte dela (trabalhando principalmente como mordomos e cuidando de senhores idosos).

Por fim, o fato de que os cabo-verdianos tendessem a deixar os filhos e companheiros no arquipélago, ao migrar para a Itália, não está relacionado exatamente trabalho *notte e giorno*, mas sim à (falta de uma) legislação italiana no que tange à imigração. Com efeito, até os anos 1990, a única forma dos estrangeiros entrarem e permanecerem regularmente na península italiana era por meio da chamada. Uma vez que os italianos (residentes) tendiam a realizar apenas trabalho doméstico *lungo ore*, migrantes (internos italianos e provenientes de outros países) eram contratados à distância para suprir a demanda por trabalhadores *notte e giorno*. Nesse contexto, cada estrangeiro era contratado individualmente; todavia, ao chegar na Itália, ele encontrava a pessoa que o chamou e podia levar outros parentes e amigos para trabalhar *notte e giorno* na Itália. Atualmente, tal possibilidade é potencializada pelas mudanças na legislação italiana no que tange à reunificação familiar e ao visto de turismo.

Portanto, atentar apenas para o trabalho *notte e giorno*, e não para o mecanismo de chamada que o acompanha, obscurece a presença masculina e também a possibilidade de um tipo de reunificação familiar (ainda que não positivado na legislação italiana). Estes detalhes são fundamentais para perceber que, embora as mulheres sejam a maioria, há também homens, e que as limitações às quais as primeiras estão sujeitas, em larga medida, dizem respeito também aos segundos.

O tipo de reunificação familiar que o mecanismo da chamada viabilizava desde os anos 1960 se aplicava a todos, exceto àqueles que eram menores de idade ou não estivessem dispostos a realizar trabalho doméstico *notte e giorno*. Por isso, ele não se aplicava aos filhos menores de idade, que deviam ser mantidos em Cabo Verde quando a mãe (ou o pai) migrava, e tendia a não se aplicar aos homens - que geralmente não aceitam esse arranjo laboral, devido aos valores de gênero cabo-verdianos. Tal fato explica o aspecto evidenciado pela literatura acerca do fluxo cabo-verdiano na Itália, segundo a qual ele seria composto majoritariamente por mulheres que deixam no arquipélago seus filhos e companheiros - os quais não podem (no primeiro caso) ou querem (no segundo), ser levados para a Itália por meio de chamada. Até 1990 esta foi a principal possibilidade de reunificação familiar regular para os estrangeiros residentes na Itália que era garantida pela legislação italiana.

Em decorrência do fator temporal e das mudanças relacionada à introdução de uma legislação italiana sobre imigração, o perfil dos cabo-verdianos na Itália se modificou, incluindo cada vez mais homens e jovens de ambos os sexos – sobretudo (mas não apenas) após 1990. A partir de então os cabo-verdianos ganharam maior autonomia e facilidade para tomar a decisão de trazer seus filhos para morar consigo na Itália e para levar seus parentes para a Itália, pois passou a ser possível permanecer regularmente na Itália com trabalho *lungo ore* (e alugando uma *stanza*), assim como adquirir a cidadania italiana, além de entrar regularmente na Itália por reunificação familiar (prevista na legislação) e por visto de turismo.

Para dar conta da multiplicidade de situações em que a população cabo-verdiana na Itália se encontra atualmente, ao longo da dissertação utilizo o adjetivo cabo-verdiano/a/s em seu sentido amplo, a saber, no sentido de “relativo ou pertencente a Cabo Verde” - conforme definido pelo dicionário Houaiss (2001, *grifos meus*). Assim, não restrinjo o uso do adjetivo apenas àquilo que pertence a Cabo Verde, tampouco apenas às pessoas que nasceram no arquipélago ou que detêm cidadania cabo-verdiana. Diferentemente, enfatizo o aspecto relacional do adjetivo, que permite vincular coisas, ideias e pessoas a um espaço (cabo-verdiano) e um tempo (abarcado pelas experiências do presente, pela memória do passado e pelas expectativas do futuro).

Analogamente, Trajano Filho (2010) argumenta que quando adjetivos são utilizados para formar locuções como ‘ser cabo-verdiano’ (ou ‘ser brasileiro’, no exemplo dele), o adjetivo opera uma convergência que entrelaça “um sujeito e um lugar, ou territorialidade, conformado por uma temporalidade” (:14). Seguindo sua argumentação, o autor descreve os lugares como representações coletivas veiculadas por nomes:

Como nomes, os lugares não são dados, mas são antes, construídos no seio das interações sociais. Eles pertencem a uma classe especial de nomes que dizem respeito à esfera do espaço, como categorias do entendimento. Sua espacialidade não deve ser, contudo, confundida com territorialidade física, e sim como um campo comunicativo (:14).

Pedindo licença ao autor e seguindo a sugestão de Henare *et al.* (2007), prefiro descrever os lugares em termos de concepções coletivas, e não de representações. Essa ressalva não me parece invalidar a teorização de Trajano Filho (2010), mas apenas incluir a crítica, sintetizada pelos citados autores, acerca da importância de prescindir da

distinção entre significados e coisas – ou entre representação e realidade – divisão sobre a qual parece estar baseado grande parte do pensamento moderno.

Assim, os lugares correspondem a concepções coletivas (cf. HENARE *et al.*, 2007) veiculadas por nomes - como Cabo Verde; os adjetivos e as locuções que derivam desses nomes – como ‘ser cabo-verdiano’ - vinculam pessoas, coisas e ideias a essas concepções coletivas que podem ou não ser equivalentes a territorialidades físicas. Construídos no seio das interações sociais, os nomes dos lugares denotam espacialidades (territoriais e relacionais) entendidas como campos comunicativos (cf. TRAJANO FILHO, 2010). Portanto, os nomes dos lugares (assim como os adjetivos e as locuções que derivam deles) não correspondem rigidamente a territorialidades físicas, mas antes a espaços que são também relacionais e que não podem ser desvinculados da esfera temporal. Conceber lugares como Cabo Verde apenas territorialmente equivale a limitá-los a seu sentido restrito, abrindo mão de seu sentido amplo - a saber, aquele de um campo comunicativo que engloba as coisas, ideias e pessoas relativas a Cabo Verde, independentemente delas estarem fisicamente próximas umas às outras ou não.

No mundo moderno, tende-se a sobre-enfatizar uma dimensão territorial específica de lugares como Cabo Verde. Tal fato tende a ocorrer em função da recorrente equivalência absoluta operada entre territorialidades, de um lado, e pessoas, coisas e ideias, de outro. Efetivamente, essa equivalência é a base sobre a qual está fundado o modelo de Estado-Nação moderno, que postula uma fictícia equivalência entre unidade territorial, política, jurídica, cultural e social. A partir dessa equivalência os países modernos sancionam o pertencimento das pessoas a um Estado-Nação atribuindo-lhes identidades civis que vinculam, de maneira absoluta, pessoas a territorialidades físicas delimitadas por fronteiras nacionais.

Contudo, essa territorialidade física específica (delimitada por fronteiras nacionais) corresponde apenas a uma entre tantas concepções coletivas possíveis acerca dos lugares e nenhuma é mais ou menos real, mais ou menos ficcional do que a outra. Essa concepção específica – que doravante chamarei de territorialidade civil - não pode ser tomada a priori como única concepção, tampouco como concepção principal acerca dos lugares. No que tange ao presente caso de análise, a concepção coletiva que vincula o

nome Cabo Verde a uma territorialidade civil é extremamente significativa, mas não pode ser tomada como principal, pois não é a única concepção importante.

Com efeito, a locução ‘ser cabo-verdiano’ pode ser utilizada, de um lado, para definir àquela que chamo de identidade civil cabo-verdiana, ou seja, para atribuir a uma pessoa os direitos e deveres (jurídicos, políticos e sociais) da nação a qual se pertence (por exemplo, o direito à liberdade, à segurança, ao voto, à saúde e à educação). Nesse sentido restrito, ‘ser cabo-verdiano’ significa ser um cidadão do Estado-Nação cabo-verdiano, compondo uma locução que vincula uma pessoa a uma territorialidade civil e também a um sistema de governo, a uma legislação e a uma população. Portanto, a identidade civil é aquela que consta nos documentos concedidos pelos Estados-Nações, seja na carteira de identidade, no passaporte etc. Tal identidade é absoluta e só pode ser modificada pela atribuição de outra identidade civil por parte de outro Estado-Nação. Quando isso ocorre, a pessoa pode ou abrir mão da identidade civil que detinha antes, ou passar a ter duas identidades civis - sendo vinculada a dois Estados-Nações ao mesmo tempo, por meio de uma locução com hífen, como ser ‘italo-cabo-verdiano’.

Por outro lado, a locução ‘ser cabo-verdiano’ pode ser (e frequentemente é) empregada com significados diferentes desse inerente à identidade civil. Na Itália, por exemplo, não são cabo-verdianas apenas as pessoas que têm identidade civil cabo-verdiana. As estatísticas oficiais italianas e cabo-verdianas, por exemplo, ao reportar o número de cabo-verdianos residentes na Itália, incluem também as pessoas que compõem a chamada segunda geração de imigrantes²⁵. Contudo, todos os filhos e as filhas de mulheres ou homens cabo-verdianos que eu conheci em campo são descritos por seus

²⁵ De acordo com normativas jurídicas em vigor nos países da União Europeia (entre os quais a Itália) desde 1984, são considerados imigrantes de segunda geração os filhos de imigrantes que: nasceram no país para o qual os pais emigraram; emigraram junto com os pais. Esse termo se aplica para os casos de reunificação familiar e a outras circunstâncias nas quais pessoas com menos de 18 anos que, depois da emigração (de um) dos pais, tenham se unido a ele(s) no país para onde para emigraram (DE ROSA, 2006).

No entanto, conforme fazem notar Levitt & Glick Schiller (2004), a categoria ‘segunda geração de imigrantes’ aborda o conceito de geração como se ele correspondesse a um processo linear, no qual haveria fronteiras claras entre a experiência da primeira e da segunda geração; mais que isso, as autoras evidenciam que essa categoria pressupõe uma separação absoluta entre a socialização migrante a socialização não-migrante e ignora que, em muitos casos, tal separação não existe.

Em concordância com a argumentação das autoras, ao longo do presente trabalho não utilizarei a categoria ‘segunda geração de imigrantes’, mas apenas o termo ‘cabo-verdianos’ e, nos poucos casos em que for necessário diferenciar especificamente os cabo-verdianos nascidos na Itália, utilizarei a locução ‘nova geração de cabo-verdianos nascidos na Itália’.

parentes (e pelas instituições italianas e cabo-verdianas) como sendo cabo-verdianos mesmo sem ter nascido em Cabo Verde e sem deter a identidade civil do país.

Dessa forma, as instituições italianas e cabo-verdianas, assim como as pessoas com quem eu convivi em campo, utilizam o adjetivo cabo-verdiano/a em sentido amplo, referindo-se a coisas, pessoas e ideias relativas a Cabo Verde e vinculando-as a um tempo e um espaço – em outras palavras, estabelecem uma relação com as concepções coletivas (criadas nas interações sociais) acerca do campo comunicacional adjetivado como cabo-verdiano e denominado de Cabo Verde. Abordar os termos Cabo Verde e cabo-verdiano enquanto concepções coletivas que vinculam coisas, pessoas e ideias a uma espacialidade permite focar no aspecto relacional que inúmeros autores evidenciam como central para pensar o contexto cabo-verdiano.

Conforme foi mencionado no capítulo, ao aplicar o conceito de crioulização para a sociedade cabo-verdiana, Trajano Filho (2009) mostra que ela encontrou na emigração a solução para suas secas e fomes históricas, de modo que esta sociedade apresenta uma forte abertura para outro. Como argumenta Lobo (2007), ela parece estar “muito mais ancorada em um sistema de símbolos e significados e numa rede de relacionamentos do que numa base territorial. Tais redes são alimentadas tanto por quem sai quanto pelos que permanecem” (:249-250). Por sua vez, Marzia Grassi (2006) sustenta que “deixar as ilhas é vivido pelos jovens como uma inevitabilidade e também como um esperança e um sonho de realização” (:3). Esta autora fala sobre a facilidade e recorrência em que elementos exteriores à cultura cabo-verdiana são incorporados a ela, pois suas “fronteiras nacionais abrangem o mundo inteiro [...] de uma forma em que o exterior se torna rapidamente interior e modifica a essência da cabo-verdianidade” (:32).

Os três autores interpretam o fluxo cabo-verdiano atentando para a manutenção de uma rede de trocas que aproxima aqueles que migram (para a Itália ou outros lugares) e aqueles que permanecem no arquipélago – ou, parafraseando a bela formulação de Grassi (2006) – uma rede de trocas que traça uma equivalência entre aqueles que (ainda não) saíram e aqueles que ainda não regressaram (definitivamente). Por tal razão, esta autora fundamenta sua argumentação sobre a afirmação de que “o mundo inteiro como território da pátria cabo-verdiana é um sentimento que vai além de uma leitura puramente econômica, sendo alicerçada na história do arquipélago” (:3). Analogamente,

Meintel (1984) conclui sua argumentação afirmando que a comunidade que resulta da migração cabo-verdiana no último século é “uma comunidade menos limitada pela geografia do que pelo encadeamento que formam as relações de parentesco e de amizade. Estas cadeias existem e mantêm-se pela circulação das informações pessoais, das mensagens, dos bens materiais e serviços” (:118).

A teorização de Trajano Filho (2009), Lobo (2007), Grassi (2006) e Meintel (1984) indica, portanto, que falar em Cabo Verde é mais do que falar em territorialidade civil e em Estado-Nação. O espaço cabo-verdiano é um espaço relacional, dotado de territorialidade física. Este espaço engloba as coisas, ideias e pessoas cabo-verdianas, sendo constantemente (re)construído pelas relações de parentesco e de amizade, assim como pela manutenção de uma rede de trocas. Apesar disso, existe uma significativa diferença entre Cabo Verde no sentido restrito (*i.e.* enquanto territorialidade civil) e no sentido amplo (*i.e.* enquanto espaço territorial e relacional). Com efeito, apesar de coisas, ideias e pessoas continuarem sendo cabo-verdianas independentemente da proximidade física, a distância física gera saudade e potencializa tensões.

Nos próximos capítulos exploraremos as maneiras como os cabo-verdianos na Itália ultrapassam a distância temporal e espacial entre eles, os parentes, os amigos e os conterrâneos (em Cabo Verde e em outros locais) por meio daqueles que Lobo (2007), denomina de *signos de proximidade*. Além disso, analisaremos a forma como esses cabo-verdianos superam a distância social e cultural entre eles, os italianos e as pessoas de outras nacionalidades com quem eles convivem na Itália.

Convido, pois o leitor a continuar a leitura passando para o Capítulo 2, onde focaremos nas relações de filiação, de maternidade e de paternidade de modo a refletir sobre quais circunstâncias fazem com que os cabo-verdianos avaliem que os laços estão sendo mantidos ou foram quebrados em decorrência da distância espacial e temporal. Conforme veremos, embora as circulações sejam esperadas, valorizadas e reproduzidas pelos cabo-verdianos, elas não deixam de ser uma fonte de insegurança e de desafios, demandando que aqueles que partem (assim como aqueles que ficam) lancem mão de estratégias para familiar suprir a ausência física uns dos outros - e, assim, continuar a buscar o sonho de *crescer* e de ter uma *vida boa*.

Esquema 1: Localizações geográficas

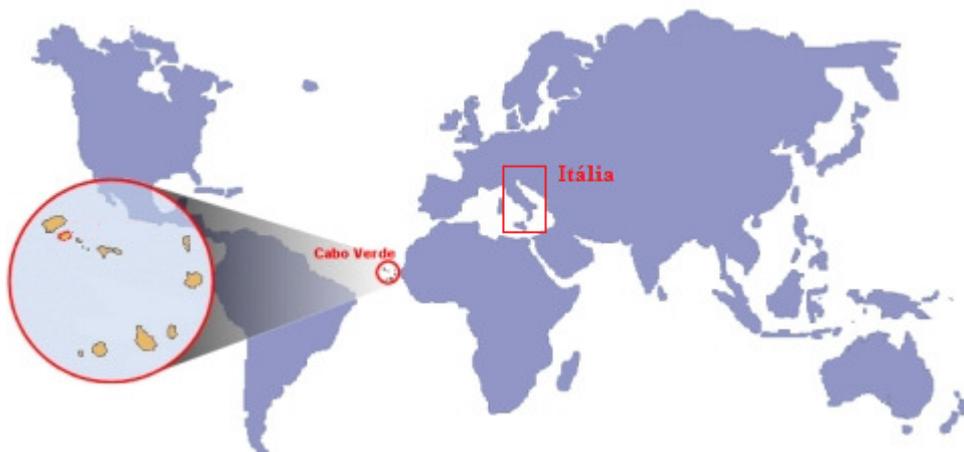


Imagem 2 – Localização de Cabo Verde e da Itália. [Fonte: <http://www.zil.cv>, edição minha].



Imagem 3 – Mapa de Cabo Verde. [Fonte: <http://www.portalsaofrancisco.com.br>].



Imagem 4 - Mapa da Itália, evidenciando as cidades de Roma e de Nápoles.
[Fonte: http://www.arcobalenoitalianlanguage.com/allegati/immagini/italia_politica2.jpg, edição minha].

Capítulo 2: Família cabo-verdiana na Itália

Introdução

As protagonistas desta dissertação têm em comum o fato de serem mulheres cujo projeto migratório foi atravessado pela maternidade. Como vimos, **Ivone** e **Antônia** eram mães quando saíram de Cabo Verde na década de 1980 e, inicialmente, ambas mantiveram seus filhos nas ilhas. Por sua vez, os filhos de **Rosa** e de **Joana** nasceram em Nápoles e, embora as duas trabalhassem *notte e giorno*, uma mandou o filho para o arquipélago, enquanto a outra criou a filha consigo na Itália. Em um segundo momento, **Joana** também mandou a filha para Cabo Verde, a qual foi trazida de volta para Nápoles, quando a mãe *casou-se no papel* com **Benvindo** e o levou para a Itália - onde os três moram juntos desde então. Analogamente, **Ivone** trouxe o primeiro filho para Nápoles, após o nascimento da segunda filha, **Chiara**. Já **Antônia** não-trouxe a primeira filha quando **Federica**, sua segunda filha, nasceu.

As histórias de vida dessas quatro mulheres e de suas famílias (cujas trajetórias não são exceção entre os cabo-verdianos na Itália) são marcadas por constantes deslocamentos, por idas e vindas que não se esgotam em partidas e regressos, mas que correspondem a um processo que pode ser melhor descrito como uma migração retornante – expressão cunhada por Dias (2000). No que tange especificamente aos filhos, há uma miríade de opções que não se esgotam no fato deles serem ou não levados pelos pais para a Itália, nem em um movimento unidirecional de saída e de chegada: os filhos nascidos em Cabo Verde podem ser (1) mantidos nas ilhas; aqueles que nascem na península podem ser (2) criados na Itália ou podem ser (3) mandados para o arquipélago; além disso, a partir do momento em que a Reunificação familiar foi prevista pela legislação italiana, passou a existir a possibilidade de rever a decisão de que os filhos vivam em Cabo Verde, pois se tornou possível (4) trazê-los para a Itália, embora muitos pais optem por (5) não trazê-los; por fim, desde a década de 1960 já era possível (6) levar os filhos para trabalhar na península italiana quando já estavam em idade laboral - como era possível fazer também com outros amigos e parentes, cuja ida para a Itália podia ser viabilizada por meio da rede de contato, indicação e apoio.

A bibliografia sobre cabo-verdianos na Itália utiliza apenas os termos deixar e levar para dar conta dos seis significados identificados por mim e apresentados acima. Também meus interlocutores de pesquisa tendiam a usar apenas esses dois termos, mas (quando julgavam necessário) eles diferenciavam entre os seus seis significados possíveis de acordo com o contexto de fala. Conforme o leitor já deve ter percebido, a escolha entre deixar o filho em Cabo Verde ou leva-lo para a Itália implica no fato dele permanecer fisicamente perto ou longe dos pais que trabalham na península italiana. Apesar disso, os cabo-verdianos com quem eu conversei durante o trabalho de campo não colocavam a ênfase de sua decisão nesse fato, mas sim na opção pelo lugar em que o filho irá viver – isto é, ou em Cabo Verde ou na Itália. Veremos ao longo do capítulo que esse detalhe têm consideráveis implicações analíticas.

Retomando o que foi explorado no capítulo anterior, muitos dos homens e das mulheres que chegaram na Itália a partir da década de 1970 tinham perfis diferentes das primeiras migrantes (cuja ida era mediada pelos padres) e, em particular, vários deles já tinham filhos. Uma vez que até os anos 1990, a única possibilidade de entrada regular de estrangeiros era por meio de chamada, os cabo-verdianos mantinham no arquipélago seus filhos pequenos, os quais tendencialmente ficavam sob os cuidados da avó materna – como no caso de **Maria** a primeira filha de **Antônia**; de **Elsa**, primeira filha de **Nilda** (a irmã de **Rosa**); assim como dos filhos dos irmãos (de ambos os sexos) de **Joana**.

Historicamente, os condicionamentos inerentes à chamada eram as principais limitações objetivas à permanência dos filhos junto aos pais na Itália; todavia estas limitações se aplicavam apenas aos filhos nascidos em Cabo Verde – ou seja, elas explicam apenas o caso (1), no qual os pais mantêm os filhos no arquipélago. No caso das crianças que nasciam na Itália, não havia nenhum impedimento jurídico quanto à opção da mãe por (2) criar o filho consigo, mas diversas vezes ela optava por (3) mandá-lo para Cabo Verde – como atesta a história de vida de **Rosa**. O que é levado em conta ao tomar a difícil decisão de mandar o filho para Cabo Verde ao invés de cria-lo consigo na Itália?

Paralelamente a esta, há, ainda, outra questão. A partir dos anos 1990, a Reunificação familiar e o visto de turismo tornaram possível que os cabo-verdianos (4) trouxessem seus filhos para morar consigo na Itália. Ainda sim, **Antônia** (5) não trouxe a primeira filha, **Maria**, para morar consigo (mesmo depois do nascimento da segunda filha,

Federica). Da mesma forma, **Lilina** (sobrinha de **Rosa**) que chegou em Nápoles nos anos 2000, escolheu (5) não trazer as filhas, que ficaram em Cabo Verde. O que faz com que os cabo-verdianos não tragam os filhos para a Itália?

No presente capítulo introduzirei o leitor a alguns dos termos que têm um significado ligeiramente diferente para os cabo-verdianos na Itália, a saber: deixar e levar (que já foram explicados); incomodar-se, coragem, bem estar; *crescer*; *seguir*; *rede de solidariedade feminina*, maternidade, infância, adolescência, juventude, maturidade; saudade, estar perto, abandono e amor. Nesse sentido, na seção 1 será analisada a maneira como a legislação e o mercado de trabalho italiano (entre outras variáveis) influenciam a possibilidade do filho morar, ou não, junto da mãe na Itália durante a infância e a adolescência. Na seção 2, será realizada uma reflexão sobre os argumentos acionados por meus interlocutores de pesquisa para explicar a opção, feita por algumas mães cabo-verdianas, de que seus filhos vivam consigo na Itália durante a infância e a adolescência. Conforme o leitor perceberá, a ênfase dada à maternidade, à infância e à adolescência nas seções 1 e 2 não é casual e, entre outros aspectos, ela nos permite notar que mesmo quando minhas interlocutoras de pesquisa optam que o filho more na Itália, junto com elas, sua escolha é extremamente pensada e argumentada. Assim, na seção 3, buscaremos compreender que concepção de família permite que tal escolha seja um dilema e, na seção 4, atentaremos para as maneiras em que a distância física afeta (ou não) a maternidade, a paternidade e a filiação entre os cabo-verdianos.

1. Mães na Itália, filhos em Cabo Verde: coragem para não incomodar e garantir o bem estar

Como bem apontam Monteiro (1997) e Lobo (2007), há importantes limitações quanto à possibilidade do filho das mulheres cabo-verdianas viverem junto às mães na Itália. Segundo o autor, até a década de 1990, ser mãe sem ser casada formalmente era mal visto na Itália e o fato de muitas cabo-verdianas terem filhos sendo solteiras oficialmente podia levá-las a perder o emprego, fazendo com que muitas mulheres escondessem de seus patrões a existência de seus filhos:

a sociedade italiana, ainda muito atada a certos preconceitos, atribuía ao conceito de *mãe de filho* uma conotação pejorativa, depreciativa. Era encarado como uma via para a prostituição, quando em Cabo verde essa era e continua a ser uma figura normal (MONTEIRO, 1997:345).

Também na etnografia de Lobo (2007) são evidenciadas as dificuldades enfrentadas pelas cabo-verdianas em função dos preconceitos da sociedade italiana. Em campo não obtive dados sobre a discriminação sofrida pelas mulheres que mantinham os filhos em Cabo Verde - tampouco sobre a presença de um eventual preconceito análogo em relação aos homens cujos filhos ficavam no arquipélago. Diferentemente, vários interlocutores de pesquisa enfatizaram o preconceito sofrido pelas cabo-verdianas grávidas, como informa **Joana**:

Eu conheci uma cabo-verdiana que [ao ser chamada,] chegou na Itália grávida; ela teve que voltar para Cabo Verde, pois os empregadores não quiseram mantê-la e também não quiseram assumir a responsabilidade de escrever uma carta autorizando-a a trabalhar para outra família.

Em diversas conversas que tive em campo, cabo-verdianos e italianos me confirmaram que a gravidez da empregada podia leva-la a perder o emprego e, eventualmente, a ser mandada de volta para Cabo Verde, para não assumir a responsabilidade (nas palavras de **Joana**) de manter uma trabalhadora sozinha com o filho. Mesmo que ela conseguisse permanecer na Itália, ela enfrentava grandes dificuldades para encontrar um novo emprego, seja enquanto estava grávida, seja depois de ter o filho. Embora a gravidez fosse efetivamente um problema, tal fato não parece estar vinculado, necessariamente, à existência de um preconceito moral em relação a ser mãe solteira. Ao refletir sobre os primeiros tempos da migração cabo-verdiana na Itália Simonetta Antonella, presidente do *Movimento Tra Noi*, conta:

Havia o problema das crianças... Muitas mulheres grávidas tinham grandes dificuldades. Algumas chegavam a trancar seus filhos no quarto... Elas faziam isso para que seus filhos não *incomodassem* os empregadores; era difícil inseri-los no maternal... Elas faziam isso para manter o próprio trabalho. Nós do *Tra Noi* ajudávamos procurando institutos religiosos ou colégios internos e orfanatos, onde as crianças pudessem ficar e tomávamos cuidado para que o relacionamento com a mãe fosse sempre muito próximo.

A citação acima ilumina novas nuances acerca dos problemas que as cabo-verdianas com filhos enfrentavam na Itália. Conforme reportam Monteiro (1997) e Lobo (2007), as cabo-verdianas escondiam de seus empregadores a existência de seus filhos. Talvez o fizessem para escapar de um preconceito moral, mas as palavras de Simonetta Antonella indicam que isso era feito também por uma questão prática: os patrões podiam incomodar-se com a presença do filho da empregada doméstica em sua residência.

A categoria incomodar-se parece interligar os dois universos, prático e moral, identificados acima. Com efeito, é possível supor que o preconceito moral (do qual falam os autores), se manifeste pela prática de se incomodar (evidenciada por minhas interlocutoras de pesquisa). Tal hipótese ganha força ao compararmos o contexto italiano com o contexto cabo-verdiano, onde as crianças não incomodam, pelo contrário, são extremamente valorizadas e percebidas como dádivas – conforme será explorado na Seção 3.

Na Itália, além do risco de perder o emprego e da dificuldade em encontrar outro estando grávidas, criar os filhos consigo e leva-los para morar nas casas em que se trabalhava podia implicar em ter que trancá-los nos quarto ou deixa-los em colégios internos e orfanatos – já que, as olhos dos empregadores, essas crianças incomodavam. Por isso, várias cabo-verdianas optavam por mandar os filhos nascidos na Itália para Cabo Verde, fato que se verifica ainda hoje, como afirma Filomena - a irmã de **Benvindo** que criou as filhas consigo na Itália:

Antes demitiam as cabo-verdianas grávidas e muitas tinham o filho na *Villa Aurora*, onde a criança ficava com freiras até poucos meses depois do parto, quando as mães as levavam para Cabo Verde ou pediam a alguém que estivesse indo para lá que as levasse consigo. Hoje a maioria das cabo-verdianas tem uma *stanza* e pode *criar* o filho *consigo*; mesmo assim algumas decidem *deixa-lo* em Cabo Verde, seja porque os filhos custam muito na Itália, seja por outros motivos.

Apesar das possibilidades abertas pelo trabalho *lungo ore*, muitas mulheres preferem que os filhos vivam em Cabo Verde. As razões econômicas, mencionadas por Filomena, são frequentemente acionadas também pela bibliografia para justificar a escolha feita pela maioria dos cabo-verdianos de que os filhos vivam no arquipélago (Monteiro, 1997; Lobo, 2007). De acordo com os dados que eu obtive em campo, há diversas questões pragmáticas envolvidas no fato de que os filhos vivam em Cabo Verde enquanto as mães trabalham na Itália.

Com efeito, a maioria dos cabo-verdianos com quem conversei afirmou que, ainda hoje, os patrões tendem a contratar mulheres sem filho para realizar trabalho doméstico *lungo ore* ou *notte e giorno*, pois elas podem dedicar-se integralmente ao trabalho e não precisam dividir seu tempo dando atenção ao próprio filho – evidenciando mais uma vez o fato de que os empregadores se incomodam com a presença dessa criança. Segundo **Rosa**, no presente chega a ser ainda mais difícil do que era no passado, por

isso muitas cabo-verdianas continuam optando que os filhos vivam em Cabo Verde enquanto elas trabalham na casa de famílias italianas:

Muitas cabo-verdianas são demitidas quando engravidam. Isso acontecia desde antes, mas hoje é pior. Agora é mais difícil encontrar um trabalho se os patrões souberem que você tem filho, pois dizem que quando ele estiver doente você não irá trabalhar. Acho que essa é uma característica da nova geração de patrões italianos²⁶.

A sobrinha de **Rosa, Lilina**, confirma a impressão da tia. Ao falar sobre sua decisão de não trazer as filhas em Cabo Verde, mesmo com a possibilidade de Reunificação familiar aberta pela legislação italiana. Ela compara seu caso com o de sua outra tia, **Nilda** (irmã de **Rosa**), que manteve a primeira filha em Cabo Verde quando foi chamada para trabalhar na Itália, mas cria consigo sua segunda filha, nascida em Nápoles:

É difícil conciliar o trabalho e os filhos. É muito raro um caso como o de **Nilda**, que pode morar junto com a filha na casa onde trabalha. Eu acho que meus patrões não aceitariam que eu levasse minhas filhas para morar comigo na casa deles. [...] Nunca perguntei, mas acho isso com base na maneira como eles agem.

Os patrões de **Nilda** aceitam que a filha dela more junto com a mãe na residência onde esta trabalha, circunstância que, de acordo com **Lilina**, seria incomum no presente e que, segundo **Rosa**, não seria tão incomum no passado. Esta última conta que, quando engravidou de **Marco** em 1982, continuou trabalhando normalmente em Nápoles e, por um período, criou o filho consigo, morando ambos na casa dos patrões dela. A razão pela qual **Rosa** optou em mandar o filho para Cabo Verde foi não ter conseguido cuidar dele e manter o mesmo desempenho no trabalho. Assim, tal fato não decorreu de uma imposição direta dos patrões, mas sim de uma escolha feita por **Rosa**. Essa escolha não foi tomada em uma situação livre de condicionamentos e, provavelmente, estava associada a um temor em perder o emprego. Contudo, trata-se sempre de uma escolha que, enquanto tal, poderia ter sido diferente. Com efeito, a própria **Rosa** afirma: “Eu era jovem, tinha apenas 22 anos e precisava cuidar dos dois filhos dos meus patrões, além do **Marco**. [...] Mas se eu tivesse tido outro filho, eu não teria levado ele para Cabo Verde, não! Eu teria criado ele aqui na Itália comigo”.

²⁶ Durante o trabalho de campo, eu não obtive informações suficientes para compreender o porquê dessa mudança na nova geração de patrões italianos. Esta questão mereceria ser aprofundada em trabalhos futuros.

A opção diferente tomada por **Joana** confirma o que foi dito acima. Ela teve a filha **Júlia** no mesmo ano em que **Rosa** teve **Marco** e criou a filha consigo, morando ambas na casa da família em que a mãe trabalhava *notte e giorno* em Nápoles. **Joana** conta:

Meus patrões na época não ficaram muito felizes quando eu engravidei, pois temiam que eu não conseguisse me dedicar integralmente ao trabalho. Mesmo assim eu consegui continuar cumprindo minhas tarefas normalmente e meus patrões me mantiveram no emprego. [...] Mas é muito difícil e pesado conciliar a família e o trabalho, ainda mais com tantos problemas econômicos e com o cansaço. Por isso eu só tive uma filha. É raro ver uma cabo-verdiana com um filho só, mas estando na Itália a vida é difícil e eu não tive coragem de ter outro filho.

Lilina, Rosa e Joana afirmam que é difícil conciliar o trabalho na Itália e os cuidados com os filhos. As razões mencionadas por elas para explicar essa dificuldade são várias e para vencê-las é preciso coragem, como diz **Joana**. Esta categoria é central para compreender esse contexto e será retomada na próxima seção.

Uma última dificuldade mencionada por minhas interlocutoras de pesquisa é aquela inerente ao bem estar do filho. Quando ele vive na Itália, nos horários em que não está na escola, ele fica necessariamente trancado dentro de casa (na *stanza* alugada ou em um quarto da casa em que a mãe trabalha), tendo menos liberdade do que teriam no arquipélago e permanecendo mais sozinho do que permaneceria lá. Com efeito, um interlocutor de pesquisa fala sobre a decisão tomada por ele e sua companheira acerca do filho nascido em Nápoles: “a criança não tem todo o espaço e a possibilidade de fazer tudo o que deve fazer; por isso decidimos manda-lo para Cabo Verde”.

Vasconcelos (2012) e Lobo (2007, 2010b, 2012) mostram que, em Cabo verde, as crianças circulam amplamente pelas ruas, casas e estabelecimento comerciais fazendo *mandados* - tarefas que se estendem às pessoas de todas às idades (por exemplo, trabalhos temporários, venda de produtos confeccionados em casa ou responsabilidade nos afazeres domésticos). No caso das crianças, porém, os *mandados* englobam todas as suas atividades cotidianas que implicam em movimento, em manter-se ocupado. Segundo Lobo (2007), nas ilhas é comum que as crianças estejam presentes temporariamente em mais de uma residência e que estejam constantemente em contato com outras pessoas, não apenas realizando as visitas decorrentes de seus *mandados*, mas também circulando entre as casas das mulheres que as *aguentam*. Esta expressão é utilizada na ilha da Boa Vista, e pode apresentar dois significados, a saber, cuidar

ocasionalmente de uma criança ou tomar para si a responsabilidade por criá-la, assumindo o lugar da mãe dela e tratando-a como se ela fosse o próprio filho - voltaremos a esse ponto adiante.

O valor negativo atribuído ao tipo de vida que as crianças levam na Itália pode ser percebido por meio das palavras de uma interlocutora de pesquisa de Lobo (2007), cujo filho havia se casado com uma estrangeira; ao descrever a maneira como a nora criava o filho, a citada interlocutora diz: “O menino vive parado, triste e doente porque não é criado à vontade, não vê gente, vive trancado dentro de casa” (:233). Esta fala ecoa a oposição, estabelecida pelas cabo-verdianas com quem eu conversei durante o trabalho de campo, entre a vida das crianças na Itália e em Cabo Verde, sendo esta última equiparada ao ideal de *vida boa infantil*.

A esse respeito, é exemplar a fala de Gau, interlocutora de pesquisa oriunda da ilha da Boa Vista e residente em Nápoles há cerca de trinta anos. Ela narra sua decisão de mandar a filha Gilsa, de três anos, para Cabo Verde, onde esta ficou sob os cuidados da avó materna:

Não foi tão difícil deixar Gilsa em Cabo Verde, pois fomos passar as férias lá e ela quis ficar. Gilsa não gostava de morar em Nápoles e tinha ciúmes dos filhos dos meus patrões. Eu trabalhava *notte e giorno* e morava com minha filha na casa deles. É difícil achar um trabalho na Itália quando a mulher está com os filhos, pois no horário em que eles não estão na escola, ficam necessariamente com as mães, nas casas dos patrões, enquanto elas trabalham. Meus patrões não deixavam que Gilsa fizesse nada, por isso, ela não quis voltar para Nápoles quando fomos passar as férias em Cabo Verde. Lá as crianças são mais livres.

O bem estar de seus filhos é a principal razão que motiva as cabo-verdianas a escolher que os filhos transcorram a infância e a adolescência no arquipélago. Com efeito, são muitos os custos envolvidos na decisão de criar os filhos consigo na Itália ou de trazê-los para a península. Primeiramente existe o risco de perder o emprego e de não encontrar um novo; além disso, se a mãe optar por trabalhar *lungo ore* e por alugar uma *stanza* os gastos aumentam (como foi visto no capítulo anterior) e somam-se a eles as despesas ulteriores decorrentes da alimentação e do transporte do filho, assim como de creche, escola, material escolar etc. Outro fator a ser levado em consideração é o cansaço (citado por **Joana**), pois a mãe precisa dividir seu tempo cuidando do próprio filho e passa a ter uma dupla jornada laboral: em casa, junto ao filho, e na casa em que trabalha. Quando a mulher optar por prestar serviços *lungo ore*, sua jornada laboral pode

ser inclusive triplicada, pois várias vezes ela acaba tendo mais de um emprego para poder arcar com todas as despesas. Naturalmente, tais custos são ainda maiores quando se tem mais de um filho, pois os gastos aumentam, o tempo à disposição diminui e o trabalho *lungo ore* passa a ser praticamente a única opção: se já é difícil encontrar um empregador *notte e giorno* que aceite manter (ou contratar) uma trabalhadora com um filho, é quase impossível encontrar alguém que aceite contratá-la sabendo que ela levará mais de um filho para morar consigo na casa em que irá trabalhar – inclusive porque a residência dos patrões, muitas vezes, não comporta tantos moradores.

Todos esses fatores colocam em risco o projeto migratório da mãe cujo filho vive na Itália, tornando potencialmente inviável o sonho de alcançar um futuro melhor para si e para os filhos - comprometendo, portanto, seu bem estar. Com tantos custos, a mãe cujo filho vive na Itália durante a infância e a adolescência pode não conseguir obter o sonho de *vida boa* (apresentado no Capítulo 1): mesmo se ela dispuser de um emprego estável e bem remunerado (trabalhando *notte e giorno* ou *lungo ore*), ela economiza menos dinheiro e precisará permanecer mais tempo na Itália para construir sua casa em Cabo Verde; além disso, o filho terá menos liberdade e ficará mais sozinho do que se vivesse em Cabo Verde.

Como veremos na seção abaixo, o bem estar é também a razão central que motiva as mães a optar que os filhos vivam consigo na Itália. Tal fato fica claro ao atentar para a fala de uma interlocutora de pesquisa que criou o filho consigo em Nápoles. Ela se remete ao fato explorado acima, segundo o qual os patrões se incomodam com a presença dos filhos de suas empregadas e diz: “aqui você precisa trabalhar e se você tem um filho você não é aceita; aqui é mais fácil encontrar trabalho se você estiver sozinha”. Por sua vez, quando lhe perguntei se ela própria sofria com esse preconceito prático/moral, ou seja, se ela própria tinha dificuldade em encontrar trabalho uma vez que seu filho viva consigo na Itália, ela respondeu:

Eu faço um raciocínio ao contrário. Muitas pessoas pensam com base nos patrões, mas eu penso ao contrário. Penso com base no meu filho. Tipo, meu filho vai para escola das 9 da manhã às 3 da tarde? Então eu tenho que achar um emprego das 9 à 1, assim eu posso buscá-lo na escola.

O interessante da citação acima é o contraponto que podemos encontrar no discurso desta interlocutora que criou o filho consigo e o discurso daquelas que optam que o

filho viva em Cabo Verde: ambas afirmam que fizeram sua escolha em prol do bem estar dos filhos, pensando neles em primeiro lugar. Todavia, a citação acima traz um deslocamento sutil de foco, incluindo no bem estar do filho, também o bem estar da mãe e pensando o primeiro em um sentido diferente do ideal de *vida boa infantil* (identificado com a infância em Cabo Verde).

2. Filhos e mães na Itália: coragem para *seguir e ver crescer*

À diferença da maioria dos cabo-verdianos na Itália, **Joana, Ivone e Antônia** escolheram que seus filhos vivessem na Itália, junto delas. Seus casos são particularmente interessantes, pois elas tomaram mais de uma das decisões analisadas neste capítulo: **Ivone e Antônia** mantiveram seus primeiros filhos em Cabo verde e, posteriormente os trouxeram para a Itália, onde criaram consigo os segundos filhos; por sua vez, **Joana** criou consigo a filha nascida em Nápoles, depois a mandou para Boa Vista e, por fim, optou por trazê-la de volta para a cidade italiana. Outras mulheres que conheci em campo, como Lucia e Lila (da ilha de São Vicente), também vivenciaram situações semelhantes à delas.

Inicialmente, Lucia não trouxe os dois filhos (então com 12 anos e 1 ano) quando foi trabalhar em Nápoles em 2005, tendo optado por trazê-los cinco anos depois (quando os filhos tinham 19 e 6 anos). Ela afirma:

A saudade dos meus filhos fez com que eu optasse por trazê-los para a Itália. Eu vi que seria difícil voltar para Cabo Verde, pois lá eu não encontro um trabalho no qual eu ganhe bem. Na Itália encontra-se sempre trabalho e ganha-se mais... Devagar a gente alcança nossos objetivos... Eu só quero uma vida tranquila e quero ver os meus filhos *crescerem*.

O verbo *crescer* é particularmente significativo nesse contexto porque, em italiano, a expressão ‘criar um filho’ é comumente expressa por meio da locução ‘crescer um filho’ [*crescere un figlio*] - ainda que haja um correspondente literal para o termo ‘criar’ na língua italiana [*allevare*]. De modo a continuar a argumentação acerca da centralidade da ideia de *crescer* para o presente contexto de análise, nesta seção continuarei traduzindo o termo italiano [*crescere*] como *crescer* (evidenciado-o em *italico*), enquanto no restante da dissertação traduzo-o simplesmente como criar.

A fala de Lucia e a importância do termo *crescer* ganham força quando pensadas em conjunto com a história de outra interlocutora de pesquisa. Lila (51 anos) foi trabalhar na Itália aos 22 anos, quando sua filha, Dyana, tinha quatro anos e ficou sob os cuidados dos avós. Ito anos depois, Lila engravidou novamente e, em Nápoles, deu à luz ao segundo filho (Wesley, hoje 20 anos). Uma vez que Lila já estava mais ambientada à Itália, não trabalhava mais *giorno e notte* e tinha moradia autônoma, ela optou por criar Wesley consigo e por trazer Dyana, de modo que os três morassem juntos na cidade italiana. Ao justificar sua decisão de trazer a primeira filha quando o segundo filho nasceu, Lila diz:

Era difícil, era triste. Claro... Para mim foi difícil ficar longe da minha filha. A gente sofre. O mais difícil é não ver os filhos *crescerem*, não ter afeto. Meu segundo filho sempre esteve comigo porque, deixar outro filho não, eu não quis. Eu fiz muitos sacrifícios, foi duro, mas eu disse, esse eu quero *crescer*, Dyana não fui eu que *cresci*. [...] De perto você se sente realmente mãe, porque você que está *crescendo* seus filhos.

O uso duplo feito por Lila do verbo *crescer* explicita uma das maiores razões para a saudade sentida pelas mães que vivem distantes fisicamente dos filhos na Itália: elas não vêem os filhos *crescerem*. Lila argumenta que criou Wesley consigo porque ela queria *crescer* esse filho, à diferença de Dyana que não foi Lila quem *creceu*. Tendo deixado Dyana em Cabo Verde aos 4 anos e ido busca-la aos 15, sua mãe não pode vê-la *crescer* (i.e., vê-la mudar de tamanho e de feições faciais, ou vê-la aprender a andar, a falar etc.). Lila afirma que tampouco pode *crescer* a filha, no sentido de criá-la; porém, ao dizer que não foi ela quem *creceu* Dyana, Lila dá a entender que o período de criação da filha terminou antes dos 15 anos - idade a partir da qual mãe e filha passaram a viver juntas. Assim, Lila utiliza o termo *crescer* com um sentido diferente daquele que comumente tem em italiano, a saber, no sentido de criar o filho durante a infância, criá-lo no período em que ele está fisicamente e visivelmente *crescendo*.

Lila associa diretamente o fato de não ver os filhos *crescerem* ao fato de não receber amor e afeto dos filhos, sugerindo que, estando distante fisicamente, ela não se sentia “realmente mãe”, pois não era ela quem estava “*crescendo* seus filhos”. Com efeito, a importância de ver o filho *crescer* é o que parece estar em questão também quando **Ivone** justifica sua decisão por trazer o filho, **Chico**, de 11 anos para morar consigo; ela conta:

Eu não estava preocupada com meu filho porque sabia que o tinha deixado em boas

mãos, com meu pai e a companheira dele. Mas minha tristeza era a ideia de que meu filho *crescia* longe de mim. Foi por isso que eu decidi trazer meu filho. Era importante que eu o *crescesse* para dar minha educação, transmitir meus princípios, o amor. É mais difícil transmitir de longe e você corre o risco de perder o afeto do seu filho.

Por sua vez, **Joana**, ao falar sobre o período em que viveu distante fisicamente da filha, **Júlia**, e justificar sua decisão de trazê-la, diz:

Eu não dava conta de minha filha, **Júlia**, ficar em Cabo Verde e eu na Itália. No período em que ela estava lá, eu ia frequentemente para Cabo Verde. Sentia saudades sempre, chorava sempre, lembrava-me dela andando atrás de mim pela casa, eu não conseguia, era muito forte essa saudade minha... Eu tinha certeza de que precisava tomar uma decisão: ou eu ia para Cabo Verde ficar com **Júlia** ou a trazia para ficar comigo. Porque ela nasceu aqui, esteve sempre comigo, desde pequena, por isso era mais difícil para mim do que para outras mães que sempre estiveram longe dos filhos. Todas as mães sofrem, mas quando uma filha nasce aqui... Além disso, depende muito do caráter da pessoa. Tem muita gente forte, que deixa o filho e vive normal. Depende da qualidade da pessoa, se é sensível, se é forte, menos forte.

Embora **Joana** explicita que para todas as mães é difícil ficar distante fisicamente dos filhos, ela afirma que no seu caso era pior e lança mão de alguns argumentos para justificar sua afirmação: (i) o caráter da pessoa, (ii) o fato de que **Júlia** nasceu na Itália e (iii) o fato de que mãe e filha sempre estiveram juntas. Antes de analisar os dois últimos argumentos, é preciso olhar com atenção para o primeiro e para a forma como ele se vincula com a saudade e a coragem.

Certamente, (i) o caráter pode ser um diferencial que explica o fato de que a saudade pese mais para algumas pessoas, como **Joana** e Lucia. Inclusive, a saudade mais forte sentida por algumas pessoas é acionada até mesmo como causa da volta para Cabo Verde, pois “muitas jovens voltam pouco tempo depois de terem saído; elas sentem saudades de casa e não conseguem ficar longe dos filhos” - como conta **Rosa**.

Nesse sentido, a saudade e o caráter explicariam o fato de que algumas cabo-verdianas voltam prematuramente para Cabo Verde e também o fato de que algumas têm coragem de trazer os filhos para morar consigo na Itália. Contudo, à diferença do que vimos na seção acima, a coragem não é necessária apenas para trazer (ou criar consigo) o filho, sendo essencial também para conseguir deixá-lo em Cabo Verde (mandando-o ou não trazendo-o). Tal fato está particularmente claro na fala de um interlocutor de pesquisa: “Um motivo para voltar para Cabo Verde é quando a pessoa deixa os filhos ou os pais lá; às vezes, a pessoa não tem coragem de se afastar [*staccare*, literalmente ‘desgrudar’] e decide voltar. Você precisa de coragem”. Uma vez que a coragem parece ser

necessária nos dois casos, a diferença de caráter passa a não ser suficiente para explicar por que algumas pessoas deixam os filhos ou os levam consigo. Como explicar esses comportamentos distintos?

Joana sustenta que a saudade que sentia da filha era acentuada também pelo fato de que (ii) a filha nasceu na Itália e (iii) sempre viveu perto da mãe. Nesse sentido, **Joana** estabelece duas oposições: uma entre filhos que nasceram na Itália ou em Cabo Verde; outra entre mães que sempre viveram fisicamente perto do filho ou não. Começando pela primeira oposição, a comparação com o caso de **Rosa** é interessante, pois seu filho também nasceu na Itália e foi mandado para Cabo Verde (como **Júlia**); contudo, ao contrário do que fez **Joana**, **Rosa** não trouxe o filho para a Itália. Portanto, o fato de ter nascido na Itália ou em Cabo Verde não é suficiente para explicar a saudade diferente que **Joana** sentia.

No que tange à oposição feita por **Joana** entre os casos em que mães e filhos sempre viveram junto ou não, é necessário dar um passo atrás e perceber que a fala desta interlocutora implicitamente vincula o fato de o filho ter nascido na Itália ao fato de mãe e filho sempre viverem juntos; assim, **Joana** indiretamente postula que, quando os filhos nascem em Cabo Verde, mães e filhos nunca vivem juntos. Uma vez que é impossível que mães e filhos nunca tenham vivido juntos - pois a separação necessariamente só pode se dar depois do parto e, normalmente, algum tempo depois - a diferença evidenciada por **Joana** parece residir entre mães que moraram apenas alguns meses junto aos filhos (como **Rosa**) ou alguns anos (como ela própria). Efetivamente, ao falar da saudade que sentia, **Joana** a associa às lembranças do período em que a filha estava com a mãe na Itália, “andando atrás [dela] pela casa”; tais lembranças não são apenas da filha enquanto bebê (como aquelas que provavelmente tinha também **Rosa**), mas também lembranças da filha *crescendo*, aprendendo a andar etc. Embora **Joana** não fale diretamente da importância do tempo em que mãe e filha estiveram perto (i.e., meses ou anos) é isso que parece estar em questão.

Incitada por mim, a mãe de **Júlia** discorre sobre a eventual diferença entre viver a maternidade em situação de proximidade e distância física, trazendo interessantes elementos na discussão realizada até aqui. **Joana** diz:

Ser uma boa mãe significa *seguir* os filhos, dar uma boa educação, bons exemplos, um bom caminho para que filhos se sintam protegidos, guiados, *seguidos*. Dar muito amor e carinho, *cresce-lo* com afeto, fazer muitos sacrifícios para dar o necessário, fazer com que estejam bem e não mal, fazê-los estudar para que tenham base para construir o futuro. Isso não muda estando perto ou longe, ainda que de perto seja muito melhor. Mesmo de longe é possível ser uma boa mãe, ainda que se devam fazer mais sacrifícios. De longe é mais complicado porque você não *segue* o filho passo a passo. É possível *crescer* o filho de longe, se você for obrigada a fazer, se não tiver outra escolha, outra opção, mas estando presente não é a mesma coisa, é muito mais fácil. As preocupações de longe são muitas, você não pode *seguir*. Cada idade é um problema, uma preocupação. Alguns dizem que quando o filho é adolescente é mais difícil [ficar longe deles], pois nesta idade é mais fácil que eles cometam um erro quando ficam soltos demais. [*Alcuni dicono che com il figlio adolescente è più difficile, perchè quando sono sbandati è più facile che si fa uno sbaglio*].

Para entender essas palavras aparentemente tão ambíguas de **Joana** é necessário analisar a diferença entre *crescer* e *seguir* o filho. Com efeito, ela utiliza um verbo específico, para descrever o papel da mãe na adolescência dos filhos: *seguir*. Em particular, ela afirma que “cada idade é um problema, uma preocupação”, mas que, “de longe [...] você não pode *seguir* [o filho]”, enquanto “é possível *crescer* o filho de longe”. Ao utilizar os verbos *crescer* e *seguir*, **Joana** opera uma diferenciação recorrente entre meus interlocutores de pesquisa, que costumavam lançar mão do termo *seguir* [*seguire*] quando falavam especificamente da criação de um filho adolescente. Tal diferenciação não é comum na língua italiana, na qual as diferentes fases do processo de criação do filho são descritas pelo uso de um único termo [*crescere*]. Os verbos *crescer* e *seguir* apontam para diferenças significativas entre as concepções cabo-verdianas de infância e a adolescência - duas fases diferentes da criação dos filhos, as quais exigem comportamentos diferenciados por parte da mãe (inclusive porque elas são vividas de modo diferenciado pelos filhos).

Conforme foi explorado na seção acima, o ideal de *vida boa infantil* não pode ser atingido plenamente na Itália, onde as crianças têm menos liberdade e permanecem mais sozinhas do que em Cabo Verde. Nas ilhas, além das crianças circularem amplamente fazendo *mandados*, elas estão sempre presentes temporariamente em mais de uma casa, sendo distribuídas entre as várias mulheres que os *aguentam* – seja no sentido de cuidar temporariamente, seja no sentido de assumir a responsabilidade de criar. De certa forma, ambos os sentidos da expressão cabo-verdiana *aguentar* estão contidos no termo *crescer* (utilizado por minhas interlocutoras de pesquisa). Por sua vez, a palavra *seguir* [*seguire*] corresponde ao tratamento que os adolescentes devem receber, e não as crianças. Estes têm necessidades materiais e imateriais específicas,

precisando de ajuda na escola, no trabalho, nas relações afetivas e na resolução de conflitos. Com efeito, nesse período os filhos não apenas *crecem* fisicamente, mas começam a construir seu próprio futuro econômico e social, assim, correm o risco de se perder na *má vida* (abandonando os estudos, envolvendo-se com droga etc.) caso não sejam *seguidos*. Por essa razão, frequentemente há uma pressão para a reunificação familiar dos filhos adolescentes e, em muitos casos, as mães optam por um retorno prematuro às ilhas para poder *seguir* os filhos nessa idade.

A análise das citações reportadas acima sugere que, não é automático optar por criar o filho consigo ou manda-lo para Cabo Verde, assim como não é fácil decidir entre trazê-lo ou não trazê-lo. Como veremos, tal escolha é um dilema para essas mulheres porque, no caso cabo-verdiano, a concepção de família abarca a possibilidade de uma separação física, a qual não acarreta necessariamente em uma quebra das relações. Analisando como a família se organiza - seja quando filhos, mães e pais residem no arquipélago, seja quando um dos dois (ou ambos) migra - será possível compreender melhor a experiência dos cabo-verdianos na Itália. Com efeito, no arquipélago o conceito de família é elástico, sendo construído pelas relações cotidianas, que devem ser cultivadas e renovadas para que não se rompam - tanto em situação de proximidade física, quanto de distância (DIAS, 2000; DROTBOHM, 2009; LOBO, 2007).

3. Fazer família entre Cabo Verde e Itália: filhos na *rede de solidariedade feminina*

Em Cabo Verde, o conceito de família abarca o universo dos parentes consanguíneos e afins, assim como dos vizinhos, compadres e amigos; nesse contexto, a solidariedade e o tratamento são os dois elementos fundamentais na definição de quem está próximo ou distante, sendo esta definição realizada com base em noções menos físicas e mais relacionais (cf. DIAS, 2000; DROTBOHM, 2009; LOBO, 2007). Dentro desse conceito amplo de família, o grupo de pessoas que são imediatamente mais próximas forma aquela que é denominada localmente de *nha família*; esta pode englobar apenas os pais, filhos e irmãos, mas geralmente inclui os avôs, primos, tios, pais, irmãos, filhos, além dos cunhados, dos *pais-de-filhos* e das *mães-de-filhos*. Ainda que os membros da *nha família* não morem necessariamente em uma única residência, a *nos casa*, eles vivem juntos, pois mantêm “práticas que manifestam fortes laços emocionais, econômicos e

sociais” (LOBO, 2007:65).

Conforme demonstram diversos autores (cf. FINAN & HENDERSON 1988; CARREIRA, 1977; MEINTEL, 1984, LOBO, 2007), em Cabo Verde a organização familiar contrasta com o ideal de família nuclear (também presente em Cabo Verde), segundo o qual o casal vive junto numa única casa, dividindo as obrigações financeiras e as tarefas no cuidado com a casa e os filhos. No arquipélago, os aspectos econômicos, emocionais e práticos das casas (inclusive os cuidados com as crianças) passam à margem da paternidade e não estão concentrados em uma única pessoa (a mãe ou o pai), tampouco no casal; eles são distribuídos e partilhados na *rede de solidariedade feminina*, a qual extrapola a *nos casa* e a *nha família*, englobando as vizinhas, as comadres e as amigas. Essas mulheres *aguentam* as crianças umas das outras (nos dois sentidos descritos na seção acima) e cedem crianças entre si, para ajudar nos *mandados*. Assim, as crianças e as mulheres são os elos fundamentais na manutenção dessas redes de solidariedade feminina - das quais, indiretamente, participam também os homens, que dão apoio tácito à situação e medeiam a relação entre essas mulheres (enquanto genros, cunhados etc.).

De fato, os homens são o foco da autoridade e o chefe do grupo doméstico: eles cooperam e assistem socialmente e economicamente os outros membros da família; contudo eles não são necessariamente dominantes, tampouco são os tomadores de decisões. De modo geral, embora eles estejam presentes enquanto filhos, namorados, irmãos, primos e amigos, eles assumem um papel marginal como marido e pais (cf. DIAS, 2000; DROTBOHM, 2009; LOBO, 2007).

Algumas narrativas apresentadas na seção de Apresentação ajudam a compreender o que acontece com a família quando os filhos vivem em Cabo Verde durante a infância e a adolescência, enquanto a mãe e o pai trabalham no exterior. **Joana** e dez dos seus onze irmãos saíram de Cabo Verde - metade rumo à Itália e a outra metade rumo aos Estados Unidos. Alguns deles optaram por não trazê-lo consigo, como o irmão dela, Robson, que não trouxe a filha consigo quando foi para a Itália em busca de uma vida melhor para si e para sua família - principalmente para sua filha, com quem esteve sempre em contato por telefone e correio, além das visitas feitas nas férias.

Conversando sobre essa situação (que ele compartilha com vários irmãos e tantos outros pais cabo-verdianos), ele afirma:

Quando uma pessoa sai [de Cabo Verde], é necessário que alguém cuide do filho e explique que, se os pais não estão por perto, é para tentar dar uma vida melhor do que os pais tiveram, uma vida que os pais não puderam ter. Desse jeito, o relacionamento fica como se a pessoa que está longe estivesse lá, perto o tempo todo, você chega e os filhos já correm para você!

Conforme foi descrito no capítulo anterior, manter contato é fundamental para não perder o vínculo com as pessoas que ficam em Cabo Verde. Quando ficam também os filhos, tal dimensão torna-se ainda mais importante e precisa ser complementada pela presença de alguém que “cuide do filho e explique que, se o pai ou a mãe não estão por perto, é para tentar dar uma vida melhor”. No caso de Robson e também em inúmeros outros cabo-verdianos, esse alguém que cuida e explica é avó materna.

A centralidade feminina viabiliza e facilita os projetos migratórios femininos, os quais, por sua vez, potencializam essa centralidade. Efetivamente, as responsabilidades econômicas que recaem sobre as mães são um grande incentivo para a saída das mulheres, sendo vista como uma possibilidade de construir uma trajetória de sucesso, melhorar seu *status*, ganhar liberdade, alcançar o ideal de *vida boa* (individual e familiar) e cumprir plenamente seu papel de mãe (cf. DIAS, 2000; LOBO, 2007).

Independentemente da migração, faz parte da experiência da maternidade passar por um período, durante a juventude (período da vida depois da infância e antes da maturidade, que engloba as fases geralmente denominadas de adolescência e de idade adulta), no qual a mulher-mãe está às voltas com preocupações econômicas e conjugais que requerem mobilidade. Com efeito, embora o *casamento no papel* seja amplamente valorizado, ele não é um pressuposto para a procriação e os filhos geralmente nascem enquanto a mãe ainda mora na casa dos pais. Nesses casos, os cônjuges adquirem o status de mãe-de-filho e pai-de-filho, evidenciando o fato de que ter filhos é importante quer para os homens, quer para as mulheres²⁷. Assim, é esperado que a mulher-mãe compartilhe os cuidados diários com os filhos com outras mulheres na *rede de solidariedade feminina*, a qual engloba as vizinhas, as comadres e as amigas, além dos

²⁷ As relações afetivas entre homens e mulheres em Cabo Verde são fonte de inúmeros conflitos e, devido à centralidade que ganham em diversos contextos, mereceriam ser objeto de um estudo a parte.

membros femininos da família afim e consanguínea - em particular a avó materna (DIAS, 2000; LOBO, 2007).

De fato, durante a maturidade, as mulheres-avós têm tempo para suprir as necessidades dos netos durante a infância - sendo a proximidade física e a fixação centrais para o desempenho do papel de avó, enquanto a distância física e a mobilidade são intrínsecas ao papel da mãe. Diferentemente, durante a adolescência do neto, a avó tem dificuldade em controlá-lo e acompanhá-lo; nessa idade, a mãe (ou na sua ausência, outra mulher jovem, como a tia) é chamada para suprir as novas necessidades dos filhos. Com o passar do tempo, a mulher-mãe torna-se mulher-avó e essa maturidade nas relações consanguíneas costuma ser acompanhada por uma maturidade nas relações afetivas e por uma maturidade sócio-econômica - pois é geralmente quando os filhos já são adultos que os casais *casam-se no papel* e terminam a construção da própria casa, onde passam a morar. Há então uma nova mudança no status dos cônjuges, que passam a ser denominados por meio das categorias de marido e esposa. Em Cabo Verde, portanto, a maternidade é um ciclo que se inicia quando as mulheres dão luz aos filhos e se conclui quando elas *aguentam* os netos (cf. LOBO, 2007; 2010b; 2011).

Tendo em vista o contexto descrito acima, percebe-se que a filiação e a paternidade não são afetadas particularmente pela migração, ainda que seja necessário adotar estratégias por parte daqueles que partem e que ficam para suprir a ausência física uns dos outros. A mobilidade infantil é um aspecto comum na sociedade cabo-verdiana e não está restrita a momentos de crise - como pode ser a migração da mãe e/ou do pai. Por sua vez, o homem-pai mantém um pertencimento distante na esfera doméstica e normalmente não participa das decisões sobre onde o filho irá morar ou com quem, sendo essa decisão feminina. Também por essa razão, o dilema vivido pelas mães cabo-verdianas na Itália não tange diretamente os pais cabo-verdianos que residem na península, distantes fisicamente dos filhos - ainda que todos sofram com saudades uns dos outros.

Nesse contexto, vale ressaltar que meus interlocutores remetem ao sentimento de saudade decorrente da distância física em dois sentidos distintos, a saber: seja a dor sentida ao lembrar-se do que foi vivido e não é mais, seja aquela experienciada ao imaginar o que poderia ter sido vivido, mas não foi. De maneira semelhante, Sobrero

(1998) identifica dois tipos de saudade ao comparar sua experiência etnográfica em Cabo Verde com aquela entre cabo-verdianos na Itália. Ele afirma que a vida do cabo-verdiano que reside fora do arquipélago é marcada por um sentimento duplo:

Não é simplesmente nostalgia, não é só a saudade brasileira; saudade é, de qualquer forma, um sentimento de nostalgia em relação a algo concreto e real, a uma situação feliz que foi vivida. [...] A nostalgia cabo-verdiana é mais *morabeza*, termo muito usado no crioulo, cuja definição, porém, é difícil²⁸. [...] A saudade pode até chegar a ser desesperada, violenta; a *morabeza* é, em todos os casos, uma nostalgia pacata, serena, pacificada. [Na página seguinte o autor conclui] A *morabeza* se torna nostalgia no tempo e não só no espaço (:295-296 e 297, *grifos originais*)²⁹.

Ainda que filhos, pais e mães sofram todos com a distância espacial e temporal, é principalmente a maternidade que precisa se rearranjar face à migração. Uma vez que a avó materna é identificada como membro central dos conceitos de *nos casa* e de *nha família*, é ela quem tende a *aguentar* os netos (no sentido de assumir a responsabilidade de *cria-lo*, assumindo o papel de mãe, como se ele fosse seu próprio filho); quando essa opção não é viável, é feita uma negociação entre as mulheres para ver quem irá *aguentá-lo*; tal negociação se faz ainda mais necessária quando o filho encontra-se fase da adolescência, idade na qual ele precisa dos cuidados de uma pessoa mais jovem do que a avó – como a mãe ou, na sua ausência, uma tia. Como as crianças são percebidas como fonte de alegria e carinho, não é difícil achar alguém disposto a *aguentá-las*, inclusive porque podem ajudar nas tarefas domésticas e tornar-se uma fonte de apoio financeiro - graças não apenas aos *mandados*, mas também às remessas enviadas do exterior por suas mães. Com efeito, as trocas (materiais, cognitivas e emocionais) que se instauram entre as mães, as crianças e as pessoas que cuidam delas tornam-se *signos de proximidade* – conforme foi descrito no Capítulo 1. Estes preenchem a distância relativa da mãe, ao mesmo tempo em que unem os filhos, as pessoas que cuidam deles e as mães por meio da reciprocidade (da partilha, da distribuição, da solidariedade, da assistência mútua e do sentimento comum de sacrifício e saudade).

²⁸ Faço notar que o termo *morabeza* é geralmente empregado no sentido de receptividade.

²⁹ Livre tradução do original em Italiano: “non è semplicemente nostalgia, non è solo la saudade brasiliana; saudade è comunque nostalgia per qualcosa di concreto, di reale, per una situazione felice che è stata vissuta. [...] La nostalgia capoverdiana è piuttosto *morabeza*, termine molto usato in creolo, ma la cui definizione è difficile. [...] La saudade può anche essere disperata, violenta; la *morabeza* è in ogni caso una nostalgia pacata, serena, pacificata. [Na página seguinte o autor conclui] La *morabeza* diventa nostalgia nel tempo, oltre che nello spazio”.

Assim, as crianças medeiam a relação entre as pessoas que as *aguentam* e as mães que trabalham no exterior, cimentando os laços sociais entre elas e fortalecendo a *rede de solidariedade feminina*. Por sua vez, essas pessoas (geralmente as avós maternas) realizam uma mediação essencial no que tange à relação entre as mães e os filhos; elas ajudam a alimentar no filho a memória da mãe, assim, cultivam o amor entre mães e filhos - apesar da distância física que os separa - contribuindo para que não haja confusão entre os papéis da mãe e da pessoa que *aguenta* a criança (cf. LOBO, 2007, 2010b, 2011).

Durante meu trabalho de campo, tive oportunidade de conversar com **Joana** sobre os arranjos da paternidade e da maternidade perante a migração; ela diz:

Acontece sempre isso, os filhos ficam com a avó materna. Na maioria desses casos, o filho chama a avó de mãe e chama a mãe pelo nome. Quando o filho nasce em Cabo Verde e a mãe vai trabalhar na Itália, ela *giustamente* [com razão] não leva o filho junto, né? O filho fica lá, com a avó materna, e a mãe vai trabalhar. Já quando o filho nasce na Itália, se a mãe tem coragem cria o filho consigo, se não tem, ela deixa o filho sempre com os avós maternos, para que ela fique mais tranquila no trabalho.

A mãe de **Joana** e de Robson, Dina, cumpriu o papel descrito acima em relação aos filhos de suas filhas, durante o período em que eles ficaram em Cabo Verde distantes fisicamente das mães. Analogamente, quem desempenhou esse papel no que tange aos filhos de seus filhos foram as avós maternas, mães das companheiras de seus filhos homens. Ou seja, como enfatiza **Joana**, quando os pais mantinham o filho em Cabo Verde (no passado) ou não os trazem (no presente), estes ficam com a avó materna e, ainda que ela fale especificamente do que acontece no caso das mães, suas palavras se aplicam também aos pais. Tal fato fica claro ao atentar para a experiência de Robson e de seus irmãos homens, cujos filhos ficaram em Cabo Verde sob os cuidados, não de Dina (que é a avó paterna desses netos), mas sim de suas respectivas avós maternas.

Ao focar no caso feminino, porém, **Joana** ilumina algumas nuances interessantes acerca do relacionamento entre pais, filhos e avós em situação de proximidade ou distância física. Efetivamente, ela afirma que as avós maternas são frequentemente chamadas de mães pelos netos, os quais tendem a chamar suas mães pelo nome ou pela alcunha. Uma vez que tais avós exercem um papel central também quando a mãe está perto fisicamente, mas o pai não (como no caso de Robson) não é apenas a distância física da mãe que faz com que a criança chame a avó materna de mãe. Esse ponto será retomado

adiante; antes vale notar outro detalhe evidenciado por **Joana** ao falar especificamente das mulheres.

Ainda que minha interlocutora de pesquisa não diferencie explicitamente entre manter o filho em Cabo Verde ou mandá-lo para lá, ela descreve o que ocorre nos dois primeiros casos, sugerindo que o dilema sobre onde o filho irá morar se manifeste mais no segundo caso do que no primeiro. Quando o filho nasce em Cabo Verde, a mãe *giustamente* não o leva consigo; já quando o filho nasce na Itália, cabe à mãe decidir se ele irá morar em Cabo Verde ou na Itália, com base em sua coragem.

Enquanto no primeiro caso é possível estender a fala de **Joana** aos homens e dizer que também eles *giustamente* não levam o filho junto quando vão trabalhar na Itália, no segundo caso não é tão direta a passagem do feminino ao masculino. Para optar entre criar o filho consigo na Itália ou mandá-lo para Cabo Verde é preciso ter tido o filho na Itália, logo, é preciso antes encontrar-se grávida na Itália (quer de um companheiro cabo-verdiano, ou italiano, ou de outra nacionalidade, residente ou não na Itália). Tal circunstância só se aplica às mulheres e, como vimos acima, essa circunstância já implica em grandes dificuldades. Além disso, como foi mencionado, são as mulheres (mais que os homens) quem decidem sobre o futuro dos filhos, portanto o dilema da escolha sobre onde eles irão viver toca particularmente as mães.

Mais de uma vez **Joana** lança mão do termo coragem ao descrever o atributo necessário para que a mãe crie o filho consigo na Itália, remetendo aos diversos custos inerentes a essa decisão, mas também aos problemas e riscos enfrentados pela mulher grávida na Itália. Paralelamente, ela utiliza o termo *giustamente* para falar na decisão de deixar o filho com a avó materna (mantendo-o no arquipélago ou mandando-o para lá), dando a entender que essa é a opção mais correta e semelhante ao arranjo original. Nesse sentido, a coragem em criar o filho consigo ganha uma nova conotação, pois indica a qualidade necessária para escolher que o filho viva na Itália e que sua criação não seja compartilhada com a *rede de solidariedade feminina*. Para tanto é preciso coragem para ir contra as dificuldades encontradas na Itália e também contra aquilo que *giustamente* teria sido feito, caso o filho tivesse nascido em Cabo Verde e caso a mãe não tivesse migrado.

Os diferentes usos da categoria coragem - que é necessária seja para que a mãe escolha que o filho viva em Cabo Verde, seja para que ela opte por ele viver na Itália - expressa a tensão entre proximidade e distância presente na relação entre filhos, pais e mães. Decidir se os filhos irão viver em Cabo Verde ou na Itália é um dilema, pois implica em riscos nos dois casos: de um lado, os riscos inerentes à saída da mãe da esfera doméstica (que serão explorados na seção abaixo); de outro lado, o risco de quebrar a *rede de solidariedade feminina*, retirando a criança da esfera doméstica.

Em particular, quando o filho vive na Itália durante a infância, enquanto as avós (especialmente a avó materna) permanecem no arquipélago, abre-se mão (ainda que temporariamente) da proximidade física e da partilha entre netos e avós. Esses dois atributos são fundamentais para que as avós desempenhem plenamente seu papel e concluam o ciclo da maternidade no que tange a esses netos (cf. LOBO, 2007, 2010b, 2011).

4. Estar perto: manter a proximidade física e/ou à distância

Abaixo será realizada uma reflexão sobre a maneira como a distância muda, ou não, as relações de filiação, maternidade e paternidade, tomando como objeto de análise casos em que os pais (1) mantiveram os filhos em Cabo Verde (no passado), ou optaram (no presente) por (3) manda-los para lá, ou por (5) não trazê-los para a Itália. Na linguagem comum, esses três casos seriam englobados no termo único deixar, mas analiticamente é importante manter a distinção para explicitar que um dos significados do termo não está contemplado plenamente. De fato, serão incluídos na análise, situações em que os pais *levaram* o filho para a Itália quando adulto, apesar dele ter vivido em Cabo Verde na infância e na adolescência.

Dessa forma, a tensão entre proximidade e distância que caracteriza o relacionamento entre filhos, mães e pais será analisada do ponto de vista de mães e pais que trabalhavam na Itália enquanto seus filhos viviam a infância e adolescência em Cabo Verde. Paralelamente serão inseridas as opiniões de mães que (2) criaram consigo seus filhos na Itália ou os (4) trouxeram para a península, inclusive daquelas que viveram em Cabo Verde durante a infância e a adolescência, enquanto suas mães trabalhavam na Itália.

Devido ao caráter cíclico do fluxo cabo-verdiano para a Itália, não é possível analisá-lo sem levar em consideração o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Com efeito, várias avós que *aguentam* os netos enquanto seus filhos trabalhavam na Itália, são migrantes retornadas para Cabo Verde - cujos filhos foram *aguentados* por outras mulheres enquanto as mães estavam no exterior. Por sua vez, vários homens e mulheres que hoje trabalham na Itália, viveram a infância em Cabo Verde, enquanto suas mães trabalhavam na Itália. Assim, será explorado também o ponto de vista de filhos (de ambos os sexos) já adultos e residentes em Nápoles – inclusive aqueles que, por sua vez, também são pais.

Mais uma vez as trajetórias de **Rosa, Joana, Antônia e Ivone**, protagonistas das histórias cabo-verdianas, serão as portas de entrada para que o leitor compreenda as tensões que permeiam a experiência cabo-verdiana na Itália. Conversando com **Rosa** sobre o fato dela ter mandado o filho para Cabo Verde, ela conta:

Era difícil ficar longe do meu filho e cuidar de duas crianças quase da idade dele, mas a distância do meu filho não foi um problema. De qualquer forma eu telefonava, ele me escrevia e eu escrevia sempre. Então não era muito um problema. Quando eu ia passar férias em Cabo Verde, eu voltava para a Itália pensando que não precisava me preocupar, pois iria rever meu filho dali a um ano, dois no máximo. Por isso, não foi tão sofrido. [...] Meu filho nunca ficou com raiva de mim, até porque ninguém deixava que ele sentisse que eu não estava perto. Inclusive porque, se ele precisasse de alguma coisa, ele sempre me dizia ou dizia à minha mãe e à minha irmã, que cuidavam dele; elas, então, me falavam e eu sempre dava o que ele pedia. Ele dizia, eu quero isso, quero aquilo, quero aquilo outro e eu mandava na hora! Nunca deixei que ele sentisse falta de nada. Até hoje, quando ele me diz que quer alguma coisa, eu mando na hora! [...] Minha mãe, minha irmã e eu nunca deixamos que lhe faltasse nada, nem dinheiro, nem coisas, nem afeto, nem nada. [...] Acho que ser uma boa mãe é estar sempre à disposição do filho. [...] Ele sempre me chamou de mamãe [*mamma*, em italiano]; chamava a avó, minha mãe, de *Matanha*, a alcinha dela; e chamava minha irmã de Ana. [...] Ele gosta dos filhos de Ana como primos que *creceram* juntos e nunca se sentiu diferente por estar longe de mim. [...] Nunca nem passou pela minha cabeça que ele pudesse não me ver como sua mãe. Eu nunca tive essa preocupação, nunca imaginei que isso pudesse acontecer. [...] Minha única preocupação era que acontecesse alguma coisa com ele enquanto eu estava longe. Acho que as preocupações foram maiores na adolescência, pois os filhos saem sozinhos, vão à discoteca. [...] Meu filho e eu temos um bom relacionamento, conversamos sobre tudo.

Apesar de sempre ter sentido (e ainda sentir) saudades do filho, **Rosa** fala com muita tranquilidade da distância física que permeou o relacionamento deles, enfatizando a importância de manter contato por telefone e carta, pelas visitas nas férias e pelas encomendas. Graças a esses *signos de proximidade*, a distância não foi um problema, não foi tão sofrida, e ninguém (nem **Rosa**, nem sua mãe, nem sua irmã) deixou que **Marco** sentisse que a mãe não estava perto, tampouco deixou que ele sentisse falta de

dinheiro, coisas ou afeto – os quais parecem ser, na fala de **Rosa**, indissociáveis um dos outros. O filho sempre chamou a mãe de mamãe e **Rosa** nunca pensou que o filho pudesse não considerá-la sua mãe; ela sofria ao trabalhar como empregada doméstica cuidando de crianças aproximadamente da idade de **Marco**, sem poder cuidar do próprio filho; se preocupava imaginando que algo de ruim podia acontecer a ele (principalmente na adolescência) e conclui falando, com orgulho, do bom relacionamento que conseguiu construir com o filho.

Analogamente, **Lilina**, que não trouxe as duas filhas (de 15 e 7 anos) quando foi trabalhar em Nápoles há um ano, narra com normalidade sua experiência, tocando nos mesmos pontos que **Rosa**: a saudade, a importância dos *signos de proximidade* e aos preocupações da adolescência.

Eu sinto muita falta das minhas duas filhas e do meu companheiro... Estamos juntos há 12 anos. Eu sempre envio remessas em dinheiro e pacotes com encomendas para as minhas filhas, que sempre me pedem roupas, sapatos, balas, bonecas e celulares. Elas, por sua vez, me mandam ponche e um creme americano para as mãos, que eu não encontro em Nápoles. Tudo aquilo que minhas filhas mandam é especial! Conversamos sempre por telefone, por mim eu ligava todos os dias, eu conto como vai o trabalho e elas sempre me perguntam quando eu vou voltar... Eu pergunto como vão as coisas e fico preocupada com a criminalidade em Boa Vista, que aumentou muito com o turismo. Isso faz com que aumentem muito as preocupações de uma mãe... Eu tenho medo que façam algo com minhas filhas ou que elas sigam pelo *mau caminho* e se envolvam com droga, álcool e prostituição...

Conversando com **Rosa**, **Lilina** e **Nilda** sobre a distância física que marca o relacionamento das três com os filhos (no caso de **Nilda**, apenas da primeira filha), pergunto se, para ser mãe, é preciso estar perto. Elas dizem que sim, “pois é preciso acompanhar os filhos de perto”, porém complementam:

Se você não pode estar perto fisicamente, de longe também é possível estar perto. Você se mantém perto através do amor que você sente e transmite aos seus filhos. Ser mãe é uma alegria, é uma coisa bonita e para ser mãe é preciso coração. Quando você tem coração você faz tudo pelo seu filho. Isso independe de estar perto. É importante não olhar para nada além do filho. Estar longe não muda o amor.

Em seguida **Nilda** acrescenta: “Quando a mãe deixa os filhos em Cabo Verde, os filhos ficam bem, a mãe é que sofre. Eu sinto muita saudade. É difícil ficar longe das pessoas que você ama...”. As três concordam que a proximidade física entre mãe e filho é extremamente importante, mas não sendo possível, existem meios de contornar a ausência física e estar perto. Nesse sentido, as palavras de **Rosa**, **Lilina** e **Nilda** sugerem que a proximidade física não é uma condição necessária para estar perto.

Apesar de perto e longe serem advérbios dotados de uma dimensão espacial, eles não têm ligação necessária com distância ou proximidade física. Trata-se de advérbios que denotam estados relacionais e não pode ser limitada à territorialidade física. Como exploramos no Capítulo 1 - a partir da teorização de Trajano Filho (2010) e Henare *et al.* (2007) - a espacialidade é relacional além de territorial; ela corresponde a uma concepção coletiva, a um campo comunicativo construído na interação social, que independe da proximidade ou da distância física. Nesse sentido, vimos que Cabo Verde corresponde a um espaço relacional dotado de territorialidade física, o qual engloba as coisas, as ideias e as pessoas cabo-verdianas - independentemente delas estarem fisicamente próximas umas às outras ou não.

Analogamente, **Rosa, Lilina e Nilda** não pressupõem uma separação rígida entre proximidade física e proximidade à distância, sendo ambas constituintes do significado de 'estar perto'. Portanto, o que é preciso para ser mãe é estar perto (i.e. manter proximidade, seja ela física ou à distância), é preciso ter coração, é preciso transmitir ao filho o amor que se sente. Dessa maneira, o filho que permanece em Cabo Verde fica bem, mas a mãe sofre – cheia de saudades e preocupações. Apesar de ser possível estar perto à distância e continuar sendo mãe, as mulheres que trabalham na Itália enquanto seus filhos vivem em Cabo Verde sofrem e sentem que não estão perto.

Monteiro (1997) argumenta que a saída de mães cabo-verdianas rumo à Itália e outros países da Europa acarretaria em desintegração familiar e seria fonte de uma experiência traumática para os filhos. Por sua vez, Lobo (2007, 2010, 2010b, 2011 e 2012) sustenta que a migração feminina não causa prejuízo emocional para os filhos que permanecem no arquipélago, ainda que gere tristeza emocional; a autora argumenta que, embora o sentimento de abandono seja um risco para mães e filhos, ele não depende da separação física em si – ao contrário da saudade - estando mais relacionada à eficácia em manter os vínculos entre a mãe, a criança e a pessoa que *aguenta* o filho (quando a mãe migra), por meio dos *signos de proximidade*.

Como veremos abaixo, porém, a situação parece ser mais complexa do que uma dicotomia entre a existência ou não de um abandono; nenhuma das duas argumentações acima parece conseguir abarcar a experiência dos meus interlocutores de pesquisa, pois ela não pode ser resumida a uma questão de estar perto ou não. Com efeito, inúmeras

tensões permeiam a filiação, a paternidade e a maternidade em contextos de migração; trata-se de tensões não resolvidas, as quais podem ser apenas enfrentadas e manejadas, permanecendo sempre enquanto questões - conforme veremos abaixo.

4.1 Filiação: o risco de sentir-se abandonado

Cacá é um homem de 35 anos que nasceu em São Vicente e *cresceu* distante fisicamente da mãe, Ana, a qual foi trabalhar *notte e giorno* em Nápoles em 1980, quando o filho tinha apenas quatro anos. Cacá é filho único e não conheceu o pai; como a mãe de Ana havia falecido, ele ficou sob os cuidados de uma tia e da segunda companheira do avô materno. Em 2003, ele mudou-se para Nápoles e passou a morar com mãe na casa em que ela trabalha desde que chegou na Itália. Ele conta:

Há anos eu passava as férias de agosto em Nápoles e já ficava na casa onde minha mãe trabalhava *notte e giorno*. Como tinha uma paixão grande pela Itália e minha mãe estava aqui, decidi morar com ela para matar a carência de conviver com minha mãe e para mudar de ambiente. A família para quem minha mãe trabalha é um casal com uma filha de 27 anos. Sempre disse a esta jovem que minha mãe era mais mãe dela que minha [risos]. Eu sentia falta da minha mãe, mas ela vinha nos visitar em São Vicente, de dois em dois anos, e ficava dois ou três meses. Era uma coisa espetacular! As coisas que ela levava, os presentes, era sempre uma festa! Eu ficava chateado quando ela ia embora, mas era uma coisa normal, sabia que minha mãe tinha que voltar para a Itália.

A citação acrescenta um elemento novo acerca do fato das mães estarem distantes fisicamente dos próprios filhos e perto dos filhos de seus patrões. Cacá afirma com certa ironia, mas também com tranquilidade, que sua mãe, Ana, é mais mãe da filha de seus patrões do que de Cacá. Conforme reportou **Rosa**, trabalhar como empregada doméstica, cuidando dos filhos dos outros pode ser uma fonte de sofrimento ulterior, pois aumenta a saudade do filho. Por outro lado, pode gerar ciúmes ou desconforto no filho que vê a mãe cuidando de outra criança e não dele, como sugere a fala de Cacá.

Conversando com uma jovem no Consulado Onorário de Cabo Verde em Nápoles, ela me conta que estava lá para tirar o passaporte com urgência, pois precisava mandar o filho para Cabo Verde; ele estava doente e, segundo o médico, ficar no arquipélago seria melhor para sua saúde. Além disso, a mãe disse que preferia que o filho ficasse lá para que ela tivesse mais possibilidade de conseguir emprego em Nápoles. Ele morou com a mãe desde quando nasceu, mas se ele permanecesse em Nápoles continuaria doente e a mãe continuaria desempregada. Ela não foi criada pela mãe, que a manteve em Cabo Verde quando foi chamada para trabalhar na Itália; a filha viveu a ausência da mãe com

grande indignação e jamais imaginou que um dia faria com o filho o mesmo que a mãe fez com ela. Entretanto, após ter ido trabalhar na Itália e tido o primeiro filho lá, ela estava prestes a colocar-se na mesma situação da mãe, tendo que mandar o filho para Cabo Verde e permanecer distante fisicamente dele; foi então que ela entendeu a mãe.

Em campo, não tive oportunidade de criar intimidade com essa jovem, mas conheci outros filhos de cabo-verdianos que viveram uma experiência análoga à dela. Neida, por exemplo, *cresceu* em Boa Vista sob os cuidados da avó, distante fisicamente da mãe que trabalhava em Nápoles. Sua mãe saiu de Boa Vista quando Neida tinha quatro anos e, posteriormente, levou a filha já adulta para trabalhar em Nápoles³⁰. Lá nasceu a filha de Neida, Leda, que tem oito anos e vive em Boa Vista, sob os cuidados da avó, enquanto a mãe (atualmente com 36 anos) trabalha em Nápoles. Neida narra:

Não é bom *crescer* sem os pais... nunca me imaginei vivendo a mesma situação que minha mãe - trabalhando na Itália e morando longe da minha filha. Mas eu acho que a experiência que eu e minha mãe vivemos não é a mesma situação que eu vivo com minha filha. Lena é filha única e eu trabalho para ela, com o objetivo claro de construir uma casa em Boa Vista em 5 anos. Eu dou tudo para minha filha, tudo que eu não tive; dou amor, carinho, vou visitá-la a cada 2-3 anos e quando estou lá, brinco junto com ela. Minha filha é muito grudada em mim... Para ela é difícil entender que eu estou na Itália para trabalhar. Minha filha sente raiva, tristeza... Eu converso muito com ela e explico que estou na Itália para trabalhar. Isso é diferente do meu relacionamento com minha mãe, porque nós duas não tínhamos diálogo.

Também Alex viveu distante fisicamente da mãe e atualmente vive uma situação análoga quando se tornou pai e acabou vivendo distante fisicamente dos filhos. Ele é um homem de 30 anos, natural da ilha de São Vicente, que está na Itália há seis anos. Quando sua mãe foi trabalhar em Nápoles, ele e os irmãos foram criados pela tia paterna e pela avó materna. Em 2005, sua mãe o levou para trabalhar em Nápoles, mas ele já era pai de dois filhos - os quais ficaram em Cabo Verde sob os cuidados da mãe e dos avós. Conversando com ele e sua namorada (que também não trouxe as filhas para a Itália), Alex conta sua experiência enquanto filho que viveu distante fisicamente da mãe:

Quando minha mãe veio para Nápoles eu tinha 12 anos e meu irmão mais novo tinha apenas 5 anos de idade. Foi muito difícil... [...] Minha mãe era uma figura muito forte. Quando ela saiu de Cabo Verde eu abandonei a escola. A presença dos pais é muito importante para a educação e para o amor. Caso contrário você *cresce* praticamente sem o amor dos seus pais. Claro que eles enviam sempre presentes e você fica muito feliz, mas um abraço dos seus pais é muito importante. Quando minha mãe vinha visitar, eu e ela ficávamos abraçados o tempo todo, eu não queria soltá-la, não queria deixá-la ir

³⁰ Infelizmente, não disponho de dados para analisar a decisão de levar os filhos adultos, a qual não depende apenas da volição das mães, e sim de uma negociação entre ambas as partes.

embora novamente. Mesmo assim, acho que para mim era diferente de como era para meus irmãos. Por ser mais velho, eu conseguia ponderar melhor. Às vezes eu ficava com raiva, principalmente quando eu precisava da minha mãe e ela não estava; mas eu entendia que ela só estava na Itália porque queria um futuro melhor para todos nós. Já meus irmãos, eles eram crianças ainda. Quando você é criança você não pensa nisso, você só pensa no abandono: 'fui abandonado e pronto'. A maioria das crianças em Cabo Verde diz isso, 'fui abandonado pelos meus pais'. Na verdade não é isso. Eles saem em busca de uma coisa melhor.

A educação e o amor, mencionados por Alex, parecem ser elementos importantes para compreender essa questão. Com efeito, os dois elementos estariam atrelados à presença dos pais (ainda que não exclusivamente a ela); conseqüentemente, quanto mais tempo os filhos permanecessem perto dos pais, recebendo deles educação e amor, mais fácil seria para os primeiros entender as razões que levaram os segundos a trabalhar no exterior, embora seja sempre difícil viver esse relacionamento à distância. Alex segue sua narrativa, falando agora sobre sua experiência enquanto pai que mora distante fisicamente dos filhos:

Eu nunca imaginei que ficaria longe dos meus filhos... Quando consegui o visto para sair de Cabo Verde eu pulei de alegria, mas ao mesmo tempo fiquei muito triste. Para mim, deixar os filhos foi mais difícil do que é para outras pessoas, porque eu sei as dificuldades que passei por causa da [distância da] minha mãe. Eu não queria fazer todos os buracos que minha mãe fez... Mas estando na Itália é difícil. Pelo menos agora, as coisas estão mais claras no mundo, em todos os sentidos. A geração dos meus pais era mais fechada, mas eu consigo falar mais e me expressar melhor com meus filhos, fazer com que eles entendam porque eu não estou lá.

Nos discursos reportados acima, a distância física entre filhos, mães e pais é vista, ora como um aspecto normal, ora como um abandono, evidenciando as tensões que permeiam a maternidade, a filiação e a paternidade nesse contexto. Os sentimentos e as opiniões variam dependendo de quem fala, da perspectiva adotada, do momento da história de vida, da posição de cada um. Com efeito, os filhos adultos falam com tranquilidade de experiências que foram vividas com certa dificuldade na infância. Além disso, quando esses filhos se tornam pais e mães, novas nuances se somam à sua experiência, complexificando sua opinião e seus sentimentos. Veremos na próxima seção como tensões e variações análogas estão presentes nas narrativas de mães e avós ao falar sobre a quebra da proximidade física no binômio mãe-filho.

4.2 Maternidade: o risco de perder o lugar de mãe

Liv é uma mulher de 36 anos que saiu de São Vicente há quatro anos e não trouxe para a Itália sua filha Paula, então com 5 anos de idade, que foi criada no arquipélago pelas

avós materna e paterna. Liv e o pai de Paula estão juntos há 15 anos, moram na mesma casa desde antes do nascimento da filha e estão *casados no papel* há dois anos e meio. Conversando com Liv em Nápoles, onde trabalha como empregada doméstica *lungo ore*, ela fala sobre a forma como ela se sente ao viver longe da filha:

Acho muito difícil ficar longe da minha filha. Para mim a família é a coisa mais importante do mundo. [...] Até hoje eu me arrependo de ter deixado minha filha, mas quando a gente tem um objetivo na vida é assim. Ela disse à avó: minha mãe e meu pai me deixaram por dinheiro. [...] Nossa filha disse uma coisa que não é verdade [...] depois ela entendeu. Enquanto estávamos lá, nunca lhe faltou um copo de leite, mas nós jovens temos que trabalhar para construir algo para o futuro. [...] Hoje [meu marido e eu] estamos mais ou menos bem de vida, eu posso dar à minha filha o que ela precisa, mas na vida a gente nunca sabe como será o futuro. [...] Meu marido e eu somos um casal que vive pensando no futuro, gostamos de viver o presente, mas pensamos também no amanhã. Eu vim para a Itália para economizar dinheiro e comprar um terreno em São Vicente.

Em consonância com as palavras de **Nilda** e de Liv, outra interlocutora de pesquisa (que ao contrário delas criou os filhos consigo) fala sobre outra questão inerente à distância física entre mãe e filhos: “É difícil criar um filho de longe porque ele terá outra pessoa perto. Ele aprenderá a chamá-la de ‘mãe’ e irá amá-la mais porque é essa pessoa que cuida dele. Colocar um filho no mundo não basta para ser mãe, é necessário ser mãe 24 horas por dia”. Decorre do que foi apresentado até aqui que a forma como os filhos vivenciam (percebem, sentem e racionalizam) o fato delas estarem distantes fisicamente gera grande preocupação nas mães.

A conversa que tive em Nápoles com Joyce fornece material interessante para refletir sobre essa preocupação. Quando ela saiu de Boa Vista, em 2004, ela já era mãe de duas filhas (uma de 6 anos, a outra de 18 meses de idade) e ambas ficaram sob os cuidados da avó e da tia maternas. Quando conheci Joyce ela estava em situação irregular na Itália e, por isso, não via as filhas há sete anos (pois ela não poderia voltar à Itália, caso saísse do país). Joyce narra:

Quando eu saí e deixei minhas filhas em Boa Vista, eu me senti um monstro, de verdade. Não tanto em relação a minha filha maior, que pelo menos ficou comigo até os seis anos. Mas em relação à menor... [...] Minha força foram as crianças das casas onde trabalhei. A mais nova delas tinha 2 anos e eu a via e vejo como minha filha mais nova. A mais velha (de 17 anos) era minha filha mais velha! Isso me ajudou demais. Eu olhava para elas, duas meninas como as minhas, eu sofria com a distância das minhas filhas, mas estando junto com as crianças da casa onde trabalhava eu precisava um pouco menos das minhas filhas. [...] Atualmente eu me preocupo mais com minha filha maior do que com a menor. Ela é adolescente, eu passei por isso, não dá para brincar com isso. Eu fico preocupada... Quando eu era adolescente tinha minha mãe por perto, mas ela não falava de sexo, pois tinha uma mentalidade completamente fechada. De

longe eu não consigo ajudar minha filha quando ela tem uma dúvida... Por telefone eu tento aconselhá-la, mas estando longe é completamente diferente. Se eu estivesse perto isso mudaria muito... Com minha presença seria outra coisa, porque nesse caso eu digo e estou: se eu só digo, mas não estou lá, o que eu falo entra por uma orelha e sai pela outra. Estando longe, minha filha sabe que, por mais que eu diga, não posso fazer nada. Acho que de perto ela me respeitaria mais. Quando os pais estão longe há menos respeito, pois seus filhos sempre podem dizer que ‘você não estava por perto’. Falando isso eles te atingem... Muitos acham que eu sou muito boazinha com minhas filhas porque não brigo com elas e mando sempre presentes, mas eu não concordo. Já estou longe de minhas filhas, se eu ainda por cima brigar com elas, ficarão com mais raiva de mim e podem pensar: “Quem essa aí acha que é? Ela nunca está aqui, nem a conheço direito. Quando estou doente ela não está aqui. Quando eu preciso dela ela não está aqui fisicamente. Ela está brigando comigo para que? Como ela ousa?”. As pessoas em Cabo Verde não pensam que estamos aqui trabalhando para eles... Por enquanto minha filha mais velha nunca me disse essas coisas que eu fico imaginando, mas minha filha menor disse algo parecido... Uma vez eu telefonei e quando ela atendeu, eu me apresentei, dizendo que ‘era a mamãe’; ela respondeu dizendo que a mãe dela estava na cozinha - referindo-se à minha mãe, que cuida dela... Nossa, aquilo me partiu o coração... Felizmente minha filha mais nova está mudando, conversa tranquila, não me dá mais esses tapas morais que me fazem chorar. Agora eu gosto do nosso relacionamento! Toda vez que ligo, pergunto a ela ‘você sabe quem eu sou?’ e ela diz, ‘sim, você é minha mãe’. Eu abro um sorriso enorme! Isso me dá uma alegria tão grande! Antes, quando eu pedia a ela para chamar minha mãe ela dizia, ‘mamãe, minha mãe está te chamando’. Agora diz, ‘vovó, a mamãe está te chamando’. [...] Minhas filhas sabem desde sempre que eu sou a mãe, minha família sempre enfatizou isso. A questão é que eu deixei minha filha mais nova aos 18 meses, quando ela nem sabia falar direito. Depois disso ela sempre viveu com minha mãe e com os filhos dela, que a chamam de mamãe. Ela não escuta ninguém chamando minha mãe de vovó. É normal. [...] Quando as coisas vão mal e as pessoas lá brigam com elas, imediatamente minhas filhas respondem: ‘nenhuma de vocês é minha mãe, minha mãe está na Itália!’. Por outro lado, quando as coisas vão bem, minhas filhas têm é três mães: eu, minha mãe e minha irmã!

A longa citação de Joyce deixa claro o quanto as mães sofrem quando mantinham (no passado) os filhos em Cabo Verde ou quando não os trazem para a Itália (no presente). Além disso, as palavras acima tornam evidentes a tensão entre proximidade e distância que permeia todo esse contexto. Vimos na Seção 3 que a maternidade requer duas gerações para realizar plenamente em Cabo Verde; apesar disso, a maternidade não é vivida sem tensões, riscos, conflitos, medos e problemas – conforme fica claro nessa citação.

Em suma, a citação permite entender melhor algumas nuances contidas na afirmação de **Nilda**, segundo a qual os filhos ficam bem em Cabo Verde sem as mães, elas é que sofrem. Efetivamente, apesar deles também sofrerem com a ausência delas, eles tendem a entender o que está acontecendo, como atesta o exemplo de Joyce: a mãe manda sempre presentes e telefona com frequência, a família enfatiza quem é a mãe e quem é a avó, as crianças sabem que têm mais de uma mãe, mas que apenas uma delas é sua mãe (as outras são sua avó, tia etc.). Ainda assim, as mulheres que vivem na Itália distantes

fisicamente dos filhos temem perder seu lugar de mãe junto ao filho, que mora perto de outras pessoas e não delas. A esse respeito, a fala de Rosinha, que viveu junto com a mãe na Itália, é exemplar: “Minha mãe sempre me dizia que se ela tivesse me deixado em Cabo Verde eu nunca teria sido filha dela”.

A preocupação de que o filho criado por outra pessoa considere esta como sendo sua mãe, mais do que a própria mãe, é uma constante - seja entre as mulheres que deixam o filho em Cabo Verde (mantendo-o, mandando-o, não trazendo-o, não levando-o) seja entre aquelas que o levam para a Itália (criam consigo, trazem, levam). Conforme evidencia a fala de Joyce, o fato do filho chamar outra pessoa de mãe é frequentemente acionado como um signo de que o filho considera esta pessoa como mãe (e não a própria mãe).

A esse respeito, é interessante inserir a conversa que gravei entre duas amigas, durante uma espécie de grupo focal proposto por elas. Dora nasceu em São Vicente e, aos 2 anos de idade, sua mãe foi para a Itália e manteve a filha em Santo Antão, sob os cuidados da avó materna. Quando Dora tinha 21 anos, sua mãe a chamou para trabalhar *notte e giorno* em Nápoles, onde está desde então. Dora criou os filhos consigo na Itália, enquanto a amiga, Lucia - que chegou em Nápoles em 2005, levada pela irmã que está na cidade desde 1982 - trouxe recentemente seus filhos para morar consigo. Segue abaixo o diálogo entre Dora, Lúcia e eu acerca da forma como os filhos chamam as mães e as avós; Lúcia começa contando como se sentiu no período em que morou na Itália distante fisicamente dos filhos, os quais estavam em Cabo Verde sob os cuidados das irmãs de Lúcia e do companheiro dela (a mãe de Lúcia faleceu quando ela era pequena):

Deixar uma filha pequena e chegar em um país estrangeiro, onde você trabalha cuidando de um menino pequeno, quase da mesma idade da sua filha, é ruim, foi uma coisa difícil mesmo. É uma dor gigante deixar sua filha e cuidar dos filhos dos outros enquanto sua filha está abandonada. Você fica tranquila por ter deixado sua filha com um parente de confiança, mas mesmo assim você sofre. Você precisa se convencer de que faz isso por amor aos próprios filhos. Mas é muito difícil brincar com o filho dos outros sabendo que você tem uma filha da mesma idade e que outra pessoa é que está cuidando dela... Sabendo que naquele momento você poderia estar cuidando dela e ela seria sua filha, não filha dos outros...

Quando perguntei a ela se tinha medo que a filha se sentisse filha dos outros e se essa era uma preocupação para ela, Lúcia respondeu:

Minha filha sempre me sentiu como sendo sua mãe. O pai dela e minha irmãs sempre

disseram a ela que eu era a mãe; sempre explicaram que eles estavam com ela mas que eles não eram a mãe dela. Na verdade essa era uma preocupação para mim sim. Eu telefonava para minha filha falava, ‘sou eu, sua mãe, mamãe, me chamo Lúcia, Lúcia’. E ela dizia: “Sim, sim eu sei, você está na Itália”. O pai dela falava sempre de mim e ficava incomodado quando nossa filha chamava minha irmã de mamãe, porque nossa filha chamava também meu cunhado de papai. Ele ficava incomodado mesmo. [...] Minha irmã se chama Clara e minha filha a chamava de ‘mamãe Clara’. Eu perguntava, ‘porque você chama a Clara de ‘mamãe Clara’?’ E minha filha dizia: ‘Não, eu a chamo de ‘mamãe Clara’, mas sei que ela não é minha mãe’.

Nesse ponto Dora interveio:

Você teve sorte porque o pai da sua filha ficava incomodado. Porque se ele não ficasse incomodado, você podia esquecer a possibilidade da sua filha te chamar de mãe. Quando as crianças pequenas ficam com os parentes e as mães vão para a Itália, ou para qualquer outro lugar, os filhos não chamam a mãe de mamãe. Eu falo por experiência própria. Não chamo nem nunca chamei minha mãe de mamãe, não consigo mesmo. Sei que ela é minha mãe, mas não a chamo assim. Não tenho por ela aquele amor que está sempre presente. É muito diferente. Agora que me tornei mãe tentei entender minha mãe, mas antes eu não conseguia entendê-la, não conseguia entender porque ela tinha me abandonado, me sentia sempre abandonada. Eu perguntava ‘Por que você me colocou no mundo?’. Essa era a raiva que eu tinha sempre dentro de mim.

Lúcia, porém, pondera a fala da amiga:

Eu nunca chamei meu pai de papai e ele sempre esteve perto. Meus irmãos mais velhos o chamavam pela alcunha e eu também o chamava assim. Ninguém o chamava de papai. Também chamávamos minha mãe pela alcunha, não a chamávamos de mamãe, nem sei porque. Eu fazia o que minhas irmãs faziam, porque eu era pequena.

Dora concorda e diz, “Nós temos esse hábito, nós chamávamos nossa avó pela alcunha e chamávamos nosso avô de pai. Quando eu cheguei, os filhos da minha avó a chamavam pela alcunha e eu segui o que eles faziam”. Lúcia continua: “Todos os netos chamam minha avó que me criou, ou seja, a mãe da minha mãe, de mãe. Mesmo os netos cujas mães estão vivas, sempre chamam ela de mãe”, e Dora completa: “Sim, porque vocês ouviram isso de outras pessoas e isso foi herdado e transmitido de geração em geração [tramandato]”. Lúcia segue:

Nós chamamos minha avó materna de *mãe* [em português no original] porque as filhas da minha avó (como a minha mãe), chamavam minha avó de mãe. Então minhas irmãs mais velhas *cresceram* chamando-a de mãe e todos os netos a mesma coisa fizeram, inclusive eu. Nenhum neto a chamou de *avó* [em português no original], sempre *mãe*, mesmo os bisnetos, sempre mãe.

Dora fornece um exemplo extraído da própria experiência de vida que reforça a fala da amiga:

A gente chamava minha avó pela alcunha porque os filhos dela a chamavam assim; chamávamos meu avô de papai porque os filhos dele o chamavam de papai. É assim

que acontece com todos os parentes, também com os tios. Eu chamava alguns deles de tios porque ouvia outras pessoas chamarem-no de tio; alguns primos, porém, os chamavam pela alcunha porque ouviam outras pessoas dirigirem-se a eles pela alcunha.

A conversa de Dora e Lúcia mostra que, mesmo quando a mãe está perto, a avó pode ser chamada de mamãe, assim como o avô pode ser chamado de papai. Efetivamente, o fato de chamar ou não a mãe de mamãe parece estar associado ao mesmo mecanismo pelo qual os demais parentes são chamados pelos típicos pronomes de tratamento (avó, avô, tio etc.). Cada membro mais novo da família aprenderá com os membros mais velhos como chamar os parentes; quando escutam uma pessoa ser chamada sempre de uma maneira e não de outra, automaticamente a chamam dessa maneira. É como se os mais novos herdassem a forma de tratamento dos mais velhos, os quais a transmitem aos primeiro. Conseqüentemente, se todos chamarem a avó de mãe e ninguém a chamar de avó, também o neto a chamará de mãe. Nesse caso é espontâneo chamar a avó assim e chamar, por exemplo, a mãe pela alcunha - pois os mais jovens estão fazendo simplesmente o que os mais velhos fazem. Para que isso não ocorra, cabe à família enfatizar quem é a mãe e ensinar a chamá-la de mamãe.

Entretanto, a fala inicial de Dora atesta que não chamar a mãe de mamãe pode não estar relacionado apenas a esse mecanismo. Ao narrar sua história de vida, Dora sugere que ela não chama a mãe de mamãe porque o amor que nutre por ela é diferente e repleto de raiva, porque se sente abandonada. Nesse caso, não chamar a mãe de mamãe pode até ser decorrente do mecanismo espontâneo descrito acima. Contudo, esse tratamento é racionalizado e a filha tem consciência de que não chama a mãe de mamãe, nem consegue fazê-lo. Portanto, a questão não parece residir exatamente na forma de tratamento, mas sim na forma como mães e filhos percebem o relacionamento entre eles. No caso das mães, por temer que os filhos não as vejam como mães, elas atentam para a forma como os filhos as tratam e usam isso como signo de que eles não sentem que elas são suas mães; no caso dos filhos, eles enfatizam o fato que seu relacionamento com as próprias mães é diferente do que deveria ser, argumentando que não utilizam em relação a elas o pronome de tratamento típico (i.e. mamãe). Em suma, o risco não é, pois, o do filho não chamar a mãe de mamãe, mas sim disso ser um indício de que os filhos não sintam a mãe realmente como mãe.

Como vimos na Seção 3, Lobo (2007, 2010, 2010b, 2011, 2012) argumenta que, em

Cabo Verde, a maternidade é um processo que requer duas gerações para se realizar e que exige a ação conjunta de duas mulheres. Uma vez que a maternidade começa com o nascimento do primeiro filho e termina quando a mulher *aguenta* o neto, a avó e a mulher que pariu a criança são ambas mães. Nesse contexto é possível compreender como as duas mulheres possam ser chamadas de mamãe, sem que isso implique em rivalidade entre elas ou confusão geracional: os netos parecem estar simplesmente estendendo a categoria de mãe para além da mãe biológica e incorporando as mulheres de outras gerações, com as quais a maternidade é compartilhada.

Para compreender as nuances envolvidas nesse processo de nomeação, lanço mão, mais uma vez, da discussão realizada no Capítulo 1 - com base no argumento de Trajano Filho (2010) e Hanare *et al.* (2007). Ao refletir sobre os lugares e sobre a relação entre espaço e territorialidade física, argumentei que os nomes dos lugares são concepções coletivas construídas nas interações sociais; Tais concepções dizem respeito a espacialidades, as quais correspondem a categorias do entendimento e devem ser entendidas enquanto campos comunicacionais. Sugiro que essa análise possa ser estendida a outra classe de nomes, a saber, às formas de tratamento usadas no parentesco – como o ato de nomear a mãe de mamãe.

As mulheres que trabalham na Itália enquanto os filhos vivem em Cabo Verde percebem o fato de não ser chamadas de mamãe como um indício de que seus filhos não as sintam realmente como mães. Em outras palavras, o que parece estar em questão é o risco de perder o lugar de mães. No caso do parentesco, as formas de tratamento parecem operar uma convergência semelhante àquela evidenciada por Trajano Filho (2010) no caso dos nomes dos lugares - os quais vinculam sujeitos a espacialidades territoriais e relacionais.

A diferença aqui consiste no fato de que os atos de nomeação (por exemplo, chamar alguém de mamãe) relacionam sujeitos a lugares entendidos como papéis sociais – os quais também dizem respeito à esfera do espaço enquanto categoria do entendimento e enquanto campo comunicativo. Como vimos acima, para ser mãe é preciso estar perto, estado que é relacional e não tem ligação necessária com a proximidade física, sendo possível manter a proximidade à distância por meio dos *signos de proximidade*.

Nesse sentido, independentemente das mães estarem fisicamente próximas ou distantes

dos filhos, elas continuam sendo mães. Apesar disso, elas sofrem com saudades e com a potencialização de tensões. Analogamente, evidenciamos no Capítulo 1 que há uma importante distinção entre, de um lado, a territorialidade civil do estado-Nação de Cabo Verde e, de outro lado, sua espacialidade – que é territorial e relacional.

Assim, se é verdade que coisas, ideias e pessoas continuam sendo cabo-verdianas independentemente da proximidade física, a distância física gera saudade e potencializa tensões. No caso do parentesco, por sua vez, ainda que as mulheres possam estar perto e continuar sendo mães, quer mantendo sua proximidade física, quer mantendo sua proximidade à distância, neste segundo caso há um inegável sofrimento relacionado à saudade e à potencialização das tensões.

Conforme foi mencionado no Capítulo 1, Trajano Filho (2010), Lobo (2007), Grassi (2006) e Meintel (1984) evidenciam o aspecto relacional como sendo central para pensar o caso cabo-verdiano. Segundo esses autores, Cabo Verde seria caracterizado por uma forte abertura para a alteridade, a qual permitiu que os cabo-verdianos incorporassem outras territorialidades físicas como espaços possíveis para trabalhar, viver e alcançar o sonho de *crescer* e de ter uma *vida boa* (individual e familiar).

De modo semelhante, no caso do parentesco, essa mesma abertura para o outro (ênfatazada pelos citados autores) parece viabilizar que os cabo-verdianos na Itália incorporem outros arranjos familiares – como aqueles italianos – os quais passam a compor o seu arco de possibilidades. Dessa maneira, diversos universos de valores convivem e competem entre si, podendo ser acionados a depender do contexto. Por exemplo, se em Cabo Verde a separação física entre mãe e filho é esperada, embora gere sofrimento, este pode ser manejado por meio da adesão a elementos do modelo de parentesco italiano - segundo o qual o vínculo entre mãe e filho pressupõe a presença física. Assim a tensão entre proximidade e distância é acrescida de novas possibilidades (incorporadas a partir do universo de valores italiano) e, conseqüentemente, é potencializada. Tendo em vista esse amplo contexto, a diante serão exploradas duas ulteriores tensões que se fazem presentes quando mães e filhos vivem distantes fisicamente uns dos outros

4.3 Maternidade e filiação: amor e costume

Uma cabo-verdiana que criou consigo a filha em Nápoles afirma:

Nem todas as mães são iguais, existem aquelas que esquecem que têm filhos. A distância não obstrui o fato de amar. Depende do coração, se a pessoa tiver coração transmite o *amor* à distância. A distância não destrói o *amor*, mas talvez o mude. [...] Às vezes muda. Quando a mãe deixa o filho por anos sem ver... você vê seu filho transformado, às vezes ele nem te reconhece. *Amor* é afeto cultivado no dia a dia. Se você estiver de longe...

Esta citação reforça o argumento apresentado acima acerca da ausência de uma separação rígida entre proximidade física e proximidade à distância - sendo ambas constitutivas do sentido cabo-verdiano de estar perto. Logo, o fundamental para ser mãe é ter coração, transmitindo sempre o amor que se sente. Agindo dessa maneira seria possível contornar a ausência física, por meio dos *signos de proximidade* e, assim, continuar sendo mãe 24 horas por dia, estando próximo à distância. Com efeito, a “distância não obstrui o fato de amar” e apenas as que não têm coração e esquecem que têm filhos não transmitem o amor à distância.

Se, por um lado, a distância não impede que o amor seja transmitido entre mães e filhos, as palavras reportadas acima indicam que a distância pode sim mudar o amor. Com efeito, quando “a mãe deixa o filho por anos sem ver”, ao voltar, ela vê o filho transformado e, às vezes ele nem a reconhece. Tal fato evidencia a importância do tempo em que mães e filhos permanecem próximos fisicamente. Quanto mais novos são os filhos quando as mães saem, menos tempo eles receberam diretamente delas educação e carinho, mais dificuldade eles terão em entender as razões que levaram elas a sair. Além disso, quanto mais novos os filhos, menos tempo as mães terão estado fisicamente perto deles enquanto *creciam*. Ao sair de Cabo Verde quando os filhos têm alguns meses de vida e voltar dois anos depois (sendo difícil conseguir passar férias no arquipélago antes disso), as mães realmente vêem os filhos transformados; estes, por sua vez, eram pequenos demais quando as mães saíram, para guardar lembranças do tempo em que viveram fisicamente perto delas.

O sofrimento gerado por essa situação fica claro na trajetória de vida de duas interlocutoras que não trouxeram os filhos para a Itália - Joyce e Lucia. Quando saíram de Cabo Verde (uma de Boa Vista e a outra de São Vicente), as filhas mais novas de

ambas tinham apenas alguns meses de idade. Lucia voltou a Cabo Verde cerca de dois anos depois de ir para a Itália, enquanto Joyce permaneceu sete anos sem ver as filhas, pois estava em situação irregular. Nem por isso, porém, Lucia e Joyce deixaram de ser mães 24 horas por dia, tampouco de transmitir seu amor, por meio dos *signos de proximidade*. Nos dois casos, os pacotes com presentes enviados periodicamente por navio, as conversas por telefone e as fotografias enviadas pelo correio e pela internet exercem um papel fundamental. Lucia narra:

Voltei depois de 1 ano e 9 meses, [...] mas minha filha mais nova me reconheceu imediatamente. Quando eu sai de Cabo Verde deixei as fotos que tiramos junto. Depois eu mandava outras fotos da Itália, assim ela tinha um ponto de referência.

Apesar de eficientes em garantir a manutenção dos vínculos, os *signos de proximidade* não eliminam o sofrimento e as tensões inerentes à distância. Um depoimento de Joyce nos ajuda a entender em que sentido a distância muda o amor, ainda que não o diminua, nem impeça que ele seja transmitido:

Há um tempo eu perguntei para minha filha mais nova: ‘Se você nunca tivesse visto minhas fotografias e me encontrasse na rua, você me reconheceria? Ela disse que não’. E é verdade, porque eu também não a reconheceria sem as fotos... Se não houvesse essas tecnologias, telefone, computador etc., nós passaríamos uma ao lado da outra na rua e ela não saberia que eu sou a mãe, nem eu reconheceria que ela é minha filha. [...] Eu a vejo nas fotos [e sei que é ela, sei que ela *cresceu*], mas na minha cabeça ela ainda tem 18 meses, como tinha quando eu a deixei. Eu não consigo. No caso da minha filha maior, eu consigo acompanhar o *crescimento* dela...

Neste contexto a fotografia tem uma importância crucial, sendo eficaz em criar uma sensação de proximidade, ainda que à distância. Com efeito, ela permite ver o filho *crescendo*, mesmo que não diretamente. Cria-se pois uma temporalidade e espacialidade comum entre pessoas que estão distantes fisicamente, permitindo que elas se façam presentes emocionalmente. No entanto, essas tecnologias não são capazes de apagar a separação física, ou resolver as tensões entre proximidade e distância.

Em suma, é possível criar o filho mesmo quando as mães estão distantes fisicamente deles, pois é possível estar perto (mantendo a proximidade à distância) por meio dos *signos de proximidade*. Todavia, quando mães e filhos permanecem apenas alguns meses perto fisicamente, o amor pode mudar: pode ser mais difícil para a mãe construir uma relação com o filho, ele terá mais dificuldade em entendê-la e as memórias dessa relação precisarão ser amplamente construídas com fotos (além de reforçadas pelos

demais *signos de proximidade*). Tal fato é mais uma fonte de sofrimento para as mulheres e diz respeito, em particular, à infância do filho, período no qual criar o filho de perto, fisicamente, significa *crescê-lo*, ou seja, significa vê-lo *crescer* no sentido de ver (diretamente e não por fotografias) o filho mudar de tamanho, de feições faciais etc.

No que tange à adolescência, outra mudança importante pode se verificar quando os filhos e as mães não estão próximos fisicamente um do outro. Como foi apresentado no início do capítulo, durante essa fase da vida, os filhos não precisam ser *crescidos*, mas sim *seguidos* – ato que requer proximidade física. Em diversas citações o leitor acompanhou meus interlocutores de pesquisa mencionar as preocupações da adolescência, as quais estão associadas ao risco de que os filhos sigam pelo *mal caminho* e percam o futuro que as mães tentam construir para eles com tanto sacrifícios. Assim, existe uma pressão por reagrupamento familiar nessa idade, quando, porém, o filho já está acostumado a outra vida.

A experiência de Sandro ajuda a refletir sobre o que muda na relação ente mães e filhos na adolescência. Ele é um cabo-verdiano de 41 anos que foi trazido pela mãe para morar na Itália, após ter morado com a avó em Cabo Verde enquanto a mãe trabalhava na Itália. Sandro nasceu em Cabo Verde e morou com a mãe apenas por alguns meses. Quando ele tinha 5 anos, sua mãe o trouxe para morar consigo na casa em que trabalhava *notte e giorno* em Roma, cidade em que Sandro morou desde então. Ao comentar sobre sua história de vida, ele diz:

Quando os filhos ficam em Cabo Verde, eles sofrem com a distância, mas todos cuidam dele, criando e reforçando um mito em torno dos pais que enviavam cartas, presentes e visitavam uma vez por ano. A lembrança que eu tenho da época em que morei em Cabo Verde longe da minha mãe é boa. [...] Mas eu acho que se eu tivesse ido para a Itália mais velho teria sido mais difícil, pois estaria muito acostumado a outro tipo de vida [...] e sentiria muito a separação [de Cabo Verde e das pessoas que ficaram lá]. Se eu tivesse ido para a Itália quando jovem, teriam mudado muito mais os relacionamentos, as amizades, as relações afetivas, as situações, as pessoas.

Ao falar sobre sua ida para a Itália, Sandro lança mão da ideia de acostumar-se e a associa explicitamente a uma dimensão temporal, afirmando que, se ele tivesse “ido para a Itália mais velho teria sido mais difícil, pois estaria muito acostumado a outro tipo de vida”. Como evidencia essa citação, na juventude é mais difícil sair de Cabo Verde para morar na Itália com a mãe, pois se está mais acostumado (do que se está na infância) a outro tipo de vida. A experiência de **Ivone** confirma esse fato. Conversando

comigo sobre seu filho, Joty - que foi trazido para Nápoles após ter morado até os 11 anos com a companheira do avô materno em São Vicente - **Ivone** conta:

Quando meu filho veio para a Itália, foi difícil [para ele] se afeiçoar a mim, ele considerava a companheira do meu pai como sendo sua mãe. Quando ela morreu, meu filho me disse “eu perdi minha mãe”. Para ele eu era uma estranha, mas vendo os sacrifícios que eu fiz, ele me aceitou.

Tais citações permitem olhar de outra maneira para a relação entre tempo de convívio, educação e amor – ajudando a entender as mudanças inerentes ao fato de mãe e filhos viverem distantes fisicamente, seja na infância, seja na adolescência. Vimos que, por um lado, quanto menores são os filhos quando as mães migram, maior é a dificuldade das mães em construir uma relação com os filhos; estes, por sua vez, terão dificuldade em entender as mães e as memórias dessa relação precisarão ser amplamente construídas por fotos. Por outro lado, os casos de Sandro e de Chico revelam que, quanto maiores são os filhos quando as mães os trazem para a Itália, maior é a saudade que eles sentem da vida à qual estão acostumados e maior a dificuldade deles em acostumar-se a viver fisicamente perto das mães.

Conclusão

Recentemente, inúmeros estudos têm refletido sobre estruturas familiares em contextos de migração feminina e apontam para tensões semelhantes àquelas vividas por minhas interlocutoras de pesquisa. Ehrenreich & Hochschild (2002) fazem uma retrospectiva do processo histórico da migração do terceiro mundo para o primeiro e evidenciam que ele passou por uma feminização a partir dos anos 1990, tendo o número de mulheres superado o de homens migrantes. As autoras chamam a atenção para o fato de que, frequentemente, as mulheres deixam seus filhos no país de origem, sob os cuidados de outros, quando vão trabalhar no exterior (deslocando-se tendencialmente no sentido sul-norte para exercer serviços de empregadas domésticas ou trabalhadora do sexo). Em diálogo com as preocupações das autoras, inúmeros analistas têm voltado sua atenção para a denominada família transnacional e para a forma como os vínculos de parentesco são mantidos entre os membros que estão espalhados em diferentes países - especialmente quando mãe e filho não estão próximos geograficamente (cf. BRYCESON & VUORELA, 2002; CHAMBERLAIN, 2002; DROTBOHM, 2009; LEVITT, 2001; LEVITT & WATERS, 2002).

Bryceson & Vuorela (2002) definem a família transnacional como uma “família cujos membros vivem algum tempo ou a maior parte do tempo separados uns dos outros, embora se mantenham unidos e às vezes criem algo que pode ser visto como um sentimento de bem estar coletivo e de unidade, a saber, ‘familiaridade’, mesmo entre fronteiras nacionais” (:3) ³¹. Elas criticam o pressuposto ocidental segundo o qual a família é vista como sinônimo de casa, isto é, como equivalente à administração e ao compartilhamento da vida cotidiana em uma habitação comum. Paralelamente as autoras mostram que as mulheres precisam adaptar ativamente sua maternidade à experiência da migração e que a separação entre mãe e filho pode ser traumática, ainda que não o seja necessariamente, caso haja uma relação de cuidado estável e positiva.

Analogamente, em um estudo sobre migração feminina nas Filipinas, Parreñas (2002) lança mão do conceito de maternidade transnacional definido como “a reconstituição organizacional e o rearranjo da maternidade acomodada às separações temporais e espaciais forçadas pela migração” (:93)³². Segundo a autora, a saída das mulheres gera significativos impactos na sociedade e, sobretudo, na vida dos filhos; estes tendem a ser deixados no país de origem e a ser criados por outras mulheres (inclusive porque mesmo quando os homens não migram, eles não aumentam sua participação na vida doméstica). Parreñas (2002) argumenta que os filhos podem passar por sérios problemas emocionais ao *crescerem* longe das mães. Todavia, ela evidencia que estratégias são utilizadas por mães e filhos para diminuir o sofrimento emocional causado pela distância física. Em particular a autora faz notar que a dureza emocional é diminuída quando as crianças recebem apoio da família e estabelecem uma comunicação periódica com as mães. Além disso, “quando os filhos acreditam que as mães sofrem na migração, eles têm menos dificuldade em se ajustar à família transnacional” (: 103), sobretudo quando as mães mostram que a migração e a conseqüente readaptação da maternidade não são uma “escolha, mas sim um sacrifício” (:107)³³.

³¹ Livre tradução do original em Inglês: “‘Transnational families’ are defined here as families that live some or most of the time separated by each other, yet hold together and create something that can be seen as a feeling of collective welfare and unity, namely ‘familyhood’, even across national borders”.

³² Livre tradução do original em Inglês: “the organizational reorganization na rearrangement of motherhood to accommodate the temporal and spatial separations forced by migration”.

³³ Livre tradução do original em Inglês: “children who believe that their mothers suffer in migration have less difficulty adjusting to their transnational family life” (:103); “the reconstitution of mothering is not a choice but instead a sacrifice” (:107).

Sacrifício também era o termo que as cabo-verdianas com quem eu convivi em campo utilizavam com maior recorrência para expressar o seguinte *trade off*: de um lado, permanecer distante fisicamente do filho, mas garantir que ele tenha uma *vida boa infantil* e que ela alcance o sonho de uma *vida boa* (individual e familiar); de outro lado, estar próxima fisicamente do filho, mas privá-lo da *vida boa infantil* em Cabo Verde e colocar em risco o projeto migratório - e o sonho de uma *vida boa* (individual e familiar).

Analogamente, Lobo (2007, 2010, 2010b, 2011 e 2012) mostra que, da perspectiva das mulheres da ilha da Boa Vista, existe um *trade off* entre viver com os filhos e sustentá-los. Nesse sentido, a decisão de migrar é vista como uma possibilidade válida e eficaz de construir um futuro melhor e o fato das crianças serem criadas na ausência física das mães é visto como um sacrifício, que é partilhado por todos os membros da família.

Parece haver, porém uma sutil diferença entre o sacrifício do qual nos fala a autora e aquele mencionado por minhas interlocutoras de pesquisa. Efetivamente, no meu contexto de pesquisa, o fato que é visto como um sacrifício não é o filho viver sem a mãe, mas sim a mãe viver sem o filho - sacrifício este que não é partilhado por todos os membros da família. A mãe está fisicamente distante da esfera doméstica e, portanto, está relativamente sozinha e deslocada- em comparação com o filho que continua sendo partilhado na *rede de solidariedade feminina*.

Nesse contexto, a experiência dos cabo-verdianos na Itália pode ser pensada como um exemplo de família transnacional e, enquanto tal, como uma consequência da migração e da impossibilidade (ou dificuldade) de reunificação familiar. No entanto, no caso de Cabo Verde, a mobilidade das crianças e das mães não está restrita à migração, estando presente em outros contextos da vida familiar. Independentemente da migração, há uma intensa mobilidade entre as casas, pois as pessoas realizam visitas cotidianas umas às outras e vivem temporariamente em mais de um endereço; há uma ampla mobilidade conjugal, uma vez que a mudança de parceiros é comum e esperada; por fim, há uma relativa mobilidade socioeconômica e profissional, já que “os indivíduos podem ter sua condição econômica alterada devido a oportunidades de trabalho em outra ilha, país ou mesmo por causa do turismo”. (LOBO, 2007:21). Nesse contexto, é a importância

atribuída à mobilidade (que inclui a migração mas não se limita a ela) que acaba por gerar famílias espalhadas.

Em particular, os estudos sobre famílias transnacionais partem do pressuposto de que a maternidade é uma relação uniforme e universal, restrita ao binômio mãe-filho e baseada sobre a proximidade física. Entretanto, o contexto cabo-verdiano apresenta uma concepção de maternidade que não se enquadra neste pressuposto, pois ela envolve outras mulheres, além da mãe, no compartilhamento cotidiano de substâncias. Em Cabo Verde a maternidade é vivida como um ciclo que se inicia quando as mulheres dão a luz aos filhos e se conclui quando elas *aguentam* os netos - exigindo que se realize uma soma entre duas gerações. Além disso, a distância/mobilidade é intrínseca à maternidade para a mulher-mãe, enquanto a proximidade/fixação caracteriza a maternidade para a mulher-avó.

Nesse sentido, o caso cabo-verdiano contribui para a bibliografia sobre parentesco, permitindo generalizar a argumentação desenvolvida pelos estudos sobre famílias transnacionais para outros arranjos familiares, independentemente da migração. Além disso, o presente caso analítico evidencia a existência de diferentes concepções sobre a maternidade e ilumina as maneiras distintas pelas quais ela pode se reajustar à distância física, ou até mesmo prescindir desse reajuste.

Ao cruzar as informações que eu obtive durante o trabalho de campo com a argumentação de Lobo (2007, 2010, 2010b, 2011 e 2012), parece ser possível afirmar que, apesar de gerar saudade e potencializar tensões, a separação física entre mãe e filho não impede o desempenho da maternidade, desde que a mãe, o filho e a pessoa que o *aguenta* sejam eficazes em manter os vínculos que existem entre eles por meio dos *signos de proximidade*. Efetivamente, apesar de algumas coisas mudarem sim com a distância física, ela não é um pressuposto para estar perto (*i.e.* manter uma proximidade física e/ou à distância); ela não implica em ruptura dos vínculos, tampouco obstrui o fato de amar, ou impede que o amor seja transmitido.

Pensando esse amplo contexto em diálogo com a teorização de Janet Carsten (2000) ousou levar um pouco mais adiante a afirmação acima. O termo *relatedness*, formulado pela citada autora, sugere não apenas uma mudança do vocabulário, mas sim uma

alternativa às ideias pré-concebidas de parentesco e uma abertura para as formas locais de agir, de definir e de conceituar as relações entre as pessoas que se tratam como parentes. A autora mostra que as formas locais de *relatedness* podem ir para além do sangue, sendo construídas pelos atos cotidianos de *viver junto* e pela partilha de substâncias como o sêmen, o leite materno, a comida etc. No caso cabo-verdiano, porém, o significado local de *relatedness* não parece limitar-se às formas cotidianas de viver junto (fisicamente), mas incluem as formas cotidianas de estar perto (ainda que mantendo uma proximidade à distância).

Carsten (2000) sustenta que alguém se torna parente consumindo junto e convivendo no mesmo espaço – ou seja, por meio da partilha de substâncias em proximidade física. Contudo, à diferença do que postula a citada autora, nas formas de *relatedness* cabo-verdiana, a mobilidade parece ser tão essencial quanto a partilha: o compartilhamento extrapola o espaço das casas, das localidades e dos países. Assim, é por meio da troca de bens, de informações, de valores e também de pessoas (a saber, as mulheres-mães que estão em constante movimento na juventude e as crianças que circulam ao serem *aguentadas* ou ao fazer *mandados*) que a *rede de solidariedade feminina* atualiza as práticas que fazem família nesse contexto. Consequentemente, em Cabo Verde “viver junto [...] tem um significado muito mais amplo do que partilhar um mesmo espaço” (LOBO, 2007:25).

Assim como afirmam os estudos clássicos de parentesco desenvolvidos no continente africano, a proximidade física não é um pressuposto para a existência de vínculos de parentesco fortes e duradouros e a ênfase nas obrigações materiais permite manter as relações mesmo durante ausências prolongadas. Assim como foi explorado ao longo do capítulo, em Cabo verde os *signos de proximidade* - i.e. a partilha de bens, de valores, de informações e também de pessoas - atuam como contextualizações materiais do afeto entre os membros da família que estão distantes fisicamente. Paralelamente, mesmo quando as pessoas estão próximas fisicamente, é por meio de *signos de proximidade* que o sistema familiar se reproduz - ou seja, ele se fortalece e se mantém por meio do compartilhamento (das crianças, dos alimentos, dos favores, das informações e dos valores) na *rede de solidariedade feminina*, a qual é mediada pela mobilidade que caracteriza a vida das crianças e também das mulheres-mães na juventude.

Nesse contexto, a migração feminina aparece como um caso da mobilidade que caracteriza a vida da mulher-mãe na juventude, fato que ajuda a compreender como as mudanças acarretadas pela emigração reforçam e reproduzem formas de comportamento tradicionais da sociedade cabo-verdiana. Conforme argumenta Lobo (2007) “o sentimento de pertencimento está mais ligado à qualidade das relações sociais atualizadas à distância do que à permanência num mesmo espaço geográfico” (:25); ao concluir sua obra, a autora parece dialogar diretamente com Carsten (2000) e afirma:

Numa sociedade assim, o pressuposto de que a família deve *viver junto* dá lugar a um outra ideia de família em que os membros encontram-se distantes uns dos outros, porém continuam a se sentirem próximos e pertencendo a um grupo comum. [...] as relações se reproduzem por intermédio da transmissão de substâncias *partilhadas* (:250, *grifos meus*).

A argumentação acima ganha força ao atentar para o que acontece quando a mãe vive na Itália e escolhe que o filho viva em Cabo Verde, sob os cuidados da avó materna – como geralmente ocorre. Se por um lado a avó e o neto convivem diariamente, comem e dormem juntos, as mães que trabalham na Itália não deixam de estar perto, desde que mantenham a proximidade à distância por meio da remessa de dinheiro, da troca de encomendas e da troca de informação (sobretudo por telefone e nos retornos periódicos nas férias). Tais trocas permitem que as mulheres que estão na Itália sejam informadas sobre os acontecimentos cotidianos e, assim, sejam inseridas nas decisões diárias do grupo doméstico.

Em meio a uma experiência de vida familiar baseada em campos relacionais que ultrapassam a esfera local e que toca os aspectos sociais, econômicos e emocionais mais fundamentais da vida de seus membros, as relações familiares são vividas como um processo construído cotidianamente. Nesse sentido, as relações tendem a se fragilizar, mas podem não se afrouxar, pois a distância espacial não necessariamente diminui a proximidade das relações de parentesco. O determinante para que a relação se mantenha parece ser o fato de que os membros cumpram suas obrigações e seus papéis recíprocos, sendo a quebra da forma de compartilhar e não a distância física que afrouxa os vínculos entre as pessoas.

Apesar da distância física e da mobilidade fazerem parte do significado cabo-verdiano de *relatedness*, inúmeras tensões permeiam a filiação, a paternidade e a maternidade em

contextos de migração, as quais podem ser apenas enfrentadas e manejadas, não resolvidas. Com efeito, a forte abertura para a alteridade que caracteriza os cabo-verdianos permite que eles incorporem outros arranjos familiares enquanto modelos possíveis para lidar com as tensões entre proximidade e distância que os afligem. Assim a tensão entre proximidade e distância é acrescida de novas possibilidades (incorporadas a partir do universo de valores italiano) e, conseqüentemente, é potencializada.

Além disso, as informações que eu obtive em campo sugerem que o amor pode mudar em situações de prolongada ausência física. Quando a separação entre mãe e filho ocorre na primeira infância, a mãe não poderá ver o filho *crescer* e as memórias dessa relação precisarão ser amplamente construídas com fotos. Por sua vez, outra mudança pode se verificar quando os filhos e as mães não estão próximos fisicamente um do outro durante a adolescência: o filho se acostuma a viver em Cabo Verde, próximo fisicamente da avó e distante fisicamente da mãe. Ainda que essa fase da vida exija que o filho seja *seguido* e que haja uma pressão pela reunificação familiar nessa idade, optar que o filho se mude para viver junto da mãe na Itália pode não a melhor alternativa, pois o filho já está acostumado a outro tipo de vida.

Nesse sentido, ser (2) trazido é profundamente diferente de ser (6) levado, pois no segundo caso a ida para a Itália se dá quando o filho é adulto (por meio de visto de turismo ou chamada); tal diferença não está relacionada apenas à idade do filho ao sair, mas sobretudo ao fato de que ele sai para trabalhar, sendo a decisão de migrar tomada pelo próprio filho. Quando se é adulto não cabe mais à mãe decidir pelo futuro do filho, mas sim a ele próprio - ainda que em diálogo com a mãe. Sua saída passa a ser um projeto de migração autônomo, mesmo que este seja (como de costume) um projeto familiar além de individual. Por essa razão, passa a ser mais fácil acostumar-se ao novo tipo de vida, pois a saída se deu por vontade pessoal, foi a própria pessoa que decidiu sair, mesmo sabendo que isso implicaria em ter que acostumar ao tipo de vida na Itália. Em que consiste a diferença entre o tipo de vida na Itália e em Cabo Verde? Há semelhanças entre eles? Essas questões serão analisadas a partir do próximo capítulo.

Capítulo 3: Viver junto em Nápoles e em Cabo Verde

Introdução

O leitor certamente se lembrará das semelhanças e diferenças nas trajetórias de vida das nossas quatro protagonistas das histórias cabo-verdianas. Todas elas chegaram em Nápoles por chamada e, atualmente, cada uma aluga uma *stanza* para morar no centro da cidade. **Rosa** aluga uma *stanza* no bairro Quartieri Spagnoli e divide as despesas com os membros de sua família que estão em Nápoles: a irmã de Rosa (**Nilda**) e a filha mais nova dela; o irmão (**Lucas**), a companheira cabo-verdiana que ele conheceu na cidade e o filho do casal; assim como a sobrinha deles (**Lilina**). Por sua vez, **Ivone** mora no bairro de Montesanto, junto com o primeiro filho, **Chico** (38 anos), a segunda filha, **Chiara** e as duas filhas dela. Já **Antônia** reside no bairro da Sanità junto com o marido e a filha; por fim, Antônia aluga uma casa no bairro da Ferrovia, junto com a filha, o companheiro dela e as duas filhas do casal.

Apenas **Rosa** (51 anos) continua trabalhando *notte e giorno*; **Joana** (53 anos) e **Antônia** (57 anos) passaram a realizar serviços domésticos *lungo ore* e **Ivone** (50 anos) é uma das poucas cabo-verdianas em Nápoles que não exerce a profissão de empregada doméstica, mas sim de cabeleireira. As quatro criaram relacionamentos afetivos em Nápoles: **Rosa, Joana e Antônia** conheceram seus atuais maridos cabo-verdianos nesta cidade, e foi também lá que **Ivone** conheceu seu ex companheiro italiano. Além disso, os filhos das quatro nasceram em Nápoles, a saber: Marco, o filho único de **Rosa**; Júlia, a única filha de **Joana**; Chiara, a segunda filha de **Ivone**; Federica, a segunda filha de **Antônia**. Foi também nesta cidade italiana que nasceram as netas de **Ivone e Antônia**: Alessia e Kessy, as duas filhas de Chiara; Kelly e Susy, as duas filhas de Federica. Por fim, foi em Nápoles que os filhos das quatro conheceram seus companheiros cabo-verdianos: **Chiara e Federica** conheceram os pais de suas filhas, enquanto **Júlia e Marco** conheceram um ao outro e passaram a namorar – ainda que um curse faculdade na Itália e o outro em Portugal.

Dessa forma, as crianças das nossas histórias cabo-verdianas - Alessia (7 anos), Kessy (5 anos), Kelly (5 anos) e Susy (2 anos) - assim como os jovens - **Chiara e Federica**

(ambas com 24 anos) e **Júlia e Marco** (ambos com 29 anos) - são todos cabo-verdianos naturais de Nápoles, cidade em que a vida deles se cruza. Todos eles vivenciam, ou vivenciaram, a experiência semelhante de passar a infância e a adolescência nesta cidade (inclusive **Marco**, que morava em Cabo Verde, mas passava as férias na Itália). Eles, assim como **Rosa, Joana, Ivone e Antônia**, aprendem a falar Napolitano, Crioulo e italiano ao circular por Nápoles, onde convivem amplamente seja com italianos, seja com cabo-verdianos (e com pessoas de outras nacionalidades).

Por exemplo, foi na Galleria Umberto I (onde **Ivone** costumava passar os dias de folga durante a juventude) que ela conheceu o ex-companheiro italiano. Apesar de não serem vizinhas, **Ivone** e a prima, **Joana**, sempre se viram frequentemente, nos pontos de encontro e, sobretudo, nas festas e reuniões realizadas nos centros comunitários cabo-verdianos e nas sedes das associações. Foi em um desses eventos que **Federica** (a filha de **Antônia**) conheceu **Chiara** (a filha de **Ivone**); ambas se tornaram amigas quando as duas ainda eram crianças e, atualmente, uma é madrinha da filha da outra.

Neste capítulo convido o leitor a voltar o olhar especificamente para a forma como meus interlocutores de pesquisa vivem na cidade italiana de Nápoles, onde realizei a maior parte do meu trabalho de campo e onde residem **Rosa, Joana, Ivone e Antônia**. O deslocamento de foco que eu proponho aqui não é gratuito e será importante para compreender como o espaço cabo-verdiano é constantemente (re)construído através das relações mantidas em Cabo Verde, levadas para a Itália ou criadas nesses dois lugares (e em outros).

Nos dois primeiros capítulos dessa dissertação, foram exploradas as maneiras como os cabo-verdianos na Itália ultrapassam a distância física entre eles e os parentes e amigos em Cabo Verde por meio do cumprimento de um conjunto de obrigações recíprocas, fazendo com que os *signos de proximidade* atuem como contextualização material do afeto que existe entre eles. Venho argumentando que o espaço cabo-verdiano é um espaço relacional, construído pelas relações de parentesco e de amizade que são mantidas por uma rede de trocas; através delas as pessoas que residem em diferentes casas, localidades e países continuam vivendo juntas e reforçando as formas de *relatedness* cabo-verdianas. Com efeito, o sentido local de estar perto não pressupõe a proximidade física, mas inclui possibilidade de manter a proximidade à distância por

meio da partilha: independentemente da migração, substâncias são compartilhadas (comidas, favores, encomendas e remessas em dinheiro); informações são trocadas (sobre o cotidiano de Cabo Verde, sobre os sacrifícios na Itália, sobre a possibilidade de viabilizar uma nova migração por meio da rede de contato, indicação e apoio); pessoas são colocadas em circulação (as crianças fazem *mandados* e são *aguentadas* por diferentes mulheres, enquanto as mulheres-mães se movimentam e, inclusive migram, para alcançar o sonho de *crescer* e de ter uma *vida boa*).

Dando continuidade a essa linha de pensamento, no presente capítulo continuarei refletindo sobre a forma como os cabo-verdianos que eu conheci durante o trabalho de campo constroem um espaço relacional cabo-verdiano, mostrando que tal espaço não se limita a seus amigos e parentes, mas inclui seus conterrâneos de modo geral (que vivem em Cabo Verde ou em outros lugares) e também pessoas que não são cabo-verdianas, mas participam da *relatedness* cabo-verdiana.

Assim, nas seções 1 e 2, apresento a cidade de Nápoles, discorrendo sobre minha inserção em campo e sobre os aspectos urbanísticos que influenciam a forma como os cabo-verdianos experienciam a cidade – em particular a porta-janela. Nas seções 3 e 4, me detenho na descrição do cotidiano de vida dos meus interlocutores de pesquisa em Nápoles e, especialmente, na região de Montesanto; paralelamente chamo a atenção para a importância dos pontos de encontro, assim como dos celulares e lanço mão das breves incursões etnográficas que eu fiz em Roma para esboçar generalizações acerca do modo como os cabo-verdianos vivem na Itália. Já nas seções 5 e 6 analiso os centros comunitários cabo-verdianos e as associações cabo-verdianas, pensando nas semelhanças e diferenças entre eles; por fim, comparo as associações cabo-verdianas existentes na Itália com outras espalhadas pelo mundo e mostro como elas participam da construção do espaço cabo-verdiano por meio de *signos de proximidade especiais*.

Nesse contexto, busco introduzir o leitor à *Nápoles cabo-verdiana* e à *Itália cabo-verdiana*; para tanto, complemento minha argumentação com uma série de imagens trazidas ao final do capítulo - três esquemas e quatro registros fotográficos – que visam transmitir um pouco da experiência sensorial de circular em Nápoles (e em Montesanto) entre cabo-verdianos.

1. Uma nativa em campo?

Cidade portuária do sul da Itália, Nápoles é uma realidade a parte para o país e para a Europa. Pouco desenvolvida em termos econômicos, sociais e também de infraestrutura urbana, a cidade é famosa por suas belíssimas paisagens: arquitetura grega, romana e medieval (de estilo francês e espanhol) em meio a cenários de mar, montanha e vulcão. Ao mesmo tempo, porém, Nápoles é conhecida pela Camorra - rede criminosa mafiosa local - assim como pela ilegalidade, informalidade, criminalidade e violência.

Como foi visto no Capítulo 1, os cabo-verdianos geralmente não escolhem ir para a Itália ou especificamente para Nápoles. Eles desejam sair de Cabo Verde para construir um futuro melhor para si e para a própria família; assim, eles vão para o lugar onde suas redes de contato, indicação e apoio os levam. Todavia, poucos dos cabo-verdianos que conheci em Nápoles moraram algum tempo em outra cidade italiana. Embora muitos deles até achem que poderiam ter melhores possibilidades no norte do país, optam por ficar em Nápoles, pois já conhecem a cidade e têm uma rede de apoio consolidada (familiar e de amizade):

Nápoles tem muitos problemas, mas é uma cidade que se você souber vivê-la você consegue continuar adiante. Talvez esse seja o motivo que me faça querer ficar em Nápoles. Aqui eu sei andar, se eu for para outro lugar tenho medo de não me sentir bem como me sinto aqui. Por isso nunca fui para nenhum outro lugar, continuei sempre aqui (FILOMENA).

Essa baixa migração entre as cidades italianas não parece ser peculiar aos cabo-verdianos que residem em Nápoles, pois conforme evidencia De Rosa (2006): “São poucos os cabo-verdianos que se movimentam dentro da Itália; eles tendem a ficar na cidade onde chegaram” (:8)³⁴. Apesar de não deslocarem suas residências entre as cidades italianas, os cabo-verdianos movimentam-se amplamente dentro de Nápoles, deslocando-se entre seus locais de moradia, trabalho, encontro, etc. – conforme pude constatar ao longo do meu trabalho de campo. Além disso, circulam também na Itália, visitando seus amigos e parentes que moram em outras cidades italianas.

Minha experiência etnográfica em Nápoles não foi meu primeiro contato com essa cidade italiana. Eu sou filha de italianos, nasci em Nápoles e moro no Brasil desde os

³⁴ Livre tradução do original em Italiano: “È molto rara la mobilità interna sul territorio italiano: la maggioranza dei capoverdiani tende a restare nella città o nella provincia di prima immigrazione”

meus seis meses de idade. Cursei o ensino fundamental e médio em uma escola italiana em Belo Horizonte (Minas Gerais) e aprendi a falar primeiro português (com sotaque mineiro) depois italiano (sem a cadência de nenhum dos vários dialetos da Itália); ainda assim, nunca fui vista como estrangeira, nem na Itália, nem no Brasil.

Desde a infância voltei periodicamente para Nápoles, onde passava as férias na casa da minha família materna - que mora na periferia da cidade. Eu visitava o centro de Nápoles apenas para conhecer seus atrativos turísticos, ouvia as pessoas falarem em dialeto Napolitano e percebia que meu italiano neutro fazia com que eu fosse reconhecida como não-napolitana. Sabendo disso, meus parentes tentavam me ensinar a ser napolitana e me avisavam para tomar cuidado para não ser passada para trás pela malandragem dos comerciantes locais e para não me deixar furtar por algum oportunista no ônibus ou metrô. Comentavam comigo sobre a impossibilidade de abrir e manter um negócio em Nápoles sem ser extorquida pela *Camorra* e me contavam que ela também estava envolvida com agiotagem, contrabando, tráfico de drogas e corrupção de membros do governo. Sempre abundaram na televisão e nos jornais denúncias acerca dessas atividades mafiosas, assim como reportagem sobre o problema crescente dos *rom* (população de ciganos) e dos imigrantes.

Antes de sair do Brasil para realizar a pesquisa etnográfica em Nápoles, acionei todas as pessoas que eu conhecia e que dispunham de um contato na Itália ou em Cabo Verde. Por e-mail, por telefone e pessoalmente, perguntei a elas se podiam me ajudar com a pesquisa, apresentando-me alguém cuja empregada doméstica fosse cabo-verdiana. Por sorte, um de meus contatos conhecia os atuais patrões de **Rosa**; esta me apresentou à sua família e à namorada de seu filho, **Júlia**, que, por sua vez, me introduziu à sua família materna e paterna. Por meio de um procedimento análogo, cheguei aos demais cabo-verdianos que se tornaram meus interlocutores em campo: minha orientadora havia realizado sua pesquisa de doutorado em Boa Vista e me passou o telefone de pessoas que conheceu naquela ocasião; paralelamente, os responsáveis pelas associações e pelos órgãos consulares cabo-verdianos na Itália me ajudaram a contatar outros interlocutores centrais para a pesquisa.

Dessa maneira, os cabo-verdianos que eu pouco a pouco conhecia me levavam aos lugares que frequentavam - pontos de encontro, centros comunitários, associações,

festas, casas - e me apresentavam a seus amigos e parentes (seja pessoalmente, seja me passando o número de celular deles). Por meio da rede de contatos que construí, conheci uma *Nápoles cabo-verdiana* e acabei vivenciando aspectos da cidade que me eram desconhecidos.

Utilizo as expressões *Nápoles cabo-verdiana* e *Itália cabo-verdiana* inspirada no uso que Nicolas De Genova (2005) faz da expressão *Chicago mexicana* [*Mexican Chicago*]. Ele baseia sua análise sobre a pesquisa etnográfica que realizou entre 1993 e 1996 com migrantes mexicanos em Chicago, quando era professor de inglês para estrangeiros na fábrica onde eles trabalhavam. Na citada obra, o autor problematiza os Estados Unidos e o nacionalismo desse Estado-Nação a partir do ponto de vista crítico dos migrantes mexicanos.

O autor parte da constatação de que a condição social dos migrantes é extremamente espacializada, uma vez que a diferença espacial produzida e mantida pelas fronteiras dos Estados Nações é reproduzida nos estatutos sociopolíticos de nativos e outros, ou de cidadãos e estrangeiros. Assim, ele lança mão da expressão *Chicago mexicana* para falar de uma Chicago produzida em relação com a migração mexicana e não da mera presença de mexicanos em Chicago. Prosseguindo assim, ele realiza uma crítica explícita às abordagens que consideram os migrantes (mexicanos) enquanto pessoas que estariam fora de lugar por estar fora daquele que é, supostamente, o habitat natural deles (i.e. fora do México, sendo este concebido enquanto um lugar autêntico no qual pessoas, culturas e lugares correspondem perfeitamente).

Ao mesmo tempo em que De Genova (2005) rompe com esse pressuposto do fora de lugar, ele faz notar que tampouco os migrantes (mexicanos) estão contidos dentro de uma realidade cultural delimitada coerentemente - por exemplo, um espaço mexicano transnacional. Com efeito, ao falar de uma *Chicago mexicana*, o autor se refere a uma conjuntura de relações sociais que engloba inúmeros lugares, ou seja, a uma Chicago que corresponde socioespacialmente ao México e à América Latina, mas não pode ser reduzida a nenhuma localização espacial enquanto tal, pois produz “uma ruptura permanente com o espaço do Estado-Nação dos Estados Unidos e encarna a

possibilidade vital de algo realmente novo, de uma formação social radicalmente diferenciada” (:100)³⁵.

De modo análogo, eu denomino de *Nápoles cabo-verdiana* e de *Itália cabo-verdiana* a conjuntura de relações sociais que engloba as pessoas fisicamente presentes em inúmeros lugares (ilhas de Cabo Verde, cidades italianas, ilhas e cidades de outros locais do mundo). Trata-se de uma Nápoles e de uma Itália que correspondem socioespacialmente a Cabo Verde, mas que não podem ser reduzida a nenhuma localização espacial enquanto tal. Essa conjuntura de relações sociais produz um espaço relacional ancorado em diversos territórios, cuja espacialidade não é aprisionada pelas fronteiras dos Estados-Nações.

Consequentemente, eu não concebo a pesquisa etnográfica que eu realizei em Nápoles nos termos de uma relação entre nativos (grupo no qual eu estaria incluída) e outros - sendo estes os cabo-verdianos que residem em Nápoles e em outras cidades italianas. Como ensina De Genona (2005), agir dessa forma seria cristalizar e reproduzir a diferença espacial criada pelas fronteiras dos Estados-Nações, impedindo o reconhecimento de formações sociais radicalmente diferenciadas. Mais que isso, agir assim seria ignorar o aprendizado que tive ao longo de minha própria história de vida: enquanto uma italiana que sempre morou no Brasil, nunca pude ignorar a importância das relações sociais para a (constante) constituição do que era a Itália e o Brasil – ou Nápoles e Cabo Verde.

Efetivamente, seja na Itália, seja no Brasil, os estatutos de cidadãos e estrangeiros nunca se aplicaram exatamente à minha situação. O fato de não ser vista como estrangeira em nenhum dos dois países (como mencionei acima) nunca significou que eu fosse cidadã plena de algum dos dois. Oficialmente sou cidadã da Itália, mas não tenho residência no país – requisito básico para existir perante o Estado-Nação italiano (conforme foi apresentado no Capítulo 1). Por sua vez, eu não tenho cidadania brasileira e, por isso, não posso votar ou fazer concurso público. Dessa forma, estando em uma posição *de insider/outsider* no Brasil e na Itália, inclusive durante o trabalho de campo e o processo de escrita da dissertação, me vi constantemente forçada a refletir sobre a questão

³⁵ Livre tradução do original em Inglês: “a permanent disruption of the space of U.S. nation-state and embodies the vital possibility of something truly new, a radical differential social formation”.

antropológica clássica da alteridade. Retomando a reflexão elaborada por Dorinne Kondo (1986) - neta de japoneses que sempre viveu nos Estados Unidos e desenvolveu uma pesquisa etnográfica no Japão – vejo de maneira positiva o fato de que, para alguns antropólogos, o nativo e o outro não estão tão separados assim, pois o nativo não é tão nativo e o outro não é tão outro; circunstâncias como a minha e da citada autora evidenciam a importância de analisar criticamente nossos pressupostos e aqueles dos nossos interlocutores de pesquisa, para que estejamos sempre abertos para a “possibilidade da diferença – fruto da simpatia e da afinidade – ao invés de nos contentarmos com uma semelhança baseada na projeção e na confirmação de nossos próprios preconceitos” (:86)³⁶.

2. Circulando pela *Nápoles cabo-verdiana*

O primeiro contato que eu tive com meus interlocutores de pesquisa em Nápoles foi por celular e foi também por celular que entreei em relação com a maioria das pessoas que conheci ao longo do campo. Após conversarmos telefonicamente algumas vezes, marcávamos de nos encontrar no local em que elas trabalhavam e, mais frequentemente, em paradas de metrô - localizadas em importantes praças da cidade, as quais costumam ser utilizadas como pontos de referência para pessoas recém-chegadas e ainda pouco familiarizadas com a geografia da cidade (como eu). Normalmente, o passo seguinte no nosso relacionamento era visitar (e passar a frequentar) as casas onde moravam os cabo-verdianos que progressivamente tornavam-se meus amigos.

Assim como das outras vezes em que tinha estado em Nápoles, também durante a pesquisa de campo fiquei hospedada na periferia da cidade, na casa dos meus tios maternos. Por essa razão, meus principais companheiros de trabalho foram o metrô e o celular, especialmente porque os cabo-verdianos não estão concentrados em uma única zona na cidade. Meus principais horários e dias de trabalho eram quando os cabo-verdianos estavam de folga, na maioria dos casos quinta-feira e domingo, em outros, sexta e sábado, em outros casos ainda, apenas à noite. Felizmente eu tive a sorte de fazer pesquisa com pessoas extremamente solícitas e simpáticas, que frequentemente me convidavam para dormir em suas casas (sobretudo porque se preocupavam que eu

³⁶ Livre tradução do original em Inglês: “This would live us open to the possibility of difference – one born of sympathy and affinity – rather than a Sameness based on the projection and confirmation of our own prejudices”.

voltasse sozinha para a periferia da cidade). No último mês de pesquisa, ficava hospedada na casa de cabo-verdianos cerca de duas vezes por semana, geralmente de quinta para sexta e de sábado para domingo. Sempre que pude, eu aceitei todos os convites que me foram feitos para passeios, eventos, reuniões e confraternizações, de modo a participar do maior número possível de atividades e situações cotidianas, convivendo com homens e mulheres de diferentes idades, em diferentes contextos e lugares.

Eu passava o dia rodando entre os vários bairros do centro, combinando encontros pelo celular e tendo também longas conversas telefônicas com as pessoas com quem tinha dificuldade em encontrar. Diariamente eu pegava o metrô na primeira estação da Linha 1, Piscinola, e ia até a última, Dante, situada no coração do centro histórico de Nápoles. De lá, era possível percorrer a pé, ou de ônibus e metrô, desde a região da Sanità, até a Ferrovia - passando por Montesanto, Quartieri Spagnoli, Chiaia, Mergellina e Posillipo. [Ver Imagens 5 a16].

Os nomes Chiaia, Mergellina e Posillipo são utilizados em sentido amplo pelos habitantes de Nápoles, referindo-se não apenas aos três bairros, mas às regiões que os margeiam e que, juntas, formam uma das zonas mais valorizadas de Nápoles - onde mora a pequena burguesia urbana que historicamente contrata cabo-verdianos (sobretudo mulheres) para trabalharem *notte e giorno* em suas casas. Essa burguesia corresponde aproximadamente ao nível social da alta classe média brasileira, contudo trata-se de uma classe cuja condição social geralmente advém de herança familiar. Tendencialmente, portanto, essas pessoas ocupam uma alta posição social, tendo morado nessas regiões tradicionais da cidade há gerações.

De certa forma, os três bairros se diferenciam em função da proximidade do mar e da distância do centro histórico – características que são ambas diretamente proporcionais à dificuldade de acesso através de meios públicos de transporte. Nessa hierarquia geográfica, social e econômica, Posillipo é a região mais valorizada das três - seguida por Mergellina e, por último, Chiaia. O maior atrativo dessas três regiões é sua vista privilegiada para o mar, sobretudo no caso de Posillipo, cujas ruas margeiam a costa escarpada do golfo de Nápoles. Lá não há metrô e só se é possível chegar de carro ou com os poucos ônibus que vão para a região. Por sua vez, é possível chegar em *Chiaia* e

Mergellina com a linha 2 do metrô, mas o acesso à Mergellina é um pouco mais difícil, pois o bairro é mais distante do centro do que Chiaia.

Por sua vez, o nome Montesanto também não se restringe ao bairro homônimo, mas é apropriado pelos residentes em Nápoles para se referir à região em torno dos bairros Montesanto e Quartieri Spagnoli, que confinam um com o outro. Ainda que não haja uma separação rígida entre os dois bairros, os aspectos que caracterizam Montesanto são potencializados em Quartieri Spagnoli (construído no século XVI, quando Nápoles estava sob o domínio da Espanha). Lá, ao invés de ruas [*vie*], há um emaranhado de ruelas [*vicoli*], que se entrecruzam num sobe e desce sem fim. O bairro está localizado em uma das regiões geograficamente mais altas de Nápoles, mas o fato de que os prédios sejam colados uns nos outros impede que se tenha uma visão panorâmica da cidade (ao contrário do que ocorre em Posillipo). Tal fato dificulta também a visibilidade de quem passa pelas ruelas – que acabam por se transformar em estreitos corredores (muitas vezes sem saída), delimitados por uma muralha de prédios, situada à direita e à esquerda de quem caminha.

Juntos, os bairros de Montesanto e Quartieri Spagnoli formam uma grande região popular do centro de Nápoles, no qual historicamente moram as pessoas que pertencem às classes sociais mais baixas. Assim, ainda que essa região confine com os bairros nobres e com os pontos turísticos de Nápoles, socialmente ela constitui quase que uma cidade a parte – abandonada pelo governo, considerada perigosa e famosa pelo comércio popular que se realiza em torno das estações Montesanto (metrô) e Cumana (bonde).

O bairro de Montesanto é frequentemente denominado de cabo-verdiano, pois é nos cafés, bares e restaurantes em torno da Cumana que se reúnem muitos dos cabo-verdianos presentes em Nápoles. Contudo, como foi mencionado acima, Montesanto e os outros bairros populares de Nápoles não são habitados apenas por cabo-verdianos; também residem lá outros migrantes e muitos napolitanos. Nessas zonas da cidade, ainda que o italiano continue sendo a língua oficial, é em dialeto Napolitano que conversa a maioria dos residentes e dos frequentadores do bairro (entre os quais os cabo-verdianos, que falam perfeitamente o napolitano, além de dominarem o crioulo e o italiano).

Apesar dessa semelhança, há importantes diferenças entre, de um lado, os bairros de Montesanto e Quartieri Spagnoli, de outro lado, Sanità e Ferrovia. O bairro da Sanità está localizado em torno da área hospitalar e pode ser acessado pelas duas linhas de metrô de Nápoles, enquanto o bairro da Ferrovia corresponde à região em torno da Estação Central - que além de ser uma importante parada de metrô (linha 2), é o terminal de embarque e desembarque de trens nacionais e internacionais. Conseqüentemente, Ferrovia e Sanità são bairros frequentados não apenas por seus habitantes, mas também pelas pessoas interessadas em acessar os serviços de saúde e transporte disponíveis ali. Diferentemente, Quartieri Spagnoli e Montesanto são bairros situados à margem da Rua Roma, do lado oposto ao centro antigo da cidade - onde ficam os principais pontos turísticos, lojas e restaurantes de Nápoles. Portanto, tendencialmente, transitam pelos dois bairros apenas aqueles que residem neles. [Ver: Imagens 6 a 16].

De fato, foi com os cabo-verdianos que andei pela primeira vez em meio ao labirinto formado pelas ruelas de Quartieri Spagnoli e Montesanto: guiada por eles, eu subia ruas e escadas, virava à esquerda e à direita, sem parecer que seguisse lógica alguma, até que de repente parávamos - em frente a uma janela, ou a uma porta, ou ainda em frente a uma estrutura que consigo definir apenas como porta-janela. [Ver Imagens 21 e 21]. Por meio dessa interrupção no movimento, descobria que havíamos chegado a um lugar conhecido: um ponto de encontro, a sede de uma associação, ou ainda a casa onde morava um amigo ou um parente. A maioria dos cabo-verdianos que conheci mora em locais denominados tecnicamente de baixos [*bassi*] e chamados por meus interlocutores de pesquisa de *stanze* ou simplesmente de casas. Trata-se de espaços no térreo dos prédios, os quais são típicos dos quatro bairros populares citados acima (embora estejam presentes também em Mergellina e em outras zonas próximas ao centro histórico). Entra-se nos baixos por portas e por portas-janelas que dão diretamente para a rua – enquanto o acesso aos vários apartamentos dos prédios se dá por meio do portão (que dá para um pátio interno e/ou para as escadas)

Os cabo-verdianos que eu conheci em campo alugavam os baixos quer para fins residenciais, quer para sediar associações. Nesse segundo caso, os baixos são amplos e compostos por diversos ambientes, todos sem janela, sendo o espaço iluminado por luzes artificiais (pois mesmo durante o dia e com a porta aberta os ambientes internos

permanecem escuros). Por outro lado, a maioria dos baixos alugados com fins residenciais corresponde às habitações mais baratas dos prédios, tratando-se geralmente de um ambiente no qual apenas o banheiro é separado do espaço restante por uma porta. Uma vez que, na maioria dos baixos, somente a entrada opera como fonte de ventilação e de iluminação naturais, a porta acaba sendo também a única janela possível. Assim, se a porta fosse convencional (formada por uma estrutura inteiriça de madeira ou de ferro) e se ela permanecesse sempre fechada, não entraria ar ou luz no interior da *stanza*. No entanto, a porta é uma porta-janela, ou seja, uma estrutura de duas portas, uma externa e inteiriça (normalmente uma veneziana de ferro) e uma interna, dividida ao meio horizontalmente (frequentemente de vidro, com estrutura de ferro). Dessa forma, ambas as portas funcionam como porta de entrada, mas a porta interna funciona também como janela sempre que a porta externa está aberta e a que a metade inferior da porta interna está fechada. [Ver Imagens 20 e21].

Esse arranjo permite que o ar e a luz entrem sem que a porta permaneça destrancada (nesse caso, a metade inferior da segunda porta), garantindo assim a segurança e privacidade do morador. Todavia, uma vez que os baixos dão diretamente para a rua, o que se passa no espaço interno acaba não sendo tão separado do espaço externo. Tal característica salta aos olhos ao caminhar pelos bairros populares de Nápoles ou, simplesmente, ao olhar para fotografias de lá – como aquelas reportadas nas Imagens 17 a 19. Com efeito, é impossível não reparar nas roupas penduradas nos varais do lado de fora das casas (seja nas varandas dos apartamentos, seja nos muros e calçadas dos baixos). Além disso, através das frestas deixadas abertas pelas cortinas das varandas, das janelas e das portas-janelas é possível entrever, sentir e ouvir o que se passa no interior dos prédios: o cheiro da comida, a música tocando, as vozes conversando alto (como é típico dos cabo-verdianos e também dos napolitanos que ali residem), assim como os rostos das pessoas apoiadas no parapeito e debruçadas para fora – vendo o dia passar, comprando alguma comida do vendedor que circula pela zona, pedindo algo emprestado ao vizinho ou conversando com alguém que passa por lá.

O conceito de vizinhança é central nesse contexto, sendo a interação entre as pessoas que residem próximas umas às outras facilitada pela urbanização do local: a sequência infinda de prédios, com os baixos e os apartamentos amontoados uns nos outros faz com que as vidas dos residentes se misturem automaticamente e atravessem a paisagem e o

espaço sensorial das várias casas - cujos marcadores de separação acabam sendo atenuados.

À medida que eu frequentava a casa dos cabo-verdianos e que eu ganhava intimidade com Montesanto e com Quartieri Spagnoli, eu pude perceber que aquelas pessoas que residiam ali eram mais que vizinhas: elas viviam junto e a proximidade entre eles era favorecida por um elemento em particular, a porta-janela. Efetivamente, tudo na região de Montesanto parecia acontecer em torno da porta, da janela e, com maior razão, da porta-janela. Além de ser por ali que as pessoas se viam, se ouviam, conversavam, compartilhavam sensações e trocavam coisas, a estrutura da porta-janela permitia que os vizinhos que se conheciam acompanhassem a vida uns dos outros: o fato da porta externa estar fechada sinalizava que ele estava ausente ou dormindo; por sua vez, a porta externa aberta indicava que o morador se encontrava em casa, convidando quem passava por ali (e conhecia o morador) a chegar, bater na porta interna e entrar - inclusive destrancando ele próprio a porta, ao ser recebido por alguma saudação de boas vindas.

Nem todos aqueles que viviam um ao lado do outro (ou em cima do outro) na região de Montesanto se conheciam e nem todos eram cabo-verdianos. Apesar disso, havia padrões que guiavam a aproximação entre as pessoas que habitavam as edificações daquelas *ruelas*, a saber, as relações levadas para a Itália de Cabo Verde, assim como aquelas criadas em Nápoles - como veremos na seção abaixo.

3. Circulando em Montesanto

Muitos dos cabo-verdianos que moravam na região se conheciam já em Cabo verde, onde também eram parentes, amigos e, muitas vezes, vizinhos. Como foi visto no Capítulo 1 e retomado na introdução acima, os cabo-verdianos vão especificamente para Nápoles porque é lá que dispõem de uma rede de contato, indicação e apoio capaz de viabilizar sua saída do arquipélago e sua entrada regular na Itália (por meio da chamada, do visto de turismo ou do reunificação familiar).

Ao chegar em Nápoles, os cabo-verdianos são recebidos e frequentemente hospedados pelas pessoas que fazem parte dessa rede (e que muitas vezes providenciaram parte da documentação necessária para que eles migrassem regularmente). Uma vez que os

recém-chegados já mantinham fortes laços de afeto e de confiança com essas pessoas enquanto residiam em Cabo Verde, na maioria dos casos, esses laços são mantidos e reforçados em Nápoles. Ao procurar um trabalho ou uma *stanza* para alugar, por exemplo, é para essas pessoas que os recém-chegado se voltam; é por meio delas que eles fazem as primeiras amizades na Itália e é graças às indicações delas que eles aprendem a viver em Nápoles - andar pelas ruelas sem se perder, obter documentos, usar o transporte público para deslocar-se na cidade, aprender o que fazer no tempo livre.

De maneira análoga a um recém-chegado cabo-verdiano, eu aprendi a viver nessa *Nápoles Cabo-verdiana* convivendo com meus interlocutores de pesquisa e fazendo novas amizades a partir deles. Alguns faziam parte da rede de contatos de que eu dispunha no Brasil, outros da rede que eu construí em campo, mas todos me ensinaram a viver como uma cabo-verdiana em Nápoles (apesar de nem eles nem eu termos jamais tido a pretensão de transformar-me em cabo-verdiana).

Eu não vivenciei muito da rotina de trabalho dos cabo-verdianos, pois mesmo quando eu os visitava nas casas em que trabalhavam, eles agendavam nossos encontros para um horário em que pudessem parar suas atividades e dedicar-se exclusivamente às nossas conversas – que, para minha surpresa, fluíam mais quando se davam sob a forma de entrevista, registrada no gravador ou anotada em meu caderno de campo. Nessas casas, eu sempre me espantava com o luxo das residências, que diferiam muito daquelas às quais eu estava acostumada - situadas na periferia da cidade.

Além de nunca ter conhecido, na Itália, casas como aquelas em que trabalhavam e moravam meus interlocutores, antes de começar minha pesquisa eu ignorava o fato de que existia a modalidade *notte e giorno* de serviço doméstico na Itália e nunca tinha ouvido falar da presença de cabo-verdianos em minha cidade natal. Com efeito, trata-se de uma realidade situada socialmente e geograficamente fora daquela que até então constituía minha rede de relações na Itália. Durante o trabalho de campo (e através dele) percebi que minha posição – seja enquanto turista e membro de uma família de classe média em Nápoles, seja enquanto aluna de uma escola italiana no Brasil - não tinham me dado acesso à classe alta italiana (que geralmente emprega os cabo-verdianos), tampouco à classe baixa italiana (que frequentemente engloba os cabo-verdianos).

Paradoxalmente, acredito que tenha sido exatamente essa minha posição - a meio passo da Itália e do Brasil, da classe alta e da classe baixa, da estrangeira e da nativa, da pesquisadora em busca de nativos e da pessoa que estava em Nápoles simplesmente visitando a família (como havia feito tantas vezes antes nas férias) - que me permitiu criar uma relação tão boa, sincera e mutuamente interessada entre eu e meus amigos interlocutores de pesquisa. Rapidamente os cabo-verdianos que eu conhecia aceitavam me contavam suas histórias e eu me dispunha a ouvi-las, me convidavam para participar de suas vidas durante seus horários de folga e eu assim fazia de muito bom grado.

No mesmo dia em que conheci Any, por exemplo, fui levada por ela para almoçar na casa de sua tia Jandira – que descreve a si mesma como “a tia de todos os cabo-verdianos em Nápoles”, conforme escrevi no meu diário de campo:

Domingo, 06/03/2011. Após conversarmos algumas vezes por celular, Any e eu marcamos de nos encontrar às 11h da manhã na Praça Dante – meu ponto de referência preferido, central e facilmente acessível. Felizmente, o dia estava ensolarado apesar do frio inverno e, como de costume, esperei pela minha interlocutora de pesquisa embaixo da estátua de Dante, olhando para a Rua Roma. Any chegou, com tranças no cabelo, óculos escuros e estilo exuberante; uma mulher sorridente, baixinha e gordinha, do sorriso alto. Nos cumprimentamos com dois beijos, um em cada lado do rosto (não com um aperto de mão como fazem os italianos). Enquanto conversávamos, fomos andando até Chiaia, onde pegamos um ônibus para Mergellina. Falamos sobre os vários assuntos aleatórios que surgiam e Any me contou um pouco sobre Cabo Verde, sobre a vida em Nápoles, sobre seu trabalho e sobre os homens cabo-verdianos. No caminho ela atendeu, no celular, ligações de Cabo Verde e falava comigo de um jeito difícil de acompanhar: italiano com cadência rápida e sotaque misto de napolitano e crioulo. Quando chegamos Jandira estava preparando o almoço de domingo, um cozido gostoso de carne, que eu e Any comemos junto com as amigas que foram chegando: Cilésia, Marlice, Cesária... Enquanto estávamos lá, Any recebeu e fez mais algumas ligações no celular, para Cabo Verde e para amigos cabo-verdianos que residem em Nápoles. Por isso, ela ficava a maior parte do tempo junto à porta-janela, único lugar da *stanza* em que se recebia um bom sinal de celular – por ser o único acesso ao exterior.

Convido o leitor a olhar de perto para a família de Any – que nos acompanhará ao longo do capítulo. Ela nasceu em Boa Vista, assim como sua tia Jandira, que é meia-irmã da mãe de Any - Francisca. O avô materno de Any teve duas filhas com sua primeira companheira (Francisca e Valéria); posteriormente, ele relacionou-se com outra mulher e teve mais duas filhas (Jandira e Sabrina). Hoje, Any e sua meia-irmã, Valéria, encontram-se em Nápoles, onde moram também uma filha de Valéria (Silene), e uma filha de Sabrina (Carla), além de três dos filhos de Francisca (Any, Lony e Nuno). Também mora na cidade o namorado senegalês de Any e, perto de Roma, reside a

esposa italiana do filho de Any: todos eles (o casal, a nora e sogra) visitam-se frequentemente.

Jandira trabalha *notte e giorno* em Mergellina e passa os dias de folga em uma *stanza* situada no térreo do prédio em que fica a casa de seus patrões, que lhe alugam o local com desconto. Sua *stanza*, como aquelas na região de Montesanto, é composta por um único ambiente e apenas o banheiro fica em um cômodo separado. Entra-se por uma porta-janela, que dá acesso ao interior da *stanza*, onde há uma mesa de jantar com cadeiras, um sofá, alguns armários, a pia, o fogão, a televisão e muitas fotos, algumas em porta-retratos, outras coladas nas paredes - padrão de decoração que se mantém na maioria das casas cabo-verdianas que frequentei. [Ver Imagens 22 a 25]. Enquanto Jandira está lá, ela costuma cozinhar e receber os parentes e amigos que chegam por terem sido convidados ou simplesmente por passar em frente ao prédio e ver a porta-janela destrancada.

Muitas cabo-verdianas trabalham *notte e giorno* em Mergellina, como Jandira, Valéria, Silene e Carla, mas a maioria delas não aluga uma *stanza* – ao menos não naquela região de Nápoles, que é mais valorizada. Por exemplo, a amiga delas, Cilésia, mora na casa onde trabalha e não aluga um local para ir nos dias de folga, quando ela geralmente faz compras e encontra os amigos e parentes na Praça Carità ou na Estação da Cumana; lá eles tomam algo em um bar ou conversam enquanto passeiam. Frequentemente Cilésia se hospeda na *stanza* de uma amiga, e volta ao trabalho na manhã seguinte.

Diferentemente, Any trabalha *lungo ore* e divide com a irmã, Lony, o aluguel de uma *stanza* em Quartieri Spagnoli. No próprio domingo em que fui à casa de Jandira, Any me levou também para conhecer sua casa e encontrar com algumas vizinhas dela; segue o relato no meu caderno de campo:

Domingo, 06/03/2011. Saímos da casa de Jandira e pegamos o metrô da linha 2 em Mergellina, que nos deixou em Montesanto. De lá, fomos andando até a rua em que mora Any, onde paramos na casa de uma vizinha, Rô, que mora com o marido, Rui. Também estava na *stanza*, Vivi, vizinha de Any e de Rô. [...] Conversando, Vivi comentou que aquele lugar em que ela residia na região de Montesanto era como a rua do Bom Sossego – onde ela mora na Vila de Sal Rei, em Boa Vista (Cabo Verde). Vivi disse que enquanto estava na sua *stanza* em Nápoles sentia-se como se estivesse em Boa Vista, pois na esquina de sua rua moravam as amigas Any, Rô, Jana e Elise, que continuam todas perto - assim como estavam em Cabo Verde.

Vivi, Rô, Jana e Elise também são da ilha de Boa Vista, onde já eram vizinhas de Any e de sua irmã, Lony – pois residiam todas em casas próximas umas às outras, na rua do Bom Sossego. Em Nápoles, Rô trabalha *notte e giorno* e aluga uma *stanza* junto com o marido Rui, que também é de Boa Vista. Já Vivi, trabalha *lungo ore* e divide sua *stanza* com a irmã (Lorena), que trabalha *notte e giorno*. Por sua vez, Elise mora com a filha (Alina), o companheiro desta (Dênis) e o filho do casal (Nilton); recentemente Elise teve outra filha (Suely), que também mora com eles na *stanza*. Elise, sua filha, Alina, e o companheiro dela, Dênis, revezam entre si os cuidados com as crianças (Nilton e Suely), mas quando acontece um imprevisto é sua vizinha, Jana, quem *aguenta* as crianças. Ela reside junto com a irmã (Mita), que trabalha *notte e giorno*, mas Jana tem um problema de saúde que a impede de trabalhar. Felizmente, Jana pode contar com a ajuda da irmã, que paga pelas despesas das duas em Nápoles; uma vez que Jana não pode sair sozinha de sua *stanza*, ela cuida de bom grado das crianças da casa de Elise, quando as mães não podem fazê-lo.

Elise e sua filha (Alina) já conheciam Jana antes de irem para a Itália, pois a família de Jana também mora na mesma região da ilha da Boa Vista em que mora a família de Elise (e de Any etc.), denominada de Bom Sossego. Em Cabo Verde, Jana sempre morou na casa que seus pais e seus irmãos herdaram do pai de Any, primo paterno do pai de Jana. Elas são amigas e vizinhas desde a infância e continuam assim, ainda hoje, em Nápoles.

A partir da primeira visita que fiz a Any e suas vizinhas, passamos a nos ver periodicamente e eu pude acompanhar a rotina delas - pois dormia em suas casas, comia com elas, as ajudava nas tarefas das casas e a cuidar das crianças. Por meio desse convívio percebi que Any e suas vizinhas dominavam perfeitamente a rotina umas das outras, conheciam precisamente os horários, as necessidades, assim como as disponibilidades de cada uma. Por exemplo, ao passar em frente à porta-janela da *stanza* uma da outra, as vizinhas sempre reparavam no que estava acontecendo. Se passavam por lá em um horário no qual a moradora normalmente estava trabalhando e constatavam que a porta externa estava fechada mas a luz estava acesa – visível pelas frestas da veneziana da porta – notavam que a moradora havia se esquecido de apagar a luz. Sabiam o horário em que a moradora costumava chegar em casa à noite e acordar de manhã nos dias de folga, sendo esses os momentos em que se visitavam, paravam

para um conversa e para trocar favores: aquela que dispunha de máquina de lavar, lavava a roupa da outra; aquela que preparava um prato especial convidava a outra para comer; aquela que havia passado no supermercado deixava alguma compra na casa da outra, etc.

Vivenciando essa rotina, eu rapidamente aprendi que, quando uma delas não estava em casa num horário em que normalmente estaria, era na casa de alguma das vizinhas que eu deveria procura-la primeiro, fazendo com que se instaurasse entre nós um circuito de visitas análogo àquele que existia entre elas: sempre que eu ia em Montesanto ou em Quartiei Spagnoli (encontrar alguém ou conhecer um novo interlocutor de pesquisa), eu passava pelas ruas em que Any e suas vizinhas moravam, reparava se a porta-janela estava aberta e, em caso positivo, parava para cumprimenta-las, perguntava se podia deixar lá minha bolsa (que estava pesada e eu voltaria depois para pegar) e aceitava o convite para experimentar a *caxupa*³⁷ que ela havia acabado de cozinhar. [Ver Imagens 21 a 25]

Faziam parte desse circuito também outras pessoas que, como eu, não eram vizinhas de Any em Boa Vista, mas que passam a ser amigas em Nápoles, outras vezes passam a ser vizinhas e outras vezes ainda passam a ser parente (inclusive napolitanos, pessoas de outras nacionalidades e cabo-verdianos provenientes de diferentes ilhas). Por exemplo, (Nilton) o companheiro da filha de Elise, é de São Vicente, mas o casal se conheceu em Nápoles, onde teve um filho - criando entre si vínculos de parentesco, de vizinhança e de amizade até então inexistentes.

Além desses novos laços estabelecidos por relações de aliança, outros laços podem ser estreitados por relações de apadrinhamento. Muitos são os casos de cabo-verdianas que reforçam os vínculos de amizade que já existiam entre elas (em Cabo Verde ou na Itália), tornando-se madrinhas dos filhos umas das outras. Percebi a importância das relações de parentesco para frisar as amizades ao atentar para o fato de que, quando os cabo-verdianos que eu conheci em Nápoles me falavam sobre alguém que eu não conhecia, geralmente descreviam a pessoa lançando mão de algum vínculo de parentesco: não diziam simplesmente que se tratava de um amigo, mas quase sempre de

³⁷ Trata-se de um prato típico cabo-verdiano, um cozido preparado com milho branco e várias carnes.

um primo; em particular as mulheres, ao falarem de suas amigas, geralmente mencionavam que estas eram madrinhas de seus filhos.

Além de haver exemplos de pessoas que eram amigas, vizinhas e parentes em Cabo Verde e que permaneceram assim na Itália, há também casos de outras pessoas que são amigas e/ou parentes mesmo não sendo vizinhas³⁸. Por exemplo, as amigas e madrinhas **Chiara** e **Federica** moram respectivamente em Montesanto e na Ferrovia. Analogamente, os membros da família de **Júlia** não moram todos perto uns dos outros: a família de **Rosa** (mãe do namorado de **Júlia**) mora em Montesanto; na mesma região residem os tios maternos de **Júlia**; por sua vez, a tia paterna de **Júlia** aluga uma *stanza* na Ferrovia, enquanto os outros irmãos do pai de **Júlia** que também estão na Itália, moram na cidade de Genova.

Assim, os padrões que guiam a aproximação e a distância entre essas pessoas parecem estar relacionados com a forma em que elas estavam acostumadas a viver no arquipélago. Não quero dizer com isso que meus interlocutores de pesquisa buscassem reproduzir Cabo Verde em Nápoles, mas apenas que a *Nápoles cabo-verdiana* é construída em conexão com o estilo de vida ao qual essas pessoas estavam acostumadas em Cabo Verde.

O conceito boa-vistense de família não se limita aos parentes consanguíneos e afins, mas inclui os vizinhos, os compadres e amigos (LOBO, 2007). Analogamente, pela minha etnografia, eu pude perceber que há inúmeras relações de parentesco extenso vinculando as diferentes casas cabo-verdianas em Nápoles e que a solidariedade e o tratamento eram dois elementos essenciais na definição de quem estava próximo ou distante. Em Nápoles, assim como na ilha da Boa Vista, os membros da família vivem junto apesar de não morar necessariamente na mesma casa e os termos vizinhos, amigos e parentes se confundem conceitualmente, pois todos partilham substâncias, trocam refeições entre si, ajudam com os filhos uns dos outros etc.

³⁸ Há também casos de pessoas que eram amigas, vizinhas e parentes em Cabo Verde, mas não continuaram assim na Itália. Algumas delas adotaram outros padrões de residência e deixaram de ser vizinhas (mantendo-se amigas e/ou parentes); outras perderam ou afrouxaram os vínculos de amizade que as unia e deixaram de ser amigas (mesmo mantendo-se vizinhas e/ou parente). Em campo não acompanhei nenhum afastamento ou rompimento de relações, mas ouvi falar desses casos em fofocas.

Na região de Montesanto, essas formas de fazer família giram em torno da porta-janela, estrutura que potencializa a circulação de coisas, pessoas e informações entre as casas, facilitando que os cabo-verdianos compartilhem suas vidas por meio dessa estrutura. De maneira semelhante, Lobo (2007) narra a forma como, na Vila de Sal Rei, em Boa Vista, o portão da *nos casa* exerce uma função de elo entre as casas e as pessoas, favorecendo o fazer família por meio da *rede de solidariedade feminina*. De modo análogo à porta-janela em Nápoles, na Boa Vista o portão “só se encontra fechado à noite, pois ai longo do dia ele está apenas encostado e por ele os parentes e amigos podem entrar sem bater ou pedir licença” (:67-68). Se em Cabo Verde o portão dá acesso diretamente ao quintal das casas, em Nápoles a porta-janela conduz imediatamente para o interior da *stanza* e, em cada um dos contextos, é nesses lugares que os familiares passam a maior parte do tempo, cumprindo suas tarefas domésticas, comendo ou conversando. Dessa forma, a configuração material dos bairros populares do centro de Nápoles se assemelha àquela das ruas de Cabo Verde (como a Rua do Bom Sossego em Boa Vista, citada por Vivi), fazendo com que o universo relacional de ambos os lugares não seja tão diferente assim.

Esses dois ambientes domésticos são marcados por uma centralidade feminina e por uma presença distante dos homens - com os quais eu encontrava menos frequentemente dentro de casa e mais frequentemente nos pontos de encontro e nas associações cabo-verdianas. Há, porém, uma importante diferença em relação a Cabo Verde. Em Nápoles as crianças não são uma presença constante circulando entre as casas, pois elas estão presentes em menor número, têm menos liberdade e ficam mais sozinhas do que no arquipélago. Como foi explorado no Capítulo 2, muitos cabo-verdianos na Itália optam que os filhos vivam em Cabo Verde na infância e na adolescência e as poucas crianças cabo-verdianas que vivem em Nápoles não andam pelas ruas fazendo *mandados*, mas tendem a permanecer dentro da casa em que a mãe trabalha, ou dentro da *stanza* - sendo *aguentada* por alguma mulher (como faz Jana com as crianças da casa de Elise) ou sozinhas quando já são maiores.

Como veremos na seção seguinte, as características gerais do circuito de visitas que existe em Montesanto (e que ressoa as práticas de fazer família em Boa Vista) parecem se estender a outras formas pelas quais os cabo-verdianos mantêm contato entre si. Efetivamente, as pessoas que compartilham vínculos (de parentesco, de amizade, de

vizinhança, de apadrinhamento) falam-se sempre por celular, frequentam uns as casas dos outros e se vêem periodicamente nos pontos de encontro, nas sedes das associações cabo-verdianas e nos centros comunitários.

4. Circulando entre cabo-verdianos

Em Nápoles, amigos e parentes que não são vizinhos também visitam-se frequentemente, deslocando-se entre os vários bairros da cidade - conforme eu vivenciei já no meu primeiro encontro com Any (descrito anteriormente), quando nós duas visitamos não apenas as vizinhas dela em Quarteiri Spagnoli, mas também a Tia Jandira, em Mergellina. Da mesma forma, **Júlia** e seus pais, que residem em Sanità, frequentemente visitam os parentes e amigos na região de Montesanto (onde moram os tios maternos de **Júlia**), assim como no bairro da Ferrovia (onde mora a tia paterna de **Júlia**). Além de deslocarem-se dentro de Nápoles, os cabo-verdianos circulam amplamente dentro da Itália, visitando os parentes e amigos que residem em outras cidades da península: os tios paternos de **Júlia**, que reside em Genova, diversas vezes vão a Nápoles visitar o irmão, **Benvindo**, hospedando-se na casa dele e de **Joana** em Quartieri Spagnoli; analogamente, durante o trabalho de campo, eu tive a oportunidade de viajar para Roma junto com Any, que ia visitar sua nora italiana e aproveitamos a viagem para encontrar outros amigos e parentes que residiam na cidade.

Outro aspecto que notei desde esse meu primeiro encontro com Any foi a importância das comunicações telefônicas para os cabo-verdianos na Itália; por meio do celular, eles mantêm contato contínuo não apenas com os entes queridos que permaneceram no arquipélago, mas também com aqueles que residem em Nápoles, em outras cidades italianas e, provavelmente, em outros lugares do mundo.

Kunreuther (2006) e Feld (1996), mostram que, os atos de ver, ouvir e falar têm uma forte conexão com o corpo e que, em função disso, eles são capazes de vincular as sensações experienciadas através dessas tecnologias com aquelas sentidas em situações de presença física. Com efeito, a voz e a imagem são concebidas como partes materiais e incorporadas de si que podem viajar para outras territorialidades físicas - subvertendo a distância espacial pela simultaneidade temporal e pela fantasia da presença.

No caso dos cabo-verdianos na Itália, parece-me que essas tecnologias ajudem a criar uma temporalidade comum, permitindo que pessoas ausentes fisicamente se façam presentes emocionalmente. Efetivamente, eles usam e abusam dos telefones, celulares, cartões pré-pagos para fazer ligações internacionais, assim como do e-mail, do facebook e do skype. Nesse contexto, os recursos oferecidos pela internet parecem ser particularmente eficientes, pois conjugam as tecnologias da voz com as tecnologias da imagem – as quais foram discutidas no Capítulo 2.

Contudo, a possibilidade de falência da conexão é inerente a essas tecnologias, logo elas são permeadas por tensões: o custo financeiro e o barulho da ligação (por telefone, celular ou internet), o fuso horário, a impossibilidade do toque, a demora em receber a foto (por correio ou pela internet) etc. Mais uma vez, estamos diante de estratégias que permitem manejar as tensões inerentes à proximidade e à distância, mas não permitem resolvê-las.

Ao lado das conversas telefônicas e das visitas nas casas, os momentos de reunião nos centros comunitários, nas sedes das associações e nos pontos de encontro são centrais para a manutenção de contato entre os cabo-verdianos na Itália. Embora meus interlocutores de pesquisa não utilizem termos diferentes para se referir a esses três momentos de reunião, considero importante diferenciá-los analiticamente, pois cada um deles apresenta interessantes especificidades.

Denomino de pontos de encontro, os espaços públicos das cidades italianas que são apropriados coletivamente pelos cabo-verdianos. Ao proceder assim, aproximo-me da teorização de Krauss & Schmoll (2006), segundo a qual o espaço das cidades nas quais residem os migrantes deve ser considerado não apenas como um ‘recipiente’ das atividades desses últimos, “mas também como uma entidade móvel, fluida, que se transforma com base nas práticas individuais e coletivas protagonizadas pelos migrantes, podendo constituir para eles uma verdadeira fonte relacional e estratégica” (:4)³⁹. É nesse sentido que penso os pontos de encontro, as sedes das associações e os centros cabo-verdianos; esses espaços não são apenas ocupados por atividades cabo-

³⁹ Livre tradução do original em italiano: “lo spazio verrà considerato non solo come un “contenitore” delle attività dei migranti, bensì come un’entità mobile, fluida, che si trasforma sulla base delle pratiche individuali e collettive di cui i migranti sono protagonisti, e può costituire per essi una vera e propria risorsa relazionale e strategica”.

verdianas, mas são feitos por elas transformando-os em importantes fontes relacionais e estratégicas.

Em Nápoles, os principais pontos de encontro são a Praça Carità na Rua Roma e a Praça de Montesanto localizada em frente à estação da Cumana. Nos dias de folga (tradicionalmente às quintas-feiras e aos fins de semana), os cabo-verdianos saem de seu local de trabalho e fazem compras no comércio popular realizado no centro histórico de Nápoles e, em particular, nas ruas que levam da Rua Roma até Montesanto: nesses momentos eles compram as encomendas que irão enviar às pessoas queridas que vivem no arquipélago e é também nessas ocasiões que eles vão aos *phone center* (de onde é possível enviar remessas em dinheiro e fazer ligações para Cabo Verde). Posteriormente eles se reúnem nas citadas praças, onde quase sempre encontram com outros amigos, parentes e conhecidos sem ter combinado previamente, pois muitos deles têm o hábito de frequentar esses pontos de encontro no seu tempo livre. Lá eles conversam enquanto passeiam, assim como bebem e comem algo em um dos bares, cafés e restaurantes situados nas proximidades⁴⁰. [Ver Imagens 9 a 11].

De acordo com os trabalhos realizados por Luisa Scialdone (2006) e Anna De Rosa (2006), até recentemente os cabo-verdianos não se reuniam em Montesanto, mas sim na Galleria Umberto I, localizada no lado sul da Rua Roma, perto da zona nobre da Nápoles. [Ver Imagem 11]. Segundo a entrevista concedida a Scialdone (2006) por um funcionário do Consulado Honorário de Cabo Verde em Nápoles, o fato que teria incentivado as pessoas a se reunirem em Montesanto teria sido a criação das associações cabo-verdianas na região.

Ramos (2008) reporta a existência de 19 associações cabo-verdianas na Itália, sendo a maioria em Roma e apenas uma em Nápoles. Provavelmente esses números são maiores atualmente, tendo surgido novas associações desde a data em que a autora realizou seu estudo. Em Nápoles, por exemplo, além da Associação União Cabo-verdiana (criada em 2004 e mencionada na citada obra), existe desde 2010 também a AFABVI (Associação dos Familiares e Amigos da Boa Vista na Itália). Nessa cidade há ainda o *Club Pamodi*

⁴⁰ Analogamente, em Roma, é na Praça Fiume que se reúnem os cabo-verdianos - em uma rotina não muito diferente daquela que se verifica em Montesanto, exceto pelo fato da Praça Fiume estar localizada em uma região nobre da capital italiana (ao contrário da praça Carità e da praça em torno da Cumana, que estão situadas em regiões populares de Nápoles). Esse ponto será retomado adiante.

[*Clube Porque*] fundado em 2004, que formalmente é um time de futebol, mas também atua como associação, sendo comumente denominado de associação cabo-verdiana por meus interlocutores de pesquisa.

A União Cabo-verdiana e o *Pamodi* têm sede em baixos alugados na região de Montesanto. Suas portas estão abertas somente quando um dos membros que dispõe das chaves está presente, geralmente no final das tardes de quinta-feira e de domingo. As pessoas que conhecem os horários em que as sedes estão abertas, ou que passam em frente a elas e vêem suas portas destrancadas, vão chegando e entrando aos poucos, geralmente depois de fazer suas compras e de terem passado pelos pontos de encontro - que (como foi dito) ficam perto das sedes das associações. As pessoas que lá se reúnem confraternizam entre si, conversando sobre assuntos aleatórios e sobre questões importantes da associação ou do time de futebol; além disso, principalmente nos dias de festa, os membros providenciam comidas, bebidas e músicas para que os frequentadores das associações se reúnam, conversem e comemorem - enquanto comem, bebem e dançam. [Ver Imagens 26 a 28].

Diferentemente, a AFABVI não dispõe de uma sede propriamente dita, mas apenas de uma sede legal (exigida pela burocracia italiana)⁴¹. Assim como ela, as mais de 14 associações de Roma dispõem apenas de sedes legais, as quais geralmente não funcionam como locais de reunião - ao contrário das sedes da União Cabo-verdiana e do *Pamodi* em Nápoles. De todo modo, nenhuma das sedes legais das associações cabo-verdiana que conheci (em Roma e em Nápoles) tem um telefone fixo ou de um horário de atendimento ao público. Tal fato sugere que as associações existem menos enquanto estrutura e mais enquanto pessoas - que não apenas fazem parte das associações, mas, precisamente, *fazem* essas associações.

Quando eu cheguei na Itália para começar o trabalho de campo, desembarquei na cidade de Roma e, uma semana depois, fui de trem para Nápoles (que fica a pouco mais de 200 Km de distância). Aproveitei minha estadia na capital italiana para entrar em contato com a Embaixada de Cabo Verde em Roma e com as associações cabo-verdianas reportadas por Ramos (2008). Usufruindo dos benefícios oferecidos pela *internet*,

⁴¹ Conforme será aprofundado abaixo, para reconhecer as associações de migrantes enquanto tal, o Estado Italiano exige que elas sejam registradas e disponham de uma sede legal.

consegui os endereços e os números de telefone das associações, mas não obtive sucesso ao tentar conhece-las indo até às sedes legais (que não estavam abertas) e ligando para os números (que não atendiam). Por sorte, encontrei na internet o número de celular de Dulce Évora, ex-presidente da OMCVI (Organização das Mulheres cabo-verdianas na Itália)⁴². Ela me indicou o caminho para conseguir efetivamente entrar na *Itália cabo-verdiana*: falar com pessoas que, como a própria Dulce Évora, são membros das associações cabo-verdianas na Itália. Estas pessoas me ajudaram de imediato, convidando-me, por exemplo, para ir ao centro comunitário cabo-verdiano em Roma, afirmando que “Cabo Verde toda se encontra lá”.

Em Roma, nos tradicionais dias de folga dos trabalhadores domésticos na Itália (às quintas-feiras pela tarde e aos domingos) inúmeros cabo-verdianos se reúnem na sala do Instituto Freiras Missionárias do Sagrado Coração de Jesus [*Istituto Suore Missionarie del Sacro Cuore di Gesù*], transformando-a em centro comunitário cabo-verdiano. Desde a década de 1970, duas vezes por semana, o citado Instituto e o *Movimento Tra Noi* (que foi apresentado no Capítulo 1) disponibilizam esse espaço para os cabo-verdianos fornecendo-lhes (gratuitamente) diversos cursos além de atividades voltadas para a valorização, manutenção e promoção da cultura de Cabo Verde.

O centro comunitário cabo-verdiano de Roma opera de maneira semelhante à que costumava funcionar o centro que existia em Nápoles, nos anos 1980 e 1990. Naquela época, os cabo-verdianos se reuniam em uma sala no convento de *Don Orione* (localizado no centro histórico da cidade), onde eles encontravam um local coberto onde se amparar nos dias de chuva, de muito sol, ou de frio. Interlocutores de pesquisa que já residiam em Nápoles nesses anos contam que “Don Orione era a casa de todos os cabo-verdianos”, sendo realizadas lá, atividades culturais, além de cursos profissionalizantes:

Às quintas-feiras e aos domingos, nós saíamos do trabalho, fazíamos compras e íamos para Don Orione, onde passávamos o tempo livre; era um ponto de encontro, havia cursos de italiano, bordado, costura, alfabetização... Eu mesmo ensinei como voluntário lá durante três anos, pois já fazia trabalhos voluntários em Cabo Verde. (ROBSON)

Quinta-feira e domingo Don Orione era nosso, fazíamos lá todos os batizados e as comunhões. [...] Quando alguém tinha um problema de saúde, por exemplo, ficava hospedado temporariamente lá. (FILOMENA)

⁴² Todas as associações Cabo-verdianas mencionadas no capítulo serão apresentadas adiante.

De acordo com os relatos que coletei em campo, *Don Orione* deixou de funcionar como um centro comunitário cabo-verdiano quando as freiras que disponibilizavam o espaço para eles saíram de Nápoles. Atualmente, as salas do citado convento abrem suas portas para os cabo-verdianos apenas em dias de festa, nos domingos em que alguma das associações (principalmente a AFABVI, que não dispõe de uma sede propriamente dita) aluga o local para realizar uma reunião ou celebrar um evento importante (casamentos e batizados, assim como as datas que marcam o calendário cabo-verdiano, a saber, a Independência de Cabo Verde, o Dia da Mulher Cabo-verdiana, o Natal, o Carnaval etc.).

Nesses momentos, *Don Orione* torna-se novamente um centro comunitário cabo-verdiano e a dinâmica que se estabelece lá e nas redondezas é parecida com aquela que se verifica no centro comunitário em Roma e nas duas *sedes* das associações cabo-verdianas em Nápoles. Todos esses locais estão localizados nas proximidades de importantes pontos de encontro: em Nápoles, na Praça Carità e na praça em frente à Cumana, em Roma, na Praça Fiume. Portanto, nas duas cidades criam-se rotinas semelhantes: as pessoas fazem compras, vão aos *phone center*, passeiam, param para comer e beber nos bares, cafés e restaurantes da redondeza, e enquanto fazem isso, reúnem-se com amigos, parentes e conhecidos sem a necessidade de combinar previamente o encontro, pois quase todos têm hábitos semelhantes nos dias de folga. Posteriormente, alguns cabo-verdianos seguem para o centro comunitário – descrito como um ambiente mais sério e familiar. Por sua vez, os jovens frequentemente permanecem nos pontos de encontro ou (no caso daqueles que vivem em Nápoles) dirigem-se para as sedes das associações – que são consideradas ambientes mais joviais.

Por meio da descrição acima é possível perceber que, assim como as *sedes* da União Cabo-verdiana e do *Pamodi* não existem enquanto estruturas independentes de seus membros, os centros comunitários em Roma e em Nápoles acontecem enquanto tal apenas quando seus frequentadores estão fisicamente presentes: nesses horários específicos, os locais que até então eram salas vazias (decoradas, nos casos das sedes) tornam-se efetivamente os centros comunitários e as sedes das associações. Em todos esses locais de reunião, o que mais se faz é conversar e, nos dias de festa, comer, beber e dançar; enquanto isso, as pessoas ocupam o espaço livremente e tendem a formar pequenos grupos, que de certa forma reproduzem a geografia do arquipélago cabo-

verdiano: de um lado pessoas de Boa Vista, de outro pessoas de São Vicente, de outro ainda pessoas de Santo Antão. [Ver Imagens 26 a 37]

Um olhar mais atento, porém, bagunça essa geografia, evidenciando seu aspecto relacional: pessoas de São Vicente estão no meio do grupo de Boa Vista, pessoas de Boa Vista estão no meio do grupo de Santo Antão e assim em diante. Essa mistura sugere a existência do mesmo padrão de aproximação que está presente entre Any e suas vizinhas na região de Montesanto: elas já eram amigas, parentes e/ou vizinhas em Cabo Verde e continuam assim na Itália; analogamente, ao reunir-se nos centros comunitários, as pessoas que já se conheciam antes de ir para a Itália tendem a aproximar-se (fisicamente) umas das outras, de modo a contar as novidades, etc. Uma vez que as ilhas de Cabo Verde são relativamente isoladas e que as pessoas de cada ilha geralmente conhecem-se todas, mas não conhecem muitas pessoas de outras ilhas, é mais fácil que as pessoas de uma ilha andem, morem e sentem-se juntas - não tanto por uma questão de identidade, mas sim da pré-existência de afinidades e de relações (de amizade, parentesco e/ou vizinhança). Ao mesmo tempo, novos relacionamentos são estabelecidos na Itália, criando vínculos antes inexistentes ou frouxos entre pessoas da mesma ilha, de ilhas diferentes e também de países distintos – bagunçando os grupos aparentemente separados entre ilhas, mas na verdade misturados graças às relações existentes entre as pessoas [Ver Imagens 38 a 40]. Com efeito, são essas relações que constroem o espaço cabo-verdiano conforme veremos na seção abaixo, onde será analisado um último aspecto das associações cabo-verdianas - a saber, *os signos de proximidade especiais*.

5. A importância das associações cabo-verdianas

Ao analisar o papel desempenhado pelas associações de imigrantes na Itália, Tiziana Caponio (2005) mostra que elas têm apenas um impacto marginal sobre o processo de tomada de decisões políticas. Desde a primeira e a segunda lei de imigração (sancionadas na Itália, respectivamente, em 1986 e 1990), o Estado italiano oferece representatividade institucional e financiamento para as associações de imigrantes que estejam registradas oficialmente e disponham de uma sede legal. Contudo, os governos locais italianos tendem a dar mais ouvidos às demandas formuladas pelas associações italianas pró-migrantes (como os movimentos sociais e sindicatos) do que para as

próprias associações de imigrantes – as quais permanecem pouco organizadas politicamente.

Em consonância com a argumentação da autora, as associações cabo-verdianas na Itália não têm como objetivo principal o desempenho de funções políticas e representativas perante o Estado italiano⁴³. Quando os cabo-verdianos precisavam de ajuda para garantir algum direito, eles geralmente recorriam aos sindicatos, como o UIL e o CISL (cuja importância foi explicitada no Capítulo 1); esses não são os únicos sindicatos que fornecem esse serviço na Itália e existem também outros órgãos - como escritórios privados denominados de *agenzie* (agências). Normalmente os cabo-verdianos que conheci em campo procuravam esses órgãos em busca de ajuda para obter ou renovar os documentos italianos, de modo a regularizar a própria situação na Itália e se manter em dia com os impostos. Procedendo assim, elas garantem seu direito de ir e vir (podendo sair da Itália para passar férias em Cabo Verde, por exemplo, e voltar tranquilamente), de acessar os serviços de saúde, de receber a aposentadoria no futuro e de obter, eventualmente, a cidadania italiana. Outras razões que motivam muitos cabo-verdianos a procurar esses órgãos são problemas de trabalho ou de saúde - por exemplo, quando sofrem de alguma doença que os impede de trabalhar e tentam obter aposentadoria por invalidez, ou ainda quando os empregadores deixam de pagar a contribuição para as aposentadorias de seus trabalhadores cabo-verdianos, deixando-os em situação irregular na Itália⁴⁴.

Por sua vez, os órgãos consulares tendem a ser consultado quando os cabo-verdianos precisavam de algum documento emitido pelo Estado de Cabo Verde, sobretudo o passaporte. A Embaixada de Cabo Verde em Roma e o Consulado Honorário de Cabo Verde em Nápoles representam o Estado cabo-verdiano e correspondem a pontos de referência e de tutela para as pessoas cabo-verdianas na Itália (cf. SCIALDONE, 2006). De acordo com entrevista realizada por mim com o Cônsul em Nápoles, o Advogado

⁴³ Uma vez que o foco da presente dissertação são as relações familiares dos cabo-verdianos na Itália, eu não me detenho na análise do universo político da vida dos meus interlocutores de pesquisa; este, porém, mereceria um estudo a parte que focasse, inclusive, sobre as funções políticas cumpridas pelas associações Cabo-verdianas, seja em relação ao Estado Cabo-verdiano, seja em relação ao Estado Italiano. Com efeito, Bash & Schiller (1994) chamam a atenção para a importância de se analisar o fato de que os migrantes (denominados por elas de transnacionais) participam do projeto de constituição de nação do Estado-Nação em que vivem e, ao mesmo tempo, continuam fazendo parte do projeto de constituição de nação do seu país de origem – gerando tensões entre incorporação e etnicidade.

⁴⁴ Essa questão será aprofundada no Capítulo 4.

italiano Giuseppe Ricciulli, o Consulado desempenha funções anagráficas (operando como um cartório), realiza atas e procurações, além de emitir registros de nascimento, casamento etc.

Diferentemente, as atividades desenvolvidas pelas associações cabo-verdianas na Itália têm um cunho mais social e cultural do que propriamente político. A OMCVI foi a primeira associação cabo-verdiana na Itália, criada na cidade de Roma em 1988, por Maria de Lourdes de Jesus (cabo-verdiana que chegou na cidade por chamada, formou-se jornalista e trabalhou em importantes canais televisivos e de rádio italianos). A OMCVI, cujo objetivo principal é facilitar a integração das mulheres de Cabo Verde na sociedade italiana, sempre promoveu atividades sociais, culturais e recreativas, voltadas principalmente para a infância e para a família, de modo a transmitir a cultura cabo-verdiana para as novas gerações que nasciam na Itália. Ao longo dos anos, a associação promoveu encontros pontuais sobre temas variados, além de bolsas de estudo e colônias de férias culturais [*vacanze culturali*] para as crianças cabo-verdianas, durante as quais elas aprendiam sobre cultura cabo-verdiana através do livro *Racordai* (JESUS, 1996), escrito em italiano e português. Atualmente, a associação veicula um programa de rádio, realiza espetáculos de teatro, concursos de beleza, jantares, festas e visitas guiadas à cidade de Roma. Politicamente, a associação age em prol dos imigrantes na Itália, em particular das mulheres, e das mulheres africanas espalhadas pelo mundo – conforme consta no resumo das atividades da OMCVI (2010):

Nesses anos de vida, a associação participou do debate acerca das leis de imigração, participou das manifestações contra o racismo e a favor do reconhecimento dos direitos dos imigrantes, assim como esteve presente na Mesa das Mulheres Imigrantes criado pelo Conselho dos Ministros [da Itália]. Participou de vários encontros sobre a mulher, entre os quais a conferência da ONU em Pequim...

Em 2004, sempre em Roma, a fundadora da OMCVI criou a associação cabo-verdiana Tabanka Onlus, em conjunto com outros cabo-verdianos que vivem na Itália há anos, com profissionais italianos amantes das ilhas de Cabo Verde e também com pessoas que pertencem à nova geração de cabo-verdianos que nasceu na Itália. O objetivo da associação é contribuir para o desenvolvimento integrado do arquipélago e de outros países africanos com grande presença de cabo-verdianos (como Angola e São Tomé e Príncipe), assim como para a promoção da cultura cabo-verdiana na Itália. Em particular, a associação realiza projetos, manifestações, encontros, publicações

(inclusive multimídias), voltadas para as seguintes questões: a cooperação com as mulheres em Cabo Verde e na Itália; a formação dos jovens cabo-verdianos que vivem na Itália; o intercâmbio com os cabo-verdianos que residem fora de Cabo Verde, com a infância e com a terceira idade.

Outra associação cabo-verdiana em Roma é a Caboverdemia, cujo objetivo é difundir a cultura cabo-verdiana, assim como aumentar o contato com a cultura cabo-verdiana e também com outras culturas. Desde 2008 a associação organiza apresentações de Morna, peças de teatro realizadas por grupos de Cabo Verde, lançamento de livros de escritores cabo-verdianos, assim como divulgação de artistas italianos e da lusofonia. Ao ser entrevistado por mim, o presidente da associação - um cabo-verdiano que foi trazido pela mãe para Roma, onde reside há 40 anos - afirma que “o foco das atividades da Caboverdemia é a manutenção das raízes cabo-verdianas e também fazer com que os italianos conheçam Cabo Verde”.

Por outro lado, a AFABVI foi criada em Roma em 2009, tendo sido fundada uma filial em Nápoles em 2010. Em ambas as cidades, a associação cabo-verdiana realiza atividades beneficentes para arrecadar fundos e receber doações, de modo a comprar materiais escolares e remédios destinados a escolas e a hospitais em Boa Vista em qualquer outra ilha de Cabo Verde. Analogamente, o *Pamodi* desenvolve atividades semelhantes, conforme descreve um de seus membros em Nápoles:

Nós alugamos discotecas para fazer festas e arrecadar verba, depois dividimos o dinheiro em duas partes; uma é aplicada em um fundo destinado ao time de futebol, para financiar viagens e participações em torneios, inclusive internacionais; a outra parte é aplicada em um fundo destinado à *comunidade*, da qual não fazem parte apenas os cabo-verdianos. Quando alguém precisa de assistência moral ou econômica, nós ajudamos com remédios, comida etc., independentemente da pessoa ser cabo-verdiana ou não.

Os membros do *Pamodi* são todos cabo-verdianos, a maioria da ilha da Boa Vista e alguns de São Vicente. Contudo, suas atividades enquanto associação são voltadas para aquela que eles denominam de comunidade, a qual é formada por todas as pessoas que necessitam de ajuda (e não apenas para os cabo-verdianos). Analogamente, o *Pamodi* enquanto time de futebol não se restringe a uma ilha específica, tampouco a Cabo Verde, havendo muitos italianos que jogam na equipe.

Também no caso da União Cabo-verdiana, os jogadores do time de futebol incluem italianos e todos os membros da associação são cabo-verdianos; dessa vez, porém, a maioria é da ilha de São Vicente, mas há também pessoas de outras ilhas. Ao ser entrevistada pelo Boletim Kriol (2008) a presidente da União Cabo-verdiana, Marilena Rocha (cabo-verdiana que nasceu em Nápoles), discorre sobre as principais atividades da associação criada para atender às exigências dos cabo-verdianos em Nápoles: “ao longo de seus sete anos de existência, a União Cabo-verdiana desenvolveu diferentes iniciativas voltadas para as primeiras e, principalmente, para as segundas gerações de cabo-verdianos na Itália”.

Frequentemente, as pessoas pertencem a mais de uma associação cabo-verdiana ao mesmo tempo, havendo membros da União Cabo-verdiana que são também do *Pamodi* e membros do *Pamodi* que são também da AFABVI. Além disso, ainda que uma festa seja organizada por alguma associação específica, diversas pessoas que não são associadas também participam da festa, inclusive italianos e pessoas de outras nacionalidades. Nesse sentido, as informações que eu obtive em campo indicam que, embora os nomes das associações possam remeter a ilhas específicas (como no caso da AFABVI), as atividades das associações cabo-verdianas na Itália tendem a voltar-se mais para a chamada comunidade cabo-verdiana, e menos para esta ou aquela ilha específica.

Em particular, acredito que a expressão comunidade cabo-verdiana não se restrinja a pessoas que detêm cidadania cabo-verdiana, tampouco àquelas que nasceram em Cabo Verde, pois frequentemente a expressão inclui a nova geração de cabo-verdianos que nasceu na Itália (a qual nem sempre tem cidadania cabo-verdiana). Parece-me ainda, que a expressão possa incluir também outros estrangeiros italianos, como os não cabo-verdianos que a AFABVI também visa beneficiar, seja os italianos que ajudaram a fundar o Tabanka Onlus, seja os napolitanos que frequentam as festas das associações em Nápoles e Roma, seja as pessoas de diversas nacionalidades que, muitas vezes, são casados com cabo-verdianos.

Há uma longa tradição de estudos sobre comunidades de imigrantes e também especificamente sobre comunidades de cabo-verdianos espalhadas pelos quatro cantos do globo (cf. BATALHA & CARLING, 2008; FIKES, 2009; FILHO, 2007; CARTER

E AULETTE, 2009; GRASSI, 2006)⁴⁵. De modo geral, estes trabalhos focam nas fronteiras simbólicas produzidas entre estabelecidos e recém chegados. Com efeito, as comunidades de imigrantes são geralmente equiparadas a coletividades dotadas de diferenças culturais, sendo essas diferenças afirmadas em uma identidade étnica (vinculada a uma origem comum). Argumenta-se, assim, que a experiência do deslocamento provoca trajetórias de reconstrução identitária em função da tensão (e da potencial incompatibilidade) entre a incorporação e a manutenção da própria identidade cultural.

No meu contexto de análise, porém, aquela que é localmente denominada de comunidade cabo-verdiana não parece corresponder a uma coletividade dotada de diferenças culturais que são afirmadas em uma identidade cabo-verdiana. Efetivamente, meus interlocutores de pesquisa não concentram sua atenção nas fronteiras simbólicas produzidas entre eles e as pessoas com quem se relacionam na Itália. Inversamente, o que eles parecem fazer ao lançar mão do termo comunidade cabo-verdiana é estender as fronteiras do espaço cabo-verdiano, evidenciando o fato de que este não se limita às pessoas que detêm cidadania cabo-verdiana ou que nasceram em Cabo Verde. O espaço cabo-verdiano engloba os parentes e amigos que foram levados para a Itália, assim como aqueles cujos vínculos foram criados na península - inclusive os parentes e amigos que não são cabo-verdianos.

Nesse sentido, as associações e os demais locais de reunião (i.e. os pontos de encontro e os centros comunitários) são importantes para que os cabo-verdianos mantenham contatos com seus conterrâneos (inclusive aqueles que não conhecem) e principalmente com seus amigos, parentes e/ou vizinhos - os quais tendem a ser cabo-verdianos, mas não o são necessariamente. João Lopes Filho (2007) discorre sobre os cabo-verdianos em Portugal, compara as associações cabo-verdianas presentes ali com aquelas de outros países da Europa e da África, juntamente com aquelas dos Estados Unidos. Ele conclui que essas associações têm exercido um papel importante na defesa e afirmação dos valores culturais cabo-verdianos por meio do “convívio que estes emigrantes nela estabelecem, quer seja entre si próprios ou com elementos locais” (: 228).

⁴⁵ Para uma bibliografia mais geral sobre comunidades de imigrantes, ver por exemplo os trabalhos de Appadurai *et al.* (2009), Ferreira (2010); Jardim (2007); Seyferth (2007); Quijano (2007).

Assim, as características gerais das associações cabo-verdianas na Itália parecem ser as mesmas das associações cabo-verdianas espalhadas pelo mundo, a saber, o empenho em atividades sociais e culturais, a confraternização em meio à música e à comida cabo-verdiana, a participação de cabo-verdianos e também de não-cabo-verdianos. Segundo Filho (2007), em países da África, como Senegal, São Tomé e Príncipe e Angola:

várias associações de cabo-verdianos foram surgindo com uma tripla vertente, ou seja, levar a cabo acções sociais (recenseamento das famílias cabo-verdianas necessitadas e assistências às mesmas), culturais (projectão de filmes e sessões culturais) e desportivas (promoção de campeonatos de futebol interbairros), motivos pelos quais desempenham um papel importante junto daquela comunidade (: 221).

Em países da Europa, como Holanda, Bélgica, França, Luxemburgo e Alemanha:

Através das associações, os emigrantes cabo-verdianos promovem convívios onde estão sempre representados pratos tradicionais de Cabo verde, divulgando, deste modo, alguns dos aspectos expressivos da cultura das ilhas. [...] A divulgação da cultura cabo-verdiana partiu das associações (com música, costumes e culinária)” (:226)

E nos Estados Unidos:

As reuniões em associações cabo-verdianas [...] implicavam convívios entre grupos diversificados, nos quais também participam outros elementos que não têm ascendência cabo-verdiana. Nestes espaços, onde se bebe, come, fala, dança e respira Cabo Verde, a difusão da cultura do arquipélago processa-se de uma forma quase contagiante (:220).

Analogamente, as associações cabo-verdianas na Itália parecem estar particularmente empenhadas em ajudar a comunidade cabo-verdiana (entendida no sentido descrito acima), por meio da distribuição de bens e recursos. Elas se esforçam em compartilhar a música, a literatura, a arte, a dança e a comida cabo-verdiana. Enfim, as associações se preocupam em transmitir informações sobre Cabo Verde (aos italianos, às pessoas de outras nacionalidades e aos cabo-verdianos) e assim, em ensinar a história cabo-verdiana, a culinária cabo-verdiana, o modo de festejar (comer, dançar e conversar) cabo-verdiano. Por meio desses *signos de proximidade especiais*, as associações participam da criação do espaço cabo-verdiano que é relacional, pois sua espacialidade e temporalidade englobam as coisas, ideias e pessoas relativas a Cabo Verde independentemente de onde elas estejam localizadas territorialmente.

Conclusão

Nos Capítulos 1 e 2 vimos que as trocas contínuas - que se estabelecem através do envio de encomendas e de remessas em dinheiro, assim como das conversas pelo telefone (e também pelo correio e pela internet) e por último, mas não menos importante, das visitas periódicas nas férias – atuam como *signos de proximidade* fundamentais para que os vínculos entre os cabo-verdianos que residem dentro e fora do arquipélago não se percam.

Diversos estudos sobre estruturas familiares em contextos de migração indicam a relevância das redes de parentesco em situações de distanciamento espacial e temporal, as quais seriam atualizadas pela troca de bens, valores, alimentos, coisas e pessoas. Além disso, estes trabalhos enfatizam que essas redes têm implicações muito práticas ao possibilitar a migração e facilitar o retorno. Refletindo sobre isso, Mary Chamberlain (2002) sustenta que os migrantes não se deslocam para qualquer lugar, mas antes realizam um cálculo para maximizar as próprias oportunidades em um contexto global, de modo que sua cartografia é construída a partir de suas redes de relações. Retomando Suzan Creig-James (1992), a citada autora afirma que, por meio desse cálculo mediado pelas redes, as fronteiras se tornam vivas ao invés de geográficas.

De modo semelhante, as *redes de contato, indicação e apoio* que são constantemente atualizadas por meio dos *signos de proximidade* e que colocam em movimento o fluxo entre Cabo Verde e Itália, conferem vida às fronteiras cabo-verdianas. Estas deixam de ser fixas e correspondentes às fronteiras do Estado-Nação de Cabo Verde e passam a ser moldadas à medida que o espaço cabo-verdiano é (re)construído através das relações mantidas em Cabo Verde, levadas para a Itália e criadas nesses dois territórios civis (e em outros). Nesse processo, os cabo-verdianos na Itália constroem a *Nápoles cabo-verdiana* e a *Itália cabo-verdiana*, as quais não correspondem a uma realidade cultural delimitada coerentemente – por exemplo, um espaço transnacional dentro do qual esses migrantes estariam contidos. Diferentemente, a *Nápoles cabo-verdiana* e a *Nápoles cabo-verdiana* fazem parte de uma conjuntura de relações sociais que engloba inúmeros lugares, ou em outras palavras, fazem parte do espaço cabo-verdiano.

Como foi visto ao longo do capítulo, as atividades culturais, sociais e beneficentes das associações cabo-verdianas, voltadas não apenas para Cabo Verde, mas também para outros países com grande presença de cabo-verdianos (pertencente à chamada diáspora cabo-verdiana), atuam como *signos de proximidade especiais*, os quais atuam entre pessoas que muitas vezes não se conhecem pessoalmente e permitem que os cabo-verdianos mantenham contato com seus compatriotas – independente de onde estes residam. Por meio das associações, informações, pessoas e substâncias são partilhadas entre os membros da comunidade cabo-verdiana, que inclui os amigos e parentes que estão em Cabo Verde, na Itália ou em outros locais, sejam eles cabo-verdianos ou não.

A comparação que eu realizei com o contexto de Roma e com os estudos realizados sobre a chamada diáspora cabo-verdiana permitiram estender minha argumentação para além do contexto de Nápoles - onde desenvolvi minha pesquisa etnográfica. Ainda sim, o leitor pode perceber que, nesta cidade, a construção do espaço cabo-verdiano ganha aspectos peculiares em função da proximidade física mantida entre a maioria dos cabo-verdianos.

Efetivamente, eles tendem a residir e trabalhar em torno do centro histórico da cidade, onde é fácil deslocar-se a pé ou por meio do transporte público. Essa característica é evidenciada também por Krauss & Schmoll (2006) ao analisar a ocupação do espaço urbano dessa cidade pelos migrantes. O trabalho delas – que, conforme foi apresentado acima, ajuda também a refletir sobre o conceito formulado por mim de pontos de encontro – permite notar que:

a localização dos estrangeiros no espaço urbano napolitano é condicionada de maneira decisiva pelas lógicas do mercado imobiliário, concentrando-se nas áreas onde os preços são mais baixos. Seguindo um processo de *filtering down* [...], as camadas sociais de baixa renda ocuparam – e continuam ocupando - os espaços centrais (geometricamente), mas marginais socialmente. No centro da cidade, a *gentrification* (e a acentuação da conotação residencial alto-burguesa) foi parcial e não uniforme – assim a área central permanece aquela com maior força atrativa para as pessoas de insediamento recente, seja em função dos serviços disponíveis, seja em função da maior possibilidade de relações pessoais, seja pela maior facilidade em acessar habitações privadas com custo relativamente mais baixo. Em muitos casos, porém, se trata de uma solução habitacional com características de forte marginalização social, seja pelas condições higiênicas e sanitárias inadequadas, seja pela obsolescência das residências – a qual pode ser relacionada à falta de manutenção ordinária e à falta de reformas (:15-16)⁴⁶.

⁴⁶ Livre tradução do original em italiano: “la localizzazione degli stranieri nello spazio urbano napoletano

Seguindo uma tendência que é comum à maioria dos migrantes que residem em Nápoles, os cabo-verdianos não estão concentrados em uma única região da cidade. Portanto, no caso deles, assim como no caso de outros migrantes:

A própria categoria de gueto – utilizada em geral para indicar os lugares de segregação e controle, ao mesmo tempo em que de defesa e identificação por parte das minorias – parece inapropriada para descrever o insediamento de uma cidade como Nápoles [...] porque as áreas com presença estrangeira não são homogêneas de um ponto de vista étnico (:17)⁴⁷.

Nesse sentido, vale evidenciar mais uma vez que, embora a região de Montesanto seja conhecida em Nápoles como cabo-verdiana, moram lá muitos cabo-verdianos, mas também inúmeros napolitanos e estrangeiros de outras nacionalidades. A urbanização dessa região favorece a integração seja entre os residentes, seja entre estes e os demais frequentadores do local: nas ruelas de Quartieri Spagnoli e Montensanto, através das portas, janelas e portas-janelas, criam-se novos vínculos e reforçam-se os vínculos pré-existentes em função do fato de entrar um na casa do outro, comer e viver junto, acompanhar e participar da vida um do outro.

Mais uma vez, ganha centralidade o conceito de fazer família, ou seja, de fortalecer os laços de parentesco e de criar parentesco onde não existia. Conforme foi detalhado no Capítulo 2, as práticas locais de *relatedness* cabo-verdianas não pressupõem que a família deva manter uma proximidade física, sendo possível estar perto também ao manter a proximidade à distância. Os dados analisados nesse capítulo sugerem que tampouco se deva pressupor que os conacionais devam viver em um único território para estar perto; eles podem manter sua proximidade à distância por meio dos *signos de proximidade especiais*. Nesse sentido, o espaço cabo-verdiano parece ser tão elástico quanto a família cabo-verdiana. Esta não se limita aos parentes consanguíneos e afins, mas engloba os vizinhos, amigos e compadres, os quais não precisam residir na mesma

sia stata condizionata in maniera decisiva dalle logiche del mercato immobiliare, concentrandosi in quelle aree dove i prezzi sono più bassi. Secondo un processo di *filtering down* [...], è andata - e va tuttora - verificandosi l'occupazione di spazi centrali (geometricamente) ma marginali socialmente da parte di strati sociali a basso reddito. Il centro della città - la cui *gentrification* (e la connessa accentuazione della connotazione residenziale alto-borghese) è stata solo parziale e non uniforme - resta infatti l'area con maggiore forza attrattiva per le persone di nuovo insediamento, sia per la presenza di servizi e per la più ampia possibilità di rapporti interpersonali, sia per il più facile accesso ad abitazioni private ad un costo relativamente più basso. In molti casi, però, si tratta di soluzioni abitative con caratteristiche di forte marginalità sociale, e questo sia per le inadeguate condizioni igienicosanitarie, sia per l'obsolescenza degli alloggi, collegabile alla scarsa manutenzione ordinaria e all'assenza dei fondamentali interventi di recupero e ristrutturazione”.

⁴⁷ Livre tradução do original em italiano:

casa para viver junto. Analogamente, o espaço cabo-verdiano vai muito além do território civil de Cabo Verde e das pessoas com cidadania cabo-verdiana ou naturais de Cabo Verde, incluindo toda a comunidade cabo-verdiana.

De fato, a dinâmica que se estabelece em Montserrat está presente, ainda que em menor escala, também entre aqueles que não moram perto (inclusive entre aqueles que não moram na mesma cidade italiana), mas conversam sempre pelo celular e se vêem periodicamente - ao visitar um a casa do outro e frequentar os locais de reunião, i.e. os pontos de encontro, as sedes das associações cabo-verdianas e os centros comunitários – onde os grupos de conversa reproduzem não tanto a geografia do arquipélago, mas evidenciam que o espaço cabo-verdiano é relacional, além de territorial.

Todas essas formas de manter contato fazem com que, de certa forma, os cabo-verdianos na Itália continuem vivendo como vivem em Cabo Verde: ou seja, vivendo junto de seus amigos, parentes e/ou vizinhos, sejam eles cabo-verdianos ou não, residam eles no arquipélago ou não. Portanto, ainda que os cabo-verdianos na Itália vivam em um novo espaço, eles continuam construindo relações com Cabo Verde. Apesar disso, tensões continuam permeando este contexto - as quais continuarão sendo exploradas nas próximas páginas.

Esquema 2: A cidade de Nápoles

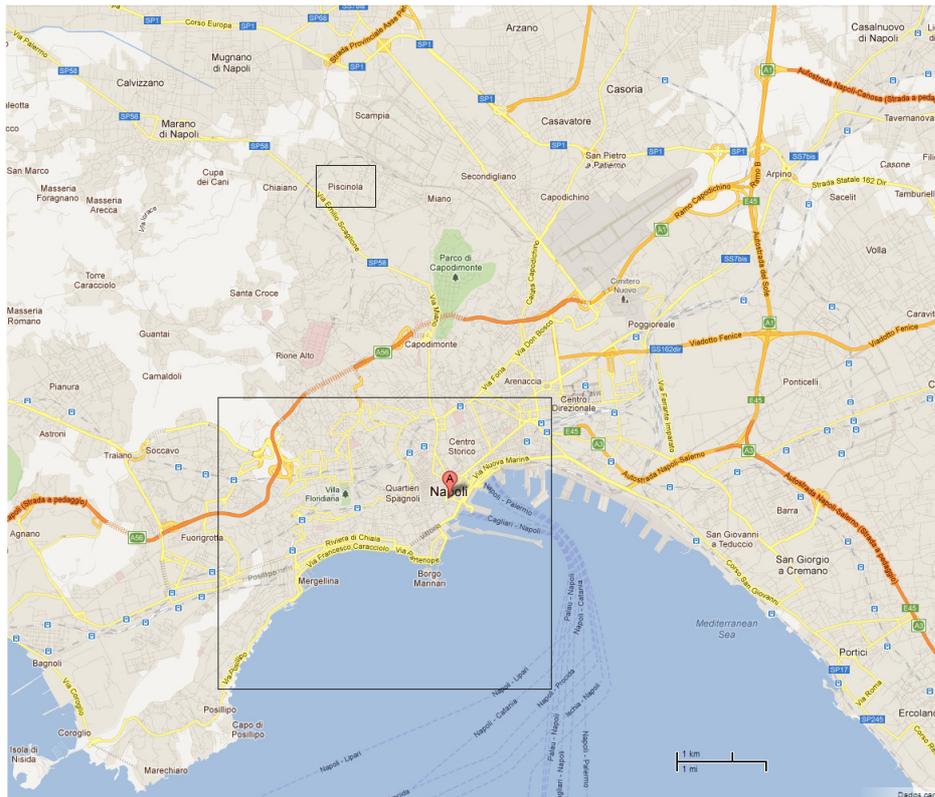


Imagem 5 – Mapa da cidade de Nápoles, evidenciando a região de Piscinola (onde fiquei hospedada) e do centro histórico de Nápoles (onde realizei trabalho de campo); a Linha 1 do metrô liga as duas regiões da cidade. [Fonte: google maps, edição minha].



Imagem 6 – Mapa esquemático do centro histórico de Nápoles: À esquerda, as três zonas nobres da cidade; à direita, as quatro zonas populares (em particular, as ruelas de Quartieri Spagnoli, delimitadas de verde). [Fonte: google maps, edição minha].

Registro Fotográfico 1: Circulando em Nápoles



Imagem 7 - Rua Roma (norte):
Praça Dante e acesso à estação
de metrô (Linha 1).

Imagem 8 - Rua Roma (vista
norte): acesso à região de
Montesanto, à esquerda, e ao
centro histórico, à direita.



Imagem 9 - Rua Roma (vista sul):
Praça Carità, *ponto de encontro* dos
cabo-verdianos.



Imagem 10 – Praça da Cumana (região de Montensanto): *ponto de encontro* dos cabo-verdianos e acesso às estações de bonde e de metrô (Linha 2).



Imagem 11 – Galleria Umberto I (acesso pela Rua Roma, sul): tradicional *ponto de encontro* dos cabo-verdianos.



Imagem 12 – Chiaia: Praça Amedeo e acesso à estação de metro (Linha 2).



Imagem 13 – Mergellina I: Estação de metro (Linha 2).



Imagem 14 – Mergellina II: parada do ônibus que leva a Posillipo.



Imagem 15 – Posillipo.

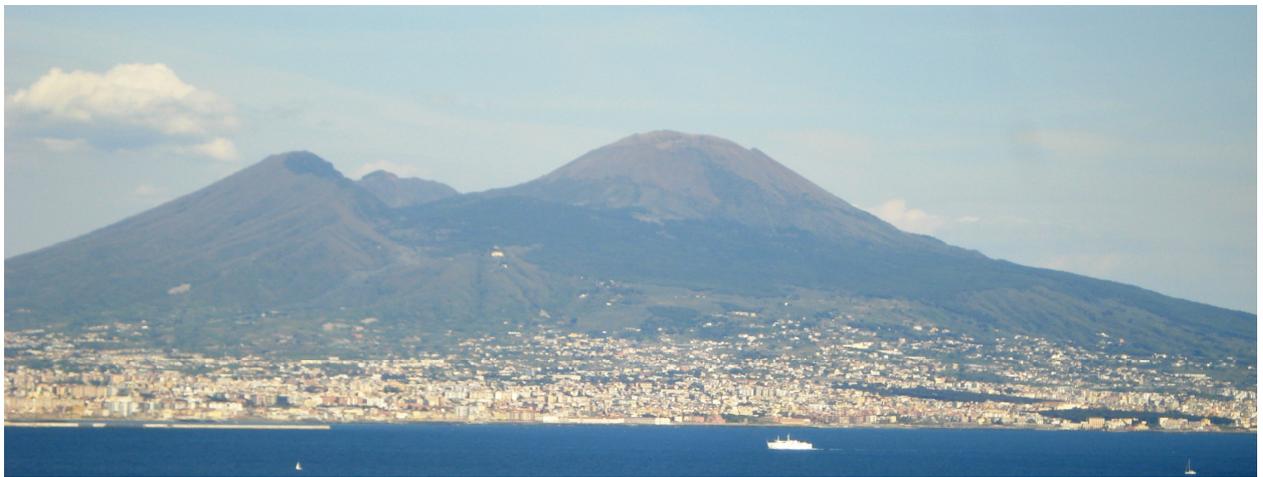


Imagem 16 – Nápoles vista da Rua Francesco Petrarca em Posillipo.

Registro fotográfico 2: Circulando em Montesanto



Imagem 17 – Ruela que cruza com a Rua Roma (à esquerda) e leva para a região de Montesanto.

Imagem 18 – Ruela na região de Montesanto I: portas, janelas e portsa-janelas que dão acesso às casas de napolitanos e de cabo-verdianos, entre outros (a portajanela à esquerda dá acesso à sede da Associação União Cabo-verdiana).





Imagem 19 – Ruela na região de Montesanto II: esquina perto de onde moram Any e suas vizinhas.



Imagem 20 – Vista externa de uma *stanza* I: localizada nos baixos da região de Montesanto. Porta-janela semi-aberta e varal improvisado na parede (à esquerda) para pendurar as roupas.

Esquema 2: Stanza nos baixos da região de Montesanto



Imagem 21 – Vista externa de uma stanza II: porta-janela aberta, cortina entreaberta e varal (à esquerda) com roupas penduradas.

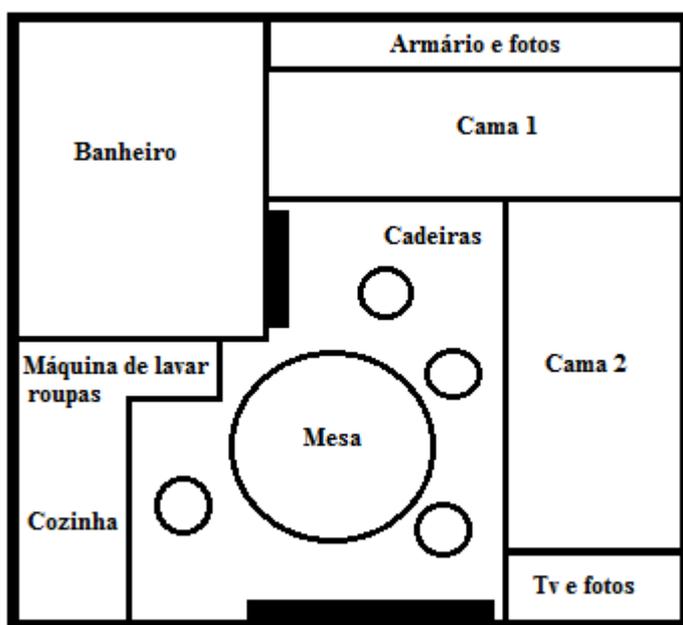


Imagem 22 – Esquema do interior de uma stanza.



Imagens 23, 24 e 25 – Interior de uma *stanza* I, II, III : Jantar de natal nos baixos da região de Montesanto [Fonte: fotos cedidas por uma interlocutora de pesquisa]

Registro fotográfico 3: Festa na sede da Associação União Cabo-verdiana (perto da Praça da Cumana)



Imagem 26 – A sede preparada para a festa de casamento de uma cabo-verdiana com um napolitano: a mesa e os balões complementam a decoração permanente da sede (parede pintada com o nome da associação).



Imagem 27 – Decoração permanente da sede: fotos e troféus ganhos pelo time de futebol da associação; ovo de páscoa do Napoli (principal time de futebol da cidade de Nápoles); fotos de membros, sócios e frequentadores.



Imagem 28 – Durante a festa, o casal recém-casado (à esquerda) posa para foto junto com amigas e parentes (três mulheres à direita).

Registro fotográfico 4: Festa da AFABVI no centro comunitário cabo-verdiano (perto da Praça Carità)



Imagem 29 – Os convidados chegam aos poucos no centro comunitário cabo-verdiano, cumprimentam-se, conversam, servem-se da comida e bebida na mesa do almoço.

Imagem 30 – Mesa de almoço: bebidas e comidas cabo-verdianas e italianas, preparadas e/ou trazidas pelos membros da Associação e por seus amigos e parentes.



Imagem 31 – Convidados conversam, comem e bebem, alguns em pé, outros sentados nas cadeiras dispostas em direção ao palco – onde serão realizadas as atividades principais (pronunciamentos, discursos, etc.).



Imagem 32 – Após o almoço, a mesa é coberta e começam os preparativos para a atividade principal no palco, enquanto os convidados continuam conversando e as crianças brincam.



Imagem 33 – Finda a atividade principal, as cadeiras são retiradas, liberando o centro da sala; algumas cadeiras são mantidas e colocadas junto às paredes.



Imagem 34 – Mesa de lanche: Depois da atividade principal, o pano que cobria a mesa é retirado e os convidados servem-se novamente da comida e bebida preparada e/ou trazida pelos membros da Associação e por seus amigos e parentes.



Imagens 35, 36 e 37 – Uma vez liberado o centro da sala I, II, III: os convidados cabo-verdianos e napolitanos (entre outros) começam a ocupar o espaço, dançando onde estavam as cadeiras.

Esquema 4: Ocupação do espaço nos centros comunitários cabo-verdianos em Roma e em Nápoles

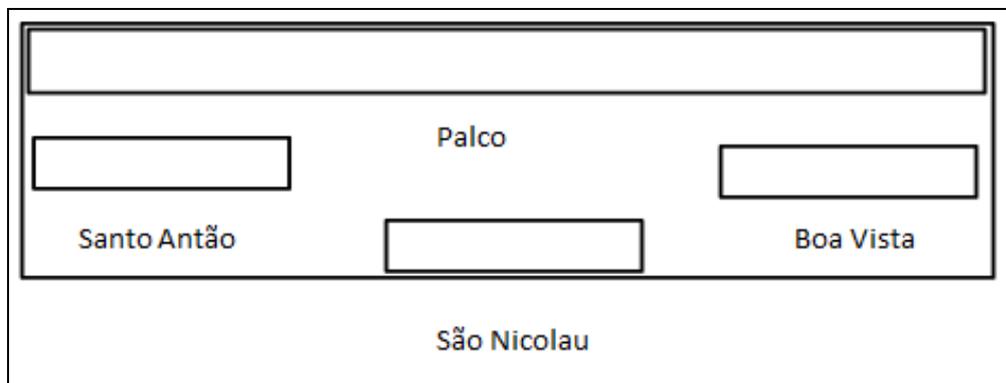


Imagem 38 – Esquema da ocupação do espaço no centro comunitário cabo-verdiano em Roma, desenhado por mim e sugerido por uma interlocutora de pesquisa que frequenta o local: os três retângulos abaixo do palco representam os grupos de conversa formados (majoritariamente) por pessoas de cada uma das três ilhas.



Imagem 39 – Grupo de conversa no centro comunitário cabo-verdiano em Nápoles: as três amigas e parentes de São Vicente (à direita), junto com uma amiga da Boa Vista (à esquerda).



Imagem 40 – Três amigos posam para foto no centro comunitário cabo-verdiano em Nápoles: uma mulher da Boa Vista, um homem napolitano e uma mulher de São Vicente (da esquerda para a direita).

Capítulo 4: Desafios para *crescer*

Introdução

Conforme o leitor acompanha desde o Capítulo 1, os cabo-verdianos geralmente migram para a Itália em busca de um sonho: construir um futuro melhor para si e para a própria família, ou em outras palavras, *crescer* e ter uma *vida boa* (individual e familiar). Como vimos no Capítulo 2, porém, sair de Cabo Verde implica em separar-se fisicamente das pessoas que permanecem no arquipélago, ato que não acarreta em quebra das relações, mas gera saudade. É este o sacrifício feito pelos cabo-verdianos na Itália, em prol do sonho de ser bem sucedido no projeto migratório – que é partilhado pela família. Assim, por meio dos *signos de proximidade* esses cabo-verdianos ultrapassam a distância espacial e temporal que os separa dos amigos e parentes (cabo-verdianos e de outras nacionalidades) em Cabo Verde (e em outros lugares). Através dessas práticas de partilha, as formas de fazer família são atualizadas e estendidas a toda a comunidade cabo-verdiana, como foi explorado no Capítulo 3. Desse modo, o espaço cabo-verdiano é constantemente (re)constituído através das relações mantidas em Cabo Verde, levadas para a Itália e criadas nesses dois lugares (e em outros) permitindo que os cabo-verdianos na Itália vivam bem (seja em Cabo Verde, seja na Itália) e continuem pertencendo ao espaço cabo-verdiano, que passa a incluir territorialmente a *Itália cabo-verdiana*.

Ao longo dos capítulos, seguimos as trajetórias de **Rosa, Joana, Ivone e Antônia** - protagonistas das nossas histórias cabo-verdianas – as quais nos ajudaram a construir a argumentação resumida acima. Apesar de todas elas participarem da contínua (re)constituição do espaço cabo-verdiano por meio de seu projeto migratório, nem todas conseguiram alcançar plenamente seu sonho. Todas mantiveram relações com Cabo Verde (através da troca de bens, recursos, informações e pessoas), levaram relações para a Itália (seus filhos e outros parentes) e criaram novas relações na Itália e em outros lugares (conheceram seus companheiros em Nápoles, apoiam as atividades beneficentes das associações etc.). No entanto, apenas **Rosa e Joana** conseguiram construir uma casa em Cabo Verde e têm planos concretos de regressar definitivamente para o arquipélago

dispondo da aposentadoria italiana. Os planos de **Ivone** e de **Antônia** acabaram se perdendo pelo caminho em função das dificuldades inerentes à experiência cabo-verdiana na Itália.

Exploro no presente capítulo, os casos de **Fátima** Delgado Monteiro e de sua filha, **Stefania**, os quais correspondem a exemplos extremos de situações que podem ser vividas em decorrência dessas dificuldades. Evidencio, porém, que a trajetória de vida delas não corresponde a uma norma generalizável a todos os cabo-verdianos na Itália. Conforme o leitor perceberá ao longo do capítulo, as dificuldades enfrentadas por **Fátima** e sua filha estão relacionadas à discriminação sofrida por meus interlocutores de pesquisa (e por outros estrangeiros) ao serem reconhecidos como não italianos; essa discriminação se expressa seja na legislação, seja no regime de trabalho presentes na Itália, gerando significativas consequências negativas, que podem comprometer o projeto migratório destas pessoas, assim como o futuro de seus filhos e a sua capacidade de atualizar as formas de *relatedness* cabo-verdianas. Analisaremos nas próximas páginas as maneiras como os cabo-verdianos na Itália manejam essas dificuldades lançando mão de uma estratégia análoga a que vimos operar nos capítulos anteriores: a saber, o estabelecimento de vínculos.

Nesse sentido, na seção 1 será descrita a história de vida de **Fátima e Stefania**, analisando de que maneira as dificuldades presentes na Itália podem transformar sonhos em ilusões; paralelamente, diferencio entre as dificuldades inerentes à migração como um todo e aquelas específicas do contexto italiano. Por sua vez, na seção 2 mostro como as dificuldades enfrentadas por **Fátima e Stefania** estão vinculadas à discriminação presente na Itália e às suas expressões na legislação e no mercado de trabalho, colocando em risco as *formas de ser* dos meus interlocutores de pesquisa (mas não suas *formas de pertencer*). Já na seção 3, exploro as maneiras em que os cabo-verdianos convivem com alguns dos riscos que se transformaram em perdas no caso de **Fátima e Stefania**, a saber, o risco da solidão e o risco de perder a juventude, o respeito humano, a saúde e a liberdade. Posteriormente, na seção 4, investigo como a discriminação (assim como suas expressões na legislação e no regime laboral italianos) se relaciona com a possibilidade dos cabo-verdianos exercerem outras profissões na Itália; em particular, foco a atenção sob as possibilidades que seus filhos têm de ascender socialmente, quando vivem a infância e a adolescência na Itália. Por fim, na Seção 5,

discorro sobre o fato de que as dificuldades enfrentadas pelos cabo-verdianos na Itália estão associadas à posição (socioeconômica, nacional e racial) que eles ocupam na estrutura social italiana. Tal posição é o resultado de um processo histórico e implica tanto em discriminações, quanto em valorizações; em particular, enquanto resultado de um processo histórico, essa posição é mutável e pode ser subvertida.

1. Sonhos e ilusões

Diversas vezes e em variados contextos eu ouvi de meus interlocutores a seguinte frase: “é muito diferente”. Inicialmente eu não prestei a devida atenção a essa sentença, pois ingenuamente parecia-me óbvio que a experiência dos cabo-verdianos na Itália fosse muito diferente – caso contrário, o que levaria uma mestrandia em antropologia a desenvolver uma pesquisa sobre eles? Todavia, a recorrência dessa frase e o fato de que ela fosse frequentemente associada à ideia de liberdade, incitaram-me a atentar para os diversos campos semânticos desta palavra e a refletir sobre o que eu estava aprendendo em campo acerca dessa diferença:

Estar na sua casa é completamente diferente; estando na sua casa [...] você faz tudo o que quer. (ROSA)

Ela não se adaptou à vida de trabalho *notte e giorno*, pois ela queria uma liberdade que aqui você só consegue ter se trabalhar *lungo ore* e alugar uma *stanza*. (JOANA, comentando sobre uma jovem cabo-verdiana que conheceu quando chegou na Itália).

Lá, me sinto como um pássaro; na Europa ou em outro país qualquer, a pessoa não tem a mesma liberdade que tem em Cabo Verde. (ODAIR, jovem de São Nicolau recém chegado em Nápoles)

Lá você é *livre*, você tem as asas para voar, você tem liberdade para sair e ir onde quiser, fazer o que quiser. (IVONE)

Vejo a América como um lugar *livre*. Na Itália você nunca vai ver um presidente negro, mas lá sim. [...] Em Nápoles não vejo nenhuma possibilidade de futuro para minhas filhas. Eu espero ter a possibilidade de [...] criar espaço para mim e para minhas filhas no mundo. (FEDERICA)

Por meio dessas e de outras frases, meus interlocutores de pesquisa estavam me dizendo que existiam grandes diferenças entre morar na própria terra e ou fora dela; entre morar na sua casa ou na casa dos outros; entre viver na Itália ou em outro país; entre viver em Nápoles ou em outro lugar; entre residir no próprio país ou no país dos outros. Todas essas diferenças, porém, giravam em torno de um elemento comum: à perda da

liberdade. Ao fazer um balanço sobre sua experiência na Itália **Fátima**, por exemplo, afirma:

Na Itália eu perdi a liberdade, a juventude, o sonho, a saúde, tudo. O que eu tenho? Nada. Perdi o amor dos meus pais, dos meus irmãos. [...] Tenho uma casa em construção que não consigo acabar, meus ossos não conseguem mais trabalhar. [...] Não ganhei nada, perdi somente. Só tive tristezas, exceto minhas filhas e minhas netas. Se eu tivesse ficado em Cabo Verde, talvez eu tivesse realizado meu sonho de ter minha casa, minha família. Essa é a pergunta que eu me faço todos os dias, da manhã até a noite: Se eu tivesse ficado em Cabo Verde, será que meu sonho poderia ter se realizado?

Em certa medida as palavras de **Fátima** apresentam um jogo discursivo que opõe dicotomicamente uma imagem idealizada do passado cabo-verdiano e uma imagem pessimista do presente italiano. As palavras de **Fátima** transmitem a ideia de um sonho que se tornou uma ilusão, ideia essa que não é generalizável à experiência de todos os meus interlocutores de pesquisa. Ao mesmo tempo, porém, a fala de **Fátima** nos ajuda a refletir sobre a situação dos cabo-verdianos na Itália, especialmente se atentarmos para o significado dos termos acionados por ela: liberdade, juventude, sonho, saúde.

Antes de desvendarmos os significados desses conceitos, é necessário situar o lugar de fala de **Fátima**, para compreendermos quais elementos de sua história de vida podem ser estendidos às trajetórias dos demais cabo-verdianos na Itália e quais não podem. **Fátima** saiu de Cabo Verde em 1980, deixando sua primeira filha com a avó. Em Nápoles, nasceu a segunda filha de **Fátima**, **Stefania**; esta tem hoje tem 25 anos e é mãe de duas filhas (também nascidas na Itália). **Fátima** narra sua história:

Eu fui tratada como escrava na segunda e principalmente na terceira família em que trabalhei. Na casa moravam o pai e os três filhos, um dos quais mandava na família. Ele pesava o macarrão que eu deveria cozinhar para eles, 300g, e o resto ficava trancado em seu quarto. Não deixava absolutamente nada para mim e eu não podia comer o que estava na geladeira ou nos armários. Eu aproveitava os dias de folga para comprar algo não perecível que eu pudesse esconder no meu quarto e comia só isso... Comecei a trabalhar lá em 1986 e quando pensei em me demitir, engravidei de **Stefania**. Depois de deixar minha primeira filha em Cabo Verde, eu estava disposta a fazer qualquer coisa para manter essa filha comigo. Meus patrões aceitaram me manter no emprego e autorizaram que minha filha morasse comigo quando nasceu. Eu tinha medo de não achar outro trabalho que contratasse uma cabo-verdiana que estivesse grávida ou que tivesse uma filha pequena, assim continuei no emprego. Só sai de lá só em 1988. [...] Eu passei mal. Cresceu um gânglio no meu estômago e eu não conseguia comer mais nada. Desmaiei na rua e um senhor me levou de táxi ao hospital, onde fiquei internada uma semana. O médico disse que eu precisava sair da casa em que trabalhava ou acabaria morrendo de fome e de nervoso. Ele falou também com meu patrão e eu deixei aquele emprego.

Desempregada e em recuperação médica, **Fátima** entrou com um pedido no INPS para receber um auxílio-doença e descobriu que seu terceiro patrão, assim como o segundo, não pagava sua contribuição para a aposentadoria. Ela conta:

As duas vezes em que descobri que meus patrões não pagavam a contribuição para aposentadoria, fiz denúncia à *Questura* e ao INPS, mas ninguém fez nada. O único órgão que podia obrigá-los a pagar a contribuição era o INPSS, mas nos anos 1980 muitas pessoas não receberam a contribuição e ninguém fez nada. Hoje o INPS não tem mais dinheiro e se o patrão passa um mês sem pagar a contribuição, ele recebe imediatamente uma carta exigindo o pagamento.

Mesmo tendo conseguido se regularizar por meio de uma *sanatoria*, os dois anos em que **Fátima** e **Stefania** permaneceram irregularmente na Itália têm, até hoje, consequências na vida delas. No que tange à mãe, ela perdeu o direito aos benefícios do INPS, não pode receber auxílio doença ou aposentar-se por invalidez e, no período em que estava de recuperação médica, teve que gastar as próprias economias para se sustentar. Assim que pode, ela procurou um novo emprego que lhe possibilitasse obter uma nova permissão de estadia:

Em 1989, comecei a trabalhar para uma família que aceitou me contratar, mesmo sabendo que **Federica** teria que morar comigo no emprego. Era uma casa com três crianças (de 4 anos, 2 anos e 1 ano), mais quatro adultos, além de um cachorro. Eu trabalhava das 7h da manhã à 1h da madrugada, passava roupa, cozinhava, cuidava das crianças e as acompanhava à escola - inclusive **Stefania**. Trabalhei lá até que um dia, em 1991, não consegui mais mover minha perna esquerda. Tive que operar o fêmur e colocar um ferro, pois o osso estava se dissolvendo, devido a uma série de micro fraturas causadas por esforço excessivo. Fiquei nove meses em recuperação, sem trabalhar. Nesse período não recebi nada do governo e sobrevivi com minhas economias. Inicialmente fiquei hospedada na casa de algumas amigas, depois fiquei hospedada em Don Orione, mas como nenhum dos dois podia receber a mim e **Stefania** por muito tempo, aluguei uma *stanza* [...] e voltei a trabalhar... [...] Desde então eu trabalho *lungo ore* em mais de um emprego... [...] Quando você não tem uma família por perto é um problema...

Hoje, aos 57 anos, **Fátima** trabalha como empregada doméstica em três empregos - apesar de seus sérios problemas de saúde que a impediriam de trabalhar. Já sua filha, **Stefania**, corre o risco de ser presa e expulsa a qualquer momento da Itália, pois este Estado Nação - em que ela nasceu e sempre viveu - não a reconhece como cidadã e a vê apenas como uma imigrante em situação irregular no país. Com efeito, a inadimplência dos dois patrões de **Fátima** impossibilitou que a filha dispusesse das exigências necessárias para requerer a cidadania italiana. Como foi apresentado no Capítulo 1, o “estrangeiro nascido na Itália” pode pedir a cidadania italiana e o Estado italiano *pode* concedê-la se o requerente residiu na Itália regularmente e sem interrupções até alcançar

a maioria (ou seja, até completar 18 anos). **Stefania** não pôde entrar com o pedido da cidadania, pois residiu em situação irregular durante dois anos. Ela poderia tê-la requerido enquanto uma estrangeira que residiu regularmente durante dez anos - exceto pelo fato de estar irregular desde 2009, quando não teve o contrato de trabalho renovado e não conseguiu encontrar um novo emprego porque estava grávida. **Stefania** discorre sobre suas tentativas de regularizar a própria situação e a das duas filhas:

Como o pai das minhas filhas está regularmente na Itália, nos casamos em 2010, para facilitar a obtenção dos meus documentos; mas não conseguimos. Através dele, pelo menos conseguimos que nossas filhas fiquem em situação regular na Itália. Mesmo assim, elas correm o risco de ficar clandestinas também porque, para emitir os documentos delas, exigem a minha assinatura, além da assinatura do pai. No entanto, se eu for na *Questura* assinar pessoalmente os documentos delas, corro o risco de se presa por ser clandestina. Aliás, esse é um risco que eu corro sempre. Teoricamente eu posso ser presa a qualquer momento... Conversando com autoridades sobre minha situação, propuseram que eu fosse para Cabo Verde e tentasse voltar para a Itália por reunificação familiar, já que meu marido está na Itália. O único problema é que [...] eu teria que ficar longe das minhas filhas, correndo o risco de não conseguir voltar para a Itália. Nem penso nessa opção! Estou tentando outra alternativa: sendo mãe de duas crianças, menores de idade, que residem regularmente na Itália, sendo casada com um residente regular, tendo nascido na Itália, eu posso apelar para o Juizado da Infância e tentar conseguir os meus documentos por um ano. Enquanto isso, minha mãe também está tentando obter a cidadania italiana, já que ela tem como demonstrar os 10 anos exigidos de permanência regular na Itália...

Como se não bastassem todas as infelicidades ocorridas nas vidas de **Fátima** e de **Stefania**, recentemente elas vivenciaram um evento trágico, que trouxe à tona de maneira gritante uma das principais facetas negativas que permeiam a vida dos caboverdianos na Itália - a discriminação. **Fátima** conta:

Em 2008, o prédio em que nós morávamos, conhecido como T1 [localizado em *Pianura*, na periferia de Nápoles], pegou fogo. Não era a primeira vez que ocorria um incêndio no prédio; todas as vezes culpavam um louco que morava lá e ninguém nunca foi indenizado. Muitos dizem que se tratou de um incêndio criminoso, pois havia muito interesse especulativo em torno do imóvel, que tinha sido construído abusivamente nos anos 1970. O prédio de quatro andares e 48 apartamentos foi vendido irregularmente, mas na década de 1980 a prefeitura legalizou a situação dos moradores e lhes transmitiu a posse de suas residências por usucapião. O incêndio aconteceu 1 hora da manhã, mas felizmente não houve vítimas graves. O pior veio depois... Ficamos esperando ao relento até amanhecer, quando as autoridades declararam que o prédio não oferecia condições de moradia e devia ser desocupado. Só pudemos pegar nossos pertences pessoais, todo o resto (inclusive nossos móveis) ficaram lá e o prédio foi fechado com muros. A prefeitura realocou rapidamente os italianos que moravam no T1 e prometeu que nós, os estrangeiros, seríamos realocados em seguida. Contudo, após dormirmos quatro noites ao relento, sem receber nenhum auxílio, resolvemos ocupar o Duomo da cidade, para forçar as autoridades a tomar alguma providência. Ao invés de nos ajudar, o Bispo de Nápoles chamou a polícia e queria nos expulsar do local. Ele disse aos policiais: “tirem esses pretos que estão na minha igreja”; Um jovem foi espancado pela polícia [...]. As pessoas na rua gritavam: “Pretos, fedorentos, estrangeiros”. Nossa ocupação ganhou repercussão na mídia, inclusive porque uma amiga entrou em contato

com uma jornalista cabo-verdiana em Roma. No fim daquele mesmo dia, a prefeitura nos alocou no Hotel Virgilio onde estamos até hoje. [...] Já estamos aqui há quase 3 anos esperando receber uma casa da prefeitura... Parece que alguns italianos já receberam a casa, mas enquanto a prefeitura não der uma nova moradia a todos eles, nós estrangeiros só podemos sonhar com a casa. Se eles nos derem a casa antes de dar a todos eles, os italianos nos matam! [...] De acordo com a última informação que nos deram, não receberemos mais do que 3.000 euros de indenização.

Atualmente **Fátima e Stefania** têm poucas condições de trabalhar em busca de um futuro melhor para si e para a família, seguindo o sonho da maioria dos cabo-verdianos e também o delas. Ambas trabalham para sobreviver e se revezam, como podem, na criação das duas filhas de **Stefania**: a avó trabalha como empregada doméstica durante o dia, enquanto a mãe fica em casa com as crianças; à noite a avó cuida delas enquanto a mãe trabalha no *pub*. **Stefania** não tem nem mesmo a opção (sofrida, mas sempre uma opção) de mandar as filhas nascidas na Itália para Cabo Verde: a avó materna das crianças, **Fátima**, também está na Itália; no arquipélago os parentes mais próximos das filhas de **Stefania** são os bisavós maternos, que nunca viram as bisnetas e que conviveram com a neta apenas nas quatro vezes em que esta foi passar férias nas ilhas.

Tendo se tornado uma clandestina no próprio país, **Stefania** perdeu a oportunidade de construir seu futuro (na Itália ou em outro lugar); ela conta: “sempre tive o sonho de viajar, de conhecer... mas a falta de documentos impede tudo; todos os meus objetivos se perderam pelo caminho”. Quanto a **Fátima**, permanecendo na Itália sem os benefícios do INPS e sem saúde, ela perdeu “a liberdade, a juventude, o sonho, a saúde, tudo”.

Fátima e Stefania são exemplos vivos e dramáticos dos riscos que permeiam a experiência cabo-verdiana na Itália - muitos dos quais são inerentes às trajetórias migratórias em geral, enquanto outros são específicos do contexto italiano. No caso delas, esses riscos se tornaram realidade e **Fátima** realmente perdeu sua saúde (em função do trabalho extenuante) e sua possibilidade de concretizar o sonho de *crescer* e de ter uma *vida boa* (individual e familiar). Além disso, foram em vão os esforços feitos por **Fátima** na juventude para juntar dinheiro e tentar alcançar uma melhor qualidade de vida individual e familiar. Por sua vez, **Stefania** não perdeu a saúde ou a juventude, mas corre o risco de perder o sonho – que é semelhante ao de **Fátima**, ainda que este não passe necessariamente pelo projeto migratório. Como a mãe, **Stefania** também luta para *crescer* e para ter uma *vida boa* (individual e familiar), mas estando em situação

irregular na Itália, ela é impossibilitada de estudar ou trabalhar regularmente, corre o risco de ser presa e não poder deixar a Itália.

É possível, pois, compreender em que sentido mãe e filha perderam sua liberdade. No que tange a **Fátima**, por um lado, ela teve sua mobilidade espacial limitada quando foi tratada como escrava e permaneceu na Itália em situação irregular (sendo privada do direito de ir e vir, além de correr o risco de ser presa); por outro lado, ela teve sua mobilidade temporal impossibilitada, pois não conseguiu construir uma vida melhor para si e para sua família. Quanto a **Stefania** ela perdeu a liberdade na Itália em todos os sentidos, pois se vê privada de sua mobilidade espacial e temporal, portanto, se vê desprovida da possibilidade de ter uma *vida boa* (individual e familiar) e de *crescer*.

Diferentemente da situação vivida por **Fátima e Stefania**, na maioria dos casos, os riscos inerentes à migração e ao contexto italiano não se tornam realidades (como se tornaram para estar duas interlocutoras). Eles são manejados e, em larga medida, contornados, quando os cabo-verdianos conseguem manter as relações com Cabo Verde, levar algumas para a Itália e criar outras (não apenas nesses dois países) por meio dos *signos de proximidade*.

Existe, porém, uma perda que parece ser incontornável. **Fátima** afirma categoricamente que perdeu seu sonho na Itália: não apenas o sonho de ter a própria casa, mas também o sonho de ter uma *vida boa* (individual e familiar). No entanto, seu caso deve ser mais uma vez contextualizado, pois ela chegou em Nápoles por chamada numérica e não dispunha de uma rede de contato, indicação e apoio na cidade. Ela não pôde contar com essa rede para viabilizar sua migração, tampouco pode contar com ela para facilitar seu retorno (periódico e definitivo) para o arquipélago. **Fátima** chegou em Nápoles sozinha, não foi levada para lá e não levou ninguém para lá. Dessa forma, ela não dispunha de parentes que a ajudassem a enfrentar as dificuldades no trabalho e os problemas de saúde, tendo tido que gastar suas economias para sobreviver. Assim, ela se viu impossibilitada de construir uma casa no arquipélago e também de regressar para lá periodicamente, pois não consegue economizar dinheiro suficiente para concretizar nenhum desses planos. Nesse sentido, há uma falha na estratégia migratória familiar de **Fátima** e ela encontra dificuldades para manter e criar relações com Cabo Verde, inclusive com seus pais e com sua filha mais velha que vivem no arquipélago.

Apesar das especificidades do caso de **Fátima**, o risco de não ter uma *vida boa* (individual e familiar) e, assim, perder o próprio sonho (ou parte importante dele) parece ser uma constante na vida dos cabo-verdianos na Itália - mesmo entre aqueles que alcançam o objetivo de construir uma casa em Cabo Verde e/ou entre aqueles que vivem perto de alguns parentes na Itália (irmãos primos, filhos, maridos). Diversas vezes ouvi reflexões como a de Lúcia: “Quando você sai do seu país, você perde muita coisa... Você perde o amor da sua família, que você não tem sempre por perto”. Além de Lucia e **Fátima**, outros interlocutores de pesquisa me relataram a dor de perder o amor familiar vivido cotidianamente em situação de proximidade física. Como vimos, porém, essa dor geralmente é atenuada por meio dos *signos de proximidade*, que permitem *estar perto*, mantendo a proximidade à distância no período em que não é possível manter também a proximidade física.

Apesar disso, foi por meio de uma frase de **Rosa** que eu entendi o que podia significar, para meus amigos cabo-verdianos que moram há anos na Itália, não poder recuperar o amor perdido, a saber, não poder recuperar as pessoas perdidas: “Quando você volta [de férias ou definitivamente], não encontra várias das pessoas que deixou”. Com efeito, muitos relacionamentos afetivos terminam; muitas pessoas migram para outros lugares e suas vidas acabam se desencontrando. Em particular, muita gente morre entre uma visita e outra, sendo essa a maior tristeza de inúmeras pessoas que conheci em campo: não ter podido estar presente na morte de um parente próximo. **Joana** conta: “uma das maiores tristezas da minha vida foi não ter estado perto do meu pai quando ele morreu, em 2009; eu estava na Itália e não pude ir”. Efetivamente, Lobo (2007) mostra que o momento da morte é um dos poucos nos quais a mediação dos *signos de proximidade* não é suficiente para estar perto: “Nada – nenhum telefonema ou apoio financeiro para o funeral – substitui a presença e o apoio trazido pelo contato íntimo por estar perto fisicamente” (:158).

Fátima perdeu a mãe enquanto estava na Itália e não pôde comparecer ao seu enterro. Essa foi mais uma das perdas irremediáveis sofridas por ela na Itália. Contudo, apenas essa perda – a da proximidade física das pessoas querida, especialmente no momento da morte – pode ser generalizada para a experiência dos cabo-verdianos na Itália como um todo. Aliás, a argumentação de Lobo (2007) sugere que tal perda pode ser generalizada para os migrantes cabo-verdianos em geral.

As outras perdas sofridas por **Fátima e Stefania** não são generalizáveis, embora permeiem a vida de meus interlocutores de pesquisa enquanto riscos. Como veremos abaixo, estes sim são específicos do contexto italiano e estão relacionadas com as consequências da discriminação existente Itália.

2. Discriminação e acesso a direitos

Geralmente, os cabo-verdianos são vistos como negro na Itália e isso se torna uma questão importante para eles, ressaltada em diversas falas – como aquela de **Fátima** ao descrever a sequência de eventos após o incêndio no prédio em que morava. Diferentemente, em Cabo Verde, a negritude costuma aparecer pouco como questão, sendo a miscigenação mais enfatizada (Vasconcelos, 2004). Tal fato pode ser percebido através de um dos diálogos que eu mantive em campo, (sob a forma de um grupo focal informal) com Dora e suas amigas:

D: Aqui você não consegue trabalho porque é negro... Você tem que ser trabalhador doméstico, essa é a única coisa que podemos fazer, inclusive os homens: somente trabalho doméstico... Porque na mentalidade deles essa é a única coisa que sabemos fazer. Na mentalidade deles não somos capazes de fazer nada [...] além do trabalho doméstico.

C: Essa coisa de ser negro, vocês se viam assim em Cabo Verde?

D: Não! Em Cabo Verde também existem negro, principalmente na Ilha de Santiago, que foi a primeira ilha povoada pelos escravos.

C: Foi uma coisa que vocês começaram a sentir mais na Itália?

D: Sim. Aqui na Itália, todo dia eles fazem com que nossa pele seja um peso...

Conforme evidencia o diálogo reportado acima, italianos e cabo-verdianos não concordam quanto ao que é negro ou não, e a negritude não parece estar associada ao tom da pele em absoluto. A Itália nunca teve um passado escravagista, tampouco um histórico de miscigenação, e ser negro em tal contexto não significa ser descendente de escravo, mas sim vir da África. Tal fato torna-se particularmente claro ao atentar para um dos tratamentos ofensivos que os italianos dirigem aos negros - a saber, marroquino [*marrocchino*], adjetivo que na Itália é ofensivo por remeter à origem estrangeira.

Inúmeras vezes eu ouvi meus interlocutores de pesquisa cabo-verdianos relatarem casos que eles denominam de racismo, argumentando que são discriminados na Itália por serem vistos como negros e como estrangeiros. **Fátima e Stefania** explicitam essa proximidade entre ser negro e ser estrangeiro na Itália e, mais ainda, em Nápoles:

S: Aqui na Itália nunca vi um médico negro, nem um motorista, nem nada. Aqui os negro não podem fazer nada, só podem fazer trabalho doméstico; [...] Há uma mentalidade retrógrada, um pouco racista. Eles não confiam em um negro para dirigir um ônibus, para cuidar de você num hospital. É um fato geral de ser estrangeiro. Você não vê um chinês médico.

F: Você vê isso também na televisão, em *Grande Fratello e Amici*⁴⁸, os estrangeiros podem até participar, mas não ganham porque ninguém vota para que eles fiquem, sempre votam para que eles saiam...

Intrigada com as recorrentes falas semelhantes à de **Fátima e Stefania**, comecei a perguntar para meus interlocutores de pesquisa se atribuíam a discriminação que sofriam a algum elemento específico, como a cor de sua pele ou ao fato de ser estrangeiro, ou a uma combinação desses ou de outros fatores; conversando com Dora e suas amigas, por exemplo, indaguei:

C: E vocês acham que esse preconceito é mais pela cor da pele, pelo fato de ser estrangeiro, por tudo?

D: Principalmente por ser estrangeiro. Algumas pessoas têm preconceito porque você é negro, outras porque você é estrangeiro. Essas pessoas esquecem que os italianos também são estrangeiros em outros países, em outros lugares. Não somos só nós que somos imigrantes. Eles também são imigrantes em outros países. Os italianos estão em todos os lugares: eles são um dos primeiros povos que começaram a migrar, eles migram desde a segunda guerra mundial. Se você for para a América, para a Argentina, em qualquer lugar que você for, você encontra italianos que estão lá há 30, 40 anos. Mas os italianos carregam ainda esse preconceito quando eles encontram os imigrantes no país deles. Principalmente quando se trata de negro. Em geral eles são preconceituosos com todos os estrangeiros. Porém existem também aqueles que são mais preconceituosos com os negro. Mas eles têm essa mentalidade que esquece que eles também foram, e ainda são, imigrantes [em outros países].

Uma jovem cabo-verdiana que nasceu em Nápoles forneceu uma resposta parecida:

Aqui o preconceito em primeiro lugar é relativo a uma pessoa que não é de Nápoles, porque é muito difícil ver uma pessoa do norte que se mudou para o sul [da Itália] Eu vejo isso com dois amigos meus que se mudaram para cá: [...] as pessoas olhavam para eles na rua. Além disso, há um preconceito em relação aos negro, exatamente porque existe um mito: negro, feio e ruim.

Um italiano casado com uma cabo-verdiana disse:

A Itália não aceita pessoas que não são italianas, um pouco pela cor da pele, mesmo que eles não sejam negros. É uma forma sutil de racismo que, de toda forma, é preconceito e discriminação, pois você é visto como sendo um pouco diferente.

⁴⁸ Trata-se respectivamente de um *reality show* e de um *talento show*, que existem também no Brasil. No primeiro (*Big Brother*) os participantes ficam reclusos em uma casa, realizam provas e o público vota no participante a ser eliminado, até quando resta um único participante, que ganha o prêmio final em dinheiro. No segundo (*Ídolos*) os participantes são cantores que realizam apresentações periódicas, após as quais são avaliados por um jure técnico; aqueles com pior desempenho são submetidos ao voto popular, que decide o candidato a ser eliminado e, na última apresentação, o público vota no participante que considera merecedor do prêmio final em dinheiro.

As citações acima indicam que o racismo na Itália não está associado apenas à cor da pele, mas também ao fato de ser estrangeiro, de ser imigrante, de não ser italiano - e, especificamente no caso de Nápoles, ao fato de não ser napolitano. Tal fato parece estar relacionado à história desta nação e desta cidade, onde a emigração é recorrente, mas a imigração é um fenômeno recente – tendo começado na década de 1960 e ganhado visibilidade apenas nos anos 1990. Uma vez que a presença de pessoas provenientes de outros locais (como do continente africano) não foi uma constante ao longo da história nem fez parte da formação social local, ela acaba sendo vista com maus olhos - nos termos de uma dicotomia entre nós (que somos daqui) e os outros (que não são). Em tal contexto, a cor da pele seria um definidor imediato dessa dicotomia, pois em um contexto como o italiano, que não é caracterizado pela miscigenação, a cor da pele diferente permite reconhecer à distância (e sem a necessidade de outra interação, como a fala) quem é ‘um dos nossos’ e quem não é. Nesse sentido, a discriminação presente na Itália corresponde a um *preconceito contra os imigrantes* (conforme afirma Dora, na citação acima), ou seja, a uma discriminação cujo traço definidor é nacional e não racial⁴⁹.

Conforme argumenta Rita Laura Segato (2005), embora a biologia e a antropologia tenham abolido a raça como categoria válida, continuaria sendo possível falar em racismo porque a raça (assim como a cor da pele) não são qualidades inerentes ao sujeito, mas sim formas de qualificação que estão ancoradas nos olhares que recaem sobre o sujeito. Logo, cor e raça são signos – mas nem por isso deixam de ser dotados de realidade, inclusive porque “somente as representações sociais têm status existencial num universo plenamente simbólico como é o humano” (:2). Ao tratar cor e raça enquanto signo, a autora enfatiza a capacidade que ambas têm de significar e evidencia que o sentido delas “depende de uma atribuição, de uma leitura socialmente compartilhada e de um contexto histórica e geograficamente delimitado” (:3). Efetivamente, a significação da cor e da raça – ou seja, aquilo que é socialmente

⁴⁹ A esse respeito, parece-me pertinente frisar que os termos raça, nação e etnia não são sinônimos; analogamente, racismo, xenofobia e *preconceito contra os imigrantes* não são intercambiáveis. Conforme foi explicitado no texto, a discriminação presente na Itália está relacionada, acima de tudo, a um elemento nacional (i.e. ao fato de ser tratado e reconhecido como não-italiano); não se trata de um preconceito contra alguma etnia específica, tampouco contra uma raça. Ao mesmo tempo, no país não parece estar presente uma aversão contra os estrangeiros - como pressupõe o significado de xenofobia (HOUAISS, 2001). Na Itália, os turistas estrangeiros são geralmente bem vindos, assim como são bem aceitos, por exemplo, jogadores de futebol de nacionalidade brasileira que jogam em times italianos.

relevante nelas – está inevitavelmente atrelada a contextos “localizados e profundamente afetados pelos processos históricos de cada nação” (:6).

A perspectiva da autora é útil para compreender que determinados traços fenotípicos serão significados, ou não, como negro a depender do contexto histórico e geográfico de leitura; seria exatamente este contexto (e não e não uma determinação inata do sujeito) aquilo que levaria ao enquadramento, ao processo de *outrificação* (:5). Em diálogo com tal argumentação, sugiro que, na Itália, ser ou não negro está menos associado ao tom da pele em absoluto e mais a um conjunto de signos que são reconhecidos como italiano e não italiano - conjunto esse que é composto pela negritude, pelo sotaque, pelo vestuário etc. Com efeito, não são apenas os negros que sofrem a discriminação descrita como racismo pelos meus interlocutores de pesquisa, mas também imigrantes provenientes do leste europeu, por exemplo, os quais muitas vezes são loiros de olhos azuis.

Tal fato torna-se particularmente evidente ao atentarmos para o evento que se seguiu ao incêndio no prédio em que moravam **Fátima e Stefania**. Elas descrevem o ocorrido como um caso de racismo; no entanto, minha interlocutoras ressaltam, ao longo de suas próprias narrativas, que elas experienciaram uma discriminação preconceituosa explícita entre italianos e imigrantes (negros e brancos). Como foi visto na seção acima, após o incêndio no prédio T1, **Fátima**, sua família e os outros imigrantes que residiam no local sofreram repetidos preconceitos: por meio de um processo de *outrificação*, a prefeitura traçou dois grupos, enquadrados em italianos e estrangeiros, oferecendo tratamento preferencial aos primeiros em relação aos segundos. Todos os italianos foram alocados logo após o incidente, enquanto os imigrantes (negros e brancos) foram abandonados à própria sorte; quando estes ocuparam a catedral da cidade para mobilizar a atenção pública, todos foram chamados ofensivamente de “pretos, fedorentos e estrangeiros” – palavras que, mais uma vez, manifestam uma tensão entre raça e nacionalidade.

Embora o episódio cause indignação em **Fátima**, ela reflete sobre a situação com certa resignação, pois afirma que a discriminação entre italianos e imigrantes está também relacionada à ineficiência do governo local. Como vimos no Capítulo 1, a lei italiana sanciona o direito à habitação seja para os italianos, seja para os imigrantes regulares (desde que tenham permissão de estadia válida por dois anos); contudo, a prefeitura não dispõe de recursos suficientes para garantir esse benefício e acaba instaurando um

critério preconceituoso para estabelecer aqueles que terão ou não direito a ele (respectivamente, alguns italianos e nenhum imigrante). Embora a legislação italiana preveja uma ação civil contra qualquer ato de discriminação por motivos raciais, étnicos ou religiosos (como poderia ser enquadrado aquele que eu denomino de *preconceito contra os imigrantes*), as autoridades que promoveram os atos de discriminação após o incêndio do T1 não foram punidas.

Tendo em vista a argumentação desenvolvida até o momento neste capítulo, parece-me iluminador atentar para o fato de que são poucos os cabo-verdianos na Itália que detêm a cidadania italiana. Provavelmente essa circunstância está relacionada ao posicionamento adotado pelo Estado italiano que não garante a concessão do documento; assim, muitas pessoas nem mesmo entram com o pedido de obtenção da cidadania, pois o direito de requerê-la é visto como uma potencial perda de tempo e de dinheiro. Como foi apresentado no Capítulo 1, seja no caso dos estrangeiros, seja no caso dos “estrangeiros nascidos na Itália” (lei nº 91 de 05/02/1992, art 4, c.2) não existe nenhuma obrigação automática por parte do Estado em conceder a cidadania italiana após verificar a existência dos requisitos exigidos; existe apenas uma obrigação de avaliar a oportunidade de concedê-la, ou não, de acordo com o interesse da comunidade italiana. Refletindo sobre isso, Simonetta Antonella (italiana, presidente do Movimento *Tra Noi*) me disse: “a lei é o resultado daquilo que se pensa; se [nós italianos] não queremos dar a cidadania a esses italianos é porque não os consideramos italianos”.

Essas práticas denominadas de racismo são uma manifestação do *preconceito contra os imigrantes* e evidenciam que os cabo-verdianos são reconhecidos e tratados como não italianos. Esse reconhecimento e esse tratamento estão sancionados na legislação da Itália, dificultando o acesso a direitos entendidos como fundamentais por meus interlocutores de pesquisa. Frequentemente, tal fato causa indignação nas pessoas que saíram de Cabo Verde para trabalhar na Itália e viveram mais tempo neste país do que naquele. Dyana, por exemplo, reside regularmente em Nápoles há mais de dez anos e entrou com o pedido da cidadania, mas não conseguiu obtê-la, apesar de ter apresentados todos os requisitos. Ela afirma:

Eu acho um absurdo ter que renovar periodicamente meus documentos apesar de morar há tantos anos na Itália [...] Eu sou cabo-verdiana [...] Mesmo se eu tiver cidadania italiana (mas acho que eu nunca terei), de qualquer forma, eu seria sempre cabo-

verdiana. Não me sinto nem um pouco menos cabo-verdiana por ter vivido tanto tempo fora. [...] A cidadania é uma possibilidade a mais; assim como ser formado na universidade é uma oportunidade a mais; ela abre portas, abre possibilidades de futuro, possibilidades de alcançar meus objetivos. [...] Por exemplo, se você tem cidadania [de um país da União Europeia] e você quer sair [da Itália], você está mais tranquilo, pois não precisa ir para cima e para baixo tirar um visto. Eu sinto isso como uma coisa a mais.

A citação acima evidencia que o desejo de obter a cidadania não coloca em questão o pertencimento dos meus interlocutores de pesquisa. De modo interessante, Dyana também traça uma comparação entre a obtenção da cidadania italiana e a posse de um título universitário, definindo ambos como possibilidades que abrem as portas para um futuro melhor. Ao proceder dessa maneira, esta interlocutora evidencia o grande valor que os cabo-verdianos conferem à educação, a qual eles associam diretamente com a possibilidade de ascender profissionalmente e de construir um futuro melhor - voltaremos a esse ponto adiante.

A fala de outras pessoas com quem conversei em campo explicita a importância da cidadania italiana: falando sobre o filho, que obteve a cidadania (tendo nascido e residindo regularmente na Itália até os 18 anos), uma cabo-verdiana afirma: “Ele é cabo-verdiano, mas sendo um cidadão europeu, ele pode ir trabalhar em qualquer lugar”; analogamente, **Ivone** comenta sobre a filha que tem o documento (tendo nascido em Nápoles e sendo seu pai italiano): “A cidadania italiana é muito importante, pois dá a ela a possibilidade de viajar e de conhecer o mundo”. Já **Rosa**, que conseguiu obter a cidadania (tendo residido regularmente no país por mais de 10 anos) diz: “Quis tirar a cidadania para não precisar renovar a permissão de estadia e acordar cedo para enfrentar uma fila enorme”. **Joana**, que também detém o documento (por tempo de residência) conta:

A cidadania é uma segurança, antes você precisava ir periodicamente na *Questura* [para renovar seus documentos]. Era um aborrecimento, lá estava sempre cheio e eu via muita gente ser mal tratada... Antes da cidadania eu obtive a carteira de estadia, que já facilitava. Só com a permissão de estadia você está sempre vinculado ao patrão, pois sem ele você não conseguir renová-la; você precisa sempre de alguém para ter a permissão de estadia. Mas agora, com o passaporte você se sente um cidadão, um italiano em casa e um cabo-verdiano em Cabo Verde.

Por sua vez, um jovem cabo-verdiano que nasceu em Nápoles, mas detém apenas a cidadania portuguesa (que herdou do pai) diz que a cidadania italiana seria importante para poder “votar e dar minha contribuição para melhorar a Itália”. Analogamente, a

presidente da Associação União Cabo-verdiana, Marilena Rocha (uma cabo-verdiana que nasceu em Nápoles e obteve a cidadania italiana) é enfática ao apontar um ulterior elemento importante na posse desse documento: a possibilidade de fazer concursos públicos. Ela diz:

O mercado de trabalho já é péssimo, na Itália e na Europa, imagina se você não tem a cidadania, se você não tem um documento permanente, mas apenas um documento temporário, uma permissão de estadia temporária que periodicamente deve ser renovada? Nem os concursos públicos você pode fazer...

Neste sentido, a cidadania é uma maneira de acessar direitos que são negados aos cabo-verdianos na Itália pelo simples fato deles serem reconhecidos e tratados *a priori* como não italianos e como imigrantes.

A argumentação desenvolvida por Levitt & Schiller (2004) ajuda a compreender a experiência dos meus interlocutores de pesquisa. Partindo de uma crítica ao nacionalismo metodológico - que tende a aceitar o Estado-Nação e suas fronteiras como dadas na análise social – as autoras argumentam que não há incompatibilidade entre a incorporação em um novo Estado e a manutenção de vínculos transnacionais duradouros. Assim, Levitt & Schiller (2004) propõem uma visão da sociedade e do pertencimento social baseado no conceito de campo social (conforme formulado por Bourdieu e adotado pela Escola de Manchester), definido por elas como um conjunto de múltiplas redes de relacionamentos sociais que se entrecruzam, através das quais, ideias, práticas e recursos são desigualmente trocados, organizados e transformados.

Paralelamente, Levitt & Schiller (2004) introduzem uma diferenciação entre *formas de ser* [*ways of being*] e *formas de pertencer* [*ways of belonging*]. As primeiras corresponderiam às relações e práticas sociais nas quais os indivíduos se envolvem, enquanto as segundas seriam equivalentes às práticas que sinalizam ou decretam uma identidade, demonstrando uma conexão consciente com o tipo de identidade a que a ação se refere. Ao proceder dessa maneira, as autoras demonstram que as pessoas podem se engajar simultaneamente em mais de um Estado-Nação, pois as fronteiras nacionais não correspondem necessariamente às fronteiras dos Campos Sociais – delimitando estas sim as relações sociais significativas.

Outro autor que reflete nessa linha é Trajano Filho (2010), que propõe o conceito de campo comunicativo para dar conta da maneira como a espacialidade dos lugares é territorial e relacional. Como vimos no Capítulo 1, os lugares e seus nomes são construídos nas interações sociais e veiculam concepções coletivas (cf. HENARE *et. al.*, 2007). Dessa forma, Cabo Verde (e os adjetivos e locuções que derivam desse nome de lugar) corresponde a um espaço relacional dotado de territorialidade física, o qual engloba as coisas, as ideias e as pessoas cabo-verdianas - independentemente delas estarem fisicamente próximas umas às outras ou não.

Pensando junto com os autores, parece-me que a questão central para os cabo-verdianos na Itália diga respeito às suas *formas de ser*, enquanto suas *formas de pertencer* não estão em questão. Efetivamente, seu pertencimento não está relacionado à identidade civil cabo-verdiana ou italiana (como foi explicado no Capítulo 1). Seu pertencimento está vinculado ao espaço cabo-verdiano, ou seja, à espacialidade (relacional e territorial) que extrapola Cabo Verde e inclui a *Itália cabo-verdiana* - usando a expressão cunhada no Capítulo 3.

A revolta decorrente do *preconceito contra os imigrantes*, do racismo e da falta de garantia na obtenção da cidadania italiana está associado, acima de tudo, ao fato de ser reconhecido e tratado *a priori* como não italiano, tendo por isso inúmeros direitos negados. Consequentemente meus interlocutores de pesquisa enfrentam uma série de dificuldades expressas no regime de trabalho e na legislação, que colocam em risco suas *formas de vida* na Itália e, por extensão, em Cabo Verde (e em outros lugares cabo-verdianos). De fato, quando esses riscos se tornam realidade eles privam os cabo-verdianos de sua liberdade (*i.e.* mobilidade espacial e temporal), impedindo-os de concretizar seu sonho de ter uma *vida boa* (individual e familiar) e de *crescer* - a si mesmo e ao espaço cabo-verdiano, mantendo, levando e criando relações no arquipélago, na Itália etc. Felizmente, porém, na maioria dos casos esses riscos são manejados e superados pela via do estabelecimento de vínculos e de relações - como veremos abaixo.

3. Regime laboral e ilegalidade

Conversando com Neida sobre sua experiência na Itália, ela diz: “vindo para cá você não aproveita sua juventude; aqui vive-se muito fechado”. Inúmeros cabo-verdianos realizam uma aproximação entre a perda da juventude e da liberdade em função do tipo de trabalho exercido na Itália, em particular do trabalho doméstico *notte e giorno*; Dora afirma: “trabalho *notte e giorno* é um sofrimento, uma tristeza, uma amargura. Vir para a Itália trabalhar *notte e giorno* era uma outra vida... era vir para viver uma vida que não é sua [...] era uma prisão na juventude. [...] A vontade de viver fez com que as pessoas começassem a trabalhar longo ore”.

Ao falar sobre o risco de perder a liberdade e a juventude em função do tipo de trabalho desempenhado na Itália, a maioria das cabo-verdianas com quem eu conversei estabelecia uma oposição entre antes e depois, ou seja, entre um passado no qual a vinda para a Itália era exclusivamente por chamada (para desempenhar trabalho doméstico *notte e giorno*) e um presente diferente. **Rosa**, por exemplo, conta que “muitas cabo-verdianas voltavam para o arquipélago porque não conseguiam ficar fechadas o dia inteiro dentro da casa dos patrões; agora é melhor, antes saíamos apenas nos horários de folga e, em todos os outros dias, tínhamos que ficar sempre dentro de casa”.

Conforme foi visto no Capítulo 1, desde os anos 1960, movimentos sociais e sindicais lutam para garantir e ampliar os direitos dos trabalhadores domésticos. Assim, diferentemente do que ocorria nas primeiras décadas do fluxo entre Cabo Verde e Itália, hoje existe a opção de alugar uma *stanza* e de trabalhar *lungo ore* (inclusive autonomamente), pois os estrangeiros conseguem registrar uma residência, obter e renovar seus documentos italianos desempenhando outras funções que não o trabalho doméstico na modalidade *notte e giorno*. Apesar dessas flexibilizações, a rigidez legislativa que pesa sobre os trabalhadores estrangeiros não é compensada por uma igual rigidez no que tange ao respeito dos seus direitos. A permanência regular da maioria dos estrangeiros na Itália ainda está vinculada aos empregadores: somente por meio destes os estrangeiros podem renovar os próprios documentos italianos, demonstrando um vínculo laboral que permita arcar com seus encargos sociais e justificar sua permanência na Itália.

Devido a essa dependência em relação aos patrões, por diversas vezes o trabalho doméstico, em particular na modalidade *notte e giorno*, é descrito como uma prisão ou escravidão, pois priva o trabalhador doméstico de sua liberdade (entendida aqui especificamente enquanto mobilidade espacial). **Antônia**, por exemplo, é dura ao descrever esse arranjo laboral:

Quando você trabalha *notte e giorno* é assim... Os patrões organizam jantares para vinte pessoas e nós trabalhamos das 6h da manhã até às 3h, quando o último convidado vai embora e terminamos de arrumar a cozinha. Eles nos disponibilizam um quartinho com uma cama, um criado, um armário e um pequeno banheiro para tomar banho. Raramente nos dão um quarto bom, temos que nos conformar.

Refletindo sobre sua própria história de vida, ela continua:

Quando eu saí de Cabo Verde, era como se as estrangeiras na Itália fossem escravas. [...] Era como se estivéssemos na prisão, porque os patrões não nos davam uma cópia das chaves de casa. [...] Na quinta-feira saíamos às 16h ou às 17h e tínhamos que voltar às 21h. No domingo a mesma coisa, pois era o dia em que a família toda vinha almoçar e tínhamos que preparar comida para toda a família... Só terminávamos de limpar a cozinha às 17h. Saíamos e não podíamos dormir fora de casa, se chegássemos depois das 21h éramos repreendidas e, por vezes, não nos deixavam entrar e tínhamos que dormir nas escadas do prédio...

Com o tempo, os empregadores italianos ganharam confiança nos trabalhadores domésticos e passaram a fornecer-lhes uma cópia da chave de casa, dando-lhes mais liberdade. Nas palavras de **Antônia**:

Agora as jovens estão mais *livres*. Aquelas que trabalham *notte e giorno* saem na quinta-feira ao meio dia, depois saem ou no sábado à noite ou no domingo de manhã e voltam só na segunda-feira seguinte pela manhã. Nós não tínhamos essa permissão.

Diversas interlocutoras de pesquisa reiteram essa diferença entre o presente e o passado (no qual as trabalhadoras não dispunham da chave das casas de seus patrões); paralelamente, muitas delas enfatizam a diferença entre trabalhar *notte e giorno* (residindo na casa dos empregadores) e parar de trabalhar, ou ainda, desempenhar outras modalidades de trabalho (morando na própria casa). A esse respeito, **Rosa** é categórica: “morar na sua casa não é como morar na casa dos outros... Mal posso esperar para voltar para Cabo Verde e ficar no meu canto, fazer tudo o que eu nunca fiz!”.

Além dos riscos de perder a liberdade e a juventude ao passar a maior parte do tempo dentro da casa dos patrões, outras características intrínsecas ao trabalho *notte e giorno* também são caracterizadas como dificuldades por diversas cabo-verdianas que conheci

em campo. Lucia, por exemplo, afirma que, “ao chegar, achou estranho e difícil ficar sozinha sem a família, de repente”. A fala de **Joana** parece complementar a de Lucia:

Tive muita dificuldade em me adaptar ao trabalho *notte e giorno*, pois você passa o dia dentro de casa. No início não sabia como me movimentar na casa dos meus patrões nem como conviver com uma família desconhecida. Estranhei muito ficar sozinha na Itália, pois em Boa Vista a minha casa estava sempre cheia de irmãos. Foi duro ficar longe da própria família e perto de uma família estranha... Eu contava as horas para chegar o dia de folga e encontrar com as minhas amigas [cabo-verdianas que também estavam na Itália], com quem falava sempre por telefone.

As palavras de Lucia e de **Joana** trazem nuances ulteriores aos riscos analisados acima: os riscos de perder a liberdade e a proximidade física da família são trazidos mais uma vez à tona, porém associados ao trabalho *notte e giorno*: o fato de morar na casa dos empregadores é descrito como um aspecto que, inicialmente, limita a própria mobilidade espacial e causa estranhamento, pois implica em viver entre desconhecidos, sozinho em um novo lugar, distante fisicamente da própria família.

Essa limitação do movimento aparece como dificuldade não apenas dentro das casas, mas também fora delas. Quando eu perguntava para os cabo-verdianos que conheci em campo se tinha sido difícil se adaptar à vida na Itália (e não especificamente ao trabalho na Itália), os poucos que mencionavam alguma dificuldade falavam sobre o espaço da cidade de Nápoles. Descrevendo sua chegada na Itália, **Rosa** afirmou que estranhou a cidade “porque é diferente; em Boa Vista as casas são menores e mais baixas, já em Nápoles existem prédios mais altos, com apartamentos”. Robson falou sobre o mesmo estranhamento: “quando cheguei de Cabo Verde me espantei com os prédios altos, pois não tinha como ver o horizonte e aprender os caminhos; você anda pelas ruas e vê apenas a rua e os prédios”.

Como foi visto no Capítulo 2, o risco da solidão e de perder a própria mobilidade espacial na juventude é particularmente sofrido para os cabo-verdianos. Desde a infância as pessoas estão em constante movimento, sendo *aguentadas* por diferentes mulheres em mais de uma casa e circulando ao fazer *mandados*. Na juventude a mobilidade entre os parceiros afetivos é esperada e a mobilidade espacial (para trabalhar e/ou estudar) é valorizada, havendo margem para uma mobilidade econômica e social (por meio da escolaridade, de opções de trabalho no setor turístico ou no exterior).

No entanto, a dificuldade em movimentar-se fora das casas parece ser apenas inicial, pois como vimos no capítulo 3, os cabo-verdianos aprendem rapidamente a deslocar-se entre seus locais de moradia, trabalho e encontro, não apenas em Nápoles ou nas outras cidades em que residem, mas também entre elas. Analogamente, a limitação do movimento dentro da casa em que trabalham também parece ser rapidamente resolvida. Todos os cabo-verdianos com quem conversei na Itália afirmaram não ter tido dificuldade em aprender o trabalho doméstico, a língua e o modo de vida dos italianos. **Rosa** contou que aprendeu rápido o trabalho e sua irmã disse que “o trabalho doméstico é igual em Cabo Verde, somente a culinária é diferente; aqui aprendemos a cozinhar comida italiana, pois os patrões nunca querem comer comida cabo-verdiana, e na nossa casa [na Itália e em Cabo Verde] fazemos comida italiana e cabo-verdiana”.

Além disso, a solidão também parece ser uma dificuldade maior no início, sendo atenuada com o passar do tempo, por meio da manutenção de contato com os parentes e amigos na Itália, em Cabo Verde e em outros lugares por meio dos *signos de proximidade* (celular, envio de remessas e encomendas, atividades das associações). Essa dificuldade também é atenuada por meio das visitas periódicas e dos encontros com os cabo-verdianos, italianos e pessoas de outras nacionalidades nos horários de folga e nas férias. A esses atenuantes, soma-se a possibilidade aberta pelo aluguel da *stanza* e pelo trabalho *lungo ore*, que permitem viver fisicamente próximo de vários membros própria família de maneira cotidiana (ao invés de viver na casa dos patrões); somam-se, ainda, as não raras relações laborais que acabam transformando-se em grandes relações de amizade que beiram o parentesco.

Ao falar sobre a família para a qual trabalha há 15 anos, Vivi diz: “temos um ótimo relacionamento; quando estou na casa deles posso ficar à vontade, lá é realmente como se fosse minha casa!”. Semelhante a ela, Cady (uma cabo-verdiana que conheci em Roma) também usa um adjetivo possessivo para qualificar a casa em que trabalha, assim como a família que a emprega. Ela se refere a eles nos termos de ‘minha família’, ‘nossa casa’, ‘meu menino’ e conta:

Estou com eles há 17 anos. Trata-se de um casal com dois filhos, mas quando comecei a trabalhar para eles, apenas o primeiro filho já tinha nascido. Ele tinha dois meses e gostou de mim assim que me viu. Minha patroa diz que sou sua irmã mais nova. Desde o início ela me disse que eu era uma pessoa da família e que estava lá principalmente para cuidar do menino; no restante do tempo eu deveria cuidar da casa, fazendo o que

estivesse disposta a fazer, da maneira que eu soubesse fazer. Meus patrões sempre confiaram em mim, quando viajam, deixavam os filhos comigo. Eles são minha família na Itália! Eles me deram respeito humano [...] fizeram todos os meus documentos, me inscreveram no INPS e pagaram minha contribuição para aposentadoria, além do meu salário. [...] Eles entenderam meu sofrimento, pois não é fácil deixar a própria família. Eles confiavam em mim apesar de muita gente dizer que minha patroa deveria tomar cuidado para que os filhos dela não achassem que eu era a mãe. Minha patroa sempre respondeu a essas pessoas afirmando que não tinha nada a temer, pois seria ótimo para os filhos ter duas mães!

Assim que chegou na Itália, porém, esta mesma interlocutora de pesquisa passou por uma família onde o regime de trabalho era muito diferente daquele na casa de seus atuais patrões. Sua descrição de como era a rotina de trabalho na primeira família ressoa inúmeros elementos presentes já na dura descrição de **Antônia** acerca do trabalho *notte e giorno*. Nas duas descrições o elemento central parece ser aquilo que Cady denomina de respeito humano:

Trabalhei na casa da minha primeira patroa durante nove meses, ao longo dos quais eu vivi realmente na escravidão. Eu ganhava pouco e trabalhava das 6 às 2 da manhã: servia café na cama dos patrões às 6h, às 10h30 eles tomavam novamente café da manhã na mesa, às 16h eles almoçavam, à meia noite jantavam e às 2h da manhã eu ia dormir num quartinho, que era o mesmo lugar onde meus patrões guardavam os sapatos... A banheira em que eu tomava banho era a mesma que eles usavam para dar banho no cachorro... Eu tinha que levar o cachorro para passear à 1h da manhã, enquanto os carros que passavam na rua paravam e me faziam propostas ofensivas, pensando que eu era uma prostituta... Nem sei o que poderia ter me acontecido se o porteiro, que era meu amigo, não estivesse sempre por perto, para que eu não corresse perigo. Todos os dias eu passava roupa - 24 camisas! De dois em dois dias eu fazia uma faxina para meus patrões receberem cerca de 30 pessoas para almoçar. Além disso, eu frequentemente trabalhava no meu horário de folga e não recebia a mais por isso... Em casa, a comida era contada e eu só podia comer macarrão em branco. Minha patroa tinha ciúmes de mim em relação ao filho, ao marido e aos amigos da família que sempre me elogiavam. Por isso, ela me acusava frequentemente de roubo... Um dia, ligaram de Cabo Verde avisando que minha mãe estava mal e a patroa não me deixou sair nem mesmo para telefonar. Discuti com meus patrões e a única forma de sair foi fugindo, levando todas as minhas coisas.

Essa árdua rotina de trabalho era comum a várias outras cabo-verdianas com quem conversei em Nápoles. Além de conviverem com o risco da solidão e de terem sido privadas da liberdade (enquanto mobilidade espacial), elas frequentemente acabaram privadas de saúde e de respeito humano. Outra amiga que fiz em campo conta:

Muitas mulheres adoecem e morreram no trabalho por não terem sido autorizadas pelos patrões a ir ao médico. Uma mulher morreu de câncer porque quando percebeu que tinha um tumor era muito tarde. Ao descobrir sua doença, ela disse que ela estava prestes a morrer porque a patroa não a autorizava a sair; ela estava morrendo por pensar demais no dinheiro, por pensar que precisava trabalhar e construir a casa em Cabo Verde, por não pensar em si mesma... Ainda hoje, todos nós temos problemas para ir ao médico, porque para tirar o dia de folga precisamos negociar com a patroa e pagar pelo dia perdido, trabalhando aos sábados ou domingos. Nosso modo de pensar não faz

sentido porque se nós damos importância à nossa vida precisamos pensar em nós, porque precisamos dos dois, do dinheiro e da saúde. Para ter os dois precisamos sacrificar alguma coisa e o que sacrificamos? A saúde. O governo italiano não te ajuda e em Nápoles todos temos esse problema. Minha sogra está doente e não recebe aposentadoria por invalidez.

O caso de Jana (a vizinha de Any que conhecemos no Capítulo 3, a qual aguenta as crianças da casa da vizinha Elise, tem sérios problemas de saúde e vive às custas da irmã) é um dos tantos exemplos dos efeitos perversos que a vida na Itália pode ter. Jana conta:

Eu passei mal porque trabalhava demais... Cuidava sozinha de uma casa com oito pessoas e quatro cachorros. Além de limpar a casa, eu arrumava o jardim, cozinhava e passava roupa para todos. Meu patrão tinha a minha idade e eu criei os filhos dele como se fossem meus filhos... Mesmo assim, ele me enganou durante dez anos, ao longo dos quais ele não pagou a contribuição para minha aposentadoria...

Apesar de ter passado mal no trabalho e de, atualmente, sua saúde lhe impedir de trabalhar e de sair de casa, Jana não consegue aposentar-se por invalidez, tampouco receber um auxílio-doença. A família para a qual ela trabalhou não pagou a contribuição para o INPS, deixando-a em situação irregular na Itália e, conseqüentemente, desamparada pelo governo italiano. Ela vive na *stanza* alugada por sua irmã, a qual também está em Nápoles, e trabalha *notte e giorno* para pagar as próprias despesas, além daquelas de Jana.

A perda da saúde na Itália não pode ser remediada pelo retorno para Cabo Verde (assim como vimos acima que a morte também não pode ser sanada dessa forma). Mesmo se voltasse para Cabo Verde, Jana continuaria sem poder trabalhar, sem poder sair de casa, sem aposentadoria e sem apoio do governo (nem daquele italiano, nem do cabo-verdiano). Embora a lei italiana sancione que os benefícios previdenciários do INPS podem ser transferidos para o país de residência dos estrangeiros que trabalharam na Itália, ela não prevê casos como o de Jana – cujo patrão não pagou a contribuição ao INPS. Caberia ao órgão previdenciário processar os empregadores inadimplentes, mas não há uma maneira de exigir que ele faça isso e, geralmente, nada pode ser feito para garantir o direito dos estrangeiros nessas situações.

Felizmente, muitos cabo-verdianos conseguem superar as dificuldades inerentes ao regime de trabalho italiano criando excelentes relações laborais, como atestam os exemplos de Vivi e de Cady. Por outro lado, existem inúmeros casos semelhantes aos

de **Fátima** e de Jana, que perderam a saúde na Itália e com ela o sonho de uma vida melhor e a liberdade - entendida enquanto mobilidade espacial no caso de Jana (que não pode sair de casa), e enquanto mobilidade temporal no caso das duas (que perderam a possibilidade de *crescer* e de construir uma *vida boa*). As dificuldades relacionadas com o regime laboral italiano estão relacionadas à falta de caráter de alguns empregadores, mas também a um despreparo da legislação e das instituições italianas para (fazer) respeitar os direitos dos estrangeiros residentes no país.

Conforme o leitor foi informado no Capítulo 1, para trabalhar regularmente na Itália, a legislação local exige que o estrangeiro detenha uma permissão de estadia de trabalho (subordinado ou autônomo) – exceto nos caso de reunificação familiar. Tal documento deve ser renovado bianualmente, sendo necessário apresentar um contrato de trabalho com carga horária mínima de 20 horas semanais. No entanto, muitos estrangeiros enfrentam grande dificuldade em encontrar um empregador disposto a declarar que o empregado trabalhe 20 horas por semana, pois isso implica em arcar com uma contribuição para o INPS proporcional a esta carga horária. Por essa razão, é comum os estrangeiros negociarem com os empregadores e pagarem metade da contribuição para que eles possam renovar os próprios documentos; ainda assim, muitos empregadores não aceitam essa negociação e preferem contratar estrangeiros em situação irregular no país (os quais são denominados de imigrantes clandestinos ou ilegais) porque não precisam assinar contrato tampouco pagar os encargos sociais desses trabalhadores.

A legislação italiana considera imediatamente como um imigrante irregular qualquer estrangeiro que permaneça no país com a permissão de estadia vencida. Ele não poderá assinar contrato (entre outras restrições) e, se for pego em flagrante por uma autoridade italiana, receberá um documento de expulsão administrativa. Tal documento tem poucos efeitos práticos, ainda que perversos: ele exige que o estrangeiro deixe o país em 15 dias, mas se ele não o fizer e evitar qualquer contato com autoridades italianas, poderá permanecer no país. Isso significa que ele não poderá fazer nenhuma denúncia à polícia (mesmo sendo vítima de alguma violência, como um abuso sexual) e que ele deverá evitar, inclusive, as autoridades italianas que estão na fronteira. Portanto, ele não poderá deixar o país, caso contrário, não poderá voltar regularmente à Itália – pois sua entrada será proibida na fronteira, mesmo que ele disponha de um visto de entrada. Alex, cabo-

verdiano da ilha de São Vicente, que permaneceu um ano em situação irregular em Nápoles conta:

É um pesadelo, de verdade. Se você está sem documento e seu irmão arruma confusão em uma festa, por exemplo, você não pode entrar no meio para ajudar porque podem chamar a polícia; se não te pagam no trabalho, você não pode reclamar porque é clandestino; se cospem em você na rua, você não pode fazer nada porque está sem documento...

Nesse sentido, as leis italianas acabam permitindo a permanência de estrangeiros irregulares, mas impede que eles se regularizem (exceto por meio de *sanatoria*) e os priva de seus direitos civis e sociais, entre os quais o direito de ir e vir. Conforme afirma Scrinzi (2004), há uma associação “sempre mais forte entre a renovação da permissão de estadia e a posse de um contrato, com o resultado paradoxal de favorecer a irregularidade” (:109)⁵⁰. Indiretamente, portanto, a legislação italiana acaba sendo conivente com a violência e exploração sofrida pelos trabalhadores estrangeiros: a consequência desse cenário institucional é a presença de inúmeros estrangeiros irregulares, os quais inevitavelmente aceitam trabalhar sem contrato (inclusive porque sua assinatura não tem validade legal); instaura-se, assim, uma concorrência desleal entre os estrangeiros regulares e os irregulares, pois os primeiros tornam-se mais caros que os segundos; dessa maneira, diminui a possibilidade que os estrangeiros regulares encontrem empregadores dispostos a arcar com os custos de sua contratação (ou da renovação de seu contrato) e, no fim deste círculo vicioso, aumenta o número de estrangeiros demitidos e desempregados, os quais acabam ficando em situação irregular. Uma cabo-verdiana afirma:

Em Nápoles é difícil achar um trabalho que te dê acesso aos documentos, principalmente no caso dos homens; muitos patrões usufruem do fato de que você não tem a permissão de estadia, pois assim eles não precisam pagar a contribuição para aposentadoria à qual você teria direito.

Uma vulnerabilidade ulterior à qual estão sujeitas especificamente as mulheres estrangeiras é o risco de ser mandada embora e de não encontrar emprego (com contrato que permita sua regularização) quando estão grávidas. A legislação italiana reconhece a todas as trabalhadoras regulares (estrangeiras ou não) o direito à licença maternidade, mas não prevê um aumento na validade da permissão de estadia das mulheres

⁵⁰ Livre tradução do original em italiano: “associa sempre più strettamente il rinnovo del permesso all’esistenza di un contratto di lavoro, con il risultato paradossale di favorire l’irregolarità”.

estrangeiras em caso de gravidez: inúmeras mulheres que engravidam próximo ao vencimento de sua permissão de estadia, não têm seu contrato de trabalho renovado e não conseguem encontrar um novo emprego (com as condições necessárias para que elas permaneçam em situação regular) a tempo de renovar sua permissão; dessa forma, elas (e seus filhos) tornam-se imigrantes irregulares. Foi isso que aconteceu com **Stefania**, filha de **Fátima**:

Meus documentos venceram em 2009, e minha patroa se recusou a renovar minha permissão de estadia porque eu estava grávida. Não consegui encontrar um novo emprego a tempo e acabei ficando clandestina... [...] Há dois meses trabalho em um *pub*, onde se dispuseram a assinar meu contrato e regularizar minha situação, mas eu não posso porque sou clandestina...

Como vimos no início do capítulo, o absurdo maior da situação de **Stefania** é que ela nasceu na Itália, sempre residiu no país, mas ela não pôde obter a cidadania italiana ao completar os 18 anos e, atualmente, é tratada pelo Estado italiano como uma imigrante em situação irregular no país. Mais uma vez, seu caso é extremo, pois ao contrário da maioria dos cabo-verdianos na Itália, voltar para Cabo Verde não é uma opção para **Stefania** (vale notar que, no seu caso, esse deslocamento não corresponderia a um retorno, mas sim a uma ida, a uma migração). Além disso, **Stefania** não dispõe de uma rede de contatos, indicação e apoio que vincula a Itália e Cabo Verde, pois sua mãe, **Fátima**, chegou em Nápoles por chamada numérica, enquanto **Stefania** nasceu na Itália, onde viveu desde a infância, tendo convivido pouco com a irmã e com os avós em Cabo Verde.

4. Ascensão profissional e filhos

Stefania e sua mãe sempre me disseram que as pessoas mais importantes de suas vidas eram suas filhas (e, no caso de **Fátima**, também suas netas). Respostas análogas me eram fornecidas por todos os outros interlocutores de pesquisa aos quais perguntei quem eram as pessoas mais importantes de suas vidas: os filhos e, eventualmente, os filhos de seus filhos— seguidos pelos pais e irmãos, além dos companheiros, primos e amigos. Nesse sentido, a grande preocupação dos pais é o bem estar do filho e a garantia de que ele terá um futuro - e um futuro melhor do que os pais tiveram. Vimos no Capítulo 1 que a migração para a Itália é vista como uma possibilidade de alcançar esse futuro, pois ofereceria aos cabo-verdianos um emprego mais estável e melhor remunerado do que

aqueles disponíveis em Cabo Verde; além disso, a Itália forneceria ainda uma possibilidade ulterior de alcançar este futuro melhor: o estudo e a ascensão profissional que decorreria dele.

Em Nápoles, eu conheci apenas duas mulheres que nasceram em Cabo Verde e não trabalham como empregadas domésticas. Muitos dos meus interlocutores de pesquisa lamentavam essa situação, associando-a às limitações impostas pelo trabalho doméstico; Vivi conta: “Quando eu cheguei, tinha muita vontade de estudar e inicialmente tentei conciliar o trabalho com um curso de enfermagem. Acabei parando, pois minhas aulas eram sempre pela manhã e era impossível encontrar um emprego apenas na parte da tarde...”. **Ivone** afirma: “Eu falava com meus patrões que queria estudar e propunha um horário de trabalho mais flexível, mas eles nunca aceitaram”. Dora esclarece:

Se você fala para sua patroa que tem uma escola em Nápoles e que você gostaria de estudar, ela responde com desdém, perguntando como você vai fazer, porque você não tem tempo, caso contrário, quem vai fazer o trabalho da casa? Então a gente entende que aqui não dá, ou se trabalha ou se estuda.

Talvez a impossibilidade de conciliar o estudo com o trabalho esteja associada ao fato de que, em Nápoles, existiu apenas durante breve período uma estrutura como o centro comunitário cabo-verdiano organizado pelo *Movimento Tra Noi* em Roma, que historicamente oferece cursos gratuitos para os frequentadores do local. Além disso, em Nápoles, os cabo-verdianos parecem enfrentar mais dificuldades do que na capital italiana para trabalhar autonomamente.

Embora a legislação italiana permita que os estrangeiros obtenham e renovem sua permissão de estadia exercendo um trabalho autônomo, ela impõe uma condição extremamente problemática: a comprovação de uma renda anual mínima de 4.557,41 Euros (ou de 8.857,70 no caso de estrangeiro com filho ou outro dependente). Tal condição torna-se ainda mais restritiva em Nápoles, devido à presença da Camorra e à sua rotina de extorsão dos comerciantes locais – sendo necessário ainda mais dinheiro para conseguir abrir e manter um negócio trabalhando autonomamente. Uma cabo-verdiana que trabalha em Nápoles como cabeleireira afirma:

Aqui eu preciso me esconder para ser cabeleireira... Em Nápoles não existe possibilidade de abrir regularmente um negócio próprio devido à camorra. Eu não tenho o dinheiro que seria necessário para pagar as taxas que o Governo e a Camorra exigem; além disso, o banco não aceita me emprestar tanto quanto eu precisaria... [...] Por isso

eu não posso me regularizar, não posso me inscrever como trabalhadora nem posso pagar a contribuição para a aposentadoria...

De modo a alcançar a renda mínima anual exigida pelo governo para se regularizar trabalhando de maneira autônoma, seria necessário um alto investimento inicial. No entanto, os cabo-verdianos têm dificuldade em conseguir empréstimos altos nos bancos (que exigem muitas garantias) e raramente conseguem acumular o dinheiro que seria necessário para abrir e manter o negócio. Assim, o investimento financeiro necessário para trabalhar regularmente de forma autônoma em Nápoles desestimula a maior parte dos cabo-verdianos inclusive porque seu principal objetivo costuma ser trabalhar na Itália para investir em Cabo Verde (e construir lá uma casa etc.). Se precisarem investir tanto na Itália, acabam se enraizando no país e, para muitos, a migração passa a não ser mais lucrativa ou vantajosa: o projeto migratório ideal consiste em trabalhar na Itália para investir em Cabo Verde e regressar ao arquipélago tendo construído lá um futuro melhor para si e para a própria família; se investirem na Itália, eles dificilmente conseguirão investir em Cabo Verde, e acabam não voltando para o arquipélago.

Apesar da maior parte dos cabo-verdianos que conheci em campo almejarem uma ascensão profissional, são poucos os que sonham alcançá-la trabalhando de forma autônoma; geralmente, eles gostariam de exercer simplesmente outras profissões e associam fortemente a possibilidade de concretizar este sonho com a possibilidade de estudar. Robson realiza uma vinculação direta entre sua falta de estudos e sua profissão de trabalhador doméstico:

Trabalho com isso [serviço doméstico] porque não tenho diploma, mas minha paixão é ficar atrás da escrivania; outra coisa com a qual eu gostaria de ter trabalhado é com saúde, teria gostado de ser enfermeiro ou médico...

Pelo fato de que muitos cabo-verdianos não tiveram acesso à educação (nem em Cabo Verde nem na Itália) e por vincular a educação à possibilidade de ascensão profissional, ao se tornarem pais, eles consideram extremamente importante que os filhos estudem e, assim, tenham uma vida melhor. Dora é enfática:

Nosso desejo é que nossos filhos estudem, trabalhamos para isso e torcemos para conseguir mandá-los para a faculdade - que é caríssima. Eu não deixarei os meus filhos trabalhem com a mesma coisa que eu. Eu os coloquei no mundo para que eles estudem e possam ser alguém na vida, não para que trabalhem no mercado doméstico, como eu.

Contudo, a presidente da Associação União Cabo-verdiana em Nápoles afirma que uma “situação difícil em Nápoles é o facto de sermos mais de duzentos jovens [que nasceram na cidade ou chegaram por reunificação familiar] e só sete frequentam uma universidade” (Marilena Rocha, discurso pronunciado no III Congresso dos Quadros Cabo-verdianos da Diáspora em 2002). Em campo, diversas pessoas me relataram que muitos jovens cabo-verdianos largam da escola para trabalhar e isso gera grande tristeza nos pais. Vivi, por exemplo, reflete sobre isso: “as mães passam por grandes dificuldades em prol dos filhos e, não tendo tido oportunidade de estudar, tentam dar a eles essa oportunidade e ficam muito tristes quando eles não dão valor aos estudos”.

Conversando sobre a importância da educação, **Joana** confirma que “em Cabo Verde é muito difícil que uma mãe não estimule o filho a estudar; todos fazem sacrifício para isso”; paralelamente, ela argumenta que “atualmente, se os filhos não estudam é porque não querem, não têm cabeça, não têm boa vontade”. Em Nápoles, outras razões parecem somar-se àquelas reportadas na citação, desestimulando muitos filhos de cabo-verdianos residentes na cidade a estudar.

Quando as crianças e os adolescentes nascidos em Cabo Verde são trazidos para a Itália tendo cursado parte do primeiro ou do segundo grau no arquipélago, eles encontram-se alfabetizados em português e podem ter dificuldade com nova língua e com o novo programa didático ao estudar na Itália. Uma cabo-verdiana que reside em Roma conta: “Quando minha filha veio, eu queria que ela estudasse, mas Fabiana teve dificuldade com a língua e quis trabalhar para poder comprar as coisas que eu não podia dar a ela”. Além disso, conforme evidencia um interlocutor de pesquisa italiano, que é casado com uma cabo-verdiana, “os jovens estudam coisas diferentes em Cabo Verde e na Itália; formalmente eles podem até ter a mesma instrução, mas [...] eles não conhecem a História e a Literatura italiana, por exemplo, e acabam tendo mais dificuldade em se inserir na escola na Itália”.

Conforme foi mencionado no Capítulo 2, a preocupação dos pais em evitar problemas na aprendizagem dos filhos é frequentemente uma razão optar que eles vivam em Cabo Verde. Tal decisão geralmente está relacionada ao fato de que os pais pretendem voltar para Cabo Verde em breve e preferem que o filho comece a escola italiana diretamente em Cabo Verde, ao invés de começar na Itália e, depois, passar a frequentar a escola

cabo-verdiana. Contudo, focando especificamente no caso dos cabo-verdianos em Nápoles, parece ser outra a preocupação em função da qual muitos pais optam que o filho viva em Cabo Verde. Em Nápoles, as crianças e os jovens cabo-verdianos enfrentam grandes problemas – sobretudo na escola e no mercado de trabalho - em função de sua classe socioeconômica, além de sua nacionalidade e de sua raça (termos estes que frequentemente são tratados como sinônimos - como vimos na seção 1).

Os filhos dos cabo-verdianos que vivem em Nápoles ocupam a mesma posição de seus pais na estrutura social napolitana. Em termos socio-econômicos, pais e filhos pertencem à classe baixa e tendem a residir em bairros populares da cidade - onde há uma ampla presença da *Camorra* (como foi visto no Capítulo 3). Já em termos nacionais e raciais pais e filhos cabo-verdianos são vistos pejorativamente como negro e como imigrantes, sofrendo recorrentes discriminações preconceituosas em função disso.

A legislação italiana garante o direito à educação primária e secundária gratuita para todos os menores de idade presentes no país (inclusive para os estrangeiros em situação irregular). Uma vez que a lei estabelece que o aluno deverá frequentar a instituição de ensino mais próxima ao local onde está registrada sua residência, muitos jovens cabo-verdianos estudam nas escolas dos bairros populares de Nápoles, as quais muitas vezes são perigosas. Preocupada, uma mãe cabo-verdiana me confidenciou o desejo de mudar de residência explicando que: “aqui, meu filho convive com os filhos dos *camorristas* [criminosos envolvidos com a *Camorra*]”. Este receio é compartilhado não apenas pelos cabo-verdianos, mas também pelos demais estrangeiros e pelos napolitanos que moram em bairros como Quartieri Spagnoli, Montesanto e Sanità. Outra dificuldade que todos eles compartilham é o fato de que seus filhos geralmente têm pouca oportunidade de aprofundar os conhecimentos escolares em casa: várias famílias não têm o hábito de ler (livros ou jornais) e muitos pais não podem ajudar na aprendizagem dos filhos - ou porque não estudaram ou, no caso dos pais estrangeiros, porque aqueles que estudaram têm poucos conhecimentos sobre disciplinas como História e Literatura italiana.

Essa conjuntura socioeconômica parece estar relacionada ao alto índice de insucesso escolar entre os jovens cabo-verdianos e entre os jovens de classe baixa em geral; contudo, no caso cabo-verdianos e dos estrangeiros, as dificuldades inerentes à sua posição socioeconômica é acrescida de uma dificuldade ulterior, a saber, o *preconceito*

contra os imigrantes e sua manifestação sob forma de racismo. Uma cabo-verdiana que mora em Roma conta a experiência da filha trazida aos 17 anos: “na escola, os colegas não queriam sentar-se perto dela pela cor de sua pele e faziam brincadeiras racistas”; analogamente, uma criança cabo-verdiana de 10 anos, que nasceu e viveu em Nápoles afirma:

Tinha uma menina na primeira série que me chamava de ‘preta’, dizia ‘você come cebola, você é merda’. As professoras não se importavam, apenas diziam para ela parar, mas não diziam nada, não davam importância. Outros meninos também me chamavam assim... Quando estava na quarta série, a mesma coisa, me chamavam de ‘merda’, ‘preta’.

Perante este amplo contexto, a experiência dos filhos de **Ivone** é particularmente iluminadora da forma como os aspectos socioeconômicos, nacionais e raciais se entrecruzam, favorecendo o insucesso escolar: seu filho mais velho foi trazido para Nápoles na adolescência, enquanto a filha mais nova – que **Ivone** teve com um companheiro napolitano - nasceu e foi criada em Nápoles; ambos abandonaram a escola antes de formar-se no segundo grau. **Ivone** conta:

Joty estudou aqui dos 11 aos 17 anos, mas teve vários problemas... Na primeira escola, ele foi esfaqueado por colegas que eram de famílias ligadas à *Camorra*; depois ele mudou de escola, mas sofreu racismo e parou de estudar. [...] Minha filha também parou de estudar aos 17 anos, quando engravidou. Ela não ia muito bem na escola, tinha dificuldade e quando pensou em voltar a estudar, engravidou da segunda filha.

O destino da filha de **Fátima** foi análogo ao dos filhos de **Ivone**. **Stefania** conta: “Aos 17 anos eu parei de estudar porque queria trabalhar. Coisa de adolescente... Minha mãe ficou muito chateada... Eu pensei em voltar a estudar, ainda penso, mas depois que tive minha filhas ficou difícil”.

Além de todas essas dificuldades, há ainda uma última razão que desestimula os cabo-verdianos estudar e, inclusive, a cursar uma universidade: a constatação de que, mesmo quando estudam, eles tendem a não alcançar a tão almejada ascensão profissional. Gabriel, um cabo-verdiano que reside em Nápoles (junto com a esposa, também cabo-verdiana) comenta sobre sua recente decisão de mandar para Cabo Verde o filho de cinco anos, nascido na cidade:

Tomamos essa decisão [...] para que ele estude lá [na ilha de Santo Antão em Cabo Verde]. Eu tenho uma certa experiência... todos os filhos de cabo-verdianos que ficam na Itália, eu não vejo nenhum futuro para eles; principalmente aqui em Nápoles. Não há um modo de fazê-los trabalhar a não ser com serviço doméstico. Eu trabalho com

isso, [minha esposa também,] mas não quero que ele faça a mesma vida que eu faço. Peço a Deus para me dar saúde para dar ao meu filho outro tipo de vida, não a vida que eu faço... ele deve ao menos uma profissão na vida. Essa decisão é difícil, mas acho que é a decisão certa.

Chamberlain (2002) chama a atenção para o fato de que o insucesso escolar dos jovens e seu eventual envolvimento com a criminalidade estão relacionados com fatores de exclusão social, sendo esses fenômenos melhor compreendidos quando explicado por fatores econômicos (:217). Inspirada pela a autora, argumento que também no caso dos cabo-verdianos na Itália o insucesso escolar dos jovens esteja mais relacionado a fatores socioeconômicos, além de nacionais e raciais, os quais estão relacionados à história italiana e à história cabo-verdiana na Itália - como veremos abaixo.

5. Superando preconceitos

Ao atentar para a história recente das relações entre italianos e estrangeiros é possível compreender melhor os processos de discriminação descritos acima, além de outros que se manifestam na Itália e dizem respeito aos cabo-verdianos residentes no país. Com efeito, fatores socioeconômicos, nacionais e raciais são indissociáveis uns dos outros e as discriminações enfrentadas pelos cabo-verdianos na Itália estão vinculadas à posição que eles ocupam na estrutura (social, econômica e política) do país. Tal posição é um resultado da história italiana - e, em particular, da história cabo-verdiana na Itália (que, por sua vez, se confunde com a história das relações entre italianos e estrangeiros). Nossa protagonista do capítulo, **Fátima** reflete sobre a chegada de estrangeiras para trabalhar *notte e giorno* na Itália na década de 1960:

As italianas, não aceitam trabalhar *notte e giorno*; trabalham só até às 17h e vão embora. Por isso as mulheres italianas contratam estrangeiros para trabalhar em suas casas. Nós aceitamos trabalhar *notte e giorno* e ter uma trabalhadora assim é um conforto a mais.

Nesse sentido, é interessante notar um detalhe nas palavras de **Fátima**, que nos remete à discussão elaborada nas seções 2 e 3 acerca da discriminação entre italianos e imigrantes (a qual se expressa na legislação e no regime de trabalho): quando **Fátima** utiliza o pronome ‘nós’, ela se inclui entre os estrangeiros que aceitam trabalhar *notte e giorno* e se opõe às italianas que não aceitam esse arranjo laboral. Ao proceder dessa maneira, ela estabelece uma oposição entre nós e eles que é diferente do binômio patrões-empregados; ao mesmo tempo, a oposição traçada por **Fátima** não corresponde

exatamente a uma simples dicotomia entre estrangeiros e italianos (tampouco entre cabo-verdianos e italianos), pois se trata, especificamente, de uma oposição entre migrantes e residentes.

De fato, não eram apenas os estrangeiros que aceitavam trabalhar *notte e giorno*; alguns italianos também aceitavam esse arranjo laboral, a saber, aqueles que migravam de zonas rurais. Assim, a oposição de **Fátima** parece corresponder mais a àquela entre pessoas dispostas, ou não, a trabalhar *notte e giorno*. Tal fato indica que, no contexto italiano, o binômio patroa-empregada (no feminino) correspondeu historicamente a uma oposição entre migrantes e residentes (de ambos os sexos), a qual assumiu cada vez mais a forma de uma dicotomia entre italianos e estrangeiros (de ambos os sexos) - sobretudo após o aumento da entrada de imigrantes e de refugiados, entre os anos '90 e 2000⁵¹.

Nesse sentido, é significativa a fala de Simonetta Antonella. Ela conta que o principal objetivo do Movimento (que surge em 1952) é promover espiritualidade do acolhimento, através da promoção da pessoa em todas as suas potencialidades, agindo particularmente sobre os últimos, ou seja, sobre os mais discriminados⁵²; nesse ponto, ela realiza uma aproximação entre os migrantes internos italianos e os migrantes estrangeiros (como os cabo-verdianos), chamando a atenção para a discriminação sofrida por ambos os grupos, os quais eram compostos majoritariamente por mulheres que chegavam às grandes cidades italianas (como Roma) para trabalhar com serviço doméstico:

No início os últimos eram as migrantes internas italianas que vinham para Roma trabalhar como empregadas domésticas; depois, os últimos tornaram-se os imigrantes, entre os quais, os cabo-verdianos. Naquela época, as migrantes internas italianas eram muito discriminadas, havia um preconceito quanto à forma de se vestirem, pois vinham do interior do país e eram analfabetas. Elas não tinham experiências, não sabiam se portar na cidade, subiam nos ônibus falando alto e bastava elas entrarem para que os outros saíssem. Por isso, [nós do Movimento] começamos a organizar atividades culturais para que elas vivessem sua nova experiência em Roma de igual para igual; porque dentro do ambiente doméstico, elas não eram iguais aos outros, os outros eram os patrões. Por isso, oferecíamos aulas e encontros de educação sexual; ajudávamos a valorizar suas potencialidades culturais e buscávamos dar dignidade à mulher, além de informá-las sobre os próprios direitos e deveres, facilitando sua integração junto às

⁵¹ Vale ressaltar que se trata de uma tendência, pois também italianos (inclusive residentes) realizam trabalhos domésticos na Itália.

⁵² Para uma crítica sobre a ação de organizações vinculadas à Igreja Católica voltadas para as trabalhadoras domésticas migrantes ver Scrinzi (2003) e Palidda (2001).

famílias com as quais trabalhavam. Através de especialistas profissionais voluntários, oferecíamos cursos de enfermagem e de cuidados especiais com idosos. Aquilo que hoje são comunidades étnicas, antes eram comunidades regionais: fazíamos festas regionais e procurávamos reforçar o vínculo com a terra.

Enquanto trabalhadoras domésticas *notte e giorno*, as migrantes internas italianas e as migrantes estrangeiras enfrentaram (todas elas e também os homens que exerciam essa profissão) dificuldades semelhantes no que tange ao reconhecimento de seus direitos trabalhistas e à forma como eram tratadas pelos outros⁵³. Esses outros não são apenas os patrões (em oposição aos trabalhadores domésticos *notte e giorno*), mas especificamente os italianos residentes (em oposição aos trabalhadores migrantes). Atualmente, essa dicotomia nós *vs.* outros (expressa nos termos de imigrantes *vs.* italianos) parece ter saído do universo do trabalho doméstico e se expandido para as demais relações laborais e também para outras relações sociais – assumindo cada vez mais a forma de um *preconceito contra os imigrantes*, que ganha aspectos racistas, como vimos acima. Um interlocutor de pesquisa cabo-verdiano comenta: “se compararmos um cozinheiro italiano e um estrangeiro, a diferença que existe entre um e outro, em termos de remuneração e de contrato... nossa, é melhor nem dizer...”.

No âmbito específico do trabalho doméstico, algumas discriminações somam-se *preconceito contra os imigrantes* (que por vezes assume a forma de um preconceito racial), a saber, a discriminação étnica e de gênero. Francesca Scrinzi (2003 e 2004) mostra como as diferenças culturais e as diferenças de gênero – entendidas como identidades essencializadas, reduzidas a dados físicos e biológicos (raciais no primeiro caso e sexuais no segundo) - são acionadas repetidamente pelos empregadores italianos para se referirem aos trabalhadores domésticos e são, inclusive, incorporadas no discurso de educadores e funcionários dos movimentos sociais voltados para essa categoria profissional. Assim, a autora descreve a maneira como os migrantes são categorizados e englobados em diferentes comunidades étnico-religiosas (com base no seu Estado-Nação de origem e em sua religiosidade). Essas comunidades são

⁵³ Faço notar que ha uma diferença entre as migrantes internas italianas e as migrantes estrangeiras no que tange à sua situação perante a legislação italiana, tal como foi detalhado anteriormente: para as segundas, não dispor de um contrato de trabalho e consequentemente estar em situação irregular, implica em consequências ainda mais significativas do que para as primeiras: acarreta na perda dos benefícios sociais (como aposentadoria e auxílio por invalidez) e torna o trabalhador vulnerável perante o empregador; mais que isso, no caso dos estrangeiros, tal situação priva o trabalhador do direito de ir e vir, impossibilitando-o de passar férias em seu país e visitar os entes queridos que ficaram lá.

classificadas em uma ordem hierárquica, fazendo com que a concorrência entre os diferentes trabalhadores domésticos assuma uma expressão de rivalidade étnica.

Nesse contexto, acabam sendo mais valorizados os trabalhadores do sexo feminino, sobretudo aqueles que provêm de uma nação cuja cultura é considerada próxima à italiana – o que frequentemente significa que tais trabalhadores sejam mulheres brancas e católicas: efetivamente, as filipinas (brancas e católicas) encarnam o estereótipo da empregada doméstica – sendo o termo *filipinas* [*filippine*] um sinônimo para essa categoria laboral; por sua vez, as mulheres nigerianas (negras e muçulmanas) são associadas ao estereótipo da prostituta - ainda que também elas trabalhem como empregadas domésticas na Itália (2003:85). Peço licença à autora para evidenciar que, mais uma vez, a cor da pele não é um fator de discriminação por si só, mas ela é um socialmente relevante por lembrar e remeter a uma origem não italiana – a uma cultura é considerada distante à italiana.

Partindo de sua experiência etnográfica na Itália e na França, Scrinzi (2003 e 2004) lança mão da bibliografia produzida sobre migração feminina para estender sua argumentação para o mercado doméstico global. Ela evidencia que, embora as mulheres correspondam à metade dos milhões de migrantes que caracterizam o mundo globalizado, elas tendem a trabalhar apenas ou como empregadas domésticas ou como prostitutas – atividades que muitas vezes se entrecruzam nos percursos de vida de algumas mulheres (cf. MALUCCELLI, 2002), ainda que ambas as profissões sejam opostas uma à outra nas representações dominantes sobre o feminino (cf. BUTLER, 1993). Além disso, uma vez que o recrutamento de migrantes se processa majoritariamente por indicação, trabalhadores da mesma nacionalidade tendem a concentrar-se em um único setor do mercado doméstico local, podendo perpetuar uma divisão desse mercado por nacionalidade - tal como Scrinzi (2003 e 2004) identifica na Itália. Cria-se, pois, uma visão que associa os trabalhadores de determinadas nacionalidades (e de determinado gênero) à posse de aptidões para tarefas específicas e “acredita-se que algumas qualidades necessárias para o bom desempenho de uma tarefa

estarão naturalmente associadas à cultura de origem do migrante” (2003:84)⁵⁴, assim como ao seu gênero.

Dessa maneira, a concorrência entre os diferentes trabalhadores domésticos assume a forma de uma discriminação entre gêneros e entre nacionalidades – sendo ambos naturalizados em identidades essencializadas, respectivamente a identidade de gênero (reduzida biologicamente à oposição binária entre os sexos) e a identidade *étnica* (essencializada biologicamente em termos de raça). Em outras palavras, as várias diferenças entre as pessoas são reificadas e são associadas a aptidões específicas, fazendo com que as mulheres brancas católicas sejam consideradas as empregadas domésticas ideais e que os demais, sobretudo os homens negros, sejam discriminados no mercado doméstico. Conforme enfatiza Scrinzi (2004), “os indivíduos são reduzidos à função que lhes é destinada [no caso, o trabalho doméstico], a qual é encarnada por uma parte de seus corpos: suas qualidades pessoais, morais e intelectuais e sua identidade social são reduzidas a um dado físico ou biológico” (:119)⁵⁵.

O mesmo se aplica ao caso dos cabo-verdianos na Itália e sua diferença em relação aos outros migrantes é hierarquizada nos padrões do mercado de trabalho doméstico. Nesse caso, porém, a discriminação que eles sofrem tende a ser positiva, pois eles geralmente ocupam uma alta posição nessa hierarquia e ocupam um nicho de mercado na Itália. Os cabo-verdianos são trabalhadores caros, que raramente aceitam permanecer na Itália irregularmente - e quando o fazem, normalmente é porque escorregaram (temporariamente) para a irregularidade, pois perderam o trabalho. Ainda sim, empregadores italianos continuam contratando cabo-verdianos para trabalhar em suas casas e muitas famílias italianas empregam, a gerações, exclusivamente trabalhadores cabo-verdianos. Tal conjuntura demonstra que, apesar de serem vistos como negros (em outros contextos) e de enfrentar a concorrência de trabalhadores de outras nacionalidades (inclusive a concorrência desleal dos estrangeiros irregulares), os cabo-verdianos de ambos os sexos - mas principalmente as mulheres – são valorizados no mercado de trabalho italiano e a cor de sua pele não é mencionada.

⁵⁴ Livre tradução do original em inglês: “it is believed that certain qualities necessary for the successful accomplishment of a task will naturally be associated to the ‘culture of origin’ of the migrant”

⁵⁵ Livre tradução do original em italiano: “gli individui sono ridotti alla funzione che viene loro assegnata, incarnata da una parte del loro corpo: le loro qualità personali, morali e intellettuali e la loro identità sociale vengono ricondotte a un dato fisico o biologico”

A posição que as mulheres cabo-verdianas ocupam na hierarquia do mercado doméstico na Itália condiz com a teorização de Scrinzi (2003 e 2004) segundo a qual os trabalhadores domésticos são discriminados entre si a partir de diferenças de gênero e de diferenças culturais naturalizadas e essencializadas, associadas a identidades de gênero e a identidades étnicas (no caso, mulheres cabo-verdianas em relação aos homens e às mulheres de outras identidades étnicas). Contudo, diferentemente do que afirma a autora, não parece ser possível falar em racismo nesse caso e a identidade de gênero parece contar menos do que a identidade étnica cabo-verdiana. Esta sim é frisada por meus interlocutores, não parecendo haver uma equivalência entre ela e alguma identidade racial.

Aquilo que parece ser socialmente relevante na hierarquização (entre identidades de gênero e identidades étnicas), sobre a qual se funda o mercado de trabalho doméstico italiano, parece ser sobretudo as diferenças culturais. De fato, independentemente de seus corpos femininos ou masculinos e da cor da pele, os cabo-verdianos de ambos os sexos são considerados aptos para o trabalho doméstico e valorizados quando desempenham essa profissão. Um italiano casado com uma cabo-verdiana em Roma afirma:

Há uma afinidade religiosa e linguística entre os cabo-verdianos e os italianos. As mulheres cabo-verdianas são sérias, trabalhadoras, limpas e têm tradições organizadas; elas têm quase que uma predisposição para ser empregadas e governantas na Itália, pois a forma de organizar a casa em Cabo Verde é muito semelhante [à forma de organizar a casa na Itália].

Esse interlocutor de pesquisa lança mão de semelhanças culturais entre os italianos e os cabo-verdianos para justificar o fato de que, desde os anos 1960 a Itália recebe um fluxo ininterrupto de cabo-verdianos que trabalham majoritariamente com serviço doméstico. Ao proceder dessa maneira, ele naturaliza e essencializa diferenças culturais, transformando-as em identidades étnicas; contudo, ele não associa tais diferenças a traços raciais. Além disso, ele coloca maior peso nas diferenças culturais (entre cabo-verdianos e pessoas de outras nacionalidades) do que naquelas de gênero – as quais parecem ser mais significativas no que tange à aptidão para tarefas específicas dentro do serviço doméstico, sendo os trabalhadores do sexo masculino considerados melhores para dar assistência a homens idosos, por exemplo, do que para cuidar de crianças. Essa argumentação se aplica também a fala de outros italianos e cabo-verdianos com quem

eu conversei: todos eles enfatizam a diferença cultural dos cabo-verdianos em relação a outros migrantes ou a semelhança cultural em relação aos italianos e nenhum deles menciona uma eventual diferença racial - apesar dela se fazer sentir em outros contextos, como vimos nas seções anteriores.

Joana, por exemplo, diz: “diversas vezes ouvi os patrões falarem muito bem de nós, cabo-verdianos; estamos na Itália há diversos anos, somos mais responsáveis, saímos de Cabo Verde com o objetivo de trabalhar e levamos a coisa mais seriamente”. Quando perguntei a **Júlia** se existia diferença entre os cabo-verdianos e outros migrantes presentes na Itália ela disse que sim, pois “os cabo-verdianos são mais ocidentais que os outros estrangeiros, vivem mais como os europeus; Cabo Verde foi uma colônia de Portugal, sempre teve contato com europeus, muitos cabo-verdianos eram filhos dos portugueses e, por isso [até hoje] são mais parecidos com os europeus”. De maneira semelhante, o Sr. De Spagnolo - um italiano que há 39 anos contrata exclusivamente cabo-verdianas para trabalhar em sua casa – elogia as pessoas de Cabo Verde, ao contar como foi a chegada das primeiras delas para trabalhar *notte e giorno* em Nápoles:

Os cabo-verdianos são pessoas muito sérias, eles se inseriram bem e foram muito bem quistos. Desde que eu me casei, sempre tive empregadas domésticas cabo-verdianas. No início havia três famílias aqui em Nápoles que chamavam cabo-verdianas; [...] ao ouvir falar delas, a primeira curiosidade que eu tive foi pegar o mapa, para ver onde ficava Cabo Verde, e depois eu procurei conhecer um pouco da história [do arquipélago]. Vi que era um grupo de ilhas de colonização portuguesa. Quando eu conheci uma cabo-verdiana, perguntei a ela se conhecia outras pessoas interessadas em vir trabalhar em Nápoles e ela me mostrou a foto de uma; [minha esposa e eu] gostamos e a chamamos. Naquela época estavam chegando também as etíopes, mas elas são diferentes, elas vêm do deserto, são mais ríspidas e mais fechadas. Os cabo-verdianos são pessoas abertas, vivazes. [...] Depois chegaram também as filipinas [...], mas elas são mais sindicalizadas e mais rígidas, as cabo-verdianas aceitam mais, são mais tolerantes.

O Sr. De Spagnolo compara as trabalhadoras domésticas cabo-verdianas com as etíopes e as filipinas, evidenciando características culturais de cada uma delas e naturalizando suas diferentes origens em termos de identidades étnicas essencializadas. Ainda que ele não cite as diferenças de gênero, elas estão implícitas no fato de que ele sempre contratou cabo-verdianas; apesar disso ele estende aos homens as característica que ele evidenciou ao longo de seu convívio com mulheres cabo-verdianas. Abaixo ele repete este procedimento ao enfatizar as qualidades das mulheres cabo-verdianas e estender o elogio aos cabo-verdianos (essencializando e naturalizando suas diferenças culturais em termos de diferenças étnicas), mas não faz referência alguma a diferenças raciais:

As cabo-verdianas têm muita facilidade para as línguas, desde a primeira jovem cabo-verdiana [que contratamos], todas aprenderam muito rápido. [...] As cabo-verdianas tornaram-se a cópia xerox das senhoras napolitanas - no bem e no mal! [risos]. Elas têm tudo, têm elegância, são refinadas e são senhoras como se deve; elas buscam estabilidade e serenidade familiar; elas valorizam a estabilidade, não são nômades. Elas querem coisas seguras e trabalhar na Itália é uma coisa segura – pelo menos em algumas famílias. As cabo-verdianas são muito discretas. [...] Elas são pessoas limpas, têm a noção da família e a valorizam. Elas estão próximas aos valores italianos e napolitanos.

A fala acima reforça o argumento acerca da seriedade e responsabilidade dos cabo-verdianos, tornando possível sugerir um motivo ulterior para que eles sejam valorizados no mercado de trabalho doméstico italiano: uma vez que seu principal objetivo no projeto migratório é ajudar as próprias famílias - que muitas vezes ficam em Cabo Verde, mas dificilmente são esquecidas – eles se preocupam com a seriedade no trabalho, se esforçam em ser excelentes profissionais e, conseqüentemente, manter seus empregos; dessa maneira, eles garantem as condições necessárias para mandar remessas periódicas para o arquipélago, para continuar em situação regular na Itália e para salvaguardar o próprio direito de ir e vir (de modo a poder retornar às ilhas nas férias). Cabo-verdianos e italianos compartilham os valores da família e do trabalho (entre outros) e, talvez por isso, os primeiros sejam elogiados pelos segundos por cuidam bem das casas onde trabalham; provavelmente também é por isso que os cabo-verdianos frequentemente criam vínculos que os tornam parte das famílias que os contrata – conforme vimos na Seção 3. Parecendo concordar com isso, a presidente do *Tra Noi*, Simonetta Antonella, que convive há cerca de 40 anos com cabo-verdianos, sustenta que:

A presença cabo-verdiana na Itália contribui para fidelidade no trabalho. As cabo-verdianas têm um modo muito humano de viver o trabalho, é muito raro que uma delas abandone uma senhora idosa com Alzheimer, por exemplo. Algumas cabo-verdianas trabalharam na casa de condessas e receberam pequenos apartamentos de herança. Eu acho que os cabo-verdianos têm realmente a capacidade de criar vínculos, de criar relacionamentos. Criar um vínculo com as famílias acontece principalmente com as cabo-verdianas, não sei se acontece com outras imigrantes. [...] Se você consegue ver isso você vai querer contratar uma cabo-verdiana. É por isso que, se você apresentar uma cabo-verdiana para uma família italiana, a família vai te agradecer. No entanto, muitas pessoas levantam um muro e não veem. Dificilmente a cabo-verdiana permanece na família se não consegue criar vínculos, eu acho que essa é uma exigência dos cabo-verdianos: criar vínculos.

Conforme sugere a citação reportada acima, quando as relações laborais entre italianos e seus trabalhadores domésticos cabo-verdianos são bem sucedidas, ambas as partes saem ganhando: os dois passam a dispor de uma nova relação de amizade (que beira o

parentesco), os cabo-verdianos conseguem concretizar com sucesso o projeto migratório (e conseqüentemente o sonho de *crescer* e ter uma *vida boa*) e os italianos aprendem a conviver com o outro e enriquecer-se com a experiência da alteridade. Uma cabo-verdiana conta que transmitiu entusiasmo aos italianos para os quais trabalhou e diz que lhes ensinou “a superar as coisas com um sorriso”. Já o Sr. De Spagnolo afirmou ao final de nossa entrevista:

Os cabo-verdianos são cidadãos do mundo e esse é um valor para os napolitanos – ou pelo menos era. [...] Meus filhos aprenderam com ela [a cabo-verdiana que trabalha conosco há 20 anos] a entender as razões e os problemas dos outros. Eles se abriram ao relacionamento com a diversidade, principalmente com a diversidade de origem, isso abriu a cabeça deles.

Conclusão

A análise atenta da história das relações entre italianos e estrangeiros permite perceber que ela não pode ser separada da história do trabalho doméstico na Itália. Como vimos no Capítulo 1, a migração (masculina e também feminina) tornou-se um fenômeno significativo na Itália junto com um aumento no êxodo rural e em decorrência do boom econômico dos anos 1960, o qual teve como consequência o aumento na demanda por trabalhadores no setor industrial e no setor de serviço doméstico (especificamente na modalidade *notte e giorno*). Assim, o *preconceito contra os imigrantes* que atualmente está presente na Itália é o resultado de um processo histórico no qual a oposição entre patrões e empregados assumiu, primeiro, a forma de uma oposição entre residentes *vs.* migrantes e, apenas em um segundo momento tornou-se uma dicotomia entre italianos *vs.* imigrantes – a qual só pode ser lida como uma dicotomia entre brancos *vs.* negro se utilizarmos este termo como sinônimo de imigrantes. No presente, porém, relações que inicialmente eram de alteridade contextual (i.e. alteridade nacional, cultural, social, econômica etc.) estão se transformando em diferenças naturalizadas biologicamente, expressas nos termos de raças.

De fato, a discriminação sofrida pelos cabo-verdianos na Itália frequentemente se expressa sob forma de racismo – sendo eles denominados ofensivamente de *pretos*, fazendo com que eles se descubram negros. Contudo, os traços fenotípicos apresentados pelos cabo-verdianos são lidos no contexto histórico e geográfico italiano, onde eles lembram e remetem à origem africana, ou seja, à origem estrangeira e, especificamente,

à origem não italiana. Nesse contexto, aquilo que é socialmente relevante na raça ou na cor da pele negra é o fato de que ela lembra ou remete à origem não italiana. Chamar o *preconceito contra imigrantes* de racismo é traçar um paralelo entre nacionalidade e raça, deixando implícito o fato fundamental de que tal paralelo só pode ser estabelecido em contextos como o italiano, no qual a cor da pele é um signo (imediatamente visível), que lembra e remete a uma origem não italiana. Vale lembrar que, na prática, pessoas vistas como negras podem não ser imigrantes (como atesta o exemplo de **Stefania**, que nasceu na Itália); além disso, muitos imigrantes brancos são vítimas do mesmo preconceito que atinge as pessoas que são lidas como negras. Trata-se, pois, acima de tudo, de um *preconceito contra os imigrantes*.

Minha ênfase neste argumento se deve ao fato de que eu concebo como um grande risco - teórico, político, moral e prático - denominar de racismo esse *preconceito contra os imigrantes*. Com efeito, ainda que estejam presentes sim elementos de racismo – os quais devem ser evidenciados, criticados e combatidos – estão principalmente presentes elementos de *preconceito contra os imigrantes*. Tais elementos estão sendo invisibilizados e, portanto, não estão sendo nem combatidos nem criticados com a devida ênfase. Além disso, é extremamente perigoso enraizar diferenças - de origens geográficas, de pertencimento social, de compartilhamento cultural e de traços fenotípicos - nos termos de uma diferença racial.

O perigo desta transformação é que ela culmine na perda da dimensão histórica dessas relações, as quais são o resultado de um processo de interação entre pessoas diferentes - pertencentes a classes sociais, a Estados-Nações e a culturas diferentes. Enquanto resultado de um processo histórico, essas relações podem ser modificadas no curso da história, pois elas não são naturais; não perceber isso é o grande risco que se corre na Itália (e talvez na Europa) quando o *preconceito contra os imigrantes* é mantido implícito e o racismo é enfatizado.

A discriminação sofrida pelos cabo-verdianos na Itália evidencia que eles são *a priori* reconhecidos e tratados como não italianos. Esse reconhecimento e esse tratamento estão manifestos na legislação italiana, colocando em risco o acesso de meus interlocutores de pesquisa a direitos que eles consideram centrais. Efetivamente, a legislação da Itália não garante aos imigrantes o direito à cidadania italiana, mas apenas

instaura uma obrigação do Estado em avaliar a oportunidade de concedê-la (ou não) de acordo com o interesse da comunidade italiana; além disso, as leis italianas denominam os filhos de estrangeiros que nasceram e viveram na Itália até os 18 anos de ‘estrangeiros nascidos na Itália’, explicitando uma diferença entre eles e as demais pessoas que nasceram e viveram na Itália, mas são simplesmente filhas de (um dos pais) italianos.

Tal fato causa indignação nos cabo-verdianos que conheci em campo, pois compromete suas *formas de ser*, dificultando seu acesso a direitos civis, sociais e políticos, entre os quais os mais importantes são sua permanência regular na Itália, sua possibilidade de ir e vir (circulando livremente pelos países da união europeia) e sua possibilidade de fazer concurso público. Dessa maneira, a posse da cidadania italiana não parece estar relacionada às *formas de pertencer* dos cabo-verdianos na Itália - que continuam pertencendo ao espaço cabo-verdiano que inclui territorialmente a *Nápoles cabo-verdiana* (além de Cabo Verde e outros lugares). A posse de tal documento, porém, diz fortemente respeito às suas *formas de ser*, pois os ajuda a superar as dificuldades postas pela discriminação presente na Itália, a qual se expressa na legislação e no regime laboral. Essas dificuldades colocam em risco a liberdade dos cabo-verdianos na Itália, ou seja, sua mobilidade espacial (enquanto movimento físico) e sua mobilidade temporal (entendida como possibilidade de *crescer* e de construir uma *vida boa*). Conseqüentemente, essas dificuldades podem comprometer o projeto migratório dos meus interlocutores, assim como o futuro de seus filhos e a capacidade de ambos (re)constituírem constantemente o espaço cabo-verdiano através das relações mantidas em Cabo Verde, levadas para a Itália e criadas nesses dois lugares (e em outros).

Um dos riscos pode ser estendido à experiência migratória de outros cabo-verdianos, a saber, o risco da solidão – que corresponde à dor de viver fisicamente distante das pessoas queridas que moram em Cabo Verde. Como vimos ao longo da dissertação, tal dor pode ser contornada por meio dos *signos de proximidade*; ainda sim, existe a possibilidade de quebras dos vínculos e pessoas podem ser perdidas - sendo a maior dor de muitos cabo-verdianos na Itália estar ausentes no momento da morte de um parente próximo. No que tange especificamente à experiência italiana, o risco da solidão é acrescido pelo trabalho *notte e giorno*, que implica em residir na casa de estranhos. Contudo, este risco pode ser manejado por meio dos encontros e das visitas nos dias de

folga e nas férias, assim como da manutenção de contato possibilitada pelos *signos de proximidade* (inclusive os *signos de proximidade especiais*). Além disso, esse risco pode ser atenuado através do estabelecimento de relações laborais de amizade que usam o idioma do parentesco, ou ainda do aluguel da *stanza* e do trabalho *lungo ore* - que permitem viver fisicamente próximo de vários parentes e amigos de maneira cotidiana.

O principal risco, porém, é o de perder a liberdade. No passado, os cabo-verdianos na Itália tinham sua mobilidade espacial reduzida em função do trabalho *notte e giorno*, pois ficavam literalmente trancadas nas casas em que trabalhavam, pois não dispunham de uma cópia da chave; com o tempo, porém, eles ganharam a confiança dos patrões que tendem a lhes fornecer a chave e também a ser mais flexíveis com os horários de saída e de retorno nos dias de folga. Outro fator que limita a possibilidade de movimento físico era o fato de não conhecer a cidade e não saber como se locomover; todavia, essa dificuldade também tende a ser superada e, como vimos no Capítulo 3, os cabo-verdianos aprendem rapidamente a circular dentro de Nápoles e entre as cidades italianas.

O regime de trabalho italiano implica ainda no risco de perder o respeito humano e a saúde, perdendo a liberdade enquanto mobilidade temporal (e, por vezes, também enquanto mobilidade espacial); ambos os riscos estão relacionadas à falta de caráter de alguns empregadores, mas também a um despreparo da legislação e das instituições italianas para (fazer) respeitar os direitos dos estrangeiros residentes no país. Conforme argumenta Francesca Scrinzi (2003), os migrantes tendem a ser trabalhadores flexíveis que têm pouca oportunidade de denunciar explorações ou violências por parte de seus empregadores em função de sua insegurança legal, econômica e social.

A argumentação da autora se aplica particularmente bem à situação dos cabo-verdianos na Itália, que dependem amplamente de seus empregadores para manterem-se em situação regular e, por isso, aceitam pagar parte dos próprios encargos sociais, trabalhar mais do que 10 horas por dia, submeter-se a condições pouco dignas de hospedagem e de alimentação nas casas em que trabalham, deixar de procurar um médico em caso de doença etc. Em particular, os estrangeiros não dispõem de recursos legais para se protegerem da inadimplência de seus empregadores perante o INPS, a qual diversas vezes os leva a uma situação de irregularidade, sem que eles nem mesmo saibam disso.

Indiretamente, a legislação italiana facilita que os estrangeiros regulares escorreguem para a irregularidade e permite que eles permaneçam irregularmente no país, impedindo-os de se regularizar (exceto por *sanatoria*) e privando-os do direito de ir e vir (entre outros). Cria-se, pois, uma concorrência desleal entre estrangeiros regulares e irregulares, sendo mais vantajoso para os empregadores contratar os segundos, pois são mais baratos do que os primeiros. Por meio de um círculo vicioso a tendência é de aumentar progressivamente o número de estrangeiros irregulares. Nesse sentido, as mulheres estrangeiras estão em uma situação de vulnerabilidade ainda maior, uma vez que a legislação italiana não prevê um aumento na permissão de estadia delas no caso de grávidas. Assim, muitas mulheres grávidas, ou com filho recém nascido, acabam escorregando para a irregularidade ao serem mandadas embora e não acharem outro empregador disposto a contratá-las antes que sua permissão vença.

Também as dificuldades relacionadas ao regime de trabalho na Itália e à legislação tendem a ser contornadas por meio do estabelecimento de relações laborais de amizade que usam o idioma do parentesco. Efetivamente, quando as relações laborais são bem sucedidas, patrões italianos e trabalhadores cabo-verdianos saem ganhando: os primeiros aprendem a conviver com a alteridade e a enriquecer-se com ela, enquanto os segundos concretizam com sucesso o projeto migratório e o sonho de ter uma *vida boa* (individual e familiar) e de *crescer* – seja a si próprio, seja ao espaço cabo-verdiano.

É isso que acontece em grande parte dos casos e os cabo-verdianos são trabalhadores extremamente valorizados no mercado de trabalho doméstico. Ao contrário do que acontece em outros contextos, nesse mercado, a cor da pele não é enfatizada, nem parece influenciar na alta posição hierárquica ocupada pelos cabo-verdianos. De fato, dentro desse mercado, os trabalhadores estrangeiros são discriminados entre si (de maneira negativa, mas também positiva), em função de suas diferenças de gênero e de suas diferenças culturais, que são essencializadas e naturalizadas, respectivamente, em identidades de gênero e em identidades étnicas (associadas com seu Estado-Nação de origem). Contudo, diferentemente do que argumenta Scrinzi (2004), essas identidades étnicas não são equivalentes a identidades raciais, pois são estabelecidas a partir de diferenças culturais e não de diferenças fenotípicas; portanto não é possível falar em racismo nesse caso.

Além disso, o *preconceito contra os imigrantes* não está presente dentro do mercado de trabalho doméstico italiano. Com efeito, as estrangeiras são muitas vezes mais valorizadas do que as empregadas italianas, pois as primeiras aceitam trabalhar *notte e giorno*. Num contexto como o mercado de trabalho italiano, no qual os negros e os imigrantes têm dificuldade em desempenhar outra profissão que não o trabalho doméstico, a obtenção da cidadania italiana torna-se tão ou mais importante do que a educação para alcançar o sonho da ascensão profissional. Com efeito, uma das principais vantagens desse documento é oferecer a possibilidade de ir para outros países, nos quais os cabo-verdianos não sofrem preconceito por serem negros e estrangeiros, tendo a possibilidade de ascender profissionalmente (sobretudo quando possuem um título universitário), ao contrário do que ocorre na Itália.

Desde a entrada do Euro – e, sobretudo, após a crise econômica dos anos 2000 e também a entrada em massa de imigrantes nos anos 1990 (com o consequente aumento da concorrência, além da concorrência desleal entre imigrantes regulares e irregulares) – a Itália não apresenta necessariamente um mercado de trabalho melhor do que Cabo Verde ou outros países. Com efeito, a retração da economia italiana se soma à ineficiência do governo e culmina em uma escassez generalizada de empregos e em uma incapacidade do Estado em garantir os benefícios sociais para os italianos e, conseqüentemente para os estrangeiros. Gabriel, cabo-verdiano que está desempregado em Nápoles, detalha: “Em Nápoles não há trabalho – menos ainda para um estrangeiro, um negro. É diferente se é um italiano ou se sou eu. Eles não me contratam nunca, mesmo eu sendo capaz de fazer o trabalho”.

Muitos filhos de cabo-verdianos que vivem em Nápoles acabam perdendo o próprio futuro em curto, médio e longo prazo, em função da discriminação presente na Itália e nas suas manifestações na legislação e no regime laboral: eles têm menos liberdade de movimento quando criança (como foi explorado no Capítulo 2); têm dificuldade de aprendizado escolar e sofrem discriminação por parte dos colegas de sala e dos empregadores. Assim, diversos deles abandonam a escola e perdem a liberdade de escolher a própria profissão; mais que isso, é comum que mesmo aqueles que concluem os estudos e cursam uma faculdade acabem fadados ao trabalho doméstico, como seus pais. Por essa razão, não é raro que inúmeros jovens acabem “se perdendo na Itália” – como lamentam vários pais cabo-verdianos ao ver os filhos deixarem de estudar para

trabalhar com serviço doméstico, ou ainda ao vê-los desempregados ou, o que é pior, envolvidos com a criminalidade local (possibilidade esta que, felizmente, não é a mais comum).

Em campo ouvi algumas vezes: “estávamos melhor quando estávamos pior”. Essa frase era usada em contextos distintos e nem sempre estava claro para mim a que essas palavras se referiam exatamente. Quando eu perguntava a meus interlocutores se queriam dizer que a ida para a Itália não valia a pena, eles me diziam que não era isso; enfatizavam que na maioria dos casos o projeto migratório era uma forma de concretizar seus sonhos. Contudo, sua fala ficava mais ambígua quando pensavam no presente, isto é, nos cabo-verdianos que continuavam indo trabalhar na Itália ou escolhem que seus filhos vivam consigo na península.

Efetivamente, os cabo-verdianos que eu conheci em campo eram unânimes em sustentar que, na Itália, a melhor forma de alcançar o objetivo de *crescer* e ter *uma vida boa* (individual e familiar) ainda era trabalhando *notte e giorno*. Ao mesmo tempo, eles consideravam que, no passado, quando não se dispunha de uma opção melhor (como trabalhar *lungo ore*), era mais fácil lida com as dificuldades – e conviver com o risco da solidão e o risco da perda da liberdade.

Há um discurso semelhante no que tange à decisão de onde o filho irá viver. No presente, com a possibilidade de Reunificação familiar positivada na legislação italiana, é mais difícil lidar com as dificuldades inerentes seja à opção do filho viver em Cabo Verde ou na Itália. Como vimos no Capítulo 2, as duas opções implicam em uma reestruturação da maternidade (tanto para a mãe, quanto para a avó) e a resposta sobre onde é melhor que o filho viva na infância ou na adolescência, não está dada. Em um caso, rompe-se o vínculo de proximidade física entre a mãe e o filho; no outro, rompe-se aquele entre a avó e o neto. Em um caso, a reunificação familiar parece ser a solução: para *ver* o filho *crescer* na infância para *seguir* o filho na adolescência. No outro caso, a reunificação familiar parece ser um problema: além de abrir mão da *vida boa infantil* que o filho teria em Cabo Verde, vivendo na Itália, ele irá enfrentar as dificuldades inerentes à discriminação e às suas expressões na legislação e no mercado de trabalho.

Enfim, se há uma resposta é que, no caso dos cabo-verdianos na Itália, a ênfase que grande parte da bibliografia e do senso comum coloca na reunificação familiar corresponde mais a um ideal valorizado de família nuclear e menos a uma solução válida em absoluto. Com efeito, o grande risco da reunificação familiar é que o filho perca seu futuro e sua liberdade, enquanto mobilidade espacial e temporal; em última medida, o risco é que ele perca a possibilidade de concretizar seu sonho, e o sonho dos pais, de ter uma *vida boa* (individual e familiar) e de *crescer* - a si e ao espaço cabo-verdiano - atualizando as práticas locais de *relatedness*.

Considerações finais

Este trabalho pretendeu refletir sobre a experiência dos cabo-verdianos na Itália explorando as tensões entre proximidade e distância (espacial e temporal) inerentes ao valor localmente atribuído à família e à mobilidade. As histórias cabo-verdianas que acompanharam o leitor do início ao fim desse trabalho ajudaram a compreender como a trajetória de vida dos meus interlocutores está marcada por inúmeras idas e vindas; por meio dessa constante circulação, eles partilham coisas, ideias e pessoas, possibilitando que relacionamentos sejam mantidos em Cabo Verde, levados para a Itália, além de criados nesses dois lugares e em tantos outros.

Ao longo dos capítulos, foram tecidos vários fios analíticos com o intuito de explorar a complexidade da tensão mencionada acima, mostrando que ela não se resume a díades e que, tampouco, pode ser resolvida optando por soluções situadas em polos opostos ou em alguma via do meio. Trata-se de uma tensão em aberto que implica em riscos e desafios, os quais são enfrentados lançando mão das diversas possibilidades concorrentes que permeiam a vida dos envolvidos.

Com efeito, os homens e as mulheres com quem eu convivi em campo continuam em fluxo depois da migração; seus deslocamentos não se esgotam em partidas e regressos, mas correspondem a um processo que pode ser melhor descrito como uma migração retornante (cf. DIAS, 2000). De maneira semelhante, não é possível traçar uma oposição entre aqueles que saem de Cabo Verde e aqueles que permanecem, pois a rede de troca que se estabelece entre eles traça uma equivalência entre quem (ainda não) saiu e quem ainda não regressou (definitivamente) (cf. GRASSI, 2006). Conforme foi explorado no decorrer dos capítulos, relacionamentos afetivos e pessoas não são simplesmente deixadas no arquipélago, pois mesmo à distância aqueles que migram continuam ajudando os parentes e amigos que ficaram nas ilhas. Além disso, não há uma separação rígida entre local de partida e de destino, pois a mesma rede de indicação, apoio e ajuda que viabiliza a saída de Cabo Verde e a chegada especificamente na Itália (ou em Nápoles), constrói a cartografia dos cabo-verdianos e faz com que as fronteiras se tornem vivas ao invés de geográficas.

Por meio desse processo, os cabo-verdianos na Itália atualizam e estendem as práticas locais de *relatedness* a toda comunidade cabo-verdiana - a qual é formada pelos amigos e parentes (cabo-verdianos e de outras nacionalidades), assim como pelos conacionais que residem em Cabo Verde e alhures. Lançando mão dos *signos de proximidade* (inclusive os *signos de proximidade especiais* apresentados no capítulo 3) eles (re)constróem constantemente o espaço-tempo de Cabo Verde, o qual é territorial e relacional.

Perante esse contexto, o que motiva a migração - elemento estrutural ao longo da história cabo-verdiana - é o ideal econômico, mas especialmente moral, segundo o qual “para *crescer* é preciso sair”. Desde a década de 1960, a Itália oferece às mulheres cabo-verdianas (e também aos homens), a possibilidade de atingir esse ideal, alcançando o sonho de *crescer* e ter uma *vida boa* (individual e familiar) - *i.e.* ter uma renda fixa, construir uma casa, garantir um futuro melhor para si e para os filhos, ajudar a família. Nesse sentido, a ida para a Itália é uma estratégia válida para alcançar a plena maturidade social nas relações parentais e comunitárias⁵⁶.

Visando abarcar a multiplicidade de perfis e de situações que caracterizam a população cabo-verdiana na Itália, ao longo do presente trabalho, o adjetivo cabo-verdiano/a/s foi utilizado em sentido amplo, enfatizando seu aspecto relacional. De fato, este adjetivo permite vincular coisas, ideias e pessoas a um espaço (territorial e relacional), assim como a um tempo (abarcado pelas experiências do presente, pela memória do passado e pelas expectativas do futuro). Enquanto tal, o uso do adjetivo não se limita aquilo que pertence a Cabo Verde enquanto Estado-Nação - ou seja, somente às pessoas que detêm a cidadania cabo-verdiana ou que nascem no espaço físico do arquipélago.

A partir da teorização de Trajano Filho (2010) e de Henare *et al.* (2007), foi realizada uma discussão sobre a relação entre lugar e território. Os lugares foram, pois, descritos como concepções coletivas (construídas nas interações sociais e dotadas de materialidade), as quais dizem respeito à esfera do espaço como categoria do

⁵⁶ No que tange às relações conjugais, a obtenção de uma maturidade social plena está relacionada, normalmente, ao *casamento no papel*; infelizmente, durante a pesquisa, eu não obtive informações suficientes para analisar as relações entre migração e relações conjugais, mas este seria um objeto de estudo extremamente interessante, por se tratar de uma das preocupações centrais dos cabo-verdianos na Itália, e por permitir iluminar novas nuances acerca de temas caros à antropologia, como as relações de aliança e de gênero.

entendimento e como campo comunicativo; assim, sua espacialidade é territorial e relacional. Expandindo esta argumentação para o caso em análise, Cabo Verde foi definido como um espaço-tempo relacional, dotado de territorialidade física, o qual engloba as coisas, ideias e pessoas cabo-verdianas - independentemente delas estarem fisicamente próximas umas às outras ou não. Paralelamente, enfatizou-se que existe uma significativa diferença entre Cabo Verde nesse sentido amplo e no sentido restrito (correspondente ao território do Estado-Nação): no primeiro caso, o fato de que coisas, ideias e pessoas cabo-verdianas estejam fisicamente distantes umas das outras gera saudade e potencializa tensões.

Com base na mesma teorização, foi explicitado que, apesar de perto e longe serem advérbios dotados de uma dimensão espacial, eles não têm ligação necessária com distância ou proximidade física. Trata-se de advérbios que denotam estados relacionais, cuja espacialidade não pode ser limitada à territorialidade física. Assim, é possível estar perto ao manter-se próximo fisicamente e/ou ao manter-se próximo à distância, através dos *signos de proximidade*. Conforme foi aprofundado na dissertação, tais signos operam de inúmeras formas: por meio da distribuição de pessoas (filhos que são *aguentados* na *rede de solidariedade feminina*, homens e mulheres que migram e retornam periodicamente ou definitivamente); através da partilha de bens (envio de remessas em dinheiro e de encomendas mandadas pelo correio, por navios ou na malas); por meio da circulação de informações (sobre a viabilização de novas migrações, sobre os retornos, sobre a vida cotidiana).

Nesse contexto, chamei a atenção para as tecnologias da voz e da imagem (ou seja, o telefone, o celular, a fotografia e a internet), pois elas ajudam a criar uma temporalidade comum, permitindo que pessoas ausentes fisicamente se façam presentes emocionalmente. Partindo dos trabalhos de Kunreuther (2006) e Feld (1996), argumento que, os atos de ver, ouvir e falar têm uma forte conexão com o corpo e que, em função disso, eles são capazes de vincular as sensações experienciadas através dessas tecnologias com aquelas sentidas em situações de presença física. Com efeito, a voz e a imagem são concebidas como partes materiais e incorporadas de si que podem viajar para outras territorialidades físicas - subvertendo a distância espacial pela simultaneidade temporal e pela fantasia da presença. Contudo, a possibilidade de falência da conexão é inerente a essas tecnologias, logo elas são permeadas por tensões:

o custo financeiro e o barulho da ligação (por telefone, celular ou internet), o fuso horário, a impossibilidade do toque, a demora em receber a foto (por correio ou pela internet) etc.

Essa simultaneidade não se limita à temporalidade, mas inclui a espacialidade, podendo ser descrita como a “possibilidade de viver simultaneamente dentro e além das fronteiras dos Estados Nações, uma vez que estes não delimitam as fronteiras das relações sociais significativas” (LEVITT & SCHILLER:1029)⁵⁷. No entanto, por mais que a simultaneidade seja buscada através dos *signos de proximidade* (como as tecnologias da imagem e da voz), ela não pode ser plenamente alcançada, em função das múltiplas possibilidades de falência da conexão mencionadas acima. Portanto, ainda que seja possível contornar a ausência física e estar perto, a distância não se dilui, tampouco perde a importância. Ela é vivida com dor, saudade e gera tensões, mas a sociedade cabo-verdiana lida com estes aspectos de tal forma que as relações e os vínculos não se rompem.

Tais tensões parecem alcançar seu ápice nas relações de filiação, de paternidade e, especialmente, de maternidade. Com efeito, independentemente da migração, a maternidade cabo-verdiana é permeada por uma tensão entre proximidade/fixação e distância/mobilidade. O homem-pai tende a manter uma presença distante em relação à esfera doméstica e aos cuidados com a casa e os filhos, sendo estes cuidados partilhados na *rede de solidariedade feminina*; esta é formada por mulheres que são parentes (por consanguinidade ou por aliança) e também por suas amigas, vizinhas e comadres.

Uma vez que as preocupações econômicas e conjugais características da vida da mulher-mãe na juventude requerem mobilidade, é esperado que ela permaneça (temporariamente) distante fisicamente dos filhos; por sua vez, a fixação da mulher-avó permite que ela ajude a *aguentar* o neto e se mantenha fisicamente próxima a ele – aspecto fundamental para o exercício pleno do papel de avó. Assim, a mobilidade das crianças e das mães é um aspecto comum na sociedade cabo-verdiana e não está restrita a momentos como a migração. De fato, a maternidade requer duas gerações para se realizar e exige a ação conjunta da avó e da mãe (além de outras mulheres), pois

⁵⁷ Livre tradução do original em inglês: “persons can engage simultaneously in more than one nation-state and the nation-state does not delimit the boundaries of meaningful social relations”.

corresponde a um ciclo que se inicia quando a mãe dá a luz ao filho e se conclui quando ela *aguenta* o neto (cf. LOBO, 2010).

Apesar de a distância física ser um elemento estrutural desse sistema de parentesco, ela gera saudades e tensões, que são potencializadas em casos de migração e de ausência física prolongada. Para ser mãe é preciso estar perto, estado que é relacional e não tem ligação necessária com a proximidade física; portanto, é possível estar perto e manter a proximidade à distância por meio dos *signos de proximidade* - entre os quais aqueles que recorrem às tecnologias de voz e de imagem, criando uma simultaneidade temporal e a fantasia da presença. Contudo, quando os filhos vivem em Cabo Verde, enquanto os pais e as mães vivem na Itália, todos sofrem com saudades, preocupações e riscos, pois todos sentem que não estão perto.

Esses sentimentos fazem com que filhos, pais e mães estejam às voltas com o fantasma do abandono, ainda que o risco de abandonar e de ser abandonado seja contornado por meio de um sacrifício partilhado pela família; este consiste no *trade off* entre, de um lado, manter a proximidade física nos binômios filho-mãe e filho-pai, de outro lado, alcançar o sonho de *crescer* e ter uma *vida boa* (individual e familiar). Os dados de minha etnografia sugerem, porém, que há uma sutil diferença nesse sacrifício, quando ele é analisado do ponto de vista das mães que trabalham na Itália enquanto seus filhos vivem em Cabo Verde.

As mães precisam adaptar a maternidade mais do que os pais precisam adaptar a paternidade e mais do que os filhos precisam adaptar a filiação. Efetivamente, as mães estão fisicamente distantes da esfera doméstica e, portanto, relativamente sozinhas e deslocadas. Tal fato se torna mais claro ao compararmos sua posição com aquela do filho e do pai: o primeiro continua sendo partilhado na *rede de solidariedade feminina*, enquanto o segundo mantém seu pertencimento distante em relação à esfera doméstica.

Como foi explorado nas páginas deste trabalho, escolher se os filhos irão morar em Cabo Verde ou na Itália é um dilema para as mães cabo-verdianas na Itália. Nos dois casos, essa escolha exige uma readaptação da maternidade e implica em riscos: de um lado, os riscos inerentes à saída da mãe da esfera doméstica; de outro lado, o risco de quebrar a *rede de solidariedade feminina*, retirando a criança da esfera doméstica (como

vimos no caso de **Antonia**). Com efeito, quando a mulher-mãe migra, ela se vê impossibilitada, temporariamente, de se manter próxima fisicamente ao filho; inversamente, quando o filho vive na Itália durante a infância, enquanto as avós (especialmente a avó materna) permanecem no arquipélago, abre-se mão, ainda que temporariamente, da proximidade física entre netos e avós (e outras mulheres que participam da *rede de solidariedade feminina*).

A especificidade feminina do fluxo cabo-verdiano na Itália consiste neste dilema e as tensões decorrentes dele se manifestam especialmente no ato do filho nomear a mãe de mamãe. Em Cabo Verde, é comum os parentes não serem chamados pelos pronomes de tratamento típicos, sendo muitas vezes as avós denominadas de mamãe enquanto a mãe é chamada pela alcunha. Por sua vez, na Itália, esse ato é frequentemente visto como um indício de que o filho se sente abandonado e que não considera a mãe como sendo sua mãe, ou seja, como um signo de que ela corre o risco de perder seu lugar de mãe.

Nesse sentido, as formas de tratamento do parentesco parecem operar uma convergência semelhante àquela existente entre os nomes dos lugares - os quais vinculam sujeitos a espacialidades (territoriais e relacionais). A diferença é que os atos de nomeação do parentesco vinculam sujeitos a lugares entendidos como papéis sociais - os quais, porém, também dizem respeito à esfera do espaço-tempo enquanto categoria do entendimento e enquanto campo comunicativo.

Assim como as coisas, as ideias e as pessoas continuam sendo cabo-verdianas independentemente da proximidade física, as mulheres-mães podem *estar perto* e continuar sendo mães, seja quando mantêm sua proximidade física, seja quando mantêm sua proximidade à distância. No entanto, a ausência física prolongada gera saudade e potencializa as tensões. Tal fato parece estar relacionado à forte abertura para a alteridade presente no contexto cabo-verdiano e evidenciada por Trajano Filho (2010), Lobo (2007), Grassi (2006) e Meintel (1984). Por um lado, essa abertura permite aos cabo-verdianos migrar e incorporar outras territorialidades físicas como espaços possíveis para trabalhar, viver e alcançar o sonho de *crescer* e de ter uma *vida boa* (individual e familiar). Por outro lado, porém, tal abertura viabiliza que os cabo-verdianos na Itália incorporem outros arranjos familiares - como aqueles italianos - os

quais passam a compor o seu arco de possibilidades, com o efeito paradoxal de potencializar a tensão entre proximidade e distância.

Dessa forma, diversos universos de valores convivem e competem entre si, podendo ser acionados a depender do contexto. Conforme o leitor acompanhou em diversas citações, os sentimentos e as opiniões variam de acordo com quem fala, com a perspectiva adotada, com o momento da história de vida, com a posição de cada um. De fato, cálculos diferentes são feitos em busca da melhor opção para manejar (ainda que não superar) as tensões entre proximidade e distância que permeiam a filiação, a paternidade e a maternidade em contextos de migração.

A análise das histórias e das citações reportadas neste trabalho permite sustentar que, apesar de algumas coisas mudarem sim com a distância física, ela não implica em ruptura dos vínculos, tampouco obstrui o fato de amar, ou impede que o amor seja transmitido. O determinante para que a relação se mantenha parece ser o fato de que os membros cumpram suas obrigações e seus papéis recíprocos, sendo a quebra da forma de compartilhar e não a distância física que afrouxa os vínculos entre as pessoas – mesmo em situação de proximidade física.

Seguindo a sugestão de Carsten (2000) acerca das vantagens de abrir-se para as maneiras locais de agir e de definir as relações entre as pessoas que se tratam como parentes, no presente trabalho eu argumentei que o significado cabo-verdiano de *relatedness* está centrado sobre as formas cotidianas de estar perto. Diferentemente do que argumenta a autora, porém, as práticas locais de *relatedness* extrapolam a partilha de substâncias em situações de proximidade física, sendo possível manter uma proximidade à distância: independentemente da migração, é por meio dos *signos de proximidade* que a *rede de solidariedade feminina* fortalece e reproduz as práticas de fazer família. De fato, no contexto cabo-verdiano, circular é partilhar; portanto, viver junto tem um significado muito mais amplo do que manter-se próximo fisicamente.

Ao longo dos capítulos o leitor acompanhou como os *signos de proximidade* atuam como contextualização material do afeto e como distâncias físicas (temporais e espaciais) são superadas através deles. Nesse processo, os amigos e parentes que residem em diferentes casas, localidades e países continuam vivendo juntos, reforçando

as formas de *relatedness* cabo-verdianas; assim, o espaço-tempo (relacional e territorial) cabo-verdiano é constantemente (re)constituído pelas relações mantidas, levadas e criadas em Cabo Verde e em outros lugares, como Nápoles e a Itália.

Por meio de um procedimento análogo, meus interlocutores de pesquisa constroem a *Nápoles cabo-verdiana* e a *Itália cabo-verdiana*, as quais fazem parte de uma conjuntura de relações sociais que engloba inúmeras territorialidades físicas – em outras palavras, fazem parte do espaço-tempo cabo-verdiano, que inclui toda a comunidade cabo-verdiana. Com efeito, ao viver em um novo lugar, os cabo-verdianos na Itália continuam construindo relações com Cabo Verde e mantêm o estilo de vida ao qual estavam acostumados no arquipélago.

Dessa maneira, as relações de parentesco consanguíneo, assim como aquelas de vizinhança, de compadrio e de amizade continuam tendo centralidade, sendo criadas, levadas e mantidas por meio da circulação e da partilha que se verifica entre os cabo-verdianos residentes em Nápoles, em outras cidades italianas, em Cabo Verde e alhures. Em particular, as atividades culturais, sociais e beneficentes das associações cabo-verdianas atuam como *signos de proximidade especiais*; estes incorporam todas as pessoas que pertencem à comunidade cabo-verdiana, embora elas muitas vezes não se conheçam pessoalmente, nem vivam fisicamente próximas uma às outras (em um único Estado-Nação). Ao mesmo tempo, porém, meus interlocutores de pesquisa enfrentam, na Itália, dificuldades que colocam em risco suas *formas de ser*, comprometendo seu projeto migratório, o futuro de seus filhos, sua capacidade de atualizar as formas de *relatedness* cabo-verdianas e suas possibilidades de (re)constituir cotidianamente o espaço-tempo cabo-verdiano por meio das relações criadas, levadas e mantidas.

Com efeito, eles sofrem uma discriminação ao serem reconhecidos e tratados como não italianos; tal discriminação se expressa na legislação e no regime de trabalho italianos, colocando em risco sua liberdade em dois sentidos: enquanto mobilidade espacial (ou seja, a possibilidade de movimentar-se fisicamente) e enquanto mobilidade temporal (isto é, a possibilidade de *crescer* e de construir uma *vida boa*). Mais uma vez essas dificuldades são enfrentadas, manejadas e, em larga medida, contornadas por meio do estabelecimento de vínculos e da criação de relações laborais de amizade, que frequentemente utilizam o idioma do parentesco.

Conforme o leitor foi informado, a cidadania italiana é outra ferramenta eficaz para lidar com as dificuldades enfrentadas na Itália. Com efeito, a posse deste documento garante aos cabo-verdianos o acesso a direitos sociais, civis e políticos, entre os quais os mais essenciais são sua permanência regular na Itália, sua possibilidade de ir e vir (circulando livremente pelos países da união europeia) e sua possibilidade de fazer concurso público. Nesse contexto, a importância da cidadania italiana está fortemente vinculada às *formas de ser* dos meus interlocutores, garantindo a eles e especialmente a seus filhos, a liberdade.

No entanto, a legislação italiana não garante aos imigrantes o direito à cidadania italiana, mas apenas instaura uma obrigação do Estado em avaliar a oportunidade de concedê-la (ou não) de acordo com o interesse da comunidade italiana; além disso, as leis italianas denominam os filhos de estrangeiros que nasceram e viveram na Itália até os 18 anos de “estrangeiros nascidos na Itália”, explicitando uma diferença entre eles e as demais pessoas que nasceram e viveram na Itália, mas são simplesmente filhas de (um dos pais) italianos. Tal fato causa grande indignação nos cabo-verdianos que eu conheci em campo e acarreta em ulteriores tensões no que tange à maternidade, à filiação e à paternidade em contextos de migração.

Se por um lado a reunificação familiar parece ser uma solução para essas tensões, pois permite que as mães possam ver os filhos *crescer* na infância e possam *seguir-los* na adolescência, por outro lado, ela parece ser um problema: vivendo na Itália, o filho irá enfrentar as dificuldades inerentes à discriminação e às suas expressões na legislação e no mercado de trabalho. Portanto, o grande risco é que ele perca sua liberdade e, assim, a possibilidade de concretizar seu sonho - e o sonho dos pais - de ter uma *vida boa* (individual e familiar) e de *crescer*, a si e ao espaço cabo-verdiano, atualizando as práticas locais de *relatedness*

Seria interessante que estudos ulteriores se debruçassem sobre o universo dos jovens cabo-verdianos na Itália e sobre as consequências da reunificação familiar. Durante meu trabalho de campo, não pude aprofundar essa questão, mas obtive informações que sugerem que a reunificação familiar tende a reduzir a possibilidade de obter sucesso pleno no projeto migratório e que ela diminui o número de regressos definitivos ao arquipélago. Essas são questões que ficam em aberto, assim como quais são as

implicações efetivas da reunificação familiar sobre as práticas de *relatedness* cabo-verdiana.

Uma vez que foquei sobre as relações familiares dos cabo-verdianos na Itália, não explorei o universo político de sua experiência migratória – o qual mereceria um estudo a parte, focando nas tensões entre incorporação e etnicidade. De toda forma, espero que meu trabalho tenha contribuído para enriquecer a análise sobre as tensões entre proximidade e distância no que tange ao parentesco e ao Estado-Nação, chamando a atenção para a centralidade dos universos relacionais, territoriais, espaciais e temporais.

Acima de tudo, espero que a presente dissertação tenha possibilitado ao leitor vivenciar um pouco da *morabeza* cabo-verdiana. Conforme foi mencionado, tal termo inclui os sentidos de receptividade e de saudade, permitindo compreender uma importante lição de vida e de antropologia: tensões podem ficar em aberto e ainda sim, podem ser manejadas e, em larga medida, contornadas. Com efeito, se o sonho é *crescer* e se para *crescer* é preciso sair, a solução não é ficar (parado ou igual), mas sim manter, levar e criar.

Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, Lila. "Writing against culture". In: LEWIN, Ellen (Org.). *Feminist anthropology: a reader*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006

AKESSON, Lisa. *Making a Life: Meanings of Migration in Cape Verde*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Gotemburgo, 2004.

_____. "Cape-verdean notions of migrant remittances". *Cadernos de Estudos Africanos*, 20, p. 137-159, 2011.

ANDALL, Jacqueline. "Catholic and state constructions of domestic workers: the case of cape Verdean women in Rome in the 1970s", in KOSER, Khalid and LUTZ, Helma. (Orgs.) *The new migration in Europe*. Basing-Stoke: Macmillan, 1998.

ANDALL, Jacqueline. *Gender, Migration and Domestic Service: The Politics of Black Women in Italy*. Aldershot: Ashgate, 2000.

APPADURAI, Arjun; BREZINOVA, Katerina; CHAKRABARTY, Dipesh *et al.* *Podemos viver sem o outro? As possibilidades e os limites da interculturalidade*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: Tinta da china edições, 2009.

BALDI, Stefano; AZEVEDO, Raimondo Cagiano de, *La popolazione italiana verso il 2000*. Storia demografica dal dopoguerra ad oggi. Bologna: Il Mulino, 1999.

BÁLSAMO, Pilar Uriarte. *Perigoso é não correr perigo: experiências de viajantes clandestinos em navios de carga no Atlântico Sul*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

BASHKOW, Ira. "A Neo-Boasian conception of cultural boundaries". *American Anthropologist*, v.106, n.3, p 443-58, 2004.

BRYCESON Deborah; VUORELA Ulla (Eds.) *The transnational Family: New European Frontiers and Global Networks*. Oxford, New York: Berg, 2002

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of 'sex'*. New York-London: Routledge, 1993.

CAPONIO, Tiziana. "Policy networks and immigrants' associations in Italy: the cases of Milan, Bologna and Naples". *Journal of Ethnic and Migration Studies*. v. 31, n. 5, p. 931-950, 2005.

CAPPELLINI, Vincenzo. *Storia d'Italia*, De Agostini, 1991

CARITAS/Migrantes, *Africa-Italia*. Scenari migratori, Roma: Edizioni Idos, 2010.

_____. *Immigrazione*. Dossier Statistico, Roma: Inprinting Srl, 2010b.

CARLING, Jorgen. *Aspiration and ability in international migration: Cape Verdean experiences of mobility and immobility*, Cand. Polit. Thesis, University of Oslo, 2001.

_____. “Emigration, return and development in Cape Verde: the impact of closing borders”, *Population, Space and Place*, 10, p. 113-132, 2004.

CARLING, Jorgen & BATALHA, Luís (Orgs.). *Transnational Archipelago. Perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora*. Amsterdam University Press, 2008.

CARREIRA, Antonio. *Cabo Verde. Classes sociais, estrutura familiar, migrações*. Lisboa: Ulmeiro, 1977.

_____. *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1983.

_____. *Cabo Verde. Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX*. Lisboa: Ulmeiro, 1984.

CARSTEN, Janet. “Introduction”. In Carsten, Janet (ed.) *Cultures of Relatedness: new approaches to the study of kinship*. Edinburgh: Cambridge University Press, p. 01-36, 2000.

CARTER, Katherine & AULETTE, Judy. *Cape Verdean women and globalization. The politics of gender, culture and resistance*. Palgrave Macmillan: New York, 2009.

CEDERNA, Camilla. *Nostra Italia del miracolo*. Milano: Longanesi, 1980.

CHAMBERLAIN, Mary. *Family Love in the diaspora. Migration and the Anglo-Caribbean Experience. Memory and narrative series*. Jamaica: Ian Randle Publishers Kingston. New Brunswick (USA) e Londres (U.K): Transaction Publishers, 2006

CLARKE, Edith. *My mother who fathered me: a study of the family in three selected communities in Jamaica*. London: G Allen & Unwin, 1979.

CIMMINO, Emanuela, *Devianza minorile: immigrati e la problematica della risposta carcerária*. Disponível em: <http://www.altrodiritto.unifi.it/ricerche/minori/cimmino/index.htm> (Acessado em 13/01/12)

CREIG-JAMES, Susan. “Interwinning roots”. *Journal of Caribbean History*, v. 25, n. 2, p. 216-228, 1992.

DAL LAGO, Alessandro. *Non persone*. Milano: Feltrinelli, 1999.

DE GENOVA, Nicholas. *Working the boundaries. Race, space, and 'illegality' in Mexican Chicago*. Durham: Duke University Press, 2005.

DE ROSA, Anna. *Contesti d'uso del creolo nella comunità capoverdiana di Napoli*. Monografia (Tesi di Laurea in Lingue Portoguesi) – Università degli studi di Napoli l'Orientale, Napoli, 2006.

DIAS, Juliana Braz. *Entre Partidas e Regressos: tecendo relações familiares em Cabo Verde*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, 2000.

_____. *Mornas e coladeiras de Cabo Verde: versões musicais de uma nação*. Tese de Doutorado apresentada ao PPGAS do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2004.

_____. “Enviando dinheiro, construindo afetos”. In: TRAJANO FILHO, Wilson (Org.). *Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. Brasília: Athalaia Gráfica e editora, 2010.

DROTBOHM, Heike. “Horizons of long-distance intimacies. Reciprocity, contribution and disjuncture in Cape Verde”, *History of the Family*, 14, p.132-149, 2009.

EHRENREICH, Barbara and HOCHSCHILD, Arlie (eds.), *Global woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy*, New York: LLC. 2002

ÉVORA, Iolanda Maria Alves. *(Des) atando nós e (re)fazendo laços: aspectos psicossociais da imigração feminina cabo-verdiana em Itália*. São Paulo, 298 p. Tese (Doutoramento), Instituto de psicologia, Universidade de São Paulo, 2003.

FELD, Steven. “Waterfalls of Song: An Acoustemology of Place Resounding in Bosavi, Papua New Guinea”. In: FELD, Steven; BASSO, Keith (orgs.). *Senses of Place*. Santa Fe: School of American Research Press, p. 91–136, 1996.

FERREIRA, Ademir P.; VAINER, Carlos; PÓVOA, Helion; SANTOS, Miriam (Orgs.). *A experiência migrante*. Entre deslocamentos e reconstruções. Editora Garamond: Rio de Janeiro, 2010.

FIKES, Kesha. *Managing African Portugal*. The citizen-migrant distinction, Duke University press: United States. 2009.

FILHO, João Lopes. *Imigrantes em terra de emigrantes*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2007.

FILHO, João Lopes. *Cabo Verde Subsídio para um levantamento cultural*. Lisboa: Plátano Editora, 1981.

FINAN, Timothy J. & HENDERSON, Helen K. “The logic of Cape Verdean female-headed households: social response to economic scarcity”, *Urban Anthropology*, 17:87-103, 1988.

FORTES, Meyer. *O Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico*. Brasília: UnB. 1974

GOMES, Isabel Brigham. *Estudo de caracterização da comunidade cabo-verdiana residente em Portugal*, Lisboa: Embaixada de Cabo Verde em Portugal, 1999.

GRASSI, Marzia. *Cabo Verde pelo mundo: o gênero e a diáspora cabo-verdiana*. Working Papers. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2006.

GRASSI, Marzia e ÉVORA, Iolanda (Orgs.). *Gênero e migrações Cabo-verdianas*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

HENARE, Amiria; Martin Holbraad & Sari Wastell. "Introduction". In: *Thinking Through Things*. Theorising artefacts ethnographically. New York: Routledge, 2007.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JARDIM, Denise Fagundes (Org.). *Cartografias da imigração: interculturalidade e políticas públicas*. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2007.

JESUS, Maria de Lourdes. *Racordai Vengo da un' isola di Capo Verde*. Sou de uma ilha de Cabo Verde. Roma: Sinnos Editrice, 1996.

KUNREUTHER, Laura. "Technologies of the Voice: FM Radio, Telephone, and the Nepali Diaspora in Kathmandu." *Cultural Anthropology*, v. 21, n. 3, p. 323-353, 2006.

KONDO, Dorinne. "Dissolution and Reconstitution of Self: Implications for Anthropological Epistemology," *Cultural Anthropology* 1: 74-88, 1986.

KOPYTOFF, Igor. "Ancestors as Elders in Africa", *Africa*, v. 51, p. 129-142, 1971.

KRAUSS, Dionisia Russo & SCHMOLL, Camille. "Spazi insediativi e pratiche socio-spaziali dei migrant in citta. Il caso di Napoli". In: *Studi Emigrazione* 1, 163, p. 699-719, 2006.

LEINAWEAVER, Jessaca. *The circulation of children: kinship, adoption and morality in Andean Peru*. London: Duke University Press, 2008.

LEVITT, Peggy. *The Transnational Villagers*. Berkeley: University of California Press, 2001.

LEVITT, Peggy & GLICK SCHILLER, Nina. "Conceptualizing simultaneity: A transnational social field perspective on society". *International Migration Review*, v. 38, n. 3, p. 1002-1039, 2004.

LEVITT, Peggy; WATERS, Mary C. (Orgs.). *The Changing Face of Home: The Transnational Lives of the Second Generation*. New York: Russell Sage Foundation, 2002

LOBO, Andréa de Souza. *Seca, Chuva e Luta. Reconstruindo a Paisagem em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGS do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2001.

_____. *Tão Longe, Tão Perto: organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista - Cabo Verde*. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. “Mantendo relações à distância. O papel do fluxo de objetos e informações na configuração de relações familiares transnacionais em Cabo Verde”. In: TRAJANO FILHO, Wilson. *Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. Brasília: Athalaia Gráfica e editora, 2010.

_____. “Um filho para duas mães? Notas sobre a maternidade em Cabo Verde”. *Revista de Antropologia*. v. 53, n.1, p. 115-145, 2010b.

_____. “Making Families: Child mobility and familiar organization in Cape Verde”, *Vibrant*. Virtual Brazilian Anthropology, v. 8, n. 2, 2011.

_____. “ Vidas em movimento: sobre mobilidade infantil e emigração em Cabo Verde”. In: LOBO, Andréa de Souza & DIAS, Juliana Braz, (Eds.). *África em Movimento*. Brasília: Ed. da UnB, 2012 (no prelo).

LOPES, Andreina. *Il partenariato speciale tra Unione Europea e capo verde*. Monografia (Tesi di laurea in diritto dell’Unione Europea). Università degli Studi di Napoli “L’Orientale”, Napoli, 2008.

MALUCCELLI, L. “Da prostitute a domestiche: storie di mercati ‘sommersi’ e donne ‘in transizione’”. In: COLOMBO A. & SCIORTINO G. (Orgs.). *Stranieri in Italia*. Assimilati ed esclusi. Il Mulino, p. 222-252, 2002

MARTES, Ana Cristina Braga. *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre migrantes em Massachussets*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MEINTEL, Deirdre. “Emigração em Cabo Verde: solução ou problema”. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.2, Junho-Dezembro, p.93-120, 1984.

MONTEIRO, César Augusto. *Comunidade Imigrada*. Visão sociológica: o caso da Itália. São Vicente: Gráfica do Mindelo, Lda, 1997.

_____. *Recomposição do espaço social cabo-verdiano*. Mindelo: Edição Autor, 2001.

PALIDDA, Salvatore. *Devianza e vittimizzazione tra i migranti*, Milano, ISMU-Angeli, 2001

PARREÑAS, Rhacel Salazar. “The care crisis in the Philippines: children and transnational families in the new global economy”. In: EHRENREICH, Barbara and HOCHSCHILD, Arlie (eds.), *Global woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy*, New York: LLC. 2002

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Traduzir as *Mitológicas*”. In: LEVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido*. Mitológicas 1. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.

PIRES, Pedro Stoeckli. *Sobre mestres e encanados*. A jurema como expressão sentimental. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, 2011.

QUIJANO, Jesús Lizama. *Estar em el mundo*. Processos culturales, estratégias económicas y dinâmicas identitarias entre los mayas yucatecos. México: Miguel Angel Porruá, 2007.

RAMOS, Maria Silva. *La Comunità Capoverdiana in Italia*. 2009. Disponível em http://www.diasdecaboverde.org/admin/Documents/Comunit%C3%A0%20Capoverdiana%20in%20Italia_IT_20090217174530.pdf (Acessado em 11/03/2011).

RIBEIRO, José da Silva. “Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de observação”. *Revista de Antropologia*, v. 48, n. 2. São Paulo, 2005.

SAHLINS, Marshall. “O ‘pessimismo sentimental’ e a Experiência Etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção”. *Mana* 3(2): 103-150, 1997.

SAUTCHUK, Carlos E. *O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas* (Vila Sucuriçu, Amapá). Tese de doutorado em Antropologia Social, UnB, 2007.

SCIALDONE, Luisa. *Contesti d’uso del creolo in un campione di studenti capoverdiani a Napoli*. Monografia (Tesi di Laurea in lingue portoguesi). Università degli Studi di Napoli “L’Orientale”, Napoli, 2006

SCRINZI, Francesca. “Women migrants and neodomenticity”. In: FREEDMAN, Jane (Org.). *Gender and Insecurity*, Migran women in Europe. Aldershot: Ashgate, p. 77-90, 2003.

_____. “Professioniste della tradizione. Le donne migranti nel mercato del lavoro domestico”. *Polis* 1, v. XVIII, p. 11-136, 2004.

SEYFERT, Giralda; PÓVOA, Helion; ZANINI, Maria C.; SANTOS, Miriam (Orgs.). *Mundos em movimento*. Ensaios sobre migrações. Editora Ufsm: Santa Maria, 2007.

SILVA, António Leão Correia. *Histórias de um Sahel Insular*. Praia: Spleen Edições, 1995.

SOBRERO, Alberto M. *Ora de bai*. Antropologia e letteratura delle isole di Capo Verde. Lecce: Argo, 1998.

SORI, Ercole. *L'emigrazione italiana dall'Unità alla seconda guerra mondiale*. Bologna: Il Mulino, 1979

TOGNETTI BORDOGNA, Maria. (Ed.) *Ricongiungere la famiglia altrove: strategie, percorsi, modelli e forme dei ricongiungimenti familiari*. Milano: Franco Angeli, 2004.

TRAJANO FILHO, Wilson. “Uma experiência singular de criouliização”, *Série Antropologia*, 343. UnB: Brasília. 2003

_____. “The Conservative Aspects of a Centripetal Diaspora: the case of the Cape Verdean Tabancas.” *Africa*, v. 79, n. 4, p. 520-542, 2009.

_____. “Introdução”. In: _____. (Org.). *Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. Brasília: Athalaia Gráfica e editora, 2010.

VASCONCELOS, João. “Espíritos lusófonos numa ilha crioula: língua, poder e identidade em São Vicente de Cabo Verde”. In: CARVALHO, Clara; PINA CABRAL, João de (Orgs.). *A Persistência da História: passado e contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 149-190, 2004.

_____. “*Manera, ess muv?* A mobilidade como valor em São Vicente de Cabo Verde”. In: LOBO, Andréa de Souza & DIAS, Juliana Braz, (Eds.). *África em Movimento*. Brasília: Ed. da UnB, 2012 (no prelo).

VELOSO, Caetano. “Sonhos”. In: Cores, Nomes [CD]. Polygram, 1982.